

**RONALDO FLAVIANO DE SOUZA JUNIOR**

**SANTIFICADO SEJA VOSSO TEMPO LIVRE:**

a influência do catolicismo nas práticas de divertimento em Diamantina (1903 -  
1930)

Belo Horizonte/MG

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2020

**Ronaldo Flaviano de Souza Junior**

**SANTIFICADO SEJA VOSSO TEMPO LIVRE:**

a influência do catolicismo nas práticas de divertimento em Diamantina (1903 - 1930)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

Área de Concentração: Cultura e Educação

Linha de Pesquisa: Lazer, História e Memória

Orientador: Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva

Belo Horizonte/MG

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2020

S729s Souza Junior, Ronaldo Flaviano de  
2021 Santificado seja vosso tempo livre: a influência do catolicismo nas práticas de divertimento em Diamantina (1903-1930). [manuscrito] / Ronaldo Flaviano de Souza Junior – 2021.  
193 f.: il.

Orientador: Luciano Pereira da Silva

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 176-193.

1. Lazer – Teses. 2. Diamantina (MG) – Teses. 3. Cultura popular – Teses. 4. Identidade cultural – Teses. I. Debortoli, José Alfredo Oliveira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

**Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB 6: nº 3132, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL  
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER  
**ATA DA 68ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO**  
**RONALDO FLAVIANO DE SOUZA JUNIOR**

Às 08h30min do dia 29 de janeiro de 2020 reuniu-se na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho “*SANTIFICADO SEJA VOSSO TEMPO LIVRE: a influência do catolicismo nas práticas de divertimento em Diamantina (1900 - 1930)*”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para o candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovado	Reprovado
Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva (Orientador)	X	
Prof. Dr. Cleber Augusto Goncalves Dias (UFMG)	X	
Profa. Dra. Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani (UFVJM)	X	
Profa. Dra. Maria Cristina Rosa (UFMG)	X	
Prof. Dr. Rogério Othon Teixeira Alves (Unimontes)	X	

Após as indicações o candidato foi considerado: **APROVADO**

O resultado final foi comunicado publicamente, para o candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2020.

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva

Prof. Dr. Cleber Augusto Goncalves Dias

Profa. Dra. Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani

Profa. Dra. Maria Cristina Rosa

Prof. Dr. Rogério Othon Teixeira Alves



29/01/2021, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rosa, Professora do Magistério Superior**, em 01/02/2021, às 06:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Othon Teixeira Alves, Usuário Externo**, em 04/02/2021, às 07:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani, Usuário Externo**, em 07/02/2021, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Pereira da Silva, Vice diretor(a)**, em 09/02/2021, às 07:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0543978** e o código CRC **66734CEB**.

A todos os que lutam para fazer de seu sonho realidade, assim,  
à maior guerreira de todos: minha mãe

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, que com todos os esforços e dificuldades fizeram de tudo para que eu pudesse trilhar por esse caminho. Em especial à minha mãe que com toda sua sabedoria, muito mais que respeitar as minhas escolhas, incentivou e acompanhou de perto cada passo que me trouxe até aqui.

Aos amigos que souberam me amparar e compreenderam os diversos momentos de distanciamento, sem o zelo advindo de vocês, nada disso teria sido possível.

À Renata Cristina Simões de Oliveira, que generosamente se fez presente em todo esse percurso compartilhando conhecimento, trocando informações e principalmente se fazendo parceira para a vida.

Ao meu orientador Luciano, que aceitou o desafio para o desenvolvimento deste estudo, pelo seu trabalho, por meio do qual fez com que tudo ficasse mais fácil e fluido.

Aos colegas do programa de pós-graduação que compartilharam conhecimentos, angústias e anseios, e tornaram mais leve todo o percurso.

Ao Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer, que me trouxe oportunidades nunca imaginadas. Em especial ao secretário Danilo, que incontáveis vezes atendeu minhas demandas além das expectativas e ao colegiado do curso, que sempre ponderou as decisões pautadas num bem comum.

Aos professores do programa pela troca de conhecimento e abertura de oportunidades. Em especial à professora Ana Paula Guimarães que prontamente me recebeu para o desenvolvimento do meu estágio e que muito além das trocas acadêmicas contribuiu em diversos outros aspectos.

Aos grupos de pesquisa Hisla e Oricolé que desempenharam papel fundamental na realização deste trabalho por meio dos debates, questionamentos, críticas e sugestões.

Aos funcionários da Biblioteca Antônio Torres que fizeram com que eu me sentisse em casa durante as incontáveis tardes de pesquisa no acervo e pelo excelente atendimento ao disponibilizar com prontidão todos os documentos solicitados.

À Diamantina por sua história, a qual tem me possibilitado as mais diversas temáticas de estudo, e pelo povo diamantinense que sempre me acolheu em diversos momentos ao longo da vida.

À banca deste trabalho. Maria Cristina que não somente a partir da qualificação do projeto, como em outros momentos, fez contribuições valiosas para o aprimoramento deste estudo. Cléber que, muito além de compor a banca contribuiu significativamente para o desenvolvimento deste trabalho por meio das conversas informais e em momentos de estudo. Maria Cláudia, por estar acompanhando toda a minha trajetória acadêmica e por sempre tecer considerações fundamentais. Rogério, que, com a afinidade de temáticas estudadas contribuiu em momentos com reflexões.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento deste trabalho.



Como você pensa, você crê,  
e como você crê, será.

André Luiz

## RESUMO

Esta pesquisa se propõe a discutir acerca da influência, por parte da Igreja Católica, frente às práticas de divertimento na cidade de Diamantina, Minas Gerais, entre os anos de 1903 a 1930. A partir dos discursos dos jornais circulantes na cidade, buscou-se, sobretudo, identificar os principais divertimentos da época, elegendo aqueles que mais se destacaram nas fontes para a partir de então compreender como eles eram desenvolvidos e elencar as possíveis tentativas de regulamentação destas atividades por parte da Igreja. Nos textos analisados, pode-se perceber uma devotada tentativa de uma educação moralizadora a partir das atividades desenvolvidas com constantes notas instrutivas nos periódicos, ou até mesmo trechos em que eram criticadas as formas com que as pessoas desenvolviam ou se portavam durante tais práticas. A escolha da cidade, em que o catolicismo exerceu significativa influência nos mais variados setores da vida social, possibilitou compreender a dinâmica dos divertimentos numa sociedade que passava por transformações tecnológicas, aliado ao forte apelo pela europeização dos costumes e fazeres em que o indivíduo passou a ter maior destaque no cenário urbano local.

**Palavras-chaves:** Catolicismo. Divertimentos. Diamantina. Imprensa. Moralidade.

## **ABSTRACT**

This research proposes to discuss about the influence, on the part of the Catholic Church, regarding the practices of entertainment in the city of Diamantina, Minas Gerais, between the years 1903 to 1930. From the speeches of the newspapers circulating in the city, we sought to above all, to identify the main amusements of the time, choosing those that stood out in the sources so that from then on they could understand how they were developed and list the possible attempts to regulate these activities by the Church. In the analyzed texts, one can perceive a constant attempt at a moralizing education based on the activities developed with constant instructional notes in the journals, or even excerpts in which the way in which people developed or behaved during such practices were criticized. The choice of the city, in which Catholicism exercised significant influence in the most varied sectors of social life, made it possible to understand the dynamics of entertainment in a society that was undergoing significant technological transformations, coupled with the strong appeal for the Europeanization of customs and practices in which the individual passed stand out in the local urban scene.

**Keywords:** Catholicism. Recreation. Diamantina. Press. Morality..

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comboio de Diamantes, século XVIII.....	40
Figura 2 - Lavra de diamantes do Sr. Felisberto D'Andrade Brant/1869 .....	49
Figura 3 - Mercado Municipal/S.d.....	61
Figura 4 - Rua Direita/1877 .....	66
Figura 5 - Igreja de Santo Antônio / Rua Direita.....	67
Figura 6 - Parque Municipal da Cavahada Velha .....	68
Figura 7 - Família no Parque Municipal da Cavahada Velha .....	69
Figura 8 - Homens no Parque Municipal da Cavahada Velha .....	69
Figura 9 - Dom Joaquim Silvério de Souza .....	81
Figura 9 - Folhetim traduzido do francês .....	96
Figura 10 - Anúncio de Livraria .....	98
Figura 11 - Anúncio de Loteria federal .....	116
Figura 14 - Teatro Santa Isabel.....	150
Figura 15 - Teatro Santa Isabel na Rua Direita .....	151
Figura 12 - Cinematógrafo.....	159
Figura 13 - Jornal Cinema Pathé.....	161

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Jornais circulantes em Diamantina no século XIX e início do XX .....	19
Tabela 2 - Colaboradores em jornais de Diamantina .....	22
Tabela 3 - Livros de Memorialistas Consultados .....	32
Tabela 4 - Periódicos para Consulta .....	33
Tabela 5 - Período e Contratadores .....	41
Tabela 6 - População Escrava de Diamantina (1832 - 1887) .....	51
Tabela 7 - População da Cidade de Diamantina .....	54
Tabela 8 - Fábricas de Tecidos em 1912 .....	56
Tabela 9- Distribuição dos grupos de ocupação no distrito sede de Diamantina .....	57
Tabela 10 - Cidades do Norte/Nordeste de Minas Gerais (1925).....	62
Tabela 11 - Elementos da modernização urbana em Diamantina.....	64
Tabela 12 - Território da Diocese de Diamantina em 1908 .....	85
Tabela 13 - Arquidiocese de Diamantina .....	88
Tabela 14 - Bibliothecas – Relação e principais características das bibliotecas existentes .....	99

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1. De Onde Viemos e Para Onde Vamos .....	10
2. Tempos de Modernidade e Conservação.....	12
3. De Onde e Para Quem se Fala .....	15
3.1. A Imprensa em Diamantina .....	18
3.1.1. A Diamantina.....	26
3.1.2. A Estrella Polar .....	26
3.1.3. A Idea Nova .....	27
3.1.4. A voz do Norte .....	28
3.1.5. Diamantina.....	29
3.1.6. O Jequitinhonha.....	29
3.1.7. O Norte.....	30
3.1.8. Pão de Santo Antônio .....	30
4. O Processo de Coleta de Dados e Categorização das Fontes.....	31
PARTE I – DO ARRAIAL DO TIJUCO À CIDADE DE DIAMANTINA.....	35
1. Um Diamante a Lapidar.....	35
2. Da Cidade do Diamante à Metrópole do Norte.....	50
3. Da Religiosidade Leiga à Metrópole Eclesiástica .....	71
PARTE II – DIAMANTINA DIVERTIDA .....	89
1. Ler para se Entreter.....	95
2. Eu Ganho Esse Jogo, se Deus Quiser .....	107
3. Foliar e só depois jejuar.....	118
4. Dançar e Cantar Para se Alegrar .....	129
5. Ao Teatro.....	146
6. Projeções modernas e civilizatórias: o cinema em Diamantina .....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	172
BIBLIOGRAFIA .....	177
FONTES DOCUMENTAIS .....	177
Jornais .....	177
Outros Documentos .....	177
Memorialistas .....	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178

## INTRODUÇÃO

Ninguém, absolutamente ninguém, póde tocar, de leve, numa senhora, numa mocinha, estando em casa, na rua, no cinema, no teatro, em qualquer parte, enfim; entretanto no salão iluminado apparatuso, isto é, no baile, ninguém estranha, ninguém se zanga, ninguém censura que, no volteio ou corropio da valsa, ou como hoje, infelizmente se tornou costume nos requebros do tango licencioso, um casado ou um moço cinja, em forma de amplexo, a cintura de uma senhora, de uma senhorinha! Que diz leitor?

- D'onde vem esse diluvio de vícios desconhecidos a nossos paes, que inundam hoje a sociedade e a solapam até em seus fundamentos?

- Da falta de religião.

A que convem principalmente attribuir a frequencia desses attentados, que ferem o mundo de espanto e de prazeres?

- A ausencia de religião.

O meio mais seguro de escapar do contagio é não fazer com elle sociedade intima, e depois não prestar attenção aos seus discursos impios: é o Santo Espirito mesmo que nol-o recomenda<sup>1</sup>.

O trecho retirado do *Pão de Santo Antonio*, periódico Diamantinense de cunho religioso, publicado no ano de 1918 apresenta um panorama das questões suscitadoras para o desenvolvimento desta pesquisa. A população de Diamantina, ao longo de sua história, passou por diversas transformações e adaptações, o que contribuiu para a formação da cultura local. A religião, que sempre esteve presente em variados âmbitos (culturais, sociais, econômicos, políticos...), serviu para este trabalho como ponto de partida.

Antes de maiores exposições acerca dos objetivos, metodologias e demais assuntos a serem apresentados, se faz necessária uma breve contextualização acerca do enredo em que a pesquisa aconteceu. Aqui se apresentam de forma sucinta os distintos objetos de estudo a serem abordados, os quais serão desenvolvidos de forma mais aprofundada nos capítulos deste trabalho.

Ao se pensar nos divertimentos, deve-se ter em mente o fato deles estarem repletos de símbolos, funções e tradições. Tais tópicos podem servir de pontos-chave quando sugerem o estudo de tal assunto, uma vez que a compreensão das atividades das pessoas em seu tempo disponível possibilita a apreensão das diversas temáticas de uma sociedade e permite a formulação de questões norteadoras para melhor interpretação acerca dos aspectos socioculturais de um local. Neste sentido, os pesquisadores Marzano e Melo (2010, p. 45) consideram a diversão um importante

---

<sup>1</sup> E Essa? Pão de Santo Antonio, 07/08/1918, ano 2, n. 27, p.02.

objeto de estudo e apontam que “o lazer é sobretudo expressão da variedade, do dinamismo e da complexidade da sociedade”.

Referindo-se ao divertimento, este é um *locus* singular dada a sua apreensão da dinâmica de um grupo, pois, os momentos de diversão são partes substanciais da vida humana. Em Diamantina o lazer sempre teve destaque no cotidiano local, entretanto, muitos dos estudos históricos da cidade estão pautados na questão diamantífera, escravagista, política ou econômica. A partir de então surgiu o interesse em um estudo que permitisse a compreensão dos desdobres das atividades desenvolvidas no tempo livre na cidade ao longo dos anos.

Como já apontado anteriormente, a religião sempre esteve muito presente em todos os âmbitos dessa cidade. Em especial, a Igreja Católica exerceu forte influência na história desse município. Assim, quanto mais se estuda acerca do assunto, mais se tem a dimensão das mediações que tal instituição teve na vida das pessoas e instituições ali existentes. Em muitos momentos se torna difícil compreender o limiar entre o lazer e a religião, como era o caso dos inúmeros festejos religiosos ali existentes.

Hoje, segunda-feira, estou aqui com saudades da Semana Santa que aproveitei tanto! O Domingo da Ressureição é para mim o melhor dia do ano. Primeiro porque fico cansada de tanto jejuar e no domingo eu desforro na começão de carne de galinha; depois por ser o dia mais alegre do ano. Vovó costuma passar a Semana Santa na casa de Tio Geraldo. Nós todos vamos à igreja assistir às aleluias. Que alegria a gente sente quando rompem as aleluias! Os sinos da cidade, as campainhas e tudo tocam ao mesmo tempo. A cidade se alegra de repente. Não se vê mais o homem de opa nas ruas, tocando matraca o dia inteiro. Tudo é só alegria (MORLEY, 1999, p. 139).

O trecho em destaque, retirado do livro “Minha Vida de Menina” criado a partir de um diário escrito por Helena Morley entre os anos de 1893 a 1895, conta o relato de uma jovem nascida em Diamantina, no qual é possível compreender parte da real religiosidade da cidade: uma mescla entre o sagrado e o divertimento. Não somente sobre a semana santa (como exposto anteriormente) é comum encontrar na literatura. Diversas são as narrativas acerca das muitas festas religiosas diamantinenses: destinadas a questões sagradas, mas permeadas com as mais variadas perspectivas, indo desde comemorações, a banquetes, diversão e sociabilidade.

Tais tradições estão ligadas à história da cidade há centenas de anos, e estão presentes no local mesmo antes deste ser elevado a município, como é o caso da



tradicional Festa do Divino, que apesar de não se saber exatamente a data do início de sua organização, é tida pelos populares como a mais antiga de todas. Tomando ainda tal festa como exemplo, é possível destacar que desde suas origens, o ápice do festejo ocorre no último dia, quando é organizado um cortejo em homenagem ao Divino Espírito Santo. Neste dia, a rua é tomada pelo povo, mas não da mesma forma como acontece no cotidiano da cidade. No momento da festa é possível a massa se transformar em um grupo compartilhador de um ritual comum. Nesse sentido Balandier (1985) demonstra o potencial das festas no sentido de abrir um espaço na sociedade, já que não são apenas espetáculos lidando com a realidade e com o imaginário, mas também oferecendo a possibilidade de uma participação ativa principalmente em referência aos momentos de libertação física e psíquica, propiciando o convívio e a solidariedade.

Decerto as atividades religiosas se configuram como um importante momento de ocupação do tempo disponível do povo em questão. Entretanto, diversas outras práticas também são relevantes no contexto do lazer.

Diamantina vivia na década de 1890 a euforia da “belle époque”: possuía iluminação a querosene, abastecimento de água potável, calçamento nas ruas centrais, o Teatro Santa Isabel, biblioteca pública, diversas bandas de música e grêmios literários, um parque municipal no largo da Cavallhada Velha. Eram muitos os saraus nas casas das famílias de destaque e, nas primeiras décadas do século XX, a cidade chegou a ter salão de boliche, pista de patinação, dois cinemas, loja de aluguel de bicicletas, clubes recreativos (MARTINS, 2000, p. 291).

Pode-se dizer que o processo de modernização passado por Diamantina interferiu de forma direta nas relações do indivíduo com o espaço. A vida tornou-se mais pública, os espaços de convivência apresentados pelo autor tornaram-se palco para novas experiências, as atividades desenvolvidas no tempo disponível passaram a ser compartilhadas com um público ainda maior.

Com o indivíduo ganhando ainda maior destaque na sociedade, suas práticas chamaram ainda mais a atenção do clero, o qual considerava muitas dessas atividades imorais, algo a ser combatido. Sendo assim, diversas foram as ações desenvolvidas pela Igreja Católica ao longo dos anos com o intuito de levar maior “civildade” àquele povo. Como se pode verificar no trecho retirado do periódico *A Estrella Polar*, publicado no ano de 1903, era dever da doutrina cristã:

desenvolver o sentimento religioso, illumina-lo, preserv-lo da perversão, que campêa ameaçadora por todos os ângulos do nosso querido Brasil, é, não contestal-o, um dever, não só de Religião, senão também de amor pátrio, pois como muito sensatamente notou um philosopho pagão: << é mais fácil

construir uma cidade nos ares, do que fundar uma sociedade sem templos, sem altares, sem culto, sem religião, sem Deus<sup>2</sup>.

Aliando o trecho aqui transcrito à primeira publicação apresentada neste trabalho, se referindo aos bailes realizados na cidade, é possível ter uma prévia visão da ação da Igreja, bem como seus deveres perante as pessoas. A falta de religião, ou o distanciamento dela leva o homem a cometer atos de perversão, visto como ameaçadores em todos os âmbitos do país, sendo papel da fé combater o que então eram classificados como abusos.

Destaca-se à lacuna de trabalhos com fins de estabelecer relações entre lazer e religião, pois, no campo do lazer, pelo menos no Brasil, ainda são recentes os estudos abordando a temática da religião. Destaca-se também a possibilidade de se conhecer a estrutura e os valores interpostos em tais relações, pois, se entende que a compreensão dos fenômenos nelas inseridos é de fundamental importância para o acompanhamento dos seus possíveis desdobramentos sociais. Desde sempre, a religião permeou a vida do brasileiro, entretanto, essa se trata de uma religiosidade *suis generis* (PEREZ, 2011), em virtude do cotidiano ser marcado por expressões como “se Deus quiser”, “graças a Deus”, “que o Diabo que te carregue”, as quais muitas vezes são ditas até mesmo por aqueles que não acreditam no poder divino. É com base nesta singular religiosidade nacional que este trabalho se fundamenta.

Dessa forma, estudar a diversão e a religião no âmbito da historiografia permite o aprendizado dos símbolos e significados apresentados dentro de um contexto sociocultural de determinada sociedade. Em acréscimo, Adão (2001) destaca o fato de a história ser colocada como um importante instrumento para a observação de um cenário privilegiado como é o da festa, pois, nela encontram-se presentes de um lado, aspectos significativos do universo cultural dominante, de outro, estão imbricados elementos próprios da cultura popular, seus símbolos e suas práticas.

## **1. De Onde Viemos e Para Onde Vamos**

O caminho percorrido até este objeto a ser estudado se deu desde a graduação em turismo, momento do primeiro contato com a pesquisa científica. Foi no decorrer deste processo, ocorrido na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do

---

<sup>2</sup> A *Estrella Polar*, 10/01/1903, ano I, n. 02, p. 1.

Mucuri, no *campus* de Diamantina, que o interesse pelas práticas religiosas aliadas a questões do lazer se deu, resultando na monografia na qual foi estudada a utilização de festas religiosas como possibilidade da prática do turismo cultural. O percurso dessa pesquisa permitiu a apreensão das inúmeras possibilidades permitidas por temas religiosos. Essa questão se acentua com a percepção do fato de a maioria dos estudos estarem pautados na descrição das práticas religiosas em si, sem considerarem todo um contexto profano atrelado a elas, o qual certamente era definidor de muitos aspectos que não eram abordados em tais trabalhos.

Dadas as inquietações provocadas e a ausência de um arcabouço teórico suplementar ao trabalho de conclusão de curso, foi definida a temática a ser estudada durante a realização do mestrado. Destarte, foi vislumbrado o programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais como possibilidade de investigar um assunto ainda pouco explorado. Em vista disso, já tendo obtido resultados acerca da atividade turística frente a festas religiosas, optou-se por estudar as relações de lazer neste mesmo contexto, no que se refere à população de Diamantina, tendo como objeto a festa do Divino Espírito Santo.

Após comprovar a maior frequência das pessoas na festividade por motivações muito mais profanas que sagradas, surgiram os questionamentos que trouxeram até aqui. Percebendo então a dualidade existente entre o sagrado e o profano, fruto de uma sociedade profundamente religiosa e na mesma proporção secular, deu-se o questionamento de como estas relações teriam se estabelecido ao longo dos anos. Será que as festas religiosas dos séculos passados, nas quais a religiosidade era muito mais conservadora e impositiva, também despertavam interesses de divertimentos nas pessoas? As atividades realizadas durante o tempo disponível estavam em consonância com as diretrizes religiosas? A Igreja tentou, em algum momento, regular as práticas desenvolvidas por seus fiéis?

Foram estes e outros tantos questionamentos balizadores para um trabalho com o objetivo geral discutir acerca da influência, por parte da Igreja Católica, nas práticas de divertimento na cidade de Diamantina nas primeiras décadas do século XX, a partir dos discursos presentes nos jornais da época.

Para alcançar o objetivo geral, foram estipulados objetivos específicos, sendo o primeiro deles: identificar as principais atividades de lazer desenvolvidas na cidade.

Busca-se o levantamento de tais dados, pois, as análises propostas neste trabalho partem deste ponto, o qual permitirá melhor compreensão da sociedade em questão.

Busca-se também discutir sobre os possíveis controles eclesiásticos frente às práticas de lazer. Faz-se importante a discussão dessa temática, pois, a religião desde sempre, umas vezes com mais intensidade, outras com menos, vem exercendo significativa influência nas ações do ser humano. Em Diamantina, especificamente, com a ausência do catolicismo institucional durante muitos anos, a religiosidade era exercida a partir das irmandades<sup>3</sup>, as quais eram entidades de pessoas alheias à formação clerical, as quais se reuniam e fundavam uma ordem, em homenagem a alguma santidade de sua devoção. Entretanto, no período proposto para as análises desta pesquisa, o clero passou a exercer um controle mais acentuado, determinando o que se poderia e o que não se poderia fazer, ou ainda o que não era indicado que se fizesse, como será demonstrado mais adiante.

## **2. Tempos de Modernidade e Conservação**

Referindo-se ao recorte temporal escolhido para compor o presente estudo, é provável ter sido esse o primeiro desafio encontrado ao decidir desenvolver um trabalho baseado em história: a minha não formação na área e o fato de (por mais que capítulos com um aporte histórico já tenham sido desenvolvidos) ser esta a primeira vez a escrever um texto privilegiando uma temporalidade não vivenciada por mim.

Definir qual melhor espaço temporal para análises não foi tarefa simples, considerando principalmente o modo positivista de tratar o tempo de forma padronizada, o qual geralmente representa uma passagem sob forma de sucessão de acontecimentos frequentemente linear e progressiva que avança para frente e não admite recuos. Consequentemente, mesmo que tal fato não apresente extrema relevância para esta pesquisa, serão desenvolvidas as análises levando sempre em consideração as idas e vindas que possam estar presentes nas narrativas, tendo por base a afirmação de Bourdieu (2008) ao se referir à análise da trajetória de vida, a

---

<sup>3</sup> Considerando o propósito deste trabalho, serão tratadas como irmandade todas as associações leigas que tinham vínculo com o religioso, colocando em uma mesma categoria as irmandades, ordens terceiras, confrarias e arquiconfrarias, mesmo que existam especificidades institucionais.

qual só pode ser feita se for respeitada a não linearidade da existência do homem no tempo, sob pena de se perder em meras ilusões biográficas.

Definiram-se as primeiras décadas do século XX como ponto de análises, entretanto, mesmo que em menor grau, também serão considerados documentos e eventos antecedentes ou sucessores a esse espaço temporal, sob o fato de muitos episódios estarem atrelados a fatos anteriores, ou que provocarão desdobramentos posteriores ao quartel abordado. Dessa forma, são citadas referências relativas a momentos anteriores e posteriores ao período escolhido.

A eleição do recorte temporal privilegia um intervalo de quase trinta anos, por conseguinte será estudada a sociedade diamantinense entre os anos de 1903 e 1930. Destaca-se o fato deste momento estar inserido num contexto nacional denominado pela historiografia como Primeira República, a qual é compreendida a partir do fim da monarquia em 25 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930. Por mais que o tempo de partida para as análises seja dez anos após tal data, tem-se casos na esfera local fundadores deste recorte, os quais serão abordados à frente. Ressalta-se a importância deste intervalo, devido a todo o cenário nacional estar passando por uma série de transformações, tanto nos campos políticos, econômicos e socioculturais, o que contribuiu para o surgimento de novas sociabilidades em nome de um ideal de modernização e civilização.

No Brasil, as últimas décadas do século XIX e início do XX foram marcadas por uma série de transformações caracterizadas pelo apelo à modernidade explicitada pelos políticos e intelectuais. Ademais, essa foi uma época de ampliação das comunicações; difusão da imprensa; extensão da rede ferroviária, a qual passou a ligar diversas partes do país; melhoria dos serviços dos correios e telégrafos; e até mesmo o aumento de pessoas a irem estudar em outros países, fatores que propiciaram o intercâmbio de ideias e estilos de vida.

Destaca-se, também, o fato de o decurso compreender parte da *belle époque*, uma expressão francesa que em tradução literal significa bela época, a qual abrange uma fase cosmopolita na história europeia que, segundo alguns historiadores, teve seu início com o fim da guerra Franco-Prussiana em 1871 indo até à eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. Esse movimento ecoou em diversas áreas do mundo, inclusive no Brasil, iniciando, como apontado por Needel (1993), com a subida

de Campos Sales ao poder em 1898 e o movimento de recuperação da tranquilidade sob a égide das elites regionais.

As pessoas do local passaram a ser influenciadas por valores e paradigmas importados da Europa, trazendo para o cenário nacional, transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e arquitetônicas. Sevckenko, ao analisar tais transformações no Rio de Janeiro, elencou os quatro pilares que sustentaram a reforma carioca:

A coordenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade; e um cosmopolitismo agressivo (SEVCENKO, 20013, p. 43).

As elites brasileiras dessa época não procuraram simplesmente reportar o *modus vivendi* europeu, mas buscaram reproduzir no país os modelos urbanísticos advindos da Europa.

As reformas urbanas denunciaram os limites dos postulados liberais na gestão da cidade e diante da crise política, social e ambiental foi requerida a intervenção do Estado para a remodelação dos centros das cidades, uma verdadeira reconquista da centralidade pela burguesia e pelo Estado, através da demolição de bairros e zonas populares centrais e o conseqüente deslocamento destes grupos sociais para localizações periféricas e suburbanas. A suburbanização do proletariado e a edificação sobre a velha cidade de novos centros para os negócios, residência e atividades das classes superiores e o Estado são os aspectos mais marcantes desse processo (FERNANDES, 2008, p. 45).

Bem como na extensão nacional, Diamantina empreendeu inúmeros esforços em se projetar como uma imagem de cidade moderna, um centro de referência não somente em todo o norte e nordeste mineiro, mas em todo território brasileiro, culminando com a implementação de variados empreendimentos que possibilitassem formatar esse título. Nessa época, em Diamantina, surgiu o Hospital da Saúde (1901), foi feita a instalação do primeiro cinema (1906), chegou a luz elétrica (1910), foi inaugurado do cemitério público (1914), construído um ramal ferroviário (1914), dentre tantos outros que serão mais bem explorados ao longo dessa tese.

Outro elemento motivador tal delimitação temporal foi a Reforma Eclesial empreendida por Dom Viçoso no território mineiro, a qual deu origem ao Bispado de Diamantina<sup>4</sup> no ano de 1853. Tal ação, além de reforçar na cidade as premissas do

---

<sup>4</sup> Dados do histórico da Arquidiocese de Diamantina informam a criação do Bispado desta cidade na época em que havia a união Igreja-Estado, o qual, para se criar uma Diocese, era necessário um Decreto do Imperador. A autorização foi dada pela Lei Civil, nº 673, de 10 de agosto de 1853, sendo executada em 1854. Outras informações no site:

catolicismo institucional, levou até lá um representante maior da instituição na figura de Dom João Antônio dos Santos. Este implementou na cidade os pressupostos elaborados a partir do movimento de romanização do catolicismo, o qual visava a uniformização da vida eclesiástica no Brasil.

Foi por esse caminho que a Igreja do Brasil recebeu, através de D. Viçoso e de outras indicações, um número de bispos perfeitamente unânimes na mentalidade e nos métodos de reatualizar o catolicismo no espírito do Concílio de Trento e em sua fidelidade estrita ao *Syllabus*. Muitos deles estudaram no Seminário Pio Latino-Americano, fundado em Roma em 1851, e quase todos ligados aos lazaristas franceses (LUSTOSA, 1977, p. 95).

A recém-criada diocese procurou implementar diversas ações que possibilitassem atingir os objetivos religiosos. Entretanto, como aponta Fernandes (2008), foi somente com Dom Joaquim, sucessor do primeiro bispo a partir do ano de 1903, que os pressupostos adotados pela romanização triunfaram no governo episcopal. Exemplo disso tem-se o I Sínodo desta diocese, feito em 1903, que resultou na formulação de um documento com diversos estatutos e decretos visando renovar os costumes, corrigir os desmandos e cumprir as demais orientações advindas do Concílio Tridentino. Portanto, justifica-se a posição de partida para as análises no ano de 1903, com a chegada de Dom Joaquim a Diamantina e elaboração do Sínodo e como ponto final, o ano de 1930, período concomitante com a morte do bispo em questão.

### **3. De Onde e Para Quem se Fala**

A partir da iniciativa de se descrever um fenômeno cultural, esta pesquisa toma como base a perspectiva da Nova História Cultural – NHC, a qual tem a proposta de “decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2004, p. 42).

Com o movimento da NHC, difundido em meados das décadas de 1960 e 1970, novas possibilidades de estudo foram se desenvolvendo, renunciando ao caráter de legitimidade de pesquisa apenas quando há um valor político associado. Dessa forma,

dentro da perspectiva da Nova História, o lazer e a religião representam algo mais, em razão de serem tidos como possibilidade de dado grupo ou coletividade projetarem simbolicamente sua representação de mundo. Além disso, tal método também aponta “as práticas culturais como assuntos de primeira grandeza, a diversão se configura mais claramente como um relevante objeto de estudo” (MARZANO e MELO, 2010, p. 10).

Outra possibilidade trazida pela Nova História Cultural é o fato de se poder trabalhar com curtos períodos e com ocorrências mais pontuais, uma vez que sua ênfase “incide sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações – e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado por esses exames” (HUNT, 2001, p. 28-29). Então, a interpretação dada a documentos servirá de método para este trabalho como proposto pela NHC.

Importantes aliados à pesquisa histórica são os jornais que diariamente relatam acontecimentos de determinado local. Anderson (2005, p. 46) ressalta que o surgimento dos jornais e dos romances proporcionou “os meios técnicos para ‘re(a)presentar’ o tipo de comunidade imaginada que é a nação”. Logo, os jornais de curto alcance, como os circulantes por Diamantina, podem ser tidos como suportes, uma vez que neles predominam narrativas de caráter local, tidas como meios privilegiados do registro do cotidiano, cujo tempo e espaço são capazes de ser encarados de maneiras diferentes dos grandes centros urbanos, exprimindo a identidade coletiva de seus habitantes.

Esses jornais documentaram e contribuíram para a difusão de normalizações morais, majoritariamente relativas ao modo de vida idealizado pela Igreja Católica. Vale ressaltar que muitos também apresentaram questionamentos à ordem então estipulada, indicando um processo de mudança social. Em geral, os periódicos diamantinenses traziam notícias da vida social, política, econômica e religiosa da sociedade em questão. De tal modo, a imprensa local fazia circular informações sobre a vida da cidade e se constituiu como um instrumento privilegiado no qual as pessoas projetavam suas visões de mundo e suas ideias, apontando caminhos e soluções para as mais variadas questões. De acordo com Goodwin Junior, os jornais proporcionam

novos enfoques, novos objetos de estudo, encontram em páginas antes esquecidas os elementos para delinear imagens do passado: modas, costumes sociais, discursos, mentalidades. A leitura dos jornais permite perceber quais são os valores hegemônicos em uma determinada época e



região e a forma como esse *zeitgeist* vai sendo incorporado e encarnado, até se tornar um parâmetro pelo qual a realidade é medida (GODWIN JR., 2001, p. 9).

Ainda sobre esta temática, Souza (2004, p. 47) apresenta que “o saber narrativo dos pequenos relatos não irá atuar como força legitimadora” da história, insistindo no “caráter local dos discursos e na precariedade das legitimações”. Ela ainda acrescenta que “cenas domésticas e aparentemente inexpressivas para a elucidação dos fatos históricos passam a compor o quadro das pequenas narrativas, igualmente responsáveis pela construção do sentido subliminar da história”.

Desta forma, a principal fonte de pesquisa a ser utilizada neste trabalho serão jornais periódicos que estiveram em circulação em Diamantina durante o período a ser estudado. A esse respeito Vilhena destaca que

a imprensa pode ser tomada como suporte de veiculação de conceitos e referências de lazer, produzindo e fazendo circular determinadas representações sobre essa prática. Assim, como a instrução, os divertimentos eram encarados como referências de civilidade, um dos canais de promoção do desenvolvimento da nação e de aperfeiçoamento da população da cidade (VILHENA, 2008, p. 17).

Como salienta Silva (2008) e Vilhena (2008), a imprensa é produto do seu tempo, instrumento para compreensão de uma época que não estaria limitada a apenas uma classe social, onde os diferentes grupos poderiam apropriar-se dele de forma similar. Além do mais, os textos jornalísticos também permitem “perceber como os articulistas do jornal compreendiam o espaço urbano, seu uso de conceitos em voga à época (tais como ‘progresso’ e ‘civilização’), sua postura face às novidades tecnológicas e aos sinais visíveis de civilização” (GODWIN JR., 2001, p. 1). É sabido inclusive que

ao tomar a imprensa como fonte de pesquisa é significativo, inicialmente, contextualizá-la para o período em estudo. Só assim é possível estar atento às diversas tramas não explicitadas diretamente no que é publicado. Interesses variados, embates políticos, defesa de visões de mundo, são aspectos refletidos nos jornais; tais aspectos podem ser percebidos dos assinantes, nos anúncios impressos entre outros (SILVA, 2012, p. 29).

Dessa forma, será apresentada a seguir uma contextualização acerca do surgimento dos jornais a serem utilizados como fonte, bem como seu foco e áreas de interesses, assim como o perfil de seus escritores objetivando um melhor entendimento da finalidade da escrita, além do contexto em que tais textos foram produzidos.

### 3.1. A Imprensa em Diamantina

Encontrei em Tijuco mais ilustração que em todo o restante do Brasil, mais gosto pela literatura, e um amor mais vivo pela ilustração (...).

Os habitantes do Tijuco escrevem com belos caracteres, e a este respeito podem rivalizar com os mais hábeis ingleses (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 95).

A partir das observações descritas pelo naturalista francês Auguste de Saint Hilaire durante passagem pelo Arraial do Tijuco entre os anos de 1816-1822, é possível notar a literatura se destacando naquela população desde o século XIX. Certamente esse gosto pelas letras contribuiu para o surgimento dos diversos jornais que já estiveram em circulação na cidade, periódicos estes que hoje funcionam como guardiões da memória de Diamantina.

Godwin Jr. (2007) ao estudar a imprensa em Juiz de Fora e Diamantina, informa que todos os discursos são produzidos socialmente, fazendo com que os mesmos incorporem em si valores e ideias correntes da época, privilegiando temas e apresentando objetos que possuem sentido para o momento em que são apresentados. De acordo com o autor, a imprensa se constitui de discursos explícitos ou implícitos, redigidos por um indivíduo ou por vários, mas sempre a partir de um discurso coletivo, pois, ainda que a composição seja escrita por uma pessoa só, várias são as mãos transformadoras de um texto impresso, várias são as mãos a distribuí-lo.

Uma parcela significativa dos jornais era produzida pelas elites letradas, grupos identificados com uma visão burguesa e “civilizatória” do espaço urbano, com uma clara intenção de publicidade, divulgação e educação (GODWIN JR., 2007). Então, pode-se dizer que a imprensa em Diamantina se desenvolveu a partir de debates políticos entre as elites regionais e os ideais moralizadores pautados na Igreja Católica, representando um modo de pensar e formas de vida a partir de um grupo específico. Dessa forma, estes periódicos têm em sua base dois pilares: o ideário de sociedade e a religião.

Tendo essa questão em vista, se faz necessário identificar o contexto de vida dos responsáveis pela escrita desses periódicos. Ademais, compreender o contexto de suas vidas é fator significativo para entender com maior profundidade o veiculado, visto que o local onde habitavam, como viviam, como se relacionavam com as

questões eminentes daquele contexto social certamente refletirão a forma como eram colocadas as suas ideias.

Somando o gosto pela literatura à expectativa dos benefícios de terem um jornal circulando na cidade, em 30 de janeiro de 1822, um grupo local endereçou um documento onde solicitava ao Governo Provisório medidas a este respeito:

Os habitantes do Arraial do Tijuco e Demarcação Diamantina, abaixo assignados, ambicionamos a aquisição de conhecimentos públicos, pelos quaes se tornam cidadãos dignos do Governo Representativo, vem lembrar a V. Exs. a ingente necessidade de se estabelecer, quanto antes, na capital da Provincia uma typographya, ao menos suficiente para se reimprimirem e espalharem pelo povo as noticias politicas, e juntamente as vigilantes(...) Com esta providencia da reprodução de papeis e resoluções de V. Exs. a Provincia adquirirá gradualmente a civilisação e instrucção que lhe falta, não por impossibilidade moral, absoluta e invencível (graças ao Onipotente) mas por outras causas geralmente conhecidas<sup>5</sup>.

Diamantina foi a terceira cidade a possuir um periódico em Minas Gerais<sup>6</sup>. O primeiro jornal a entrar em circulação data de 20 de maio de 1828, intitulado Eco do Serro, o qual foi produzido pelo jovem de nome Manoel Sabino de Sampaio Lopes que, apesar trabalhar como ourives e sem nenhum conhecimento acerca da tipografia, usou de sua inteligência para criar uma matriz em madeira e assim reproduzir seus textos nas páginas em branco. Com o auxílio de João Nepomuceno de Aguiar, ambos liberais convictos, escreviam textos que iam contra o governo de Dom Pedro I. Com o avanço de seu novo empreendimento, uma tipografia foi montada para melhor atender às demandas (SANTOS, 1978). A partir de então, diversos outros periódicos foram surgindo com o passar dos anos e com a ampliação do acesso a tecnologias.

**Tabela 1 - Jornais circulantes em Diamantina no século XIX e início do XX**

	<b>Título do Periódico</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Periodicidade</b>
<b>01</b>	Echo do Serro	20/05/1828	10/1831	Semanal
<b>02</b>	O Diamantino	10/1832	1835	Semanal
<b>03</b>	O Exorcista	1833	-	-
<b>04</b>	Tribuno do Serro	1833		
<b>05</b>	O Jequitinhonha	30/12/1860	06/1875	Semanal
<b>06</b>	O Voluntário	02/1865		Semanal
<b>07</b>	O Gaio	1869		
<b>08</b>	O Estudante	06/1873		
<b>09</b>	A Infancia	1873		
<b>10</b>	O Catholico	1874	1876	

<sup>5</sup> A Idéa Nova, 04/04/1909 ano IV n.156, p.1

<sup>6</sup> Segundo Veiga (1898) a primeira cidade a possuir um periódico foi Ouro Preto com a criação do "Compilador Mineiro" em outubro de 1820, seguido por "Abelha do Itaculmy" em janeiro de 1824, "O Universal" em julho de 1825 e "Companheiro do Conselho, "Diário do Conselho do Governador de Minas Gerais" e "O Patriota" no mesmo ano. Já o segundo jornal surgiu em São João Del Rey com a fundação do "Astro de Minas" em 1827.

11	O Jesuistinha	02/1874		
12	O Escolar	1874		
13	Monitor do Norte	04/1875	1879	
14	O Guarany	1878	1878	
15	O Itambé	1878		
16	O Recreio Beneficente	1878		
17	A Mocidade	12/05/1878		Semanal
18	O Norte de Minas	09/1878	12/1880	Semanal
19	A Idéa Nova	07/09/1879	04/1881	2 vezes por mês
20	O Guaicuhy	31/03/1881		Semanal
21	A Voz do Povo	23/07/1881	1886	Semanal
22	O Labaro	1881	Circularam apenas 4 nº	
23	O Futuro	08/11/1881	1881	Quinzenal
24	O Labaro do Futuro	15/01/1882	-	Duas vezes ao mês
25	O Mineiro do Norte	1883		Quinzenal
26	A Voz do Século	03/1885		Quinzenal
27	A Verdade	14/11/1885		Semanal em dias indeterminados
28	O 17º Districto	12/07/1885	19/05/1887	Semanal
29	O Progresso	15/03/1886		Quinzenal
30	O Sete de Setembro	07/09/1886	27/06/1889	Semanal
31	O Normalista	10/1886	05/1887	Quinzenal
32	Liberal do Norte	26/05/1887	05/1888	Quatro vezes ao mês
33	A Propaganda	16/06/1888	01/03/1888	
34	O Tambor	14/07/1889	07/1892	Semanal
35	O 1º de Abril	01/04/1889		
36	A Inveja	1889		
37	A Cidade de Diamantina	23/02/1890		Semanal
38	A Republica	15/11/1890		
39	O Ensaio	1890		
40	Operario da Luz	01/01/1891		Duas vezes ao mês
41	O Infantil	04/1891		
42	A Troça	1891		
43	A Lanterna	1892		
44	O Diamantinense	15/08/1892		Três vezes ao mês
45	O Ensaio Infantil	1893		
46	A Tribuna do Norte	1893		
47	O Aprendiz	15/08/1893		Quinzenal
48	O Município	17/04/1894	31/12/1903	Semanal
49	A União	09/06/1894		
50	A Esperança	06/1899	1900	
51	Voz Feminina	21/04/1900		Quinzenal
52	O Garimpeiro	01/09/1901	23/02/1902	
53	O Tijuco	18/09/1901		Quinzenal até 12/1902, posteriormente semanal
54	O Itambé	15/12/1901		Semanal
55	A Estrella Polar	01/01/1903		Três vezes por mês, até 25 de novembro de 1909. Daí em diante, às quintas-feiras, depois aos domingos
56	A Cidade Diamantina (nova fase)	17/07/1903		
57	O Jequitinhonha	24/01/1904	29/03/1906	Semanal, aos domingos, até 12 de junho de 1904, depois às quintas-feiras
58	A Acayaca	01/05/1904		Quinzenal
59	A Idéa Nova	15/04/1906	07/1912	Semanal
60	O Norte	03/05/1906	20/10/1907	Semanal

61	O Atomo	05/1906		
62	Pão de Santo Antonio	09/10/1906	29/12/1935	Mensal, até 30 de abril de 1913; quinzenal, a partir de fevereiro 1915
63	A Menina	1907		
64	O Perereca	01/02/1908		
65	O Norte (nova fase)	31/12/1909		
66	Via Lactea	17/01/1909		
67	Vida Escolar	01/02/1909		Quinzenal até abril, depois mensal
68	A Diamantina	29/07/1909	04/1910	Semanal
69	A Sentinella	09/12/1910		Mensal
70	Cinema Pathé	1910		
71	O Piruruca	31/01/1915	26/02/1916	Quinzenal
72	O Operario	1917		
73	A Voz do Norte	01/07/1917	24/02/1918	Semanal
74	O Recreio	04/06/1916	01/1916	Mensal
75	A Evolução	16/08/1921		Semanal
76	O Momento	08/01/1922	09/04/1924	
77	A Sogra	28/10/1923		Semanal
78	O Canarinho	01/1926		Semanal
79	Diamantina	19/12/1926	1930	Semanal
80	A Messe	09/1927		Trimestral
81	O Estudante	10/05/1929		Mensal
82	A Capistrana	15/06/1929		Quinzenal

Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos no Jornal A Estrella Polar de 08/10/1933 e [https://docplayer.com.br/56174309-Issn-anais-biblioteca-nacional-vol-egp-de-j\\_v-j\\_if\\_o-wm.html](https://docplayer.com.br/56174309-Issn-anais-biblioteca-nacional-vol-egp-de-j_v-j_if_o-wm.html) (Acesso em 20/06/2018).

Como se pode observar na tabela, dezenas de jornais estiveram em circulação na cidade, cada um propagando um ideal ora complementares, ora discordantes. Alguns duraram pouco mais de um ano, outros permaneceram por mais tempo, chegando em dado momento a encerrar suas atividades, mas a reabrir posteriormente, como foi o caso dos jornais *O Norte* e *A Cidade de Diamantina*.

O fato de os jornais serem produzidos numa época em que se demandava grandes materiais para tipografia contribuiu para o encerramento de muitos, entretanto, outros fatores também devem ser considerados como o publicado no Jornal “A Idéa Nova”:

O jornalismo em Minas é um posto de sacrifícios não remunerados, é um apostolado militante, onde só conseguem manter-se por algum tempo os espiritos fortes, alentados pela inspiração superior de um patriotismo puro (...) Só quem tem alguma pratica de jornalismo, num meio ingrato como o interior de Minas, pode avaliar a somma de esforços, a tenacidade e constância ao trabalho que temos despendido para poder publicar este jornal todas as semanas, sem uma única interrupção, durante um período de tempo relativamente tão longo<sup>7</sup>.

A partir de tal relato, percebe-se que diversos eram os desafios em se manter esse tipo de atividade, sendo destacado o grande trabalho, bem como as dificuldades

<sup>7</sup> A Idéa Nova, 03/04/1910, ano V, n. 208, p.1

econômicas. Da mesma forma, como se pode ver na tabela anterior, a cidade teve ao longo de sua história um expressivo número de jornais. Cada um com o intuito de propagar aos leitores as ideias que defendiam, centenas de pessoas dedicaram parte do seu tempo a essas atividades. Acerca disso, José Teixeira Neves realizou um levantamento dos principais nomes que estavam à frente dos jornais em circulação no final do século XIX:

**Tabela 2 – Colaboradores(as) em jornais de Diamantina**

Colaboradores	Jornais
<b>Aires da Mata Machado</b>	Cidade Diamantina (2ª fase); O Itambé
<b>Aldo Delfino</b>	Cidade Diamantina (2ª fase); O Itambé; O Município
<b>Antonio Cícero de Menezes</b>	A Diamantina; O Município
<b>Antonio dos Santos Mourão</b>	A Idea Nova (2ª fase); Cidade Diamantina; O município
<b>Antonio Torres</b>	A Diamantina; A Idea Nova (2ª fase); Pão de Santo Antonio
<b>Artur França</b>	Cidade Diamantina; O Município
<b>Augusto Mario Caldeira Brant</b>	Cidade Diamantina; O Itambé
<b>Cícero Arpino Caldeira Brant</b>	Cidade Dimantina; A Idea Nova (2ª fase)
<b>Ciro Arno</b>	O Itambé; O Município
<b>Cláudio Ribeiro de Almeida</b>	Cidade Diamantina; O Município
<b>Clélia Corrêa Rabelo</b>	A Voz Feminina; O Município
<b>Djanira Passos</b>	O Município; O Itambé (2ª fase); Pão de Santo Antonio
<b>João Camelo</b>	O Município; O Itambé
<b>João Felício dos Santos</b>	A Idea Nova (2ª fase); O Itambé
<b>José Augusto Neves</b>	O Município; Pão de Santo Antonio
<b>José Carolino de Menezes, padre</b>	A Estrella Polar; A Idea Nova (2ª fase); Pão de Santo Antonio
<b>José Maria de Santa Rosa</b>	A Idea Nova (2ª fase); O Itambé
<b>José Pedro Lessa, padre</b>	A Estrella Polar; Pão de Santo Antonio
<b>Pedro da Mata Machado</b>	Cidade Diamantina; A Idea Nova (2ª fase)
<b>Salles Mourão</b>	O Itambé; A Diamantina (2ª fase)
<b>Serafim Gomes Jardim, monsenhor</b>	A Estrella Polar; Pão de Santo Antonio
<b>Severiano de Campos Rocha, cônego</b>	A Estrella Polar; O Itambé

Fonte: Fundo José Teixeira Neves, Cx4, envelope 2. In: Godwin Jr, 2007, p.110-111

Nota-se que os nomes apontados se repetem diversas vezes, evidenciando o fato de uma mesma pessoa não estar ligada a apenas um periódico, como foi o caso de Antônio Torres, o qual colaborou com a escrita de pelo menos três outros. Com efeito, em toda a listagem, aparecem os nomes de apenas duas mulheres, caracterizando a hegemonia masculina em tal atividade. Apesar disso Godwin Jr. (2007) apresenta o fato de que, não obstante a predominância de colaboradores masculinos, junto às máquinas tipográficas as mulheres faziam-se presentes com grande regularidade, uma vez que o contingente feminino era alfabetizado, o que faria sentido, dado o trabalho realizado nessas oficinas. Com isso, as mulheres à frente dos jornais estavam na busca por suas garantias de direitos, chegando até mesmo a

criarem um jornal intitulado *Voz feminina*, autodenominado “órgão dos direitos da mulher, litterario e noticioso”. Nele era comum encontrar reivindicações feministas em virtude do contexto social que estavam inseridas:

(...) não somos também, como é o homem, parte componente da sociedade? Não estamos sob o jugo da lei, e não temos inteligência lucida, vontade livre?(...)  
Os homens são os soberanos; a mulher continua a ser súbdita.(...)  
Assim, respeitando o passado, porque seus erros não foram crimes, almejamos o futuro que nos livrará das nossas faltas actuaes<sup>8</sup>.

Se por um lado havia alguns jornais que além de terem mulheres como redatoras e publicarem notas defendendo a equidade de direito entre os gêneros, por outro existiam também os periódicos mais tradicionalistas pautando sua propaganda na tentativa de manter o sexo feminino tal como era na antiguidade:

Bem hajam as senhoras da velha e tradicional terra dos diamantes! São ellas as que abraçaram e defendem o verdadeiro feminismo. Incluídas na lista de jurados, as senhoras da cidade de Diamantina recorreram para o presidente do Tribunal da Relação do Estado, allegando que «desejam ficar na nobre tranquilidade domestica, onde exercem as virtudes femininas, pois é preciso defender os direitos da tradição contra o assalto tumultuoso do modernismo» (...)  
Como lemos algures, «quem defende o verdadeiro feminismo dentro dos lares mineiros são as senhoras de Diamantina, que acabam de dar á mulher brasileira uma lição tão edificante do dever que lhe traçou na sociedade o papel natural que na mesma lhe cabe. Ser mãe, ensinar as crianças nas escolas, trabalhar para ajudar um lar pobre e honesto...»<sup>9</sup>.

Dentre a lista de colaboradores dos jornais de Diamantina, destaca-se também a presença de pessoas ligadas à Igreja Católica – monsenhores, cônegos, padres. Esses, geralmente, trabalhadores dos jornais religiosos, moderavam seus escritos no intuito de difundir a fé e a moral cristã. O combate a outras religiões também se fazia presente:

(...) Ora, este Igreja condemna o Espiritismo, e declara que é pecado grave tomar parte em suas reuniões. Acabem, portanto, com essa ilusão. Voltem-se definitivamente para ao Catholicismo, ou para o Espiritismo, mas convençam-se de que se forem catholicos práticos, estarão com Deus, e se fôrem espiritas, estarão com o diabo, e irão com elle para o inferno<sup>10</sup>.

Como será apresentado no capítulo seguinte, a preocupação da Igreja em manter sua unanimidade se fez presente em todo o período que compreende este trabalho. Principalmente a maçonaria e o espiritismo foram assuntos abordados diversas vezes nos mais distintos periódicos. Entretanto, se havia aqueles que

<sup>8</sup> *Voz Feminina*, 16/04/1901, ano I, n.18, p.1

<sup>9</sup> *Pão de Santo Antonio*, 26/02/1933, ano XVII, n.22 , p.3

<sup>10</sup> *Pão de Santo Antonio*, ano XXVII, n.33, 14/05/1933, p.1

propagandeavam os ideários da Igreja Romana, outros não se importavam em publicar reportagens que fizessem alusões contrárias:

Recebemos pela primeira vez a primorosa revista mensal ilustrada Luce e Ombra, que se edita em Milão (Italia) e tem por escopo o estudo da sciencia espiritualista.

O numero que temos á mão, além de magistral artigo redactorial traz diversas experiências scientifico-espirtas realizadas quer na Italia, quer na Inglaterra e na França por homens eminentes, sob a mais severa fiscalização, com os celebres médiuns Politi e Home.

Suas condições de assinatura para ao estrangeiro são de 6 liras por anno, que em moeda brasileira, ao cambio actual, equivalem a pouco menos de 3\$300<sup>11</sup>.

Em todos os jornais é também comum encontrar referências a assuntos variados, como crônicas, informes, notas de falecimento, casamentos e opiniões. Esse último tema era, muitas vezes, alvo de polêmicas, sejam elas veladas ou não. Dada a pluralidade de ideias veiculadas nos diversos jornais existentes, também era corriqueira a troca de críticas entre um jornal e outro, principalmente no que tange a assuntos políticos.

Durante muito tempo evitamos, propositalmente, responder as injurias e calumnias contra nós assacadas por um jornaleco que a Mashorca mantem com dinheiro do povo (...)

A verdade é que ninguem em Diamantina dá o mínimo valor ao jornal desse grupinho desmoralizado e ridículo, que, tendo o cérebro conturbado pela immnencia de uma derrota certa, estrebucha e grita no desespero impotente dos vencidos<sup>12</sup>.

Nesse trecho, percebe-se uma clara crítica tecida ao jornal *O Norte* por parte do *A Idéa Nova* motivada por razões políticas. Dado o conflito de ideias, nota-se o descontentamento do jornal ao receber diversas agressões advindas do seu concorrente que, segundo eles, já há muito tempo vinha promovendo ofensas publicadas em seus números. Em revide a esta agressão, *O Norte* publica na semana seguinte uma réplica às provocações:

Srs. Mascarados, tirem a mascara, si quiserem obter resposta. Gente honesta não precisa mascarar-se para fazer acusações. "O Norte" exige, para responder ás acusações que os srs da "Idéa" assumam a responsabilidade dos seus escriptos, afim de saber si quem o ataca merece honras de uma resposta. Estamos promptos a provar tudo o que dissemos e dissermos, comtanto que a "Idea" se descubra, que os seus redactores tirem as mascaras, porque os mascarados têm certas regalias: podem mentir e dizer asneiras e mesmo descamber para o terreno escabrosa das indecências, como fez a "Idea". Enfim, tirem primeiro a mascara, e terão resposta, sem o que, as acusações da "Idea" valem tanto como a conversa semsaborona de qualquer mascarado sem graça<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> O Jequitinhonha, 16/05/1905, ano 2, n. 60, p.1

<sup>12</sup> A Idéa Nova, 02/06/1907, ano II, n.60, p.1

<sup>13</sup> O Norte, 08/06/197, ano II, n.55, p.2



Levando em conta a importância representada por Diamantina para todo o norte mineiro, as publicações nem sempre estavam atreladas ao contexto local, expondo, muitas vezes, fatos acontecidos em outras localidades. Além disso, o olhar para a Europa Ocidental e Estados Unidos como um modelo de civilidade a ser seguido, tornou comum encontrar referências a acontecimentos internacionais. Goodwin Jr. (2007)<sup>14</sup> salienta que as referências a outros países fazem referência principalmente aos modelos capitalistas urbanos, como sinal de superioridade cultural de um determinado grupo social, as camadas dirigentes, que de certa forma revelariam a inadequação dos valores, práticas e formas de vida de outros grupos sociais, notadamente as classes trabalhadoras e os habitantes mais pobres das cidades e seu entorno.

Exercendo honradamente o commercio, as profissões liberaes, a indústria, ocupando-se como operários no incessante labor quotidiano, existem em Diamantina muitos estrangeiros que colaboram conosco, no progresso da nossa terra: portugueses, francezes, norte-americanos, ingleses, hespanhoes, syrios, italianos, etc.

Todos esses ilustres cidadãos são originários de paizes cultos e por isso um laço de solidariedade moral deve unil-os sempre na defesa de seus direitos<sup>15</sup>.

É relevante ressaltar que estes documentos foram como um alto falante para levar a toda uma sociedade as opiniões de um grupo específico, pelo qual é possível compreender os estilos de vida representados pelos mesmos, ademais, além de difusores de ideários da política, costumes, religião e diversos outros assuntos, eles hoje são apontamentos valiosos na produção da historiografia. Longe de querer expressar toda a amplitude abordada nos jornais veiculados em Diamantina, bem como a sua importância, o exposto até aqui servirá como guia para a melhor compreensão das principais fontes que foram consultadas neste trabalho.

Apresenta-se a seguir uma breve descrição dos principais títulos pesquisados para a composição desta pesquisa. Antes, ressalta-se que a escolha destes periódicos se deu de acordo com a disponibilidade para consulta, sendo utilizados todos aqueles que possuíam números publicados dentro do período compreendido neste estudo.

---

<sup>14</sup> GODWIN JR. James William. *As Cidades de Papel: Imprensa e Tradição, Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)* – Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

<sup>15</sup> A Idéa Nova, 01/05/1910, ano V, n.212, p.1.

### 3.1.1. A *Diamantina*

Fundado por Francisco Sales Corrêa Mourão, teve o seu primeiro número publicado em 29 de julho de 1909 com periodicidade semanal. Com propriedade de uma sociedade anônima, se intitulava um órgão independente, literário e noticioso e tinha como principais redatores Leopoldo Miranda, Padre Antonio Torres e Antonio Cicero de Menezes. Como noticiado pela *Estrella Polar*, ele possui “pequeno fomato, é entretanto nitidamente impressa, e suas columnas são todas aproveitadas com bem lançados artigos e minunciosos noticiário”<sup>16</sup>. Circulou até setembro de 1910.

Nas palavras do mesmo jornal em questão:

Para o pequeno patrimonio de nossas responsabilidades, não levamos o espirito de partidarismo, o compromisso politico; jornal, porem, feito para defender os interesses de Diamantina e do Norte, não abriremos mão da prerrogativa que a todo cidadão é peculiar, nas democracias, de abordar questões politicas e palpitantes, quando ellas concorrem para o congraçamento da família diamantinense, para a estabilidade dos poderes constituídos, para a orientação do povo<sup>17</sup>.

Apesar de inicialmente noticiarem que não considerariam o partidarismo político, ele fez oposição à câmara municipal, veiculando diversas críticas ao então governo, como reconhece em publicação comemorativa de seu primeiro aniversário: “Durante o nosso tirocinio, foi-nos urgente em política, afim de combatermos os desmandos de uma Camara, a Municipal, que inculcando de defensora dos interesses do povo, arrastava o municipio por um caminho errado, precisando de um correctivo<sup>18</sup>”. Ademais, é possível identificar diversas reportagens em campanha para a eleição de determinados candidatos por eles escolhidos.

### 3.1.2. A *Estrella Polar*

Fundada por dom Joaquim Silvério de Souza, então bispo coadjutor de Diamantina, essa folha oficial, doutrinária, noticiosa e literária da Diocese de Diamantina entrou em circulação no dia 01 de janeiro de 1903 tendo como redator o cônego Severiano de Campos Rocha. Galgando ser uma “folha dedicada aos

---

<sup>16</sup> A *Estrella Polar*, 0508/1909, ano VII, n.31, p.3

<sup>17</sup> A *Diamantina*, 29/07/1909, ano I, n. 1, p.1

<sup>18</sup> A *Diamantina*, 29/07/1910, ano I, n.46, p.1

interesses religiosos e sociaes do paiz, e com especialidade aos d'esta nobre, catholica e vasta diocese, a Estrella Polar timbra em ter por alvo do seu incruento batalhar, a sacrosanta causa da Religião e da Patria<sup>19</sup>.

Com o objetivo de divulgação do catolicismo, era pretendido que a partir dela se pudesse moralizar costumes e hábitos dos habitantes que estavam sob a jurisdição de toda a diocese de Diamantina. A Folha esclarece:

O titulo symbolico e a divisa da folha, indicam bem claro a róta que ella se propõe. Isto é: gyrrar constantemente em torno do pólo do mundo moral, seguindo para esse efeito os altos ensinamentos do representante de Christo na terra, e paralelamente, as mais seguras doutrinas sociológicas, dissipando as sombras e os embustes do erro, esclarecendo as consciências e, quanto possivel, reduzindo á verdade catholica aquelles a quem vãos preconceitos conservam arredios d'esse foco de luz viva e intensa, que nem como perpassar dos tempos se há de extinguir, porque é eterno o seu principio, como eterno é o seu gerador: *Verbetes Domini manet in ceternum* (Os. CXVI, 2)<sup>20</sup>.

Em seus números eram publicados textos com temáticas variadas, mas sempre com a perspectiva religiosa e doutrinária, além de boletins eclesiásticos, informações acerca dos expedientes do bispado, relatórios de visitas paroquiais, além de orientações ao clero e aos fiéis.

### 3.1.3. A *Idea Nova*

Com o lema “A independência nacional é função da economia nacional”, surgiu em 15 de abril de 1906 o jornal *A Idea Nova*, tendo como redatores Pedro Matta, Antonio Motta, João Edmundo, Antonio Mourão e Ataliba Pires. Esse foi um periódico que claramente lutava pelos seus ideais políticos tanto em nível regional, quanto nacional. Com a figura de Pedro da Matta Machado, político ocupante do cargo de presidente da intendência<sup>21</sup> em Diamantina, senador do estado e deputado federal, juntamente a alguns representantes da tradicional família Caldeira Brant, o jornal foi um veículo importante para a divulgação de seus posicionamentos. A esse respeito, Godwin Jr. nos esclarece que, em 1907, o Jornal iniciou uma campanha política contra a situação local

<sup>19</sup> A Estrella Polar, 01/01/1903, ano I, n.1, p.1

<sup>20</sup> A Estrella Polar, 01/01/1903, ano I, n.1, p.1

<sup>21</sup> Este cargo é equiparado ao que se entende hoje pelas prefeituras.

utilizando editoriais para denunciar erros e arbitrariedades cometidas pela Câmara Municipal. Notícias (e comentários que as seguiam) comparava, a situação de Diamantina com outros centros urbanos, destacando os problemas locais e reclamações atribuídas a populares que procuravam a redação.

Em 1908, quando o grupo ligado à *A Idea Nova* assumiu a Câmara, o discurso mudou, passando a exaltar as ações da Municipalidade, especialmente as reformas urbanas e o desenvolvimento local (GODWIN JR., 2007, p. 95).

Ademais, em uma passagem descrita por *Ciro Arno*<sup>22</sup> em seu livro “Os Enteados” é apontado o posicionamento político do Jornal em questão, além dos conflitos gerados por meio das publicações de cunho político com seu concorrente “O Norte”, como já apontado de forma breve:

Começava o mês de agosto de 1907. Às oito horas da manhã, de um domingo encoberto e um pouco chuvoso. Adriano Pitanga, assentado no sofá da sala de visitas, lia a “Idea Nova”. Este semanário local, órgão de grupo da oposição (o partido dos “quarenta e cinco”) sustentava violenta polêmica com o colega “O Norte”, defensor da Câmara Municipal, em poder do partido dos “Sessenta e Nove”.

Êstes dois ebdomarios discutiam a política local asperamente, atirando-se mútuos baldões, apesar dos respectivos redatores manterem relações pessoais e se encontrarem quase todas as noites no Bar de Brandão & Irmãos, um na casa de bebidas do Assis Moreira, onde às vezes, eram parceiros de truque<sup>23</sup>.

#### 3.1.4. A voz do Norte

A partir de sua primeira publicação realizada no dia 1º de julho de 1917, este periódico de circulação semanal funcionou até o dia 24 de fevereiro de 1918, tendo como redator Teophilo Netto. Autodenominando-se um órgão independente, o periódico dizia a respeito de seu posicionamento:

Não podemos dizer que a nossa atitude será neutra na política; não podemos dizer que somos filiados a partidos; mas dizemos que havemos de intervir na politica sempre que o exigir os interesses justos do povo; temos tambem que profligar os partidos desde que estes tenham dentro de seus programas, princípios que venham fraudar as aspirações do povo. Nada mais queremos do que elevar bem alto a verdade, a razão e a justiça. Somos do povo e só vivemos para o povo e portanto só queremos o direito e o cumprimento da lei. A justiça em todos os nossos passos, será a nossa bandeira<sup>24</sup>.

Considerando o seu propósito, a primeira publicação informa ainda que serão aceitos todo e qualquer artigo, além dos colaboradores possuírem plena liberdade de

<sup>22</sup> É importante destacar que o autor em questão fazia parte do quadro de redatores do jornal “A Idéa Nova”.

<sup>23</sup> ARNO, *Ciro*. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952. p.138-139.

<sup>24</sup> A Voz do Norte, 01/07/1917, ano I, n.1, p.1

ação, mesmo que seus princípios sejam divergentes, sendo vedado a veiculação de forma anônima.

### 3.1.5. *Diamantina*

Antes “Correio do Norte”, é reinaugurado se autodenominando um órgão imparcial, noticioso de publicação semanal o jornal *Diamantina* no dia 29 de novembro de 1913, tendo como redatores Salles Mourão, Pedro Brant e J. Ursini Junio. A primeira publicação esclarece a mudança de nome, pois o novo título “traduz com mais propriedade a idéia que domina em seu programma<sup>25</sup>”, provavelmente em detrimento do apoio que passará a dar para a câmara municipal, e complementa afirmando que ainda assim, não deixará de defender os interesses do Norte. Ademais, é recorrente em vários números a informação de que “a redacção reserva para si o direito de recusar qualquer artigo, annuncios ou mesmo reclamos, que ofendam os princípios e doutrinas que os seus actuaes redactores advogam<sup>26</sup>”.

Fundada num período em que *Diamantina* se destacava como sendo o centro do norte mineiro, e que a população discutia amplamente questões de civilidade e melhoramentos urbanos, este periódico surgiu como ferramenta para ampliar estas discussões, como afirmado por eles:

A «*Diamantina*», hoje sahindo, que quer? que pretende? Quer discreta e honestamente defender os interesses do norte e do município; concorrer para a obra do nosso ressurgimento material, do progresso da cidade, que se prepara para receber a estrada de ferro, da conservação dos nossos sentimentos moraes, tradicionalmente gravados no coração do povo, e da nossa renascença intelectual.

Pretende ser o órgão livre e imparcial, que, por seu amor á verdade, que deve ser sempre o seu escopo, nunca deixará de ser justo, porque a justiça é o sentimento que mais nos recomenda ao respeito dos nossos concidadãos<sup>27</sup>.

Sempre com publicações que divulgavam notícias acerca de obras realizadas na cidade, bem como avisos importantes, balancetes, esse foi um periódico que se demonstrou um forte aliado à câmara municipal.

### 3.1.6. *O Jequitinhonha*

---

<sup>25</sup> *Diamantina*, 29/11/1913, ano I, n.1, p.1

<sup>26</sup> *Diamantina*, 29/11/1913, ano I, n.1, p.1

<sup>27</sup> *Diamantina*, 29/11/1913, ano I, n.1, p.1

Certamente um dos mais influentes periódicos que já esteve em circulação na cidade de Diamantina, o jornal *O Jequitinhonha* foi fundado por Joaquim Felício dos Santos no dia 5 de janeiro de 1861. Sendo o primeiro jornal republicano da província, ele teve grande destaque no movimento abolicionista da cidade. Após ter suas atividades encerradas, foi reaberto no dia 24 de janeiro de 1904 tendo como redatores Juscelino da Fonseca Ribeiro Junior e Arthur Napoleão Alves Pereira.

Com relação aos seus ideais, o jornal destaca:

Cremos ser dever sagrado para um jornal: não ocultar verdades, sejam quaes forem; descrever as situações, taes quaes são ellas na realidade; falar dos homens, consoante o seu mérito; não deixar escapar nenhuma ocasião de dar publicidade ao que é bem e de combater o que é mal; - e nisto consiste o nosso programma<sup>28</sup>.

Em virtude dos seus propósitos, em toda publicação semanal o jornal era enfático ao informar que não aceitava publicações de artigos difamatórios ou que iam contra a ordem moral.

### 3.1.7. O Norte

Com os redatores Arthur Queiroga e Antonio Ramalho, surge em Diamantina no dia 3 de maio de 1906 o periódico “O Norte” com os redatores Arthur Queiroga e Antonio Ramalho. Se intitulando um órgão dos interesses gerais no Norte, este periódico, como já mencionado anteriormente, fazia oposição política ao jornal *A Idea Nova* e, “toma o seu posto ao lado da pátria e da republica, conservando acceso esse fogo sagrado da liberdade, que os alimenta desde os tempos coloniaes<sup>29</sup>”.

Segundo o jornal, em suas publicações “serão recebidos escriptos sobre a lavoura, indústrias e commercio, merecendo-nos especial carinho as representações dessas classes”, desde que contenham textos que “visem os interesses da folha e sejam lançados em linguegem conveniente; porem a redação não é solidária com as doutrinas expendidas nesses artigos<sup>30</sup>”.

### 3.1.8. Pão de Santo Antônio

---

<sup>28</sup> O Jequitinhonha, 24/01/1904, ano I, n.1 p.1

<sup>29</sup> O Norte 03/05/1906, ano I, n. 1, p.1

<sup>30</sup> O Norte 03/05/1906, ano I, n. 1, p.1

A origem deste periódico se inicia em meados de 1901 quando um grupo de católicos fundou a *Pia União do Pão de Santo Antonio*, uma associação que se pautava na caridade cristã e na propagação da devoção a Santo Antônio de Pádua. Esse grupo foi incentivado principalmente por José Augusto Neves, professor e jornalista, que no dia 9 de outubro de 1906 fundou o jornal *Pão de Santo Antonio*.

José Teixeira Neves, a partir de sua caderneta de anotações o descreve da seguinte forma:

A orientação é definidamente católica, esta na propaganda do culto de Santo Antonio, tornando conhecida a Obra do Recolhimento dos Pobres, fundada e mantida somente com as de contribuição espontâneas.  
 Não obstante essa feição característica, a folha é um espelho da vida local. Nela se reflete através de metucioso noticiário, o movimento demográfico da cidade. Também as agitações do meio social com suas implicações e decorrências.  
 Impregnam-lhe as atitudes radicais, que, às vezes ocasionam divergências de conceituação e com estas mal entendidos.  
 Acompanhando o progresso da cidade, o jornal interessa-se pelos melhoramentos públicos, sempre alerta na defesa das tradições e costumes da terra o que cultiva com muito carinho<sup>31</sup>.

De fato, com seu caráter religioso, esse periódico teve em suas páginas diversos discursos que versavam a respeito de como deveria ser a vida das “pessoas de bem”, pautando-se sempre em uma linha ideológica de cunho conservador orientava acerca de assuntos ligados principalmente à família, mulher, moral e bons hábitos.

#### **4. O Processo de Coleta de Dados e Categorização das Fontes**

Antes de iniciar as elucidações que são propostas neste tópico, é necessário informar que além dos jornais, serão também utilizados como apoio livros escritos por memorialistas da cidade. Dessa forma, espera-se que estes escritos possam dar maior aprofundamento nas discussões acerca dos objetivos aqui propostos, uma vez que “os memorialistas e as páginas dos jornais possibilitam abordar, sobretudo, as representações produzidas e difundidas pelas camadas letradas da população regional” (MARTINS, 2010, p. 349). Eles descreveram em seus livros aspectos e episódios importantes da cidade, os quais, a partir de seus interesses ou vivências

---

<sup>31</sup> Arquivo José Teixeira Neves, caixa 06, envelope 01.

personais apresentam narrativas ilustrando os valores de determinados grupos na maioria das vezes vivenciados por eles próprios. Seguindo esta premissa, Aragão destaca:

Hoje em dia costumamos chamar de “memórias” de um personagem a narrativa feita por ele mesmo dos acontecimentos de sua vida, com uma insistência sobre os acontecimentos objetivos, mais do que sobre o vivido subjetivo. (...)

Na elaboração literária de uma vida, o autor realiza um incessante diálogo entre o passado e o presente, colocando em cena a elaboração de seu ser pessoal, na procura das significações contidas nos fatos passados. Diríamos que o memorialismo faz uma segunda leitura do tempo vivido ou... perdido (ARAGÃO, 1992, p. s/p).

Acerca desse tipo de fonte, Silva destaca que dentre as variadas motivações de um escritor (seja ela acadêmica ou não), “a escrita de um memorialista é quase sempre marcada pela forte relação emocional com o objeto do qual trata, sentimento esse que se estabelece a *priori* de preocupações com métodos e teorias de pesquisa (SILVA, 2012, p. 31)”. O autor ainda complementa informando que a narrativa e a descrição são prevalentes neste tipo de obras, nas quais “os autores inserem informações sobre documentos dos quais dispõem, lembranças pessoais, coisas das quais ouviram falar, enfim, acabam por fazer livros importantes da perspectiva da memória social do período e da visão do grupo ao qual eles pertencem (SILVA, 2012, p. 31)”. Para isso, foi feito um levantamento dos livros escritos com conteúdo de histórias narradas dentro do período e local a ser estudado e, mesmo que possuíssem uma narrativa fictícia, apresentassem fatos ou um contexto real da época. Desse modo, foram elencadas as seguintes obras:

**Tabela 3 - Livros de Memorialistas Consultados**

Livro	Autor
<b>Minha Vida de Menina</b>	Helena Morley
<b>O Hóspede</b>	Aristides Rabelo
<b>Os Enteados</b>	Ciro Arno
<b>Memórias de um Estudante</b>	Ciro Arno
<b>Os jatobás</b>	Ciro Arno
<b>A Noiva do Tropeiro</b>	Abílio Barreto
<b>Balão Cativo</b>	Pedro Nava
<b>Lá em Casa Era Assim</b>	Edésia Rabello
<b>Memórias de um Carpinteiro</b>	Luís Gonzaga dos Santos



Fonte: Elaboração Própria, 2018

Quanto aos jornais, foram fotografados todos os números acessíveis na Biblioteca Antônio Torres que estavam dentro do período estudado, também foram utilizados aqueles que fazem parte do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, estes disponíveis digitalizados no site da instituição. Assim sendo, como periódicos serão utilizados os que seguem:

**Tabela 4 - Periódicos para Consulta**

<b>Jornal</b>	<b>Período</b>	<b>Acervo</b>	<b>Nº de páginas disponíveis</b>
<b>A Diamantina</b>	1909 a 1910	BAT	200
<b>A Estrella Polar</b>	1903 a 1926	BAT	2140
<b>A Idea Nova</b>	1906 a 1918	BAT	1448
<b>A Voz do Norte</b>	1917 a 1918	BAT, HDB	388
<b>Diamantina</b>	1913 a 1929	BAT	472
<b>O Itambé</b>	1903 a 1905	BAT	56
<b>O Jequitinhonha</b>	1904 a 1906	BAT	470
<b>O Município</b>	1900 a 1903	BAT, HDB	379
<b>O Norte</b>	1906 a 1909	BAT	362
<b>Pão de Santo Antonio</b>	1906 a 1930	BAT, HDB	576

Fonte: Elaboração própria

A interpretação das representações do passado, bem como os documentos que as demonstram, estão permeadas por interesses e pontos de vista pessoais. Sobre isso, Chartier (1990) evidencia que as representações são classificações que organizam o mundo social em categorias de percepção do real, sendo, portanto, variáveis e determinadas pelos interesses dos grupos por ela forjados. Ainda sobre isso, Hunt (2001) sobrealva que os registros que descrevem ações simbólicas do passado não são inocentes e transparentes; eles foram escritos por autores com distintas intenções e estratégias e, os historiadores da cultura devem criar suas próprias táticas para lê-los, pois, estes sempre foram críticos com relação a seus documentos – e nisso residem os fundamentos do método histórico.

Portanto, a análise crítica e detalhada das reportagens dos jornais e dos escritos de memorialistas contribuíram para a elucidação do contexto cultural e religioso no qual a sociedade diamantinense estava inserida, uma vez que as representações podem abranger discursos impositores de uma autoridade e

legitimação de escolhas. Dessa forma, os discursos dos autores das fontes pesquisadas podem demonstrar traços de autoridade e a busca da legitimação de práticas de diversão julgadas de significativa relevância a serem investigadas.

Portanto, a análise dos dados iniciou a partir da leitura na qual se buscou localizar trechos indicando conteúdos de interesse, os quais foram transcritos quando identificados. No ato da transcrição, estes foram separados em categorias que variaram de acordo com a temática abordada, o que permitiu a comparação entre as passagens encontradas em documentos distintos. Colocaram-se também observações acerca da historicização dos trechos para se ter um melhor parâmetro do contexto de produção como as datas em que foram produzidos, bem como acontecimentos da época, considerando sempre os antecedentes dos fatos. Os dados também foram avaliados de acordo com a intenção, momento em que se buscou identificar os possíveis interesses dos autores.

Com a tabulação de todas as fontes, independente da origem, esta foi feita em diversos arquivos do programa Microsoft Word, em que as categorias foram separadas em documentos distintos, o que auxiliou em análises mais adequadas, considerando que ora se tem uma abundância de informações e, em outros momentos, fatos carentes de melhores esclarecimentos. Dessa forma, os textos que seguem foram divididos em duas partes: na primeira é desenvolvida uma breve contextualização sobre a cidade de Diamantina, apresentado os seus aspectos econômicos, sociais e religiosos, seguido pela segunda parte em que se faz as análises sobre os divertimentos elegidos para serem discutidos.

## PARTE I – DO ARRAIAL DO TIJUCO À CIDADE DE DIAMANTINA

Esta história  
inscreve a estória  
de povos contra povos  
na pedra contra pedra  
- padrões de pedra seca  
ou mais seca pedra-homem.

Na ronda desses séculos  
- roladas rochas em seu rolar –  
Contagem dessas ibérias  
(seus rebanhos recontavam)  
Na ganhação peninsular  
Sol e saga de fera-rochas  
Que nos vieram colonizar

- povo contra povo  
Pedra contra pedra –  
que mais sacra foi a pedraria  
na cantaria desses pueblós.

A terra será de pedra.  
A pedra será de terra  
ao nos dar o pão da pedra  
de cada dia/fase  
dela pedra.

Gente mineral ao refinar  
- amealhar  
Sonegar mineiridades  
- afazendar-se ou caldear-se  
feudalizar-se urbanizar-se (SALLES, 1980, p. 95).

Como apontado por Salles, quer seja a história, ou mesmo a estória<sup>32</sup> de Diamantina está escrita na pedra contra a pedra. Isso porque os diamantes encontrados não deram significado apenas ao nome do município, mas serviram como balizador dos diversos desdobres ali ocorridos. Tentar reproduzir a história dessa cidade sem fazer menção à importância de tal mineral, seria o mesmo que pensar em matemática sem considerar os numerais. Assim como os diamantes são fundamentais para compreensão dos processos ocorridos na cidade, sabe-se também da existência de outros aspectos a serem respeitados, como se apresenta a seguir.

### 1. Um Diamante a Lapidar

---

<sup>32</sup> É sabido que essa diferenciação entre história e estória já não é mais usual, entretanto como forma de fidelidade à fonte, optou-se por referenciar os termos como descrito no poema.

Logo no final do século XVII, incentivados pela descoberta do ouro, os bandeirantes e aventureiros adentraram cada vez mais pelo interior do Brasil. Foi desse modo que, nos primeiros anos do século XVIII, uma bandeira orientada por Jerônimo Gouvêa seguiu os afluentes do Rio Jequitinhonha e se fixou às margens do córrego Tijuco após encontrar grande quantia do minério. Com a fama das lavras, começou a se formar ali um pequeno arraial que, pouco a pouco atraiu diversas pessoas em busca de riquezas. Por conseguinte, os ranchinhos feitos de sapé e barro foram se multiplicando, formando a primeira rua do então Arraial do Tijuco denominada Rua do Burgalhau<sup>33</sup>. Com a chegada de cada vez mais habitantes, outras ruas foram se formando (Beatas e Espírito Santo), sempre a subir do sopé das Serras do Rio Grande, além da construção, no ano de 1713, de uma capela em homenagem a Santo Antônio.

Curiosamente, o que viria a ser a principal fonte econômica do lugar se deu por uma prática voltada para o divertimento. Durante o tempo livre, o jogo de cartas e gamão era uma atividade comum. Para marcar os pontos, os jogadores usavam como tento algumas pedrinhas muito comumente encontradas por ali. A tradição oral conta que um frade, ao se fixar no local após ter estado em Golconda<sup>34</sup>, onde já se minerava os diamantes, reconheceu se tratar de diamantes o objeto utilizado para marcar os jogos. Dessa forma, ele passou a solicitar aos fiéis que lhe presentassem com aqueles seixos. Em contraste com a narrativa apresentada, alguns livros retratam a descoberta dos diamantes em 1721, nas lavras de Bernardo da Fonseca Lobo, o qual avisou ao governador Dom Lourenço de Almeida que, sem comunicar o achado à Coroa Portuguesa, passou a se dedicar à extração ilegal das pedras.

A notícia do achado se espalhou pela colônia, atraindo ainda mais pessoas ao local, fato que forçou o governador a fazer a comunicação oficial ao rei, como descrito no Jornal O Jequitinhonha:

[...] como se vê das palavras com que começa a primeira Portaria de D. Lourenço de Almeida, Governador e Capitão General da Capitania de Minas pela qual mandou suspender todas as minerações de ouro do Districto, annullando as cartas de datas que os mineiros têm obtido do Guarda Mor. Porquanto, diz a Portaria, tenho notícia de em varios rios e ribeiros da Comarca do Serro Frio tem apparecido e vao apparecendo umas pedrinhas

---

<sup>33</sup> De acordo com narrativa popular, esse nome foi dado em virtude de sua formação ter sido feita sob uma encosta formada de seixos – pedras de arestas arredondadas formadas por meio do atrito ao serem transportadas pela água – a que davam tal nome de acordo com a geologia.

<sup>34</sup> Região da Índia, onde até meados do século XVII, quase todos os diamantes comercializados no mundo tinham origem nas minas deste local (FRANÇA, 2008).

brancas, que se entende ser diamantes, e muitas pessoas da Comarca tem pedido ao Guarda-Mor cartas de datas nos taes rios e ribeiros para tirarem ouro....., e porque tenho dado conta a Sua Majestade do descobrimento destas pedras, remetendo-lhe as amostras, o que tambem tem feito o Dr. Ouvidor Geral da Villa do Principe Antonio Ferreia do Valle e Mello, e estamos esperando a resolução do dito Senhor, para se dar a execução o que ele for servido ordenar<sup>35</sup>.

Mesmo com certo estranhamento na tardia comunicação da descoberta, por uma carta régia em 9 de fevereiro de 1730, foram investidos poderes amplos e ilimitados ao Governador para regular tal atividade. Desse modo a oficialização da descoberta dos diamantes modificou consideravelmente os processos que permeavam esse novo empreendimento.

A partir desse momento, por um novo regimento, ficou instituído ser de propriedade real todo diamante, mas que toda pessoa detentora de escravizados e capitais, ficaria permitida a pesquisa e exploração de diamantes. Para isso, era cobrado um imposto de cinco mil réis para cada escravizado empregado nos garimpos, taxa que frequentemente era aumentada de modo a dificultar o acesso às lavras, além de aumentar a arrecadação (SANTOS, 1978).

Foi a partir de então que a região passou a ganhar destaque não somente aos olhos da coroa portuguesa, mas também de todo o território nacional e internacional. O diamante fez com que uma simples localidade afastada dos grandes centros ganhasse uma notoriedade capaz de deixá-la registrada com destaque na história brasileira. Em vista disso, a exploração de uma pedra preciosa se torna a principal balizadora dos rumos que tal sociedade iria ser conduzida por longos anos.

Além de tudo, tal fato marcou também grandes mudanças no cenário de outros países, bem como ampliou o destaque do Império português, como descreve Silva (1864, s.p.):

O descobrimento do diamante, topázios e pedras preciosas, que começou a efetuar-se em 1727 e 1728 acrescentou o júbilo da corte de D. João V, e deu motivo a festas esplêndidas, que em Lisboa e no reino todo se celebraram, e a *te-deuns* e procissões inumeráveis que extasiaram o povo português, por quadrarem à sua religiosidade. Para Roma, remeteu o governo as primeiras amostras, que lhe foram enviadas. Ações de graças solenes se deram ao Todo-Poderoso na capital do mundo católico. O Santo Papa e os cardeais felicitaram ao rei de Portugal. Cumprimentaram-no todos os monarcas de Europa. Não se ocuparam os povos da terra com outro objeto e notícia. Dir-se-ia que se descobria coisa que devia regenerar e felicitar o universo.

Percebe-se aí as dimensões adquiridas por tal fato naquela época. Todavia, se em certo ponto tudo isso contribuiu para o aumento das riquezas e destaque de

---

<sup>35</sup> O Jequitinhonha, 29/01/1861, ano I, n.4, p.2

Portugal, em outro fez com que tal questão se tornasse motivo de apreensão pois, tal fato orientou com que fosse necessário reforçar a proteção de seu território.

Se a Coroa portuguesa debatia-se com os medos trazidos pela descoberta do ouro, tampouco havia um projeto de colonização para uma região tão recuada no interior do continente, voltada para a exploração de um gênero pouco comum na América portuguesa (...). Tratava-se dos interesses político e econômicos diretamente envolvidos naquilo que os contemporâneos chamavam, muito sugestivamente, de negócio das Minas: ali se cruzavam os interesses dos descobridores, dos governadores da Repartição Sul, sem falar do nível mais inferior dos funcionários régios, todos eles engalfinhados na luta acirrada em torno da colonização dos sertões mineiros (ROMEIRO, 2008, p. 37-38).

A extração do diamante era feita de forma rudimentar, pois, eram extraídos no aluvião ou leitos dos rios, o que não exigia grandes investimentos. Com a posse de apenas uma bateia era possível encontrar o que se procurava, o que fez com que cada vez maior número de pessoas se interessasse por tal atividade, levando muitos a abandonarem a mineração do ouro para se dedicar à nova função mais lucrativa, além de, como já apontado anteriormente, um aumento do fluxo migratório, transformando ali, cada vez mais, em um centro comercial em franco progresso, dificultando o controle da exploração e cobrança dos impostos.

A respeito desse fluxo migratório, ainda que houvesse certo controle da Metrópole, os diamantes atraíam cada vez maior número de pessoas até o local, dentre os quais,

a sociedade e suas hierarquias eram devidamente naturalizadas. Ou, ainda, entre senhores e subalternos existia um pacto social no qual aos primeiros cabia proteção e direção e, aos segundos, obediência. Mesmo desigual, não deixava de ser um pacto e sobre ele repousava um dos alicerces da casa. Deve-se lembrar, ainda, que naquela concepção de mundo corporativa as ideias de desigualdade e de hierarquia compartilhada por todos: pais, filhos, rei, vassallos, senhores, escravos, etc. Sem a compreensão de tal concepção é difícil entender o significado do vocabulário social utilizado nos assentos (FRAGOSO, GUEDES e SAMPAIO, 2014, p. 26).

Dessa forma, as estruturas sociais privilegiaram uma coletividade hierarquizada e desigual, e em conformidade, “logo surgiu uma sociedade heterogênea e versátil, com riquezas conseguidas facilmente e liquidadas com igual rapidez, amiga do luxo e da dissipação mais alegre e festiva de todas as Minas Gerais (FURTADO, 1996, p. 96)”. Portanto, como apontado por MAGNANI (2013), o corpo social mineiro do século XVIII era conservador, rural e urbano e compartilhava arbitrariedades, o que, nas palavras da autora, fez com que ali fossem reproduzidos “relações de poder dominadas por uma elite estabelecida em função da posse de terra

das minas de ouro e diamante, do saber e da organização burocrático-administrativa” (MAGNANI, 2013, p. 84).

Nota-se que essa mescla entre os então residentes contribuiu para que houvessem distintas formas de encarar a vida, o que possibilitou inclusive distintas formas de divertimento dentre as pessoas. Furtado destaca que para os padrões da época, a população local era vasta, “em 1732, dom Lourenço de Almeida reconheceu que a população do arraial já ultrapassara em muito a da Vila do Príncipe, embora fosse a ‘cabeça’ da comarca (FURTADO, 2004, p. 41)”. Vale ressaltar inclusive que, dentre aqueles que migraram para a terra dos diamantes, uma parcela era composta por “uma camada expressiva de escravos, outra menor de homens e mulheres libertos, muitos deles pardos, e uma pequena classe dominante branca, em sua maioria portugueses (FURTADO, 2006, p. 43)”, o que mais uma vez demonstra a heterogeneidade da população daquele local, sendo em maior número as pessoas pretas e pardas.

As atividades mineradoras permaneceram como anteriormente descritas até o ano de 1734, quando o governo português aboliu a exploração das lavras, proibindo qualquer pessoa de exercer tal atividade, sob a penalidade de ter todos os seus bens confiscados e exílio para Angola por dez anos.

A partir de então todos os diamantes existentes na localidade deveriam ser entregues ao Intendente no prazo de três meses, o qual era responsável por lacrá-los e deixá-los guardados no cofre da intendência. A comercialização de tais pedras deveria ser feita sob supervisão e, mesmo quando vendidas, elas permaneciam sob domínio dos fiscais. Passados os três meses, todo e qualquer diamante que fosse encontrado na Comarca, então delimitada por Martinho de Mendonça Pina e Proença<sup>36</sup>, e que não houvera sido entregue deveria ser confiscado em benefício do governo, além da pessoa que estivesse em posse dos diamantes estar sujeita às penas previstas contra os que mineravam.

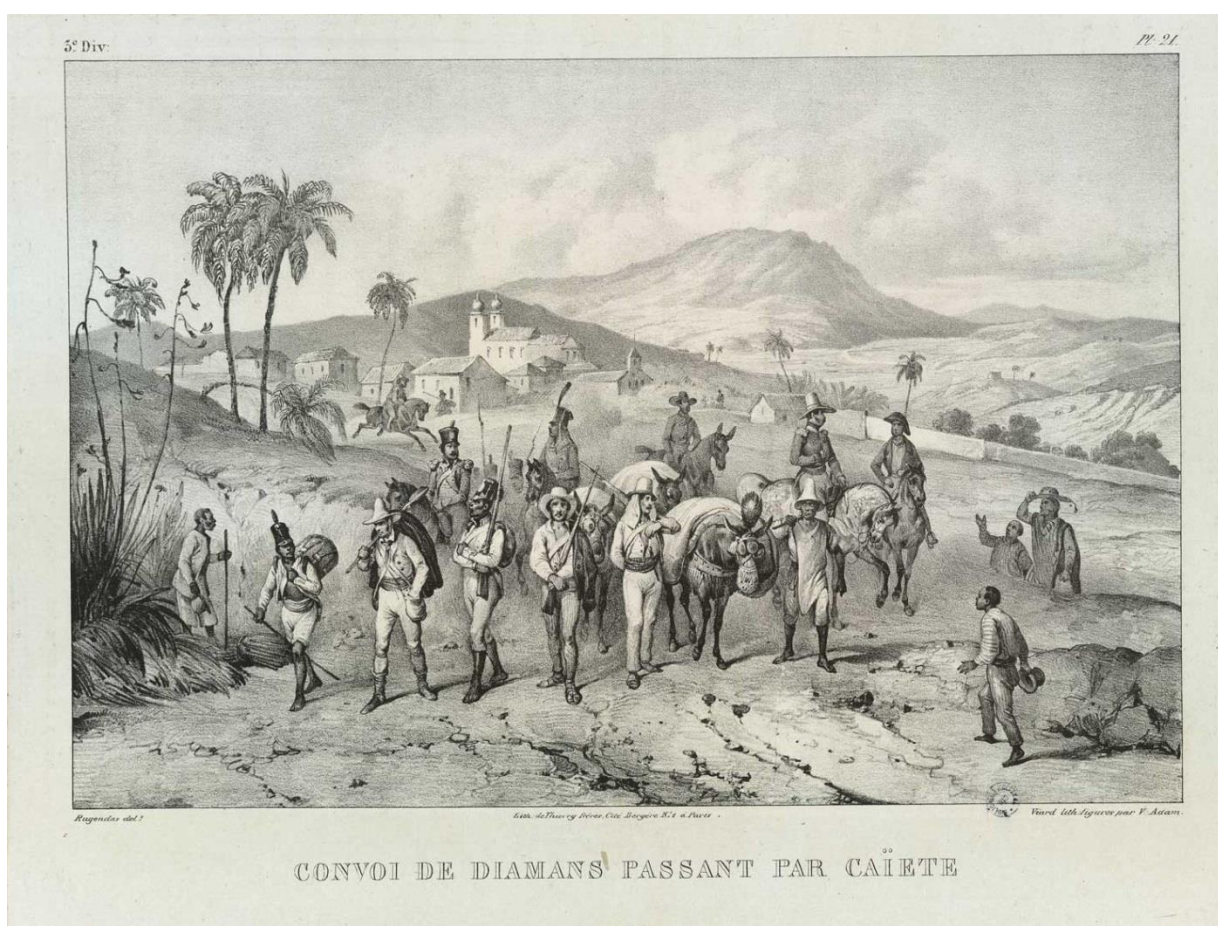
Tais diretrizes permaneceram até o ano de 1739 quando, novamente, fora liberada a mineração de diamantes sob o regime de contratos. Para tal foi divulgado um edital em diversos lugares objetivando a convocação de comerciantes que

---

<sup>36</sup> O Distrito Diamantino envolvia localidades como Datas, Gouveia, São Gonçalo, Rio Manso, Mendanha, Chapada, Milho Verde, Picada e Pé do Morro.

tivessem interessados na arrematação dos diamantes. O regime de contratos tinha como objetivo conceder a alguém o monopólio da garimpagem do diamante por um período de quatro anos, em que somente o contratador teria o direito de exercer tal atividade. O local a ser explorado era previamente definido pelo Intendente dos Diamantes. O selecionado podia contar com a mão de obra de, no máximo, seiscentos escravizados, além da obrigatoriedade do pagamento de uma taxa anual no valor de duzentos e trinta mil réis e de um imposto definido com base no número de escravizados empregados. Dessa forma, os diamantes beneficiados eram escoltados pela Coroa (figura 1) até o porto de Paraty quando eram enviados à Portugal.

**Figura 1 - Comboio de Diamantes, século XVIII**



Fonte: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon94994/icon94994\\_145.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_145.jpg) (Acesso em 08 de dezembro de 2020).

Como se pode observar na tabela a seguir, o regime dos contratos perdurou até o ano de 1771<sup>37</sup>, período que contribuiu para o surgimento de grandes fortunas e

<sup>37</sup> De acordo com informações obtidas no Anuario de Minas Geraes: Estatística, Historia, Chorographia, Finanças, Variedades, Biographia, Literatura e Indicações (MG), durante os 32 anos de extração no regime de contratos, foram extraídos aproximadamente 1.666.569 quilates de diamantes, vendidos por 15.515:397\$662.



que possibilitou a muitos uma vida luxuosa como foi o caso de João Fernandes, “rico como um nababo, poderoso como um Príncipe, tornara-se um pequeno soberano do Tijuco” (SANTOS, 1978, p. 69). Observa-se que a quantidade de diamantes extraídos durante o regime de contratos sob sua responsabilidade foi significativamente maior que os demais e, conseqüentemente, uma lucratividade com números muito mais expressivos. Foi também nessa época que surgiu a lendária Chica da Silva, ex-escrava e mulher do contratador em questão<sup>38</sup>.

**Tabela 5 - Período e Contratadores**

<b>Período</b>	<b>Arrematantes</b>	<b>Quilates Extraídos</b>	<b>Preço de Venda</b>	<b>Pago ao Real Erário</b>
01/01/1740 a 31/12/1743	João Fernandes de Oliveira Francisco Ferreira da Silva	134.071	1.606:272\$037	575:864\$438
01/01/1744 a 31/12/1747	João Fernandes de Oliveira Francisco Ferreira da Silva	177.200	1.807:472\$837	755:875\$726
01/01/1748 a 31/12/1751	Felisberto Caldeira Brant Sebastião Caldeira Brant Joaquim Caldeira Brant Conrado caldeira Brant	154.579	1.438:015\$987	609:526\$465
01/01/1753 a 31/12/1758	João Fernandes de Oliveira	390.091	3.625:580\$888	914:921\$424
01/06/1759 a 31/12/1761	João Fernandes de Oliveira Antônio dos Santos Pinto Domingos de Bastos Viana	106.416	929:476\$750	329:320\$972
01/01/1762 a 31/12/1771	João Fernandes de Oliveira João Fernandes de Oliveira	704.209	6.108:579\$163	1.458:663\$563

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em Santos (1978) e Calogeras (1904).

Antes de continuar com as discussões acerca do regime de contratos, vale ressaltar aqui a relação entre o contratador de diamantes com a ex-escrava. A partir de tal relacionamento é possível compreender algumas estruturas sociais prevalentes na época. Chica da Silva, mulher negra, nascida provavelmente em 1732, foi escrava de Domingos da Costa com quem teve dois filhos. A mesma permaneceu sob sua posse até ser vendida para João Fernandes de Oliveira no ano de 1753. Contrariando as convenções sociais da época, a escrava se uniu ao homem mais poderoso do arraial, pelo qual fora alforriada e com ele constituiu família tendo treze filhos. Essa situação, incomum para a época, demonstra que mesmo com as determinações

<sup>38</sup> A esse respeito, ver Furtado (2004).

sociais, existiam aqueles que não as seguiam, como o casal em questão, em que a Chica se utilizava do status social adquirido para ser recebida com os mesmos “direitos” de uma mulher branca.

É importante dar destaque inclusive ao fato de que o período dos contratos dos diamantes ocorreu durante o século XVIII, época em que a sociedade colonial mineira era demasiadamente estratificada, em que todos buscavam ao máximo a semelhança do apuro às vestimentas, estilo de vida suntuoso, modos requintados e comportamentos à moda da corte, tida como exemplo de civilidade.

Em virtude dos fatos expostos, o “ser”, ou até mesmo o “parecer”, eram os conceitos norteadores do estilo de vida daquelas pessoas, glorificar-se pelas suas posses era fundamental, o que fez com que, nesse período, houvesse um aumento significativo das grandes construções naquela localidade. Exemplo disso era a chácara descrita pelo memorialista Santos (1978), a qual segundo ele foi construída a mando de João Fernandes para sua amante, em que a casa fora erguida com formato de um castelo, soberanamente construído com uma espaçosa sala, a qual servia como teatro particular, o único que havia na localidade, além de um rico jardim com flores exóticas e árvores importadas da Europa, cascatas artificiais e uma capela.

Silva e Silva (2009) salientam que a sociedade em questão se baseava nos valores de uma nobreza submetida ao poder de um rei absoluto, a qual tinha como principal característica o desprezo pelo trabalho, fazendo com que a melhor forma de afirmação do *status* social era cultivando o ócio e ostentando o luxo. Dessa forma, para que se pudesse ser admirado pelos outros se fazia necessário ser visto, o que fez com que o espaço público se tornasse um importante ambiente para o exibicionismo. Passeios em praças públicas, bailes, pique niques e até mesmo missas ou procissões passaram a ser fundamentais no cotidiano daquelas pessoas.

Deve ser considerado, também, o fato de a coroa proibir o livre acesso de pessoas ao Arraial do Tijuco no ano de 1745. Com o objetivo de melhor controlar o garimpo de diamantes, adentrar aos limites demarcados era permitido somente após uma autorização expedida pelo intendente, passando a ser permitida somente em locais determinados: os registros. Tais postos de fiscalização situavam-se em Caeté-Mirim, Rabello, Palheiro, Pé-do-Morro, Inhacica e Parauna, os quais possuíam um fiscal e um destacamento militar, que eram responsáveis por assegurar a cobrança

de impostos sobre as mercadorias a serem vendidas no interior da demarcação, além de impedir o contrabando de diamantes e a entrada ilegal das pessoas (FURTADO, 1996).

A partir do ano de 1771 foi extinto o regime de contratos, passando a ser de responsabilidade do Marquês de Pombal a instauração da Real Extração de Diamantes<sup>39</sup>. Vigorando a partir do dia 01 de janeiro de 1772, o Distrito Diamantino passou a ser submetido por uma legislação escrita especificamente para aquele local, o Regimento Diamantino, o qual ficou popularmente conhecido como “Livro da Capa Verde” por ter sido encapado com marroquim verde<sup>40</sup>. Para Caio Prado Junior, nesse momento o Arraial do Tijuco era como “um verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia” (PRADO JUNIOR, 2000, p. 63), considerando-se que ele vivia inteiramente isolado do restante do país e havia uma organização *sui generis* haja vista que não possuía governadores, câmaras municipais, juízes, repartições públicas ou quaisquer outras autoridades, ou órgãos administrativos. Ele ainda acrescenta que a vida de seus habitantes se achava inteiramente nas mãos de um pequeno régulo, uma vez que havia apenas o Intendente e um corpo submisso de auxiliares que se guiavam unicamente por um Regimento colocado acima de todas as leis e que os dava a mais ampla e ilimitada competência.

Outros autores também relataram o momento em que o local foi submetido a um governo autoritário e despótico, como descrito por Joaquim Felício dos Santos em texto publicado no jornal Pão de Santo Antônio:

É esse o código deshumano, sanguinário draconiano, segundo o qual presentemente somos governados...  
Constituímos um povo completamente isolado, segregado do resto da família brasileira.  
O intendente é uma autoridade absoluta, que os governa com um poder discricionário, mais ilimitado, mais despótico que o dos bachás orientais; não é no Brasil sujeito á autoridade alguma só a corte póde tomar conhecimento de seus actos.  
Dentro de uma desgraçada colônia, constituímos uma outra colônia ainda mais desgraçada.  
Nesse bárbaro regimento, cujo nome só nos faz tremes de horror, escogitaram-se todos os meios de vexar-nos para salvarem-se os interesses da corôa. Tudo se preveniu; desceu-se aos mais insignificantes detalhes; lançou-se mão dos meios os mais infames e immoraes. As penas de confisco e de degredo, de galés, despejos, ahí são prodigalizadas a cada pagina.

---

<sup>39</sup> Sobre este assunto ver Furtado (1996).

<sup>40</sup> Para maiores esclarecimentos acerca do assunto, consultar Furtado (1996).

Açorou-se o crime, a dilação, a imoralidade para aumentarem-se as rendas do erário. Inverteram-se todas as idéas de justiça, decoro e probidade<sup>41</sup>.

Para Santos, o Arraial do Tijuco era como se fosse uma colônia dentro de outra colônia, tamanhos eram os rigores adotados por seus administradores que pautavam suas ações em leis específicas, próprias para o território dos diamantes. Entretanto, contrapondo-se a Prado Junior, Junia Furtado (1996) contesta as narrativas que afirmam que o período da Real Extração trouxe um novo modelo civilizatório para a localidade e complementa que tais fatos não eram exclusivos da Região Diamantina. Em análises acerca do Regimento, ela constata que ele pouco trouxe de novo para aquela sociedade, já que a maioria de seus parágrafos já estavam em vigor, sendo que muitos deles se aplicavam, também, as regiões exclusivamente auríferas, ademais, esta lei se aplicaria a qualquer área diamantina e se estenderia a todos os crimes que envolvessem os diamantes, em qualquer parte da Colônia.

Corroborando com o posicionamento anteriormente citado, Calogeras (1904) acrescenta afirmando também que os artigos contidos no Livro da Capa verde não apresentavam grandes novidades, dado que este representava uma codificação de ordens anteriores já publicadas pelos governadores. Segundo o autor, o que fora implantado de novo era um maior rigor no despejo das pessoas, antes expulsas para fora da demarcação diamantina, passando a ser proibidas de permanecerem em qualquer área delimitada na Comarca do Serro Frio, além do início de recebimento de denúncias anônimas.

Entretanto, vale destacar que Calogeras (1904) aponta que o que realmente havia de novidade nesse novo sistema era a veemência com que as regras eram aplicadas, posto que muitas contravenções eram toleradas porque de certa forma favoreciam aos contratadores, aliado ao fato de que tal regime substituía as responsabilidades e lucros concentrados em apenas uma pessoa por diversos funcionários. Empregados estes que eram ambiciosos por cargos de maior destaque e que estavam certos de que quanto mais severa fosse a guerra ao garimpo, maiores direitos a prêmios iriam ter.

Em face dos acontecimentos apresentados, independente do momento em que iniciaram, é certo que abusos foram cometidos por parte dos intendentos de modo a conter e controlar a população daquele local, o que gerou movimentos de

---

<sup>41</sup> Pão de Santo Antonio, 26/05/1935, ano XXIX, n.35, p.2

descontentamento com a política então existente. As mobilizações ali desenvolvidas, que acompanhavam de certa forma o movimento revolucionário instalado ao longo do país após a iminência da criação de uma constituição, fizeram com que no ano de 1832 o Imperador declarasse nulo o 7º artigo do Regimento que instituía o despejo dos habitantes da demarcação, o que ocasionou uma queda suntuosa no prestígio do Intendente frente aos demais. Em decreto de 25 de outubro de 1832 o monopólio régio das lavras de diamante deveria ser extinto, entretanto, com o protesto de muitas pessoas que se beneficiavam de tal atividade perdeu sua validade de fato somente no ano de 1841 quando possuía apenas 11 homens trabalhando na lavagem de cascalho na localidade de Curralinho<sup>42</sup>.

Vale destacar que, dentro deste período ao qual se faz referência, a população do arraial chamou a atenção de alguns viajantes que passaram pelo local, dentre os quais se destaca o naturalista francês (já algumas vezes citado neste trabalho) Auguste de Saint-Hilaire, que por lá esteve no ano de 1817. Segundo o naturalista,

Em toda Província de Minas Gerais encontrei homens de costumes delicados, cheios de afabilidade e hospitaleiros; os habitantes do Tijuco não possuem tais qualidades em menor grau, e, nas primeiras classes da sociedade elas são ainda acrescidas por uma polidez sem afetação e pelas qualidades de sociabilidade. Encontrei nesta localidade mais instrução que em todo Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo enorme de se instruir. Vários moços, cheios de nobre entusiasmo, aprenderam o francês, sem terem mestre; conhecem nossos melhores autores e alguns mesmos, praticando muito entre si, chegam a falar nossa língua de modo inteligível com o auxílio único de uma gramática muito mal escrita (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 33).

Com essa descrição, é possível notar, em certa medida, que, mesmo com as diversas imposições constantes no Livro da Capa Verde, a sociedade local se demonstrava receptiva aos visitantes – “no dia seguinte à minha chegada ao Tejuco, recebi visitas das pessoas mais importantes do lugar (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 32)”, a qual se destacou para o viajante em especial pela sua educação, se diferenciando inclusive do restante da província em que o mesmo já havia conhecido. Martins (2014) destaca que tais aspectos ressaltados deviam-se ao fato de que, entre as famílias mais abastadas, havia renda e ócio suficientes para favorecer o desenvolvimento do espírito, na busca de distinção social. Ainda, segundo o autor, “escolas, salões, teatro, imprensa e atividades tipicamente urbanas contribuíram para fazer de Diamantina

---

<sup>42</sup> Povoador nas proximidades do Arraial do Tijuco em que houve significativa exploração de diamantes.

localidade com algum requinte intelectual e pródiga em manifestações artísticas” (MARTINS, 2014, p. 228).

Como se pode ver, no período em questão têm-se indícios que demonstram uma certa distinção social a partir das ocasiões de divertimento com base no poderio aquisitivo da elite local, o qual favorecia que essas pessoas pudessem desfrutar de momentos de diversão. Percebe-se também que de alguma forma existia uma valorização da cultura estrangeira, principalmente a francesa, observando a descrição do corriqueiro encontro de pessoas, em especial os jovens, que se dedicavam ao aprendizado do francês. Em ambos os casos, no que tange aos divertimentos e à valorização eurocêntrica, pode-se afirmar que viriam a aumentar esses aspectos na medida em que a urbanização local se ampliava, bem como em consonância com a expansão das atividades urbanas ao se tornarem mais públicas.

O naturalista francês faz referências aos hábitos dos moradores locais no que concerne à literatura e à música, duas vertentes de práticas ligadas ao divertimento presente há muito tempo na localidade.

Os habitantes do Tijuco são principalmente notáveis na arte caligráfica e podem a esse respeito rivalizar com os mais hábeis ingleses, tanto quanto pude julgar eles não são menos hábeis na arte musical que os outros habitantes da Província, e úa missa cantada que assisti na Igreja de S. Antônio não me pareceu inferior à que assisti alguns meses antes na Vila do Príncipe. Pouco tempo antes de minha partida, pedi licença à Sra. Matilde da Câmara para ofertar-lhe um caderno de músicas. Logo após o Intendente ofereceu-me um concerto em que figuravam lindas variantes sobre uma ária do caderno (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 47).

No que se refere ao espaço urbano, Saint-Hilaire também fez suas observações ao descrever que “as ruas de Tijuco são bem largas, muito limpas, mas muito mal calçadas; quase todas são em rampa; o que é consequência do modo em que a aldeia foi colocada (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 34)”. A respeito do espaço urbano, o naturalista francês acrescenta dizendo que “há diversas praças públicas em Tijuco, mas são tão pequenas e irregulares que apenas merecem o nome de encruzilhadas (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 39)”. Sobre o casario, ele destaca que “as casas construídas umas em barro e madeira, outras com adobes, são cobertas de telhas, brancas por fora e geralmente bem cuidadas (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 35)”.

Desse modo, pode-se perceber que o espaço urbano local estava se desenvolvendo, os quais inclusive serviram de assunto entre governantes e moradores locais por muitos anos. Vale ressaltar inclusive que faziam parte do cenário

urbano “diversas chácaras com áreas cultivadas, terrenos de pastos e currais mais ou menos alargados que se desdobravam em campos e vias de acesso a outros povoados (PESTANA, 2002, p. 157)”. A respeito desse desenho urbano, Furtado também destaca que o espaço também estava permeado por dimensões socioculturais, “na rua Direita, a principal, haviam sido erguidas as residências dos homens mais importantes do arraial. [...] Os brancos eram maioria na rua Direita, na Rua da Quitanda, onde se encontravam os comerciantes (FURTADO, 2004, p. 38-39)”. Como se pode notar, as vias centrais, as quais promoviam melhor acesso aos principais comércios da cidade, eram majoritariamente compostas por uma elite branca, mesmo que essas fronteiras em muitos momentos fossem fluidas, como apontado pela autora, o que demonstra que já nessa época o espaço urbano privilegiava certos lugares em detrimento de outros.

Saint-Hilaire faz apontamentos inclusive acerca dos jardins presentes nas casas, os quais, segundo ele, “são muito numerosos, e cada casa tem, por assim dizer, o seu. [...] Os jardins do Tijuco parecem-me geralmente melhor cuidados que os que havia visto em outros lugares; entretanto eles são dispostos sem ordem e sem simetria”. Dá-se aqui o destaque a estes espaços que, como apontado por Terra (2010, p. 76), “com a evolução das estruturas sociais e culturais, surgiram variados tipos de jardins para satisfazer as diversas necessidades do ser humano, da sobrevivência ao lazer”. Dessa forma, mesmo que os presentes no Arraial do Tijuco contassem em sua maioria com árvores frutíferas e hortaliças, o que demonstra o caráter de utilidade prática destes espaços, eles também são capazes de atender à vaidade das pessoas, sendo que ele representa “simbolicamente, na maior parte das vezes, o *status* social do proprietário (TERRA, 2010, p. 76)”.

Retornando à questão mineradora, a independência do Brasil em 1822 e os movimentos de uma onda liberal ocasionaram uma livre exploração do garimpo, além da abertura para companhias estrangeiras se instalarem no local. Dessa forma, qualquer pessoa que desejasse e possuísse meios estaria livre para o exercício de tal atividade, o que fez com que muitos proprietários de escravizados passassem a empregá-los a partir da exploração principalmente nos rios da então Vila Diamantina, criada em 1831.

Com a adoção do regime dominial estipulado junto à promulgação da Constituição de 1824, o governo determinava que os recursos minerais eram de

propriedade do Estado. Dessa forma, foi estipulado que os concessionários estariam livres para explorar mediante pagamento de impostos para os cofres públicos. Uma atividade que por ora estava em franco declínio, nesse momento recebe um significativo impulso, posto que a liberdade em garimpar fez com que trabalhadores do setor se espalhassem por toda a parte, o que culminou na descoberta de novas lavras, muitas delas de grande destaque na quantidade da pedra preciosa.

Segundo Martins (2014), para milhares de homens que viviam da cata de diamantes não restou outra saída a não ser integrar às turmas dos poderosos donos de lavras, trabalhando no sistema de praças (figura 1), onde o trabalhador recebia uma pequena porcentagem referente ao lucro obtido, além da garantia de alimentação, ferramentas de trabalho e habitação (ranchos precários, de madeira e sapé) no local do serviço. Aos que não se submetiam a tal regime de trabalho, o autor afirma que estes se tornavam faiscadores, os quais desenvolviam um modesto serviço em córregos mais afastados e, em geral, pouco promissores.



**Figura 2 - Lavra de diamantes do Sr. Felisberto D'Andrade Brant/1869**



Fonte: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

Já elevado à condição de município desde o ano de 1838, a então cidade de Diamantina logrou grandes êxitos na atividade mineradora. A exemplo disso, tem-se uma passagem em que o viajante alemão Johann Jakob Von Tschudi numa visita à cidade, no ano de 1858, em que relatou algumas impressões sobre o local:

Diamantina é uma das cidades mais interessantes do império. Além de grandes riquezas, possui uma população abastada, uma classe média numericamente representativa e quase nenhum pobre. Apesar da vida luxuosa e dos artigos importados, caros por causa do longo transporte, a entrada de dinheiro é bem maior que a saída (TSCHUDI, 2006, p. 109).

De acordo com a descrição acima citada, percebe-se que mesmo com a decadência da mineração da pedra preciosa, a cidade ainda se destacava pela riqueza de seus moradores, o que se expressava inclusive pela arquitetura com suas casas com dois andares, algumas com até três.

Entretanto, com o aumento da oferta de diamantes no mercado internacional, aliada à descoberta das pedras preciosas na África do Sul na década de 1860, o comércio deste gênero entrou em franca decadência provocando expressiva diminuição no preço de comércio, além da falência de vários negociantes. Nesse momento, a localidade passou por uma severa crise econômica, o que levou as

pessoas a migrarem para outros setores econômicos. Este fato, segundo Magnani (2008), fez com que houvesse um redimensionamento da cidade como um todo, onde se destacaram alguns investimentos como a construção da primeira usina hidrelétrica do Brasil, o estabelecimento dos Correios, a instalação de um batalhão de polícia, a fundação de três fábricas de tecido, além de uma dinâmica e expressiva imprensa local.

Compreende-se que a atividade mineradora contribuiu para os diversos desdobramentos pelo qual o local passou, e que viria a passar posteriormente ao período aqui compreendido. Em especial o desenho social da cidade nos dá indícios para compreensão dos fatores que levaram até aos divertimentos que serão analisados mais à frente. A valorização da cultura europeia, dada em especial pelos mais ricos da cidade (dentre os quais, uma parcela significativa enriqueceu devido à exploração dos diamantes), contribuiu para o que mais tarde iria se consolidar com os divertimentos ali desenvolvidos. As imposições governamentais colaboraram para que a dinâmica local também tivesse especificidades que se refletiram nas formas com que eles orientavam as diversões. Soma-se isso tudo à miscigenação aliada às pessoas oriundas dos mais variados lugares da província e do mundo, o que certamente contribuiu para trocas culturais, as quais foram capazes de formatar hábitos e atividades específicas do local.

## **2. Da Cidade do Diamante à Metrópole do Norte**

No início do século XX, a cidade de Diamantina passava por diversas transformações, dada a situação econômica em que o local se encontrava nas últimas décadas do século anterior. Com o seu histórico marcado pela dominação e exploração, frutos da atividade garimpeira ali exercida, se faz importante salientar, como apontado por Monte-Mór (2001), que a natureza extrativa da economia urbana mineradora fez com que surgissem núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo ambiente (urbano). Tal fato, segundo o autor, fez com que fosse acelerada a formação de uma cultura onde o agrupamento do excedente coletivo, a base de organização social comunitária, a ordem legal e o

poder constituído se encontrassem no espaço/obra coletiva. Portanto, diferente da formação de outros centros urbanos, em que sua gênese se dá a partir da industrialização, comércio ou questões políticas, Diamantina foi se desenvolvendo pautada na exploração dos diamantes.

Se, por um lado, o desenvolvimento da cidade foi impulsionado pela atividade econômica ali exercida, por outro, ele foi freado pelo mesmo aspecto, como o fato de o mesmo ter se mantido na condição de Arraial por mais de um século, mesmo que frente às outras cidades ele fosse mais desenvolvido em população, economia e construções. Saint-Hillaire (1941), ao viajar para o local no ano de 1817 constatou que mesmo o arraial e entorno possuindo uma população de 6000 pessoas e aproximadamente 800 casas, ele não era elevado à categoria de paróquia, muito em detrimento da necessidade em impedir maior autonomia e importância do clero naquele distrito, assunto que será melhor abordado mais à frente.

O contexto social local não destoava do restante da colônia, pois, era comandado por uma elite branca, composta em grande parte por portugueses que ocupavam cargos de destaque (contratador, intendente, dentre outros), uma parcela significativa de escravizados (tabela 6) e homens e mulheres pobres, em geral pardos. É certo que ao longo dos anos, tais representações variaram, bem como o número de habitantes que ali viviam, pela observação dos aspectos de que a questão populacional foi o primeiro grande destaque que atividade garimpeira proporcionou ao local, dado o seu rápido povoamento a partir da descoberta do ouro, seguido pelos diamantes.

**Tabela 6 - População Escrava de Diamantina (1832 - 1887)**

<b>Ano</b>	<b>N. de Escravizados</b>	<b>% da população total</b>
<b>1832</b>	6.617	53,6
<b>1872</b>	7.510	37,2
<b>1884</b>	6.702	15,8
<b>1887</b>	2.605	6,1

Fonte: Martins, 2014

Essa população específica também exerceu significativa influência nos desdobres históricos locais. Além do comum emprego da força negra nas atividades cotidianas, eles eram usados ainda para obter renda. Os diamantinenses alugavam

seus escravizados para a atividade garimpeira, em especial no período dos contratos e da Real Extração, ocupação que, segundo Furtado (1996), trouxe prosperidade para a população que muitas vezes chegava a sobreviver da locação dos cativos.

Mesmo após a lei áurea, muitos negros ainda permaneciam sob o jugo de seus senhores sem ter para onde ir ou trabalhar. A exemplo disso, têm-se diversas passagens do livro *Minha Vida de Menina* em que Helena Morley<sup>43</sup> se refere a estas pessoas como negras, quase sempre num contexto de submissão aos brancos em que prestavam serviços à casa grande, ou até mesmo usados em aluguel:

Meu pai precisando de algumas praças para o serviço que está fazendo no Bom Sucesso, pôs-se a indagar até saber que as Cunhas têm em casa dois negros que ainda foram do cativo e que elas costumam alugar para fora e dividir com eles o dinheiro, porque não estando alugados elas é que os sustentam (MORLEY, 1999, p. 48).

Pode-se constatar, então, que muitos “negros que ainda foram do cativo” gozavam de uma liberdade limitada, em razão do fato de que não eram mais escravizados, mas que ainda eram de “posse” das Cunhas, passando por elas o crivo de alugá-los ou não, bem como sustentá-los quando não estavam gerando renda. Entretanto, mesmo que recebessem parte do que era pago, a forma com que trabalhavam pouco, ou nada, destoava dos anos anteriores ao de 1888, com serviços pesados e de longas jornadas, bem como castigos aplicados quando se julgasse necessário. A esse respeito, pode-se concluir, tomando como base uma passagem do livro de Helena Morley em que ela relata estar com dó de sua tia Aurélia pelo fato de ela estar lidando com uma escrava alugada que estava dando muitos problemas, pois, era “malcriada, porca, burra, idiota e ruim” (MORLEY, 1999, p.269). A menina ainda completa reproduzindo a narrativa da tia ao informar o desdobrar da história: “Vou lhes dar uma notícia ótima. Fiquei livre da Isabel (...) Dei-lhe uma surra, ela ficou com medo, carregou a trouxa e foi-se, graças a Deus” (idem).

Mediante o exposto, escravidão estava formalmente abolida, entretanto, na prática, a lei em vigor não era aplicada, fazendo com que os negros, vias de regra,

---

<sup>43</sup> Cabe destacar que Helena Morley era filha de um pai de origem Inglesa, que se dedicava ao garimpo de diamantes, o qual não conseguiu obter êxito com a função, tendo em vista o fato de sempre estar mudando de lavras, e em todas conseguir apenas pequenos diamantes, o que gerava pouco lucro, o que mal dava para o sustento da família. Já a mãe de Helena se dedicava às tarefas domésticas e no cuidado da protagonista e de seus três irmãos. Muitas vezes era a avó materna de Helena que, com a herança deixada por seu marido (o que a mantinha numa vida financeiramente confortável), contribuía com as despesas da família de sua filha.

ainda estivessem sujeitos ao jugo de seus patrões. Dessa forma, na sociedade diamantinense do fim do século XIX e início do XX as questões referentes aos negros em nada, ou muito pouco, se alteraram tendo por base a distinção social que imperava, em especial no que se refere ao campo do trabalho, porquanto um branco jamais se sujeitaria ao que fosse função de um negro. A respeito disso, tem-se a continuação da narrativa de Helena Morley sobre quando seus pais ficaram sabendo dos negros que as Cunhas tinham para aluguel:

Meu pai e mamãe então se lembraram de passar na casa das Cunhas, na Rua do Bonfim, para contratar os negros. Lá elas disseram que os negros já estavam alugados e no meio da conversa contaram que tinham dois irmãos chamados Geraldo e Anacleto que vivem em casa à toa, sem emprego. Mamãe depois que elas disseram que os negros já estavam alugados, não prestou mais atenção à conversa das mulheres, deixou meu pai só ficar escutando. Mas quando ela ouviu nos dois que estavam em casa desempregados, mamãe disse: “Por que as senhoras não nos cedem Geraldo e Anacleto?”. As mulheres ficaram espantadas e meu pai teve de explicar que mamãe estava distraída e pensou que eles também eram negros (MORLEY, 1999, p. 48).

Os irmãos, mesmo que desempregados jamais aceitariam trabalhar com o pai de Helena, haja vista que o serviço a ser contratado era algo exclusivo aos ex-cativos, podendo ser considerada a proposição da mãe até mesmo ofensiva caso o mal-entendido não fosse esclarecido. Existia naquela sociedade um certo *status* que era conferido àquele que não necessitasse trabalhar, chegando a atividade laboral ser considerada ultrajante, como se vê em trecho do diário de Helena: “Meu pai não deixa meus irmãos ficarem sem trabalhar, dizendo que o trabalho só é desonra aqui, porque só os escravos é que trabalhavam e que onde não havia escravos o trabalho é honroso” (MORLEY, 1999, p. 322). Manter-se distante de uma função trabalhista era de exclusividade da elite, a qual podia arcar com esse estilo de vida. Aos outros, era imprescindível o exercício de atividades que lhes garantisse a subsistência, como o caso da família Morley, em que todos tinham alguma ocupação.

Ainda sobre essa temática, era comum inclusive que mulatas ou negras alforriadas se tornassem concubinas de homens brancos e livres, como nos esclarece Magnani (2013, p. 96), ao dizer que essa era “uma forma de reinserção na sociedade, de usufruto de vantagens que minimizavam os estigmas e as desvantagens sociais da cor e da condição da escravidão”. A autora ainda esclarece que essa inserção era parcial, pois o casamento seguiria regras rígidas de hierarquia, além do estado português impedir a união entre indivíduos de condições distintas, o que tornava essas

uniões ilegítimas, porém, comuns e socialmente toleradas. Exemplo disso, tem-se a Chica da Silva como apontado no tópico anterior.

Referente à população geral da cidade, essa passou por oscilações constantes, variando de acordo com o cenário local. Se na fundação do arraial, sua população foi formada quase exclusivamente por homens empregados na atividade mineradora, tal situação fora se modificando no decorrer dos anos.

**Tabela 7 - População da Cidade de Diamantina**

Ano	População
1812	4.674
1831	5.903
1858	10.000
1899	8.722
1920	7.750

Fonte: adaptado de Martins, 2014

De acordo com a tabela, é possível notar um expressivo aumento populacional entre os anos de 1812 e 1858, em virtude de que, num espaço de 46 anos, o número de habitantes mais que dobrou, havendo um acréscimo significativo a partir de 1831, concomitante ao momento em que fora permitido às pessoas garimparem livremente após o fim da Real Extração. Esse fluxo de pessoas, pautadas em tal atividade econômica, também é notório a contar do ano de 1850 no qual se inicia um declínio populacional, coincidente com a grave crise econômica pela qual o local passou doravante a descoberta dos diamantes na África do Sul, como apontado anteriormente.

“Diamantina está numa triste decadência! Continuou Mourão. – Está morrendo aos poucos... também isto aqui é uma bacia de pedra. Nada produz, não tem indústrias, os diamantes vão se tornando raros... quando penso nisto, fico profundamente abatido”<sup>44</sup>. No trecho destacado, retirado de um diálogo de Antônio Mourão com amigos no ano de 1895, é possível perceber seu descontentamento com o caminho que a economia daquela cidade estava seguindo, visto que não se

<sup>44</sup> ARNO, Ciro. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952, p.53.

praticava a agricultura, os diamantes estavam praticamente esgotados, bem como aponta a ausência de indústrias.

A respeito dessa crise, a cidade passou por diversas transformações que impactaram tanto na vida econômica quanto social, pois, o poderio econômico das pessoas se alterara significativamente. Tendo tal situação em vista, o bispo Dom João liderou um grupo formado pelas elites locais e enviou uma carta à Câmara Municipal de Diamantina com o seguinte teor:

Não ignorais quais tem sido as consequências da atual crise: o comércio completamente paralisado, os mineiros arruinados, um quase estado geral de falências; e o que ainda é mais horrível, a miséria, a fome de milhares de trabalhadores que não têm em que se ocupar e com que sustentar suas famílias, porque vós sabeis, nem todos possuem terras para cultivar. Deverão se expatriar? E como e para onde? E os meios para se transportarem? (...) Lembrem-se de levar primeiramente à vossa consideração a idéia de contrair esta câmara um empréstimo com o fim de criar neste município uma fábrica de tecidos de algodão. (...) Uma fábrica de tecidos nesta região daria emprego a muitos braços e animaria a cultura de um gênero em completo abandono. E não seria esta a sua principal vantagem. Outras fábricas se estabeleceriam quando capitais hoje desanimados vissem um emprego lucrativo, certo e não precário de um comércio e mineração quase extinta (SOUZA, 1993, p. 95).

No trecho acima descrito, pode-se perceber a dificuldade que a localidade enfrentava com a queda do comércio geral, decadência do garimpo, bem como a situação de milhares de pessoas desempregadas e sem ter onde encontrar atividades de trabalho, o que denotava certa urgência na tomada de medidas que possibilitassem a reestruturação da economia. Outrossim, os avanços até então já adquiridos pelo local, como a elevação do Arraial do Tijuco à cidade de Diamantina em 1838, era desejo que outros melhoramentos fossem realizados, principalmente o que se refere a assuntos ligados à modernidade e à industrialização.

Dadas as características do solo que dificultavam o desenvolvimento da agricultura, foi dada como sugestão o investimento em indústrias, em especial a têxtil que, segundo o comunicado, poderia, além de gerar empregos, reaquecer a economia local, bem como o incentivo no surgimento de outros empreendimentos. Em suma, no ano de 1867 o então bispo Dom João Antônio dos Santos convidou seus irmãos, Antônio Felício dos Santos e Joaquim Felício dos Santos, para criarem em sociedade uma indústria de tecidos, o que procriou o surgimento da empresa Santos e Cia que gerenciava a recém surgida fábrica de tecidos do Biribiri. Esse empreendimento possibilitou a criação de empregos para um numeroso grupo de mulheres, sua

dominante fonte de mão de obra. Além de gerar renda, o trabalho tinha como ideal central a moralização dos costumes, já que lá “não há espaço para a individualidade: do convento – dormitório – para o refeitório, do refeitório para a fábrica, da fábrica para a igreja, da igreja para o largo, as moças andavam em grupos, de braços dados” (SOUZA, 1993, p. 143). Logo, o objetivo principal não era, em primeiro lugar, de uma empresa capitalista, mas também o de moralizar as relações, preservando as moças das tentações, por meio da educação para o trabalho (SOUZA, 1993).

Posteriormente a isso, outros empreendimentos do ramo também surgiram na cidade: fábrica de Tecidos São Roberto, fábrica Perpétua e a Companhia de Fiação e Tecidos Santa Bárbara. Tais empreendimentos significaram importante fonte econômica para a cidade, fazendo com que ela se tonasse um centro têxtil para o estado, utilizando matéria prima de toda a região, e enviando sua produção para as mais distintas regiões. Como pode ser observado na tabela a seguir, as empresas, utilizando energia a vapor e hidráulica, eram responsáveis pelo emprego de mais de 450 pessoas, sendo a maioria do sexo feminino. Nota-se também que, apesar da fábrica do Biribiri possuir superior número de teares e maior contingente de funcionários, foi a de São Roberto que obteve uma produção mais elevada no ano de 1912.

**Tabela 8 - Fábricas de Tecidos em 1912**

Fábrica	Fund.	Capital Empregado	Produção no ano de 1912	Nº de Operários			Nº de Teares	Força motora	
				Mas	Fem	Tot.		Vapor	Hidráulica
<b>Biribiri</b>	1876	300:000\$00 0	280:000\$00 0	20	180	200	110	-	120
<b>Santa Barbara</b>	1888	400:000\$00 0	400:000\$00 0	50	100	150	78	50	150
<b>São Roberto</b>	1888	420:000\$00 0	420:000\$00 0	44	80	124	74	25	-
<b>Perpetua</b>	-	100:000\$00 0	-	-	-	-	18	-	40

Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos no Anuário Estatístico de 1913

Se inicialmente foram as atividades ligadas ao garimpo dos diamantes os principais ramos empregadores na cidade, ao longo dos anos essa situação foi se alterando para outros setores econômicos, como se pode verificar na tabela a seguir:



**Tabela 9- Distribuição dos grupos de ocupação no distrito sede de Diamantina**

Ano	Liberais	Comércio	Lavras	Lavoura	Manuais	Indústrias
1832	9,7	27,9	41,3	2,0	12,4	-
1876	11,8	27,7	32,0	0,8	21,6	6,2
1920	7,2	21,3	27,3	14,2	-	30

Fonte: Martins, 2014, p.228

Observa-se que dentre os grupos de ocupação, o que estava ligado às lavras foi o que apresentou a maior queda, dada a crise dos diamantes, seguido pelos liberais e comércio. Destaca-se, porém, o significativo aumento no ramo industrial iniciado no ano de 1876, em que foi criada a Fábrica de Tecidos do Biribiri e ampliado ainda mais no ano de 1920 com o surgimento das outras.

O ramo têxtil não foi o único responsável por alavancar os empregos na área industrial. Outros setores foram se desenvolvendo com o passar dos anos como se pode verificar em publicação veiculada no jornal *O Norte* no ano de 1906:

Diversas fabricas de ferro e de cortume se encontram em muitos pontos. Em Diamantina é considerável a criação de gado vacum e cavalari, e importante o fabrico de queijos e manteiga. Varios engenhos produzem rapadura, assucar, cachaça e farinhas de milho e de mandioca. Na sede do municipio há todas as pequenas industrias conhecidas no Estado, sapatarias, alfaiatarias, marcenarias, typographias, fabricação de flores, lavragem de côco alburil, olarias, avicultura, pomicultura etc. Fechamos estas informações, lembrando que nos contornos da cidade há diversas fabricas de lapidação de diamantes, que empregam pessoal numeroso<sup>45</sup>.

Como descrito, inúmeros foram os setores que se desenvolveram na cidade, com destaque para as fábricas de lapidação que empregavam significativo número de pessoas. Pode-se estranhar a princípio o fato do surgimento de fábricas de lapidação após o declínio da extração dos diamantes. Entretanto, este foi justamente o fator que justifica tal acontecimento.

Sua extração é actualmente insignificante e em demasia exíguo o preço ofertado pelo pouco que enviamos para a corte; pois bem, vendamol-o, somente lapidado. A lapidagem dá-lhe valor suficiente para cobrir o preço que tem em seu estado primitivo e o trabalho do lapidário, e deixa ainda, bom excesso ao possuidor. (...)  
Porque não estabelecemos mais fabricas? Para isso há ainda capitães e lugares apropriados. Nas Dattas, por exemplo, onde há um povo laborioso e onde abunda o capital torna-se patente necessidade um estabelecimento desse gênero<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> O Norte 12/07/1906, ano I, n. 11, p.3.

<sup>46</sup> Monitor do Norte 06/02/1876, ano II, n.8, p.3.

Como se pode ver, a busca por alternativas econômicas fez com que surgisse, em Diamantina, um novo ramo da indústria. Se o comércio dos diamantes estava em queda pelos baixos preços e decadente extração, uma alternativa para solucionar a problemática seria a venda das pedras preciosas já lapidadas, que além da valorização do produto, facilitaria a encontrar compradores interessados. Ademais, a instalação de uma fábrica de lapidação era viável, dado que “o mecanismo empregado na fabrica de lapidação é relativamente barato e de fácil transporte: e agua que toca qualquer dos nossos moinhos, pode por em movimento três ou quatro rodas de lapidar”<sup>47</sup>.

Outro setor que se destacou na indústria diamantina foi o de bebidas, como as fábricas de cerveja. Como exemplo disso, tem-se a fábrica do Comendador Serafim Moreira fundada em 1875 com nome de Gameleira, acontecimento que rendeu nota no jornal *Monitor do Norte*. Destaca-se nessa passagem do periódico o trecho “Fazemos votos para que prospere em nosso paiz mais esse ramo de indústria nacional”, o que mais uma vez demonstra o crescente desejo, ao menos de parte da população, de que o setor industrial se desenvolvesse.

Ainda no ramo de bebidas, não se pode deixar de dar destaque à produção de vinhos que também representou significativo motor para a economia local. A esse respeito, uma passagem do jornal *O Norte* esclarece como foi o surgimento de tal atividade:

Em época que eu não posso precisar, apareceu aqui um virtuoso sacerdote, vindo de França, aonde se fabricam bons vinhos, e com toda paciencia se aprouve em ensinar a sua fabricação a algumas pessôas, interessadas em levantar aqui a indústria vinhateira.

Appareceram logo diversos industriaes, que pozeram mãos á obra e conseguiram, (esforço admiravel!) nos proporcionar um vinho christalino como o decantado marso<sup>48</sup>.

Sobre esta indústria, é possível encontrar diversas passagens que ora apresentam propaganda dos vinhos localmente produzidos, ora fazem menção a questões relativas à atividade no geral, como foi o caso do jornal *O Município* de 7 de agosto de 1900 que dedica mais de uma página para veicular matéria intitulada “Manual do Vinicultor”. Tal atividade também ganhou destaque por ser uma das

---

<sup>47</sup> Monitor do Norte 06/02/1876, ano II, n.8, p.3.

<sup>48</sup> O Norte 30/01/1909, ano I, n.5, p.2.

desenvolvidas pela Igreja com produção de responsabilidade do Seminário, sobre o qual consta no Anuário de Minas Gerais de 1906 a 1913 que:

A produção vinivola no distr. da cid., já é bem grande. Por exemplo, no vasto quintal do Seminario Episcopal, muitas mil videiras se agrupam em lindas latadas, todos os anos carregadas de suculentos cachos, de cujos fructos os revd. Padres da Congreg. Da Missão extraem saborosíssimo vinho, na média anual de 14.000 garrafas, tendo já em anos anteriores produzido 18000 garrafas<sup>49</sup>.

Além das indústrias, outro grupo de ocupação no distrito apresentado na tabela anterior que merece destaque foi o que se refere às atividades em lavouras. Por mais que essa atividade tenha se mostrado muito baixa no ano de 1832 e decrescido ainda mais no ano de 1876, ela passou a ser 17 vezes maior num período de 44 anos. É impossível falar acerca dessa atividade em Diamantina sem mencionar a profissão de tropeiro, do mesmo modo que é ele quem “traz os gêneros da terra que abastecem os nossos mercados<sup>50</sup>”. Acerca da sua importância para a economia local, o jornal *Pão de Santo Antonio* ressalta que

Si todos esses camaradas nossos abandonassem a profissão de tropeiro e viessem para as cidades, não seriam os Fords, nem outros carros modernos que transitarão pelos caminhos abandonados, feitos pela enxada do tropeiro e a cascos de burros, que nos trariam o indispensável á existencia<sup>51</sup>.

De fato, desde o auge do garimpo, os tropeiros exerciam importante função no cenário local, sendo eles os principais responsáveis pelo abastecimento de diversos produtos comercializados em Diamantina. Entretanto, mesmo com sua importância, essa classe trabalhadora passou por muitas dificuldades para desenvolver suas atividades, como precárias estradas, baixa tecnologia para produção agrícola, ausência do Estado nas regiões em que viviam, dentre diversos outros fatores. A esse respeito, Ciro Arno relata em seu livro *Os Enteados* uma passagem ocorrida no ano de 1895 em que um grupo de tropeiros conversava nas proximidades do mercado acerca das novas posturas municipais que havia aumentado os impostos, em que um deles diz:

\_ Eu moro a duas léguas pra lá do Rio Manso, numa velha casinha esburacada, com minha mulher, dez filhos, tendo o mais velho dezessete anos e o mais novo dois, e meu velho pai de oitenta anos. Todos nós trabalhamos na roça, menos a mulher, que fica em casa, cozinhando, lavando roupa e tratando das três crianças menores. Terminada a colheita de milho e feijão, amarramos esses gêneros e os trazemos em cinco burros que

<sup>49</sup> Anuario de Minas Geraes: Estatistica, Historia, Chorographia, Finanças, Variedades, Biographia, Literatura e Indicações (MG) - 1906 a 1913, p.397.

<sup>50</sup> Pão de Santo Antonio, 17/01/1932, ano XXVI, n. 29, p.1.

<sup>51</sup> Pão de Santo Antonio, 17/01/1932, ano XXVI, n. 29, p.1.

possuimos, marchando a pé até aqui, eu e mais três filhos. O que apuramos mal chega para pagar as dívidas; vivemos na miséria e molambentos.

\_ Não vale a pena lutar! Interrompeu um velho tropeiro. Trabalhamos como escravos para não morrer de fome... Muitas vezes os gêneros que trazemos entregamos aos negociantes desta cidade, pelo preço que eles impõem, para pagar dívidas... Antes pedir esmolas!

\_ E se um filho adocece na roça, exclamou outro matuto, temos de tratar deles com chás e raízes, porque a botica e o médico estão longe e não temos dinheiro para paga-los<sup>52</sup>.

A partir do trecho destacado percebe-se as abstrusas condições que essas pessoas mantinham, dada a forma de vida no campo. Mesmo com sua fundamental atividade para a economia local, estes eram obrigados a se sujeitar a preços determinados pelos compradores, valores estes que “mal chegam a pagar as dívidas”. Essa situação se esclarece ainda no livro indicado, quando um jovem diamantinense interrompe a conversa dos tropeiros:

Pobres pequenos lavradores! Essa miséria em que viveis há de continuar, enquanto nos governarem os burgueses parasitas. Os governos que temos (municipal, estadual e federal) só se lembra de vós, para vos arrancarem impostos e contribuições. Não vos dão escolas, nem assistência médica, nem estrada, nem pontes, nem profissionais que vos ensinem os modernos processos de cultura. Por culpa do governo viveis em completa ignorância, roídos pelas moléstias, transportando tropas por caminhos quase intransitáveis, lavrando a terra somente com a enxada, como os agricultores de há mais de três mil anos, pois os romanos já empregavam o arado e a charrua, que não conheceis ainda; desconheceis igualmente os adubos químicos que aumentam o rendimento da terra<sup>53</sup>...

Acerca do assunto Martins (2014) nos informa que, em função da crise dos diamantes na década de 1870, houve uma significativa retração na renda regional, o que fez com que a população, com muito menos dinheiro, começasse a criticar o modo com que funcionava o comércio de gêneros de primeira necessidade e exigir da Câmara Municipal providências para evitar a ação dos atacadistas capazes de provocar altas repentinas nos preços dos mantimentos. Entretanto, como informa o autor, nenhuma medida foi tomada até o momento em que toda a região passou por uma enorme seca culminando em uma alta especulação nos produtos alimentícios na cidade. A respeito desse momento, Helena Morley narra em seu diário:

No ano da fome eu era muito menina mas me lembro ainda de algumas coisas daquele tempo (...). Nunca nada me impressionou tanto como a fome daquele ano. Lembro-me até hoje das velas que mamãe acendia no oratório, pedindo a Deus que mandasse chuva. Não havia nada na cidade para se comprar. Os negociantes punham gente nas estradas para cercar os tropeiros para

<sup>52</sup> ARNO, Ciro. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952, p.69.

<sup>53</sup> ARNO, Ciro. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952, p.70.

comprar o pouco que eles traziam e vender pelo dobro ou triplo. Quem tinha pouco dinheiro passava fome. Cada dia tudo subia mais. Chegavam todo o dia notícias de gente morta na redondeza (MORLEY, 1999, p. 63).

Certamente esse foi um momento delicado enfrentado por todos os moradores daquela região e serviu como a gota d'água, como apontado por Martins (2014), para fazer com que a Câmara Municipal tomasse providências a tal respeito. Em vista disso, eles instituíram, no ano de 1890, o Mercado Municipal, o qual passou a abrigar a Intendência Municipal, dotada do monopólio do abastecimento, visando combater os atravessadores. Lá ficariam expostos durante o dia os gêneros de primeira necessidade, antes do arremate dos comerciantes.

**Figura 3 - Mercado Municipal/S.d.**



Fonte: Foto de Chichico Alkmim

Como se pode verificar na fotografia acima, o Mercado Municipal (prédio à esquerda) se tornou um ponto bastante movimentado da cidade, o qual atraía desde tropeiros até compradores. Pela imagem, é possível notar que ele ficava localizado em uma área com um amplo espaço, conhecido como Largo da Cavalhada Nova, no qual havia estacas que serviam para que os burros, principal meio para o transporte das cargas, fossem amarrados. Pela quantidade de animais no local, pode-se ter um pouco a dimensão do fluxo de mercadorias que circulavam por ali.

Diamantina também se beneficiou muito com o comércio em consequência da sua localização geográfica estar situada estrategicamente no entroncamento de acesso ao norte de Minas Gerais. Também ao fato de ser a cidade mais desenvolvida da época, o que a tornou um núcleo urbano de destaque, somado ao fato da mesma ser procurada por concentrar órgãos de administração pública e religiosos, além de ser referência no âmbito educacional e de saúde. Os municípios vizinhos exportavam para a cidade seus insumos agrícolas e iam em busca, nas casas comerciais, de variados produtos manufaturados e de luxo (MARTINS, 2014). No ano de 1925 a cidade ainda permanecia como referência para todo o norte e nordeste mineiro como se pode constatar na tabela a seguir:

**Tabela 10 - Cidades do Norte/Nordeste de Minas Gerais (1925)**

<b>Indicadores</b>	<b>Diamantina</b>	<b>Montes Claros</b>	<b>Teófilo Otoni</b>
<b>População na Sede</b>	7.750	6.840	4.656
<b>Empregos/Indústria</b>	968	342	129
<b>Estab. Comerciais</b>	415	241	325
<b>Agências Bancárias</b>	1	-	-
<b>Export. Manufaturados</b>	2.340:000\$000	1.200:000\$000	-
<b>Total Exportações</b>	9.240:000\$000	5.350:000\$000	8.498:000\$000
<b>Matrículas Primário</b>	3.697	1.211	2.438
<b>Matrículas Ens. Profissional</b>	208	-	30

Fonte: Martins 2014, p.227

Nessa tabela foram destacadas as três principais cidades da região em questão, na qual se pode observar pelos números que Diamantina, além de ser a maior em número de população na sede, possuía uma porção mais elevada de pessoas trabalhando em indústrias, com quase três vezes mais que Montes Claros e mais que sete vezes, quando comparada a Teófilo Otoni e, conseqüentemente, um valor superior no que se refere ao total de exportação. Destaca-se também a quantidade elevada de estabelecimentos comerciais e um número muito mais elevado de matrículas tanto no ensino primário quanto profissional, sendo esse último sete vezes maior se comprado a Teófilo Otoni, único que também apresenta dados a esse respeito.

Bem como as questões econômicas, o aspecto urbano foi centro de preocupação da elite, de tal forma que ela empenhou significativos esforços para o

embelezamento da paisagem local em fins do século XIX e início do XX. A esse respeito, Ribeiro (2018, p. 95) afirma que ao longo da Primeira República o padrão de intervenção na cidade se dá com os chamados “planos de melhoramento, embelezamento e expansão” que não configuram exatamente o modelo do plano urbanístico, por não considerarem a cidade na sua totalidade, mas apenas se dedicando a intervenções localizadas ou setoriais.

A cidade buscava trazer para si os pressupostos elaborados a partir de um período que a historiografia denominou de *Belle Époque*, cujos padrões determinavam que uma cidade civilizada deveria ser um lugar limpo, organizado e regrado, com espaços adequados ao cultivo da sociabilidade burguesa: encontros, passeios, bailes e saraus (GODWIN JR., 2007).

Nesse contexto, as intervenções urbanas visaram, principalmente, criar nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção à sua nova condição. A modernização torna-se, assim, o princípio organizador das intervenções (...). De fato, as novas elites buscam desesperadamente afastar de suas vistas – e das vistas do estrangeiro – o populacho inculto, desprovido de maneiras civilizadas (RIBEIRO, 2018, p. 95).

Nesse processo os jornais locais se tornaram uma importante ferramenta da elite local, no qual constantemente eram publicadas matérias que objetivavam a difusão dos valores e práticas por eles objetivadas. Eram comuns passagens que exaltassem os costumes que fossem semelhantes aos da elite dos grandes centros urbanos: “Ahi tocará uma suave orchesrta de instrumentos de corda que deliciará os ouvidos das senhoritas diamantinenses, todas correctas no traje, chapéu elegante, pisando graciosamente, como se fosse na avenida Beira Mar”<sup>54</sup>. A partir das palavras escritas no jornal *O Norte* é possível perceber a valorização das vestimentas luxuosas, a eleição do Rio de Janeiro como um modelo a ser seguido, bem como o estilo musical tocado por orquestra, itens consumidos apenas pelas pessoas da elite que, mesmo estando em Diamantina, poderiam desfrutar de um momento ao modo de como ocorria à beira mar.

Bem como a exaltação dos bons hábitos, é também corriqueiro encontrar passagens que reprovavam atitudes que fossem em desencontro ao esperado, essas,

---

<sup>54</sup> O Norte, 21/02/1909, ano I, n.8, p.2.

em sua maioria, fazendo referência às praxes das camadas mais populares da sociedade:

Pedimos enérgicas providencias ao sr. Alferes Conceição, activo Delegado de Policia, para chamar á ordem certas mulheres de vida airada que, á noite se reúnem em pandegas escandalosas na ponte do Macau do Meio, desrespeitando as famílias da visinhança, que já não têm liberdade de chegar às janellas, em vista de tal immoral synagoga. Com a colocação de duas praças nesse local, parece que poderá se manter o respeito naquele bairro<sup>55</sup>.

Para acompanhar o progresso galgado pela elite local, era necessário que não somente os costumes da sociedade se renovassem, mas também que ela possuísse elementos que denotassem tal fator. Dessa forma, diversas ações foram realizadas que permitiram acompanhar a modernidade que se esperava do local como se pode verificar no quadro a seguir:

**Tabela 11 - Elementos da modernização urbana em Diamantina**

Ano	Elemento de modernização urbana
1822	Primeiras vidraças na casa do capitalista Quintiliano Máximo de Siqueira Brant
1828	Publicação do pioneiro jornal Eco do Serro, por Manoel Sabino de Sampaio Lopes
1849	Encenação no Teatro Santa Isabel, no Largo do Rosário, do drama “Inês de Castro”
1867	Iluminação a querosene no comércio e algumas casas de família
1875	Reorganização da Biblioteca Municipal, fundada em 1866 (acervo de 1500 volumes)
1876	Inauguração da Fábrica de Tecidos de Biribiri
1879	Instalação da Escola Normal pelo governo provincial
1885	Inauguração do telégrafo em Diamantina
1890	Instalação do 4º Batalhão de Polícia
1891	Início da construção do Hospício de Diamantina
1895	Inauguração da Sub administração dos Correios
1901	Inauguração do Hospital da Saúde
1902	Início da construção do Pão de Santo Antônio, a primeira casa de pobres da cidade
1906	Instalação do primeiro cinema na Rua Campos Carvalho (Ramos Guerra & Araújo)
1907	Inauguração por Joao Pinheiro do primeiro grupo Escolar
1910	Inauguração da luz elétrica na administração do Coronel Augusto Caldeira Brant
1911	Assinatura do contrato entre a Câmara e o Governo do Estado para abastecimento de água potável canalizada e construção de rede de esgotos
1914	Chegada das pontas dos trilhos do ramal ferroviário Diamantina-Corinto
1914	Inauguração do Cemitério Público de Diamantina

Fonte: (MARTINS, 2014)

Esses elementos apresentados certamente contribuíram para uma nova dinâmica para os divertimentos locais. Apesar da presente pesquisa não ter elencado elementos suficientes para uma descrição mais aprofundada, pode-se dizer que iluminação pública nas principais ruas da cidade certamente foi um dos fatores que contribuíram para essa nova situação. Fundamenta-se essa afirmação frente à

<sup>55</sup> A Idéa Nova, 23/08/1908, ano III, n. 124, p.1.



frequente menção de tal melhoramento nos periódicos, em especial o *A Idéa Nova* que ao longo dos anos precedentes e procedentes à instalação da iluminação pública se empenhou em anunciar regularmente todos os processos desse empreendimento, que ora se pautavam em elogios quando uma rua era iluminada, ora eram tecidas críticas pela sua ausência:

Nós, moradores do Rio Grande, nesta cidade, vimos pedir a V. Exa. Se digne baixar suas vistas ao péssimo estado das ruas deste bairro e à falta de iluminação, que nos priva de transitar à noite sem risco iminente de deixarmos uma perna nos profundos fossos, que armam ciladas à distração dos transeuntes<sup>56</sup>.

Como se pode perceber a partir de tal passagem, uma rua iluminada permitia às pessoas circularem de forma mais tranquila após o pôr do sol, o que de alguma forma também contribuiu para uma maior dinâmica dos divertimentos durante a noite. A esse respeito, Rolnik (1997, p. 105) ao estudar a cidade de São Paulo aponta que

os aparelhos de iluminação artificial, cuja tecnologia avançava rapidamente, introduziram a noite no calendário das famílias, abrindo o espaço público para a circulação sobretudo das mulheres e estabelecendo a vida social – nos cafés, confeitarias, salões e teatros – como marca da civilidade.

Além dos elementos que fazem referência à modernização da cidade como apontado na tabela anterior, era necessário que fossem feitos melhoramentos nas vias urbanas que permitissem uma melhor apresentação estética das principais ruas da cidade. Como se pode comprovar na fotografia a seguir, as ruas eram calçadas por pedras, popularmente chamados de pés de moleque, o que constrangia significativamente a elite, posto que a forma com que era feito além de incômoda e esburacada refletia o atraso frente ao modernismo. “Nossas ruas pedem outro systema de calçamento; ainda hoje existem obras de outro tempo, como para recordar-nos que o absolutismo tinha mais amor á terra dos diamantes do que os habitantes actuaes, com suas assembléas, sua presidência, municipio etc.<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> *A Idéa Nova*, 07/04/1907, anno II, n.98, p.2

<sup>57</sup> *O Jequitinhonha* 19/02/1864, ano IV, n.142, p.1.

**Figura 4 - Rua Direita/1877**

Fonte: Foto de Augusto Ridel

A questão do calçamento perdurou até o ano de 1877 quando foram introduzidos passeios centrais de lajes maiores, largas, regulares e achatadas, popularmente conhecida por capistrana, que conferia maior conforto ao caminhar pelas vias, se fazendo um espaço ideal para passear. Como comparativo dos melhoramentos no calçamento, é viável observar a foto anterior e a seguinte que, apesar de terem sido fotografadas em ângulos diferentes, representam o mesmo lugar, em que na segunda é possível notar as capistranas ao centro da rua. Posteriormente a esse momento, identifica-se em vários números de jornais notícias que informavam o investimento em calçamento ou melhoramento deles em diversos outros espaços da cidade. T tamanha foi a aceitação do novo formato que, no dia 27 de abril de 1900, foi promulgada uma lei que determinava a continuação do calçamento por meio de capistranas em toda a cidade: “Art. 1º Fica o Agente Executivo

Municipal autorizado a continuar com a rede de capistranas e calçamento por toda a cidade seguidamente, sem preferencia<sup>58</sup>.

**Figura 5 - Igreja de Santo Antônio / Rua Direita**



Fonte: Chichico Alkmim

Na imagem em questão, além do novo calçamento, é possível identificar uma pequena praça situada logo abaixo da igreja, outro elemento que também fez parte dos investimentos da modernidade. Como se pode verificar em um informe publicado no jornal *A Idéa Nova*, o poder público passou a investir na melhoria das mesmas: “depois de completamente reconstruída e embelezada a importante rua do Amparo, a Camara Municipal (segundo nos consta) mandará reformar varias ruas e praças d’esta cidade<sup>59</sup>.

De acordo com o Anuário Estatístico de 1920, Diamantina possuía 18 largos, praças e parques. Godwin Jr. (GODWIN JR., 2007) destaca que o embelezamento estético da cidade era considerado muito importante, parques e jardins eram vistos

<sup>58</sup> O Município 08/05/1900, ano VI, n.225, p.1.

<sup>59</sup> A Idéa Nova, 01/05/1910, ano V, n. 212, p. 1,



pelos defensores da “civilização” como espaços primordiais para a vivência (e difusão) de uma civilidade moderna e apropriada. Diamantina contava com um importante parque municipal localizado na Cavalhada Velha, palco para encontros, contemplação e momentos de divertimentos, o qual fora elogiado em nota do jornal *A Idéa Nova*: “É digno dos mais calorosos elogios o Sr. João de Souza Neves, activo e laborioso diretor do Parque Municipal, pela transformação e pelos embellezamentos que tem feito naquele jardim publico<sup>60</sup>”.

**Figura 6 - Parque Municipal da Cavalhada Velha**



Fonte: Chichico Alkmim

---

<sup>60</sup> *A Idéa Nova*, 03/04/1910, ano V, n. 208, p.2.

**Figura 7 - Família no Parque Municipal da Cavahada Velha**



Fonte: Chichico Alkmim

**Figura 8 - Homens no Parque Municipal da Cavahada Velha**



Fonte: Chichico Alkmim

Como se pode observar na imagem, o ambiente era arborizado com jardins ao centro, ladeado por calçadas com bancos. A beleza do local era destacada na cidade, o que fez com que lá se tornasse cenário para fotografias em família, bem como ponto de encontro para as pessoas. Este importante cenário, que contribuía para a composição paisagística local, agradava a elite ao refletir o *status* que gostariam de expressar. Ademais, essa camada da população usufruía desse espaço para diversos fins, como apontado anteriormente, entretanto, quando os usos não iam ao encontro do esperado, os jornais serviam para expressar a indagação como se pode verificar na passagem a seguir:

Por ordem do major Pedro Jorge Brandão, digno comandante do 3º. Batalhão, a banda militar tocou no Parque, no Domingo passado.

Entretanto, ficamos envergonhados com o vandalismo e com a estúpida selvageria de muitos populares: meninos sem educação (e parece que também sem paes) saltando e devastando a grama; pessoas grandes quebrando estupidamente galhos de arvores...

Nestas condições, é melhor que a musica não toque mais n'aquelle ponto, para evitar a necessidade de trancafiar na cadeia esses vagabundos, sem paes, sem educação, sem moral publica, sem respeito á sociedade.

É uma vergonha!

Só essa meia dúzia de canalhas desmoralizam a Diamantina perante os estranhos<sup>61</sup>.

A preocupação pela conservação do ambiente é evidente quando ressaltam os problemas causados pelo vandalismo, ademais, é possível perceber também uma crítica aos modos que iam contra a “moral pública”. Outro aspecto importante que merece destaque é a preocupação que se tinha em relação à imagem que as pessoas de fora poderiam ter com o local, pois, tais atos seriam capazes “desmoralizar a Diamantina”. Entretanto, a preocupação com o embelezamento da cidade não era

<sup>61</sup> A Idéa Nova 13/09/1908, ano III, n. 127, p. 2.

consenso entre todos do local, como os investimentos feitos para tal fim, deveriam ser utilizados para obras mais urgentes:

Não sendo pequena receita do município, e não havendo na cidade dispêndio algum com a remoção do lixo e com o recalçamento das ruas, em que se emprega a verba destinada a obras publicas?

Já se gastaram inutilmente alguns contos de réis na construção de um parque, que é uma obra de Santa Engracia. E de que nos serve esse embellesamento em futuro remoto, se as ruas continuam esburacadas e imundas e se a iluminação, mesmo escassa e irregular, só se encontra em pontos privilegiados? E demais, é ridículo colocarem-se quadros lindos e custosos em uma sala imunda.

Seria mais conveniente que se tratasse primeiramente de concertar nossas estradas, do que resultaria beneficio directo ao povo, com a entrada de tropas trazendo ao nosso mercado os gêneros de primeira necessidade<sup>62</sup>.

Nota-se aqui uma dualidade que estava entre o que é belo e o que é útil. Nesta passagem é contestado o investimento feito em um parque para a cidade, em que se questionava qual seria a funcionalidade daquele local com o decorrer dos anos ao passo que, segundo o escritor, as ruas continuavam esburacadas, sujas e mal iluminadas. De acordo com tal narrativa, a população iria se beneficiar mais se investido em melhorias na precária estrada que ligava Diamantina a Mendanha.

Como apresentado até aqui, diversas foram as ações pautadas no desenvolvimento nos mais variados aspectos de Diamantina. A preocupação, principalmente da elite, em formar uma imagem de cidade moderna e civilizada esteve muito presente nos discursos durante todo o período que compreende o objeto desta tese. Certamente não foram esgotados todos os exemplos que poderiam ser citados, como o caso dos teatros, cinemas, bares, bailes, educação moralizadora, dentre outros. Foram aqui apresentadas algumas passagens para fins de contextualização, entretanto, outros assuntos serão mais bem desenvolvidos ao longo do trabalho.

Deve-se dar destaque, também, ao contexto social daquela localidade que estava muito atrelado ao conservadorismo, este ligado em grande parte, pela formação católica que as pessoas daquela época possuíam. A Igreja, muito atuante no local, esteve o tempo inteiro influenciando no modo de pensar e agir das pessoas, inclusive no âmbito que concerne ao progresso. Dessa forma, faz-se necessária uma elucidação acerca dos processos que a religião passou em Diamantina, o qual será desenvolvido a seguir.

---

<sup>62</sup> A Idéa Nova, 27/05/1906, ano I, n.7, p. 3

### 3. Da Religiosidade Leiga à Metrópole Eclesiástica

Pensar na história de Diamantina sem mencionar a questão religiosa   negligenciar algo que foi de basal importância para os processos pelos quais aquela localidade passou, uma vez que a religião esteve presente ali desde a sua funda o, sempre estabelecendo papel fundamental naquela sociedade. Não somente ali, mas em grande parte do território nacional a Igreja Católica esteve presente, pois, a coloniza o do Brasil pelo Estado português foi feita em conjunto com tal institui o, inclusive, uma das primeiras medidas tomadas quando Portugal chegou   nova terra foi a vinda de congrega es religiosas objetivando a evangeliza o indígena e o controle da vida no local. Ao lado do Estado colonizador português estava o poder da Igreja íntima e juridicamente ligada a ele, levando-se em conta que essa se organizou primeiro que a própria coroa (SALLES, 2007).

O legado político e religioso transmitido pelos colonizadores   colônia esteve diretamente ligado ao regime do padroado régio<sup>63</sup>, no qual a Santa S  conferia aos monarcas católicos a administra o e organiza o da Igreja Católica nos domínios conquistados ou que viessem a conquistar. Dessa forma, a estrutura da colônia portuguesa possuía não somente uma organiza o político-administrativa, mas também religiosa, o que fez com que o Brasil adotasse o catolicismo como sua religião oficial durante todo o período colonial, como também no imperial.

A coroa sendo detentora de amplos poderes em decorrência do padroado, possuía o direito de gerir o dízimo, designar bispos e outros cargos do alto clero, além da constru o de igrejas, o que também se dava por iniciativa de grupos populares e das associa es leigas. Até mesmo os documentos eclesiásticos passavam pelo crivo do Estado português, o qual tinha o poder de censura sobre eles, aprovando-os ou não antes de sua publica o na colônia. Inclusive sobre a vida dos religiosos o monarca possuía controle, ainda que fosse esse quem determinava a quantidade e,

---

<sup>63</sup> "O direito do padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpa o dos monarcas portugueses de atribui es religiosas da Igreja, mas de uma forma t pica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo os direitos políticos da realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas col nias e domínios de Portugal" (FEILTNER, 2007, p. 163).

até certo ponto, qualidade dos missionários permitidos no Brasil, os quais tinham o direito de recorrer à coroa em casos de julgamentos eclesiásticos, o que expõe ainda mais a autoridade do rei frente à instituição religiosa. Dessa forma, tais relações indicavam que o desenvolvimento da religiosidade nas colônias não era de responsabilidade estrita da Igreja, muito pelo contrário, esta instituição figurava em segundo plano estando sujeita aos desejos do Estado. Embora houvesse um consenso nos objetivos de ambos em grande parte dos momentos, em outros os propósitos destoavam, prevalecendo o desígnio do Estado.

Com base na dificuldade da formação de pessoas para ocuparem cargos frente à Igreja, por muitos anos foram de responsabilidade daqueles advindos de outros países os ensinamentos religiosos, haja vista que a criação do primeiro seminário no Brasil se deu somente no dia 05 de setembro de 1739, no Rio de Janeiro, o qual fora inaugurado por d. Frei Antônio de Guadalupe. Anterior a esse momento, a educação para formação do clero se dava nos palácios, junto aos bispos, em casas religiosas, em especial nos colégios jesuítas, ou quando os ascendentes a padres iam estudar em outros países.

Em relação à presença da Igreja nas Minas Gerais, essa se deu até mesmo antes da chegada do Estado, por meio das confrarias, as quais eram fundadas pelos desbravadores que estavam em busca dos metais preciosos e traziam consigo dogmas e preceitos religiosos, como foi o caso de Diamantina onde fora construída uma capela em homenagem a Santo Antônio no ano de 1713, antes mesmo da descoberta oficial dos Diamantes. Nesse aspecto Boschi fala sobre esses homens, os descrevendo como:

Simple aventureiro, sem eira nem beira, o objetivo do recém-chegado era o de aproveitar-se das riquezas do eldorado brasileiro e regressar a seu local de origem. Porém, seu trabalho era incerto, dependendo mais do acaso do que de sua força física ou mental ou de sua disponibilidade financeira. Sua vida, toda incerteza, ao lado do instinto natural de se agrupar, levaram-no a associar-se a pessoas que padeciam dos mesmos problemas, das mazelas. Desse modo, quando, aos domingos, o adventício se dirigia ao arraial para participar dos ofícios religiosos simultaneamente ao exercício da fé cristã ele buscava encontrar um ponto de apoio, um local de conforto diante da insegurança e da instabilidade de sua vida. Com isso, as capelas tornavam-se não apenas palco de práticas religiosas, como também, centro de vida social (...). Foi sob a sombra das capelas e com essa perspectiva associacionista que os primeiros se aglutinaram para instituir suas irmandades (BOSCHI, 1986, p. 22).



Em suma, diferente de outras capitânicas em que a religião se desenvolveu a partir de missões de jesuítas e outras ordens, em Minas Gerais, como aponta Carrato (1968), ela chega com os aventureiros, com os seus capelães e seus frades egressos, trazendo consigo todas as características de suas origens portuguesas, cuja fé transplantada para aquele local cresceu com um sincretismo das raças ameríndia e africana, aculturando-se com os brancos cristãos. Conseqüentemente a religiosidade mineira foi fortemente marcada por características populares, ficando a evangelização a cargo de irmandades e ordens terceiras<sup>64</sup>.

À medida que estas pessoas penetravam pelos terrenos inexplorados, iam erigindo os arraiais, e juntamente a eles fixando cruces e edificando capelas e igrejas de forma espontânea. Esses espaços quase sempre instituídos como locais de passagem, se ampliavam à medida que a questão econômica (quase sempre pela exploração de metais e pedras preciosas) se mostrava favorável, até que se tornassem posteriormente vilas. Estas pessoas, acostumadas a uma vida religiosa e sem ter representantes do catolicismo institucional, formavam as irmandades em homenagem a determinado santo e a partir daí providenciavam a construção de templos e organização de festividades religiosas<sup>65</sup>.

Carato complementa, afirmando que essa fé lusitana primava pelo seu religiosismo exteriorista ao exaltar aquilo que agrada mesmo e entra pelos olhos, e até pelo nariz e ouvidos,

é o vulto ostentoso dos templos barrocos, é o aparato e a graça dos altares, é a riqueza e a arte impressiva das imagens, é o brilho e as cores das alfaias e dos guisamentos, é o cheiro capitoso e ascético dos incensos, dos cirios acesos, das flores e dos ramos benzidos, é a solenidade e a elegância dos gestos litúrgicos do altar, a pompa e a ocorrência dos triunfos e das procissões, e uma excelente música nativa, mais do século e da terra do que de São Gregório (CARATO, 1968, p. 28).

A partir da certa autonomia que gozavam as irmandades quanto à administração de sua ordem e dos padrões desenvolvidos no modo de vivenciar a sua religiosidade, eram construídas igrejas de forma relativamente livre, bem como a sua

---

<sup>64</sup> Cabe destacar aqui, que a religiosidade mineira colonial também teve influências das ordens missionárias europeias, as quais tinham como objetivo fundamental difundir a doutrina cristã principalmente aos povos que não a conheciam.

<sup>65</sup> No Arraial do Tijuco, as irmandades se abrigaram em princípio na Igreja Matriz de Santo Antônio, ao passo que na segunda metade do século XVIII foram construídas as igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora do Carmo, de São Francisco, de Nossa Senhora das Mercês, de Nossa Senhora do Amparo e do Senhor do Bonfim (MAGNANI, 2013).

ornamentação sem a inferência ou regulamentações da Igreja. O modo de vivenciar o sagrado a partir da exaltação fez com que os templos ou até mesmo as comemorações de uma ordem fossem pautados na exuberância daquilo que lhe pertencia. Por conseguinte, as irmandades, quase sempre divididas entre as camadas sociais, eram formadas em ampla parte por pessoas que queriam atingir certo destaque social<sup>66</sup>, dado que integrá-las naquela época denotava um grande prestígio, acrescido ao fato de que elas ganhavam reconhecimento da população em função das disputas relacionadas à construção de templos suntuosos e realização de luxuosos festejos. Essa separação entre a população, era segmentada seguindo uma hierarquia social e racial. Em vista disso, como apontado por Magnani (2013, p. 98):

enquanto as ordens terceiras se recusavam a aceitar irmãos de 'sangue manchado' ou até mesmo brancos que fossem casados com mulheres mulatas ou negras, as irmandades de negros ou mestiços significavam uma maneira de proteção em vista de uma sociedade competitiva dominada por brancos.

Dessa forma, pode-se compreender que dentro da sociedade em questão, estar inserido em uma irmandade, para o indivíduo, ia além de perspectivas religiosas, podendo gerar inclusive certo prestígio social. Com vistas na busca por essa notoriedade, as construções eram sempre erguidas de forma que permitisse colocar em evidência grande quantidade de riquezas com altares cobertos por ouro, pinturas de renomados artistas, imagens de famosos escultores e utensílios de metal precioso, o que favorecia uma espécie de competição entre as instituições de um mesmo local. Até mesmo as instituições compostas por escravizados entravam na disputa, como foi o caso das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos presentes em diversas cidades de Minas Gerais, que também construía suas igrejas e organizavam suas festas à altura das demais.

Magnani (2013) ao fazer apontamentos sobre as irmandades nos esclarece que no Arraial do Tijuco, a Ordem Terceira do Carmo não admitia negros ou mulatos (tidos como de raça infecta) e a muito custo passou a aceitar irmãos casados ou amigos com mulatas, ao passo que a princípio os negros e mulatos, pertencentes à irmandade de Nossa Senhora do Rosário se separaram, sendo criada a irmandade de Nossa Senhora das Mercês de modo a receber o segundo grupo. A autora ainda nos

---

<sup>66</sup> Esse destaque social muitas vezes estavam represados dentro de um mesmo grupo social, tendo em vista a rigidez de alguns estatutos de irmandades que não previam, por exemplo, a presença de pretos em ambientes vislumbrados para brancos.

esclarece que para além da hierarquização racial ou de condição social (livre ou cativo) havia também a separação por situação financeira ou reconhecimento social, dentre os quais intendentess, contratadores e demais funcionários do fisco não se misturavam com a população em geral (MAGNANI, 2013). Dessa forma, a exploração dos diamantes favoreceu o surgimento de grandes construções religiosas, posto que garimpeiros muito afortunados construíram seus próprios templos, ou contribuíram para a construção deles, assim, quanto maior e mais suntuosa fosse a edificação, mais elevada era a expressão de poder e prestígio da pessoa ou dos membros da irmandade. Exemplo disso é a Igreja do Carmo que foi erguida pelo contratador de diamantes João Fernandes.

Todo o território nacional esteve vinculado ao Bispado de Salvador até o ano de 1676, quando foram criados os de Pernambuco e Rio de Janeiro. No ano de 1707 foram escritas pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia na ocasião da criação do primeiro Sínodo Diocesano da América portuguesa com o objetivo de elaborar um documento que regulamentasse a prática religiosa pautada em questões espirituais, litúrgicas, posturas disciplinares e leigas. Tal documento favoreceu as visitas episcopais, em que representantes da Igreja iam a diversos locais fiscalizar a vida religiosa.

Diversas foram as visitas feitas por representantes religiosos em todo o território mineiro, o que segundo Lodoño, resultaram em 11 documentos pastorais entre os anos de 1719 até 1800 que faziam menção “aos abusos de tipo moral, de comportamento e de costumes dos fregueses” (LODOÑO, 2002, p. 172), bem como a referência “à vida de escândalo em que se mantinham os que viviam concubidados e aos relacionamentos públicos entre pessoas dos dois sexos, principalmente nas cerimônias religiosas” (LODOÑO, 2002, p. 172). Ademais, outro fator fiscalizado por tais representantes era estendido à inspeção das contas das irmandades, bem como estavam sendo investidos os seus gastos<sup>67</sup>.

Por esse motivo, como apontado por Fernandes (2008), os bispos pediram ao Rei e ao Vaticano autorização para fundar uma diocese na capitania, a qual foi

---

<sup>67</sup> Cabe ressaltar que dada a ampla extensão territorial de Minas Gerais, essa fiscalização não acontecia de forma tão efetiva por parte dos religiosos, uma vez que principalmente as localidades situadas nos rincões do sertão, na qual as ordens permaneciam não seguindo as determinações eclesiásticas, um dos motivos que inclusive serviram de incentivo para a criação do Sínodo Diocesano. Para saber mais a esse respeito, ver Viana (2017).

concedida em 1745, com a elevação da Vila de Ribeirão do Carmo a cidade com nome de Mariana, a qual seria a sede do Bispado, tendo Dom Manoel da Cruz como primeiro Bispo. Entretanto, mesmo a região sendo detentora de uma arquidiocese, a estrutura religiosa do Arraial do Tijuco pouco se alterou, tendo em vista o alto controle sobre o acesso de pessoas à região, incluindo os eclesiásticos. Outro fator está atrelado à questão de a coroa querer controlar, no local, o surgimento de qualquer instituição que fizesse concorrência aos poderes reais, adiando, sempre que possível, a elevação da localidade à Paróquia, o que foi acontecer somente no ano de 1819 quando foi instituída a Paróquia de Santo Antônio. Contudo, a freguesia começou a ter seu pároco somente no ano de 1822 ao ser desmembrada da freguesia da Vila do Príncipe.

Se até então as mudanças estruturais da Igreja não alteraram significativamente a forma com que a religião era vivenciada no Arraial do Tijuco, o ano de 1844 marcou o início de grandes transformações não somente no local, mas em todo o território Mineiro. Nesse momento foi incumbido ao padre Antônio Ferreira Viçoso o cargo de Bispo de Mariana, que estava em vacância há pelo menos doze anos, o qual assumiu sua função com o objetivo principal de não restringir suas ações somente à sede da diocese.

Uma forte característica de sua gestão foi a tentativa da transformação da religiosidade mineira, que aos olhos da Igreja estava cometendo diversos excessos, assunto que necessitava de urgentes reformas. O padre Silvério Gomes Pimenta, ao falar sobre o então bispo ressalta que

Era sua vontade que os eclesiásticos trouxessem sempre vestes talares e trajassem tanto sem desalinho como sem afetação nem ressaibos de profanidade. Sentia e não podia calar-se em lhe vindo ao conhecimento que algum frequentava bailes, espetáculos e passatempos desse gênero, que pouco assentam à santidade e gravidade do seu estado, os quais, se sempre são feitos de coração estragado, são quase sempre inevitavelmente parte para se estragar e corromper (PIMENTA, 1920, p. 95).

Em sua ação episcopal, Dom Viçoso deixou claro o que denominava de estado lastimável do clero de Mariana, enumerando quatro principais causas para sua afirmação: a prolongada vacância da diocese; a escravidão; a situação política; e a ingerência do poder civil nos negócios eclesiásticos (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010). Dessa forma, era necessário que se colocassem em prática os cânones instituídos pelo Concílio de Trento dando então início ao movimento de

romanização, ou ultramontanismo<sup>68</sup> da Igreja, ocasião que visava unificar as suas ações em todo o mundo, tendo como base os princípios estipulados por Roma.

Como medidas que auxiliariam no cumprimento de seus objetivos, o então bispo incentivou a criação de colégios e associações para educação das mulheres, a reestruturação do seminário, as missões perpétuas realizadas pelos religiosos lazaristas e a visitação do mesmo a diversas localidades de sua diocese, bem como o envio de três dos seus melhores seminaristas (Pedro Maria Lacerda, Luis Antônio dos Santos, e João Antonio dos Santos) para estudos mais aprofundados em Roma, os quais seriam responsáveis por auxiliá-lo.

Segundo Fernandes (2005), as constantes solicitações e denúncias de abusos feitas pelos padres visitantes fizeram com que o Imperador fosse convencido a criar uma diocese em Minas Gerais, sufragânea de Mariana. Como a Igreja ainda estava atrelada ao Estado, a criação de uma nova diocese precisaria ser autorizada pela legislação civil. Foi então que, a partir da Lei Imperial nº 663 de 6 de agosto de 1853 foi permitida a constituição da Diocese de Diamantina, a qual foi efetivada somente no ano seguinte. Nesse momento, passou a constituir o território da nova circunscrição não somente parte da jurisdição relacionada à Diocese de Mariana, mas também localidades antes pertencentes às Dioceses de Pernambuco e Bahia.

Como primeiro Bispo, foi indicado no ano de 1856 o padre Marcos Cardoso de Paiva que era vigário da Glória, no Rio de Janeiro. Mas este, alegando problemas de saúde, pediu exoneração no dia 14 de junho de 1858. Todavia, com a negativa da Santa Sé, ele continuou mesmo sem assumir a sua função até o dia 2 de novembro de 1860, data de seu segundo pedido de exoneração, o qual foi acatado em decorrência do agravamento de suas enfermidades. Dessa forma, a diocese só foi constituída de um representante maior a partir do decreto de 12 de março de 1863 no qual o Imperador Pedro II deu posse ao então Cônego João Antônio dos Santos (FERNANDES, 2008).

---

<sup>68</sup> De acordo com Rigolo Filho (2006), a maioria dos autores não fazem distinção entre a utilização dos termos romanização de ultramontanismo. Entretanto, ainda que seja possível a utilização de ambos, o autor sugere a utilização do primeiro quando a referência é feita aos momentos após a Proclamação da República, uma vez que foi somente após esse processo que a Igreja pôde, de fato, integrar-se sistematicamente nas estruturas centralizadoras de Roma.

A sociedade diamantinense, desde muito tempo na expectativa de ter um novo representante, recebeu a notícia com bom grado, principalmente pelo fato deste já ser conhecido pelas pessoas daquele local. O jornal *O Jequitinhonha* noticia tal fato dizendo que a novidade “tem sido recebida com extraordinário entusiasmo por toda parte onde tem chegado a notícia desta feliz escolha: nesta cidade no dia em que o correio trouxe houve Te Deum com numeroso concurso do povo<sup>69</sup>”. Nos próximos números do jornal, faz-se referência também a outras festas ocorridas em diversos municípios que compreendem a diocese, bem como às felicitações enviadas por variadas entidades públicas.

Dom João, seguindo os preceitos de Dom Viçoso, e com uma extensa experiência adquirida ao longo de sua vida, desenvolveu em seu governo um projeto pautado nos trabalhos de assistência espiritual e de doutrinação católica dialogando sempre com as demais regiões e proposições da Igreja. De acordo com Martins (2014, p. 300), como principais ações ele abriu escolas para moços e moças, criou as Missões Perpétuas na Diocese, principiou uma série de visitas em todo o território sob sua jurisdição oficiando missas, batizados, casamentos e instruindo os moradores na moral católica. O autor ainda acrescenta que seu episcopado fora marcado pela “pureza doutrinária” em que muitos estiveram sob o fogo moralista da Diocese: os maçons, os livres-pensadores, os atos “vexatórios e aberrantes”, os kardecistas e as prostitutas.

Uma importante ação realizada pelo novo Bispo foi a criação do Seminário Sagrado Coração de Jesus, inaugurado no ano de 1865, o qual possuía um objetivo maior, a formação religiosa de jovens que, ao se tornarem padres, contribuiriam para sanar a falta de clérigos nas diversas localidades. A esse respeito, tem-se uma passagem no livro *O Hóspede* escrito por Aristides Rabello em que ele narra a atitude do Coronel Américo que, ao se tornar viúvo, se viu em grandes dificuldades na criação de seus quatro filhos:

E foi assim que quando Luís, o mais velho de todos, completou dezesseis anos, para livrá-lo das vadiagens e das más companhias a que se entregara, Américo levou-o para o seminário.

Não se arrependeu disto, porque o Luís, pouco tempo depois, tornou-se um rapaz exemplar, pacato e muito tímido. Estava amansado. Os padres estimavam-no bastante e descobriram nele uma grande vocação para a carreira eclesiástica. O Luís havia de ser padre! (RABELLO, 1978, p. 7-8).

---

<sup>69</sup> O Jequitinhonha 04/04/1863, ano III, n.116, p.12.

A partir de tal narrativa, é possível constatar que a função do seminário ia além da simples formação de padres. Sem tempo para se dedicar à educação de seu primogênito e diante do desafio de controlar um filho que apresentava certa rebeldia, o seminário se mostrou como possibilidade para “livrá-lo das vadiações”, demonstrando o caráter disciplinador que tal instituição revelava ter.

Um de seus principais feitos foi a construção da fábrica de tecidos de Biribiri, fundada em 1876 que, muito além do seu caráter econômico, contribuía também no controle dos “excessos” cometidos por mulheres, ela

foi concebida como lugar de “moralização dos costumes”, exemplo de vida comunitária feminina. Nessa fábrica, as moças, sempre em grupo, iam do “convento” (dormitório) para o refeitório, para a fábrica, para a igrejinha, para o largo. Entre as operárias, a emulação era de prestígio, não monetária. O bom comportamento garantia a ascensão no quadro funcional, expresso por meio de fitas azuis, roxas, vermelhas e verdes. A doutrinação não era dirigida ao ascetismo do capital, mas para o ascetismo do trabalhador. O trabalho entendido como graça divina (MARTINS, 2000, p. 29).

É certo que o papel moralizador era o sentido central na criação da fábrica, entretanto, não se pode negar a grande importância econômica que tal empreendimento possibilitou em toda região. Outra atitude econômica marcada pelo governo do Bispo, foi a emissão de bônus impressos, conhecidos popularmente como borrusquês, objetivando suprir a falta de moedas no período de consolidação da República. A esse respeito, em nota de rodapé no livro de Helena Morley, a autora explica que “os borrusquês do Bispo eram emitidos pela Caixa Pia da Diocese e assinados por ele” (MORLEY, 1999, p. 29). Ainda no plano econômico, a diocese também servia como um banco, onde as pessoas deixavam suas reservas de dinheiro em poder da instituição, como se fosse uma poupança. A esse respeito Helena Morley narra uma situação, contada por sua mãe, em que sua colega Fifina leva um grande prejuízo ao retirar o dinheiro antes guardado junto à Igreja:

Ela pôs o dinheiro na mão do Senhor Bispo a juros e ia vivendo com trabalhinhas que fazia, cerzindo meias, remendando roupas na casa de uns e de outros, pois só pagava um quartinho e uma cozinha. Seu Levias lhe prometeu pagar juros dobrados, e ela tomou o dinheiro do Senhor Bispo e pôs na mão dele. Mas até hoje não viu nem um real dos juros nem tem esperança de ver mais o dinheiro, porque Seu Levias deve a todo o mundo e não tem donde tirar (MORLEY, 1999, p. 59).

Nesse contexto, é possível perceber os amplos poderes que a instituição católica representava para o local tanto no sentido de fomentar alternativas que favorecessem a economia, como a criação de empreendimentos – destaca-se a

fábrica de vinhos, o incentivo à agricultura e o amparo aos mais pobres – quanto no intento de garantir a segurança daqueles que possuíam quantias de dinheiro e não tinham a possibilidade de aplicá-lo em entidade financeira, dada a ausência de estabelecimentos bancários.

Com a Proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, o governo provisório decretou a separação entre Igreja e Estado, sendo promulgada a partir da primeira constituição em 1891, extinguindo o regime de padroado, colocando fim no monopólio religioso e prevendo a liberdade religiosa para todo tipo de culto. Entretanto, mesmo com tais ações, o Estado não acabou com muitos dos privilégios da Igreja Católica, a qual permaneceu recebendo algumas subvenções; a emissão de alguns documentos continuaram sendo de responsabilidade da instituição; bem como a manutenção dos bens previamente adquiridos. Tal ação refletiu de forma muito significativa na região de Diamantina, em especial no que se refere ao corte dos subsídios governamentais que eram empregados principalmente nas despesas do seminário. Muito mais do que isso, a instauração da nova república ampliou ainda mais os assuntos a serem combatidos pela Igreja: a laicização da educação e costumes, os ideais liberais, as novas religiões – em especial a maçonaria e espiritismo, dentre outros.

Ao longo de toda a sua gestão, Dom João não poupou esforços em trabalhar para alcançar seus objetivos, galgando diversas conquistas ao longo dos anos em que esteve ocupando o cargo em questão. Ele ocupou tal posição até avançada idade. A esse respeito comenta Helena Morley: “Nós, meninas, fomos proibidas de confessar com Senhor Bispo, porque ele pergunta muita coisa que a gente não entende e meu pai disse que é um absurdo mamãe nos deixar confessar com um velho já caduco. Ele está muito velhinho (MORLEY, 1999, p. 40)”. Decerto, a avançada idade começou a comprometer os trabalhos que deveriam ser desenvolvidos em toda a diocese, o que levou à nomeação de um representante que pudesse auxiliá-lo.

No dia 16 de novembro de 1901, o Papa Leão XIII nomeou como Bispo Titular de Bagis e Coadjutor de Dom Joaquim o padre, pertencente ao Clero de Mariana, Joaquim Silvério de Souza (figura 8). Ele fora sagrado Bispo Titular de Bágias em 02 de fevereiro de 1902 e chegou em Diamantina no dia 13 de março do mesmo ano. “Desde o início das suas atividades episcopais, uma trilogia de objetivos foi adotada



por Dom Joaquim como tônicas do seu organograma pastoral: clero, imprensa e ensino” (COSTA, 1933, p. 53). Dessa forma, ele continuou os trabalhos iniciados por seu antecessor e implementou novas ações visando um propósito comum. Desta maneira, “a romanização da Igreja iniciada por Dom Viçoso, em solo norte Mineiro e implantada por Dom João Antônio dos Santos, em Diamantina, finalmente triunfou no governo arquiépiscopal de Dom Joaquim” (FERNANDES, 2008, p. 94).

**Figura 9 - Dom Joaquim Silvério de Souza**



Fonte: Chichico Alkmim

Tendo em mente a necessidade em difundir de forma mais efetiva os ideais católicos, já em uma das primeiras cartas circulares, o então chegado comunica o desejo da criação de um jornal oficial da diocese:

(...) communicamos a todos e a cada um dos Revds. Sacerdotes da Diocese, que temos em mente publicar sem muita demora, a folha official do Bispado, para a qual seria quase escusado dizer que contamos desde já com a valiosa coadjuvação do Revd. Clero diocesano, assignando-a, como se faz mister para seu inteiro conhecimento dos actos officiaes, e propagando-a entre o povo com um repertório de boas doutrinas e sãs leituras. A nossa folha publicará notícias resumidas de todas as freguezias d'onde, para esse effeito, nos enviarem as notas competentes<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> MITRA – Caixa 36 – correspondências emitidas 1901/1909 – 1910/1919.

Como proposto, já no dia 01 de janeiro de 1903 foi lançado o primeiro número do periódico *A Estrella Polar* que além de noticiar os documentos eclesiásticos, contribuiu para a veiculação de artigos que orientavam as pessoas “em torno do pólo do mundo moral, (...) dissipando as sombras e os embustes do erro, esclarecendo as consciências e, quanto possível, reduzindo á verdade catholica aquelles a quem vãos preconceitos conservam arredios d’esse foco de luz viva e intensa<sup>71</sup>”.

Outra ação de significativa importância no sentido de organização da vida religiosa local, foi a realização do Primeiro Sínodo da Diocese de Diamantina em 15 de novembro de 1903, o qual de acordo com Dom Joaquim tinha por fim “a correção dos abusos que na Diocese desvirtuem as leis da Igreja, e a adopção de medidas mais próprias a incrementar a vida religiosa”<sup>72</sup>. Com base nos descomedimentos produzidos por parte da população geral e do clero, o bispo, por carta circular publicada no jornal *A Estrella Polar*, convocava aos párocos a “indicar os abusos que devem ser corrigidos e apresentar os meios para se conseguir não só a reforma, mas também o aumento da vida religiosa”<sup>73</sup>. A partir da reunião de diversos representantes, foi elaborado um documento pautado nas então mais recentes orientações da Igreja por meio do Concílio Plenário da América Latina<sup>74</sup>, no qual consta um estatuto dividido em 12 capítulos:

- Capítulo I – Preliminares
- Capítulo II – Do Clero
- Capítulo III – Do Culto
- Capítulo IV – Dos Sacramentos, Baptismo e Eucharistia
- Capítulo V – Da Penitencia e Matrimonio
- Capítulo VI – Da Pregação e Catechismo
- Capítulo VII – Das Irmandades e Devoções
- Capítulo VIII – Dos Sacristães e Fabriqueiros
- Capítulo IX – Das Encomendações e enterros
- Capítulo X – Propaganda em prol do Seminario, Imprensa Religiosa, Obras Cathedra, e Congresso Catholico
- Capítulo XI – Interesses da Terra Santa
- Capítulo XII – Parochias e comarcas ecclesiasticas<sup>75</sup>.

<sup>71</sup> A Estrella Polar, 01/01/1903 ano I, n.1, p.1.

<sup>72</sup> A Estrella Polar, 15/08/1903, ano I, n.24, p.1.

<sup>73</sup> A Estrella Polar, 15/08/1903, ano I, n.24, p.1.

<sup>74</sup> De acordo com Dallabrida (2005, p. 78), o Concílio Plenário da América Latina ocorreu em Roma, em 1899, reuniu os prelados latino-americanos para fixar as diretrizes norteadoras do catolicismo nessa região à luz do Concílio Vaticano I. As reflexões e determinações desta conferência episcopal foram condensadas no texto oficial intitulado *Decreta Concilli Plenarii Americae Latinae*, publicado solenemente em 01/01/1900, que se tornou o documento fundante da romanização do catolicismo mestiço da América Latina.

<sup>75</sup> (Primeiro Synodo da Diocese de Dimantina, 1903)

Conforme os capítulos estipulados é possível identificar as diversas áreas abordadas, que aos olhos dos autores necessitavam de especial atenção. No que se refere às instruções ao clero, eram recorrentes os apontamentos referentes aos abusos cometidos por estes, que aos olhos da Igreja, deveriam ser “modelos irrepreensíveis na pureza da vida, no cumprimento dos deveres que lhes são próprios, como na pratica das virtudes que requerem o seu estado e ministério”<sup>76</sup>. A eles estava proibido:

andar sem o habito talar;  
 exercer a mercancia, quer por si mesmos, quer por meio de interposta pessoa;  
 entrar em jogos de azar ou de parada;  
 fazer uso de bebidas alcoolicas, com perigo, ainda remoto, de se embriagar;  
 cooperar para bailes e espetáculos theatraes, e muito menos a elles assistir;  
 dar-se a qualquer profissão pouco decorosa ao character sacerdotal ou com ele incompatível<sup>77</sup>.

Ademais no decorrer do texto, encontram-se outras recomendações em que os mesmos eram proibidos de manter em sua casa, empregadas com idade menor que 40 anos, o que possivelmente aponta uma preocupação com a vida celibatária que os clérigos deveriam levar. De acordo com o pensamento da época, ter em seu lar uma mulher jovem poderia despertar o interesse sexual dos mesmos, fato que se consolida quando se tem a orientação de evitar, com base nos bons modos, a frequência ou familiaridade com pessoas do sexo oposto, sendo vedado até mesmo que estes possam lecionar para pessoas do sexo feminino, independente de qual fosse a matéria, sendo excetuado apenas o ensino do catecismo. Era vedado até mesmo ouvir confissões de pessoas que fossem do gênero oposto em suas residências, excetuando-se quando ela estivesse doente ou que morasse muito distante da igreja, devendo este momento ser feito com as portas abertas. Ainda acrescentam afirmando que aqueles que forem descobertos em atos “delituosos de concubinato e de simonia”, seriam rigorosamente punidos por seus superiores de acordo com as leis canônicas em vigor.

Era notória, também, a preocupação com a uniformização nos momentos de culto, pois, ali também ocorriam abusos e “nada, pois deve aparecer no templo que perturbe ou simplesmente diminua a piedade e devoção dos fieis; nada, que dê motivo justificado de descontentamento ou de escandalo; nada, sobretudo que directamente

<sup>76</sup> (Primeiro Synodo da Diocese de Dimantina, 1903, p. 34-35)

<sup>77</sup> (Primeiro Synodo da Diocese de Dimantina, 1903, p. 35)

ofenda o decoro e a santidade das sagradas funções”<sup>78</sup>. Dado o fato de que este era “um dos abusos mais comuns e mais difíceis de extirpar”<sup>79</sup> foi recomendado no artigo 24 que:

Como por ocasião de certas festividades é costume antigo e geral haver danças com os nomes de marujada, catopé, caboclinhos, etc. etc., proibam energicamente os Parochos não só o ingresso dos dançantes na igreja com o fim de nella se exhibirem dançando ou cantando, como que semelhantes divertimentos continuem pelo tempo que durar a missa, e isto porque todo o povo a possa ouvir sossegadamente. Prohibam tambem nas suas igrejas as musicas de caracter teatral ou mundano, como valsas polkas, mazurcas, etc. etc., bem assim aquelles canticos que apesar de sua antiguidade, mereçam ser prescriptos, ou não tenham sido aprovados pela autoridade competente, que é o Bispo<sup>80</sup>.

Nota-se aí a preocupação com a forma com que as celebrações litúrgicas eram desenvolvidas, exigindo-se medidas enérgicas para combatê-las, em razão de que era repreensível a existência de qualquer elemento que fosse secular durante tais ocasiões. A esse respeito, fora criado no ano subsequente ao estatuto uma comissão, formada pelos padres Porphyrio de Azevedo, Luiz Transfiguração, Dionysio Vitalis e pelos fiéis Antonio Efigenio e João Victor Foureaux<sup>81</sup>, que seria encarregada do estudo e fiscalização das músicas a serem tocadas durante o culto. O combate de qualquer forma de divertimento deveria ser feito, pois, havia “tanta casca nesses festejos, sem nenhuma substancia, (...) sem nenhum passo para o progresso material e moral, e muitos para o atraso, e para ofensas de Deus, com pretexto de honrar a seus Santos<sup>82</sup>”.

Um assunto que também demonstrou preocupação dos clérigos, pelos excessos cometidos, foi em relação às encomendações e enterros. No estatuto em questão além de ser estipulado que seria proibido o enterro de pessoas dentro de igrejas ou capelas, era orientado que os párocos proibissem severamente as cantorias acompanhadas de bebedeiras durante os funerais, que segundo eles, era uma prática comum de acontecer em diversos lugares quando levavam os mortos para enterrar ou quando “faziam quarto” para os enfermos que estivessem em risco de morte.

Tendo consciência de que seriam hercúleos os trabalhos a serem desenvolvidos para que se alcançassem os objetivos propostos no Sínodo, era

<sup>78</sup> A Estrella Polar, 10/05/1904, ano II, n.14, p.1.

<sup>79</sup> A Estrella Polar, 10/05/1904, ano II, n.14, p.1.

<sup>80</sup> (Primeiro Synodo da Diocese de Dimantina, 1903, p. 46).

<sup>81</sup> A Estrella Polar, 30/04/1904, ano II, n.18, p.1.

<sup>82</sup> A Esrella Polar, 21/05/1903, ano I, n.15, p.1.

necessário que os responsáveis por desenvolver tais ações estivessem em maior número. Nesse sentido, consta no documento a descrição da necessidade de se convocar jovens para seguir a carreira eclesiástica, porquanto “sendo grande a falta que há de Sacerdotes na Diocese para acudir as necessidades dos fieis que ahi estão em tantas freguesias nas tristes condições de ovelhas sem pastores (...), como também para atender a diversos ramos do serviço religioso”. Para isso era recomendado aos párocos que orientassem os pais a colocarem seus filhos que apresentassem inclinação para a vida sacerdotal no seminário. Caso isso não fosse possível, que os párocos de cada freguesia do bispado apresentassem ao menos um aluno.

A partir do Sínodo diversas medidas foram tomadas de modo a traçar diretrizes que permitissem o desenvolvimento de um catolicismo que estivesse de acordo com as premissas romanas. Dom Joaquim, ao longo de seu governo ainda convocou mais dois outros sínodos – em 1913 e 1929, ambos abordando temáticas muito similares ao primeiro, visando sempre a correção das muitas exorbitâncias que estavam corrompendo as leis da Igreja bem como a estipulação de normas que ordenassem a vida religiosa.

Após a morte de Dom João em 27 de maio de 1905, Dom Joaquim deixou de ser Bispo Coadjutor e se tornou Bispo, passando a ocupar o cargo de seu antecessor. Nesse momento, como principal representante do catolicismo em Diamantina, o novo bispo continuou seu trabalho focado sempre nos ideais da igreja, buscando ampliar o projeto de romanização não somente da cidade em questão, mas também de toda a vasta diocese pela qual era responsável, como se pode constatar na tabela a seguir:

**Tabela 12 - Território da Diocese de Diamantina em 1908**

<b>Município</b>	<b>Distritos</b>
<b>Diamantina</b>	Currallinho, Mendanha, Rio Manso, São João da Chapada, Dattas, Gouvêa, Inhahy, Rio Preto, Pouso Alto, Mercês de Arassuahy, Curimatahy, Gloria, Pindahybas ou Campinas de São Sebastião, Guinda e Riacho das Varas
<b>Curvello</b>	Morro da Garça, Papagaio, Pilar, Bagre, Andrequicé, Trahyras, São Sebastião do Parauna, Santa Rita do cedro, Lagoa, Ypiranga, Almas e São Gonçalo das Tabacas
<b>Conceição</b>	Corregos, São Domingos do Rio do Peixe, Morro do Pilar, Rio Abaixo, Papera, Brejaúba, Porto de Guanhões, Congonhas do Norte, São Sebastião do Rio Preto, Itambé de mato Dentro, Fechados e Riacho Fundo
<b>Serro</b>	Rio do Peixe, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Itambé do Serro, Itpanhoacanga, Mãe dos Homens do Turvo, Rio Vermelho, Casa de Telha, São José do Paulista, Quilombo, Saia e Mato Grosso

<b>São Miguel de Guanhões</b>	Dores de Guanhões, Baraunas, Farias, Patrocínio e Divino
<b>Peçanha</b>	Bonito, São Pedro do Suassuhy, São João Evangelista, Pintos, Jacury, Columna, Ramalhete, Onça, Figueira e Santa Maria 1
<b>São João Baptista</b>	Barreiras, Abbadia, Penha de França e Lorena
<b>Minas Novas</b>	Chapada, Sucuriu, Agua Limpa, Piedade, Veredinha, Capelinha, Agua Boa e Caissára
<b>Teophilo Ottoni</b>	Setubinha, Poté, Malacacheta, Itambacury, Urucú, Aymorés, Concordia e Pontarate
<b>Arassuahy</b>	Lufa, São Domingos, Pontal, Coimbras, Itinga, Comercinho, Santa Rita do Arassuahy, Estiva, São Pedro do Jequitinhonha, São Miguel, São João da Vigia, Salto Grande, São Roque, Quarteis e Pedra Grande
<b>Salinas</b>	Passagem da Vereda, Fortaleza, Gissára e Agua Vermelha
<b>Boa Vista do Tremedal</b>	Lenções, Matto Verde, São João de Pernambuco, Mamonas, Santa Rita, Brejo dos Martyres, e São João do Bonito
<b>Rio Pardo</b>	Serra Nova, Tayobeiras, São João do Paraiso, Agua Quente e Nossa Senhora da Veredinha
<b>Grão Mogol</b>	Conceição da Extrema, Itacambira, Riacho dos Machados, São José do Gorotuba, São Joao da Vereda, Barrocão, Jatobá e Santo Antonio do Gorotuba
<b>São Francisco</b>	Morro, Conceição da Vargem, Brejo da Passagem, Urucuia, São Romão, Capão Redondo, Paredão e Pirapóra
<b>Januaria</b>	Brejo do Amparo, Mucambo, São João das Missões, Morrinhos, Japoré, Pedras de Maria da Cruz e Manga
<b>Montes Claros</b>	Brejo das Almas, Morrinhos, Coração de Jesus, Jequitahy, Sapé, Extrema e Juramento
<b>Bocayuva</b>	Olhos d'Agua, Terra Branca, Barra do Guaicuhy e Barreiros
<b>Vila Brasília (Contendas)</b>	Santo Antonio da Boa Vista, São João da Ponte, Campo Redondo e Bella Vista

Fonte: Elaborada a partir de dados contidos no Anuário de Minas Geraes 1906 a 1913

Com seus 19 municípios, compreendendo mais de 150 localidades, Dom Joaquim intensificou suas visitas paroquiais (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p. 35) em todas as 15 paróquias que estavam sob sua jurisdição.

Nas visitas pastorais, trabalhosas e demoradas, os longos percursos eram feitos, quase todos, a cavalo – supervisionava de perto a disciplina eclesiástica e a aplicação prática dos princípios e espiritualidade sacerdotal e paroquial. Não doutrinava apenas o povo e o orientava com segurança e ternura parentais, mas começava pelos próprios Vigários (COSTA, 1933, p. 35).

Ao longo de suas viagens, Dom Joaquim sempre fazia suas observações e anotações que julgasse pertinentes ao local e publicava os relatórios nos números do Jornal A Estrella Polar:

Como se sabe, o diabo é sujo, mas gosta de gente limpa. Pois, o bicho, quero dizer, o tinhoso apanhou aqui no meio da gente mais limpa do logar uns poucos de espíritas, que demonstram a beleza de seus systema, uns em viver casados só civilmente; outros, em falar mal da religião, fugir da igreja e dos Padres, etc. Deus nosso Senhor dê juízo a quem não tem.

(...) Durante os quatro dias da Missãosinha houve bastante concurso de gente. Mas, cauda mesmo dó o extravio daqueles pobres fieis que são victimas dos embustes e patranhas diabólicas do espiritismo!

O exm. Sr. Bispo esclareceu com salutareos avisos a essa pobre gente, e notadamente na ultima pratica elucidou perfeitamente o assumpto, mas...

ainda assim lá ficaram uns poucos desses pobresinhos candidatos do hospício ou do suicídio<sup>83</sup>!

Como se pode ver, em parte do relato publicado após visita à localidade de Riacho dos Machados, um pequeno arraial que, de acordo com a publicação, era de um “povo bastante ignorante, mas em geral bonzinho e dócil”<sup>84</sup>, as visitas compreendiam sempre a educação de acordo com as morais da Igreja, condenando aquilo que fosse presenciado de irregular. Identificados os desvios, eram tomadas medidas que visassem correções, como foi o caso dos espíritas que ao serem assinalados, foram advertidos pela própria pessoa do Bispo acerca dos riscos e equívocos cometidos por aqueles que professavam tal fé.

Com tais viagens, Dom Joaquim percebeu a necessidade de se criar outras dioceses na região que estava sob seu domínio, considerando o exaustivo trabalho que ainda era necessário realizar. Após diversas solicitações, ele conseguiu que fossem criados dois bispados sufragâneos: o de Montes Claros mediante a bula *Postulat Sana* em 10 de dezembro 1910 e o de Araçuaí por meio da bula *Apostolicae Sedis* em 25 de agosto de 1913. Com o início da redução da jurisdição da Mitra de Diamantina, ocorreu a elevação de Diamantina à cabeça de Arquidiocese, autorizada pelo Papa Bento XV em 28 de julho de 1917, tornando Dom Joaquim seu primeiro Arcebispo.

Como se pode observar na tabela a seguir, a então Arquidiocese era responsável pela gestão de um território de quase trezentos mil quilômetros quadrados, os quais abrangiam uma população de mais de um milhão de pessoas em 28 municípios e 176 distritos.

---

<sup>83</sup> A Esrella Polar, 20/08/1906, ano IV, n.22, p.3.

<sup>84</sup> A Esrella Polar, 20/08/1906, ano IV, n.22, p.3.

Tabela 13 - Arquidiocese de Diamantina

Grandes Circunscrições (Metrópoles e territórios sufragâneos)	Superfície em Km.2	Território Jurisdicionado						População (Recenseamento de 1920)	
		Divisão							
		Civil		Eclesiástica					
		Munic.	Distr.	Comarcas ou vigarias foraneas	Circunscrições primarias				
Paroquias	Curatos				Total				
Arcebispado de Diamantina (Metrópole)	67.074	13	86	7	60	1	61	555.252	
Territórios sufragâneos	Bispado de Montes Claros	159.526	11	55	8	32	1	33	514.320
	Bispado de Araçuaí	71.893	6	35	5	24	-	24	404.573
Soma	231.419	16	90	13	56	1	57	918.893	
Total	298.493	28	176	20	116	2	118	1.474.145	

Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos no Anuário Estatístico de 1920

O trabalho do religioso, que agora fora elevado ao cargo de arcebispo, sempre fora pautado no viés dos bons costumes tanto da sociedade, como de seus clérigos. Desde o início, ele conheceu junto aos lazaristas<sup>85</sup> o trabalho missionário próximo aos devotos, expôs a importância da instrução para a formação dos jovens fundando em Diamantina a Escola Normal e incentivando a educação religiosa, orientou os fiéis quanto à boa prática não somente por meio da imprensa, mas também a partir de visitas (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010).

Inúmeras foram as ações e atitudes tomadas pelo religioso em questão, dentre as quais pretende-se dar maior destaque àquelas que se referem aos divertimentos desenvolvidos pelas pessoas de Diamantina o que poderá ser apreciado nos textos que seguem.

<sup>85</sup> Segundo Deiros (2020), os Lazaristas se referem a uma ordem fundada por Vicente de Paulo em Paris no ano de 1625, a qual era composta por sacerdotes (clero regular), cujas missões principais eram preparar sacerdotes e conduzir “missões” nas paróquias rurais, com um agressivo programa de pregação evangelizadora. O autor ainda acrescenta dizendo que essas “missões” foram uma maneira popular e importante de atividade religiosa durante esse período e ajudaram na afirmação e expansão do catolicismo em muitas regiões.



## PARTE II – DIAMANTINA DIVERTIDA

Venham cá, vamos à casa de vovó, que eu não suporto ficar o dia inteirinho olhando as nuvens, para ver se há tempestade à tarde. Aqui em Diamantina não há distração nenhuma para a gente. Seria tão bom se nós morássemos no Rio de Janeiro lá em casa era assim... (RABELLO, 1964, p.42).

Uma vez apresentado um panorama acerca da sociedade de Diamantina, bem como da dinâmica religiosa que envolveu a cidade, entende-se que agora têm-se subsídios necessários para melhor compreender as perspectivas que este trabalho pretende abordar acerca dos divertimentos. A reclamação da falta de alternativas para distração na cidade era recorrente, entretanto, por meio dos dados levantados, percebe-se uma efervescência de opções de divertimentos para os moradores locais, os quais eram bastante variados. Divertimentos esses que traziam consigo uma série de questões amplamente discutidas, em especial pela elite, que determinava as atividades que necessitariam ser incentivadas, bem como aquelas passíveis de serem combatidas, assim também todas com regras de conduta que visavam conduzir a forma com que as pessoas deveriam se portar nos mais variados ambientes.

Não há cousa mais contagiosa que o exemplo, por isso as boas ou más acções que em publico fazemos são origem de outras da mesma natureza. As primeiras imitam-se por emulação e as segundas pela quéda que temos para o mal<sup>86</sup>.

O trecho acima destacado, retirado do jornal *Pão de Santo Antonio*, muito bem sintetiza o sentimento da época acerca dos divertimentos: se por um lado eram incentivadas as atividades entendidas como boas práticas, as quais poderiam favorecer para uma boa visão da cidade, desejada como moderna e civilizada. Por outro, o que era visto como “más acções” deveria ser rigorosamente combatido, uma vez que, além do mal exemplo, colaboravam para que outras pessoas também agissem de tal forma, uma vez que é inerente ao ser humano uma queda para o mal.

Diversas formas de entretenimento eram incentivadas, pois, poderiam contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais culta e civilizada, as quais pudessem ser vistas como um padrão moderno fortemente divulgado pela imprensa e que garantissem a prática de atividades virtuosas.

Continúa proporcionando innocente divertimento ao publico diamantinense, com o seu variado programma de escolhidas fitas.

<sup>86</sup> O Exemplo. *Pão de Santo Antonio*, 06/11/1919, ano 1, n.2, p.1.

Ante-hontem a empresa deu as sessões em beneficio do festejo do Mez de Maria.  
Notou-se uma concurrencia extraordinaria<sup>87</sup>.

Como se pode ver, o Cinema Pathé foi um importante estabelecimento de diversões para a cidade, o qual não somente possibilitava um “bom divertimento”, mas também se mostrava como um retrato que contribuía para que o local se mostrasse como um local de civilização e progresso. Ademais, os divertimentos deveriam estar ligados à vida sacra, como se pode ver a destinação da venda de ingressos para o desenvolvimento de uma festa religiosa. Entretanto, muito além de estar ligado à Igreja, as atividades desenvolvidas deveriam também demonstrar um rigoroso respeito às leis divinas tanto no modo de se portar, como no de se vestir e até mesmo de falar.

O nosso bom amigo Floriano Lopes vio a sua casa, no dia 24, repleta de parentes e amigos que forão cumprimental-o por motivo de seu anniversario. A noite toda foi uma alegria ininterrompida – cantando-se, dansando-se, com o carinhoso tratamento dos amphytriões, até as horas da madrugada<sup>88</sup>.

Por meio do exemplo do que foi a comemoração do aniversário de Floriano Lopes pode-se perceber os divertimentos presentes no cotidiano da cidade, bem como os divertimentos permeados por ele. Seja por meio das diversões feitas de modo individual como a prática de leituras, bem como a partir das comemorações coletivas, estas sempre regadas à música, brincadeiras, jogos e comilanças, o dia a dia do diamantinense esteve permeado de uma variedade de atividades.

A leitura, os jogos, o carnaval e a música, assemelham em si por serem desenvolvidos em casa, ou em espaços públicos, o que de certa forma permitia – mesmo que de maneira limitada e restrita – o acesso à grande parcela da população. Ademais, entende-se que esses divertimentos tinham como característica certa gratuidade nas suas práticas, apesar de se compreender que de alguma forma até mesmo os mais simples divertimentos envolviam questões monetárias como a compra de jornais, ingressos dos bailes carnavalescos, ou mesmo a comida para receber os amigos em casa.

Uma casa sem horta nem quintal, com vastas salas e quartos, só devia ser habitada por milionários que buscam distrações em teatros, cassinos, recepções.

---

<sup>87</sup> Cinema Pathé. A Estrella Polar, 29/04/1909, ano 7 n.16, p.2.

<sup>88</sup> Festas e Diversões. O Norte, 29/11/1906, a.01, n.31, p.02.

Os pobres devem morar é no campo, onde a natureza lhes oferece belos panoramas, revoadas de pássaros, flores perfumosas, frutos saborosos como a fruta-manteiga, a cagaita, a mangaba (RABELLO, 1964, p. 137).

O trecho retirado do livro de memória de Edésia Rabelo apresenta as formas de distração daqueles que ela chama de milionários. Se por um lado estes se dedicavam a passar o tempo livre nos teatros, cassinos e recepções (lugares estes que além de favorecer a sociabilidade de pessoas pertencentes a uma classe que dispunha de valor monetário suficiente para pagamento de entradas ou outras despesas), por outro lado existiam os pobres que estavam atrelados às distrações do cotidiano, como a vida no campo.

O período compreendido nas análises deste trabalho está inserido numa época em que ocorria certa valorização dos divertimentos desenvolvidos em lugares públicos, coadunando principalmente com o desejo de muitos em ostentar uma vida que permitisse demonstrar aos outros o *status* social que algumas atividades conferiam às pessoas. Nesse sentido, “o consumo passou a ser uma esfera de construção das distinções sociais” (OLIVEIRA, 2014, p. 179), o que de alguma forma contribuiu para uma maior dinamização na oferta de produtos culturais em Diamantina.

Esse anseio pelo consumo dos divertimentos ofertados estava expresso numa aspiração de ver e ser visto, haja vista que “numa sociedade tão estratificada, a manutenção de hierarquias e vínculos de lealdade e subordinação dependia bastante da ostentação regular e sistemática de símbolos de riqueza e poder” (DIAS, 2018, p. 371). É nesse espectro que o cinema e os espetáculos teatrais se inserem.

Vale ressaltar que os divertimentos que não estivessem em acordo com os moldes estabelecidos foram criticados, como se pode ver na descrição acerca do jogo, do álcool e da prostituição:

Inimiga irreconciliavel de Deus; fonte perene de maguas e torturas; vomito abjecto do inferno - eis a triade poderosa do mal, a arma predilecta do demonio.

Si alguma desgraça nos feriu, si a alguém faltou a saúde, a tranquilidade e mesmo o pae; si do seio de uma familia fugiu a paz, a alegria, o amor; a causa será sempre: ou o jogo, que rebaixa o character; o alcool que envenena ao mesmo tempo o corpo e a alma; o lupanar que bestialisa o homem, ou os trez reunidos porquantos vicuis irmãos, as mais das vezes se encontram juntos na sua archa destruidora ou fatal.

É a mocidade, nessa quadra em que a sêde dos prazeres é mais viva e o fogo das paixões mais ardente, que mais victimas faz a perigosa triade.

Quantas intelligencias perdidas quantos caractères estragados, quantos sonhos desfeitos!

Moços, sobre cujos hombros irão pezar amanhã os destinos da patria e da sociedade, evitae, condemnae e amaldiçoaes-os, elevando o vosso espirito pelo estudo pela fé, e fortalecendo a vossa vontade pela pratica das virtudes que são o caminho seguro da felicidade<sup>89</sup>.

Vê-se que as atividades em questão deveriam ser combatidas, considerando que, além de causadoras de grandes males à humanidade, eram também responsáveis por afastar o homem de Deus, em especial a juventude. Entretanto, diferente do que se pode pensar, não eram duramente criticadas somente as atividades em ambientes que permitiam a jogatina, embriaguez, prostituição, etc. Independente do ambiente em que estivessem, existiam sempre regras que balizariam a moral e a conduta das pessoas, independentemente, inclusive, da faixa etária.

Além do *saute-mouton*<sup>90</sup> e muitos outros brinquedos inconvenientes com que os meninos desta cidade se entretêm nas praças e átrios das igrejas, principalmente à tarde, ha um perigosissimo e que, por estar agora em moda, deve ser prohibido pelos paes de familia ou então pela autoridade competente.

Refiromo-nos ao estulto brinquedo com as taes espingardinhas de cano de metal, com que os meninos se entretêm horas inteiras, expondo-se a um perigo certo, como por vezes tem acontecido, resultando ficarem com o rosto e as mãos feridas.

Esse mau entretenimento não só os expõe a sérios desastres, como os habituá como o uso de armas, que adquirirão por qualquer meio, e dellas poderão utilizar-se contra outro menino.

Não falemos sem fundamento, pois, ainda ante-hontem vimos uma criança que não terá 12 annos e já trazia á cinta muito bôa arma.

Quem avisa, amigo é<sup>91</sup>.

Não somente o “*saute-mouton*” e as “espingardinhas de cano de metal” eram divertimentos reprovados para as crianças, pois, como dito, diversas outras formas de se entreter eram alvos de críticas. Deve-se dar destaque, também, para o ambiente em que tais práticas se desenvolviam, considerando que era nos espaços públicos que tais divertimentos aconteciam, local fortemente regulado pela sociedade como já apontado anteriormente. Sendo a rua, um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades no tempo livre, o local também era um atrativo para os olhares daqueles que queriam regular os fazeres das pessoas:

Até então, era uma vergonha: ninguém podia atravessar certas ruas e becos da cidade, sem presenciar a falta de pudor de certas decahidas, que offendiam, descaradamente, os bons costumes e a decência publica.

<sup>89</sup> O jogo, o álcool e o lupanar. Pão de Santo Antonio, 24/08/1912 ano 6 n.11, p.3.

<sup>90</sup> A brincadeira saute-mouton à qual o jornal se refere, está no idioma francês, que em tradução literal seria pula-ovelhas. No Brasil esta atividade é conhecida como “pula carniça”, em que uma pessoa fica abaixada, apoiando suas mãos nos joelhos, enquanto outra deve saltar por cima.

<sup>91</sup> Mau brinquedo. O Município, 13/11/1902, ano 9, n.292, p.1.

Vae muito bem o Sr. José Caldeira, sempre solícito no cumprimento do seu espinhoso cargo<sup>92</sup>.

No trecho em questão, percebe-se um elogio ao então delegado de polícia, o Sr. José Caldeira Alves Sampaio, o qual por meio das medidas que vinha tomando, havia galgado reconhecido êxito no controle da boa ordem na cidade, em especial em algumas ruas e becos. Dessa forma, muito mais que controlar os atos e formas de divertimento nas ruas, entendia-se que era dever da polícia a execução de ações que garantissem a ordem esperada.

A repressão pela ordem não se restringia apenas ao que acontecia nas ruas, todo ambiente era passível de regras para conduta, independente do público frequente, estilo de divertimento, ou até mesmo do espaço em que ocorria. De fato, até mesmo as festividades e comemorações realizadas pela Igreja, eram frequentemente alvos de críticas.

(...) No culto com que honramos aquelles amigos de Deus, agradamos claramente ao Senhor; «e elles - reflexiona S. Cypriano - já seguros da sua boa e eterna sorte, são sollicitos quanto á nossa salvação».

Entretanto, este culto, tão justo e tão racional, é frequentemente deturpado pelos fieis, que costumam convertel-o muitas vezes, em causa de escandalo e graves offensas de Deus.

Assim é que quasi não ha festejo aos Santos, em as «competentes» pandegas, bordios e jantares acompanhados de dansas escandalosas, com promiscuidade de sexos, bebidas até á embriaguez, desvios de dinheiros dados como esmola, quando muitos templos estão, uns a desabar, outros a pedir reparos, e todos carecendo dos parametros e alfaias mais necessarias ao culto.

Quem não conhece as malfadadas folias, tão communs nos centros do paiz, para as quaes se reúnem pessoas de todo o jaez, capitaneadas por um director ás vezes de maus costumes, sem espirito de piedade, sem temor de Deus e sem nenhuma pratica de Religião?

E os foliões lá vão de rua em rua, de casa em casa durante dias e dias de bandeira alçada, a pedir esmolas para N. Senhora do Rosario, para S. Sebastião, para os Reis Magos, para o Divino, etc., etc., sem que, afinal de contas (porque elles não nas prestam a ninguem), nada se empregue na capella que é dedicada ao Santo e, não raro, sem se remmunerar o Sacerdote pelos seus serviços.

Quando hão de comprehender os fieis que o verdadeiro culto aos Santos consiste, mais que tudo, em imitar as virtudes de que nos deram exemplos, ornar seus templos, ornar seus altares, fundar novos sanctuarios dignos da fé que taes obras nos inspira? Tanta casca nesses festejos, sem nenhuma substancia, isto é, sem nenhum proveito, antes grandes perdas para as almas; sem nenhum passo para o progresso material e moral, e muitos para o atraso, e para as offensas de Deus, com o pretexto de honrar os seus Santos.

Bom será que no Synodo, cuja celebração se projecta nesta Diocese, tomem-se medidas relativas á pratica do verdadeiro culto e se cortem tantos abusos que tão altamente depõem contra a nossa fé e a nossa civilisação.

---

<sup>92</sup> Bôa autoridade. Pão de Santo Antonio, 21/07/1918, ano 1, n.16, p.2.

É o que desejamos<sup>93</sup>.

Até em momentos tidos como religiosos, eram comuns os excessos que levavam as pessoas às práticas condenáveis, em especial durante os bailes, ocasião muito comum à época, durante a realização de algumas festividades religiosas, como a Festa do Divino e do Rosário, em que uma farta comemoração era realizada, fora do ambiente eclesiástico, geralmente regada a muita música, danças e bebida alcoólica. Outrossim, inclusive nos momentos religiosos que, em um primeiro momento pudessem suscitar no leitor a garantia da ordem estabelecida, eram vistos como possibilidade para excessos.

Da mesma forma em que acontecia esta questão exposta durante os momentos religiosos, a Igreja era um significativo instrumento de controle e estabelecimento de regras, ao passo que os jornais e até mesmo em sermões feitos pelos clérigos, frequentemente eram utilizados para educar os fiéis nos caminhos da fé.

Amália ganhara *fita azul*, que era no colégio o prêmio dado às alunas de maior aproveitamento às lições e de maior devoção aos santos. Feita moça, tornara-se realmente bonita, mas o seu fanatismo religioso atingira a tal grau de intensidade que, nas duas férias do colégio, só aproveitou quinze dias para passar em casa, temendo estranhamente o pecado, em tudo vendo o pecado: e sua casa não lhe parecendo bastante santa, preferia estar sempre ao lado das Irmãs, nas rezas, retiros espirituais (RABELLO, 1964, p.9).

A educação fundada nos princípios da Igreja era fundamental. Em especial os jovens contavam com o Seminário Episcopal para os do sexo masculino e o Colégio de Nossa Senhora das Dores para as do sexo feminino. No trecho destacado, tem-se a história que, apesar de fictícia, pode retratar bem a realidade local, em que um pai ao ficar viúvo no ano de 1894 vê para si a responsabilidade de educar os quatro filhos sem a presença da mãe e ao ver os seus dois descendentes mais velhos “em idade perigosa” (RABELLO, 1999, p.7) recorre ao ensino em instituições religiosas para contribuir para a educação de sua filha, enviada do Colégio de Nossa Senhora das Dores, e do seu filho que foi mandado ao Seminário, como apontado no capítulo anterior.

Por mais que se saiba da vastidão dos divertimentos, e que se reconheça a importância que eles exerceram no habitual dessas pessoas, foram eleitos alguns deles a serem explorados. Tomou-se por base a relevância desses divertimentos no cotidiano local, sua recorrência nas fontes pesquisadas, bem como a pouca evidência

---

<sup>93</sup> A Estrella Polar, 21/05/1903, ano 1, n.15, p.1.

prévia da interferência religiosa. Cabe ressaltar que as atividades religiosas, entendidas como possíveis práticas de divertimento, também estiveram permeadas de outras práticas que propiciavam a diversão das pessoas como os bailes e jantares que acompanhavam as festas dedicadas aos santos, ou até mesmo as quermesses desenvolvidas pela Igreja. Entretanto, pela evidente relação entre a religião e o âmbito profano nesses momentos, optou-se por estudar aquelas que não estivessem diretamente ligadas ao cenário religioso, o que se apresenta a seguir.

### **1. Ler para se Entreter**

Duas coisas eu gosto de fazer, escrever e ler histórias, quando encontro. Meu pai já consumiu tudo quanto é livro de histórias e romance. Diz ele que agora só nas férias (MORLEY, 1999, p. 26).

Assim como Helena Morley herdou o hábito da leitura de seu pai, diversas eram as pessoas em Diamantina que também se utilizavam deste meio para distração. A menina em questão não somente se deliciava com os romances e histórias, como também tinha o hábito da escrita, tanto que seu diário fora transformado em livro.

Ademais, como já dito anteriormente, o vasto número de jornais circulantes na cidade também dá indícios de que a leitura era algo habitual. Em se tratando dos periódicos, estes eram uma relevante ferramenta de distração, em que além de trazer notícias com acontecimentos diversos, era rotineiro os números trazerem também os mais variados textos com histórias, contos, crônicas, adivinhações, poesias, dentre outros. A influência dos escritores no jornalismo propiciou a gestação de um tipo de jornal mais variado e um olhar mais sutil sobre a sociedade, lançando as bases do periodismo que se tornaria dominante no século XX em um meio que se imiscuem notícia, opinião, divertimento e cultura (ARNT, 2001).

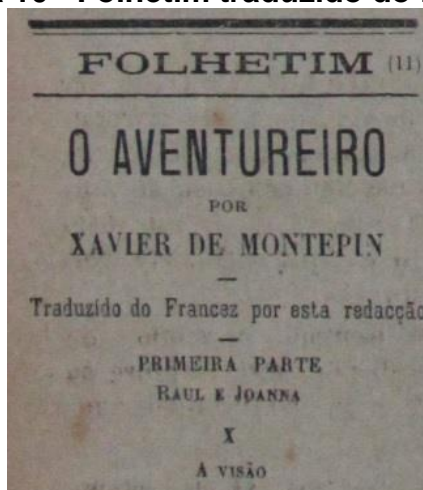
Exemplo disso eram os folhetins, muito comuns nos jornais da época, nos quais semanalmente era publicada parte de uma história, sempre com a descrição “continua” ao final, indicando que o número subsequente traria o restante do texto, até que se findasse a narrativa contada, o que provocava certa curiosidade aos leitores a saber o que viria em seguida.

Santos (2017) destaca em sua tese que os folhetins têm seus primórdios na França, onde a literatura publicada era um gênero textual específico. A ficção em

partes ou em série, batizada como *feuilleton-roman*, que em português era o romance-folhetim, o qual tratava de uma produção literária específica para os folhetins, um estilo nascido do jornal e feito para o jornal. Inicialmente o *feuilleton* era utilizado para designar a parte inferior da primeira página dos jornais, a qual era destinada à publicação de textos de entretenimento (MEYER, 1996).

No Brasil, pode-se delimitar o jornalismo literário, por questões de pragmatismo didático, entre o período inaugurado por Manuel Antônio de Almeida – com a publicação do romance no folhetim do *Correio Mercantil* intitulado *Memórias de um Sargento de Milícias*, entre 1852 e 1853 – e as primeiras décadas do século XX, quando nasce o jornal/empresa e começa a diminuir a influência literária (ARNT, 2001). Nos jornais diamantinenses, estes folhetins traziam quase sempre textos de autores locais, além de histórias de pessoas de fora da cidade, que se destacavam por algum motivo, ou até mesmo traduzidos de outro idioma (figura 10). Estes textos eram segmentados em números, os quais ocupavam quase sempre aproximadamente um terço de uma página inteira e, geralmente, eram divididos em cinco colunas com letras minúsculas quando comparadas com a fonte utilizada no restante do jornal, sendo assim, livros inteiros chegavam a ser publicados<sup>94</sup>.

**Figura 10 - Folhetim traduzido do francês**



Fonte: O Jequitinhonha, 16/09/1905 A. 2 n. 77, p.2.

Arnt (2001) destaca que os escritores, no afã de retratar a vida como ela é – pelo enfoque literário realista – não procediam em nome do dogmatismo do

<sup>94</sup> Exemplo de um livro completo publicado no folhetim do jornal *Pão de Santo Antonio* é o romance *Memórias de um estudante*, com o título *Memórias d'um estudante*, em que Ciro Arno (pseudônimo de Cícero Arpino Caldeira Brant) narra sua juventude passada em Diamantina, Ouro Preto, Belo Horizonte e São Paulo.



movimento, mas por serem observadores de uma realidade social que eles, na condição de jornalistas, tinham por função registrar – e o que observavam era o lastro de miséria de um lado e, de outro, a dissolução dos costumes deixados no rastro do progresso da Revolução Industrial. Neste sentido, assim como o público se utilizava das notícias contidas nos jornais para se manter informado, os folhetins também serviam como instrumento instrutivo, atentando ao fato de que muitos dos textos representavam histórias verídicas e adaptadas ao gênero literário, como o folhetim intitulado “Os Invisíveis” de autoria de Joaquim Felício dos Santos, cujo primeiro trecho foi publicado no jornal *A Idéa Nova*, no dia 10 de março de 1907, e finalizado em 19 de maio do mesmo ano e que, segundo o autor, a narrativa se tratava de um fato verídico ocorrido em Diamantina.

Além dos folhetins, era bastante comum encontrar pequenos contos, os quais, em sua maioria, narravam situações do cotidiano local. As crônicas, considerando o seu hibridismo, se mostravam como um gênero literário e informativo. O seu aspecto como fonte de conhecimento liga as crônicas intrinsecamente ao cotidiano, à cidade, mescla a informação factual e a cotidiana, a visão de mundo e o estilo de cada autor (ARNT, 2001).

#### ECHOS LOCAES

Recente e original!

O paulino, homem inteligente e catholico, ás direitas, é um brincalhão de força. Com elle *tiram sardínhas* uns poucos anticlericais, ou livre-pensadores, *raras joias*, que ainda nos restam.

E senão... vejamos:

- Com que então, amigo Paulino, fizeste tambem parte do retiro vicentino, hein?

-É verdade, mas vocês não o devem extranhar, porque sabem, perfeitamente, que sempre fui catholico, e da minha fé não me envergonho.

- Sim, mas... ouve esta: um catholico tanto fez, tanto *chorou*, que furtou um kilo de carne de porco.

- Devéras!!! Não acredito; todavia, póde muito acontecer que um catholico, de *carne e osso* como vocês, deverás, é que querem ter o privilegio de furtar? Deixem, *uai!* Um pouquinho para os catholicos tambem.

É excusado dizer que nada tiveram que falar, porque, realmente, esta foi de entupir!...

PILUS<sup>95</sup>.

Como se pode ver no trecho destacado, apesar do tom de humor, a passagem servia como instrumento de educação aos leitores, no caso em questão referente à fé católica, a qual indicava que as pessoas não precisariam se envergonhar de professar sua religião e, mais que isso, deveriam defendê-la daqueles que ousassem criticá-la.

<sup>95</sup> Echos Locaes. Pão de Santo Antonio, 22/09/1918, a. 12 n.25, p.2.

Esses pequenos textos quase sempre eram acompanhados de uma lição, a qual visava a educação das pessoas, com foco especial na moralização dos costumes e fazeres, pois, ao invés de um conteúdo impositivo, a partir de tais meios era possível levar uma mensagem civilizadora de forma leve e bem-humorada.

Outra fonte que permitia momentos de descontração e divertimento do público eram os livros, os quais, segundo Del Priore (2010), no Rio de Janeiro, eram vendidos em lojas, nas quais também, comerciava-se toda a sorte de quinquilharias: cartas de jogar, cera da Índia, tinta de escrever, estampas e desenhos, lustres, encerados e tapetes, vidros de Boêmia, imagens sacras e móveis Europeus. Semelhante ao Rio, em Diamantina eles também eram comercializados nos armazéns, como se pôde comprovar por meio dos anúncios publicados nos periódicos. Ao longo dos jornais pesquisados, também se encontrou anúncios de livrarias, as quais ofertavam uma grande variedade de números.

**Figura 11 - Anúncio de Livraria**

**ANNUNCIOS**

---

**CADETE J. F. DE AZEVEDO**

Na sua completa LIVRARIA já está á venda o  
jocoso e interessante livro de PÓESIAS TRO-  
VAS POPULARES, LUNDUNS, EPIGRAM-  
MAS E SATYRAS do festejado e sempre  
alegre cantor popular

**ZECA BENTO**

**Grande e poderoso remedio  
Contra o tédio!**

Um volume nitidamente impresso  
**Brochado . . . 2\$000**

**Os pedidos por encommenda  
deverão ser dirigidos directa-  
mente a esta casa commercial.**

R. do dr. Joaquim Felício n. 2  
**—DIAMANTINA—**

Fonte: O Município, 23/05/1896 a.03 n.72, p.4.

No anúncio, o autor teve a preocupação em destacar que esta era uma “completa livraria”, o que possivelmente indica uma variedade de livros disponíveis para a venda. Atenta-se também para o chamado de que o livro de Zeca Bento seria um “grande e poderoso remedio contra o tédio”, o que demonstra o sentido que se

dava para a literatura, sendo esta, como dito anteriormente, uma importante ferramenta para o divertimento das pessoas. Outro fato que deve ser destacado é a possibilidade de se realizar encomendas de exemplares que não tivessem disponíveis para venda imediata, atendendo às mais variadas demandas do estabelecimento. Quanto ao preço de 2\$000, acredita-se este ser um preço acessível a certa parcela da população, que em comparação com um anúncio encontrado em alguns números mais à frente<sup>96</sup>, vem a ser o mesmo valor de uma garrafa de cerveja Babylonia, marca de cerveja menos popular que as mais conhecidas da época como a Bavaria e Franciscana.

Além da venda de livros, havia também na cidade as bibliotecas, nas quais era possível o empréstimo de exemplares ao público.

**Tabela 14 - Bibliothecas – Relação e principais características das bibliotecas existentes**

Designação e Propriedade	Ano da inauguração	Composição	
		Nº de Obras	Nº de Volumes
<b>Biblioteca Municipal</b>	1854	370	1765
<b>Biblioteca da União Operária</b>	1891	741	1094
<b>Biblioteca do Seminário Archidiocesano</b>	1867	2405	3508
<b>Biblioteca Americo Lopes do 3º Batalhão da Polícia</b>	1916	350	413

Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos no Anuário Estatístico de 1920.

Como se pode ver na tabela apresentada, a cidade possuía no mínimo quatro bibliotecas, nas quais, havia um variado número de títulos disponíveis que iam desde livros, jornais e revistas. Muitos deles eram adquiridos por doações de populares, como se pôde observar em anúncios com agradecimentos dos exemplares recebidos e até mesmo em solicitações para que se fizessem contribuições.

Durante a segunda quinzena do mez de fevereiro, foi a Biblioteca Municipal freqüentada por 30 visitantes, dos quaes a maior parte se dedicou á leitura de jornaes.

Apenas foram consultadas algumas obras em portuguez e francez sobre direito, litteratura, geographia e historia<sup>97</sup>.

<sup>96</sup> O Município, 10/04/1897 a.03 n109, p.4.

<sup>97</sup> Bibliotheca Municipal. O Município, 05/03/1902, a.01 n.280, p.2.

Durante a segunda quinzena do mez de março proximo findo, foi a Biblioteca Municipal visitada por 140 visitantes, dos quaes a maior parte dedicou-se á leitura de diversos jornaes<sup>98</sup>.

Aparentemente havia um público circulante nestes ambientes, considerando que a Biblioteca Municipal fora visitada na segunda quinzena de fevereiro por 30 pessoas, sendo este número muito maior na de março, com 140 visitantes. Apesar da aparente predileção pela leitura dos jornais, percebe-se uma variedade de temáticas, incluindo livros em outros idiomas como o francês. No que se refere à variedade de assuntos disponíveis, esse tópico era frequentemente assunto nos jornais, observando que havia livros que abordavam conteúdos que deveriam ser combatidos, bem como outros a serem exaltados.

... acaba de fundar uma bibliotheca religiosa no Bairro dos Pobres, onde os socios, e mesmo pessôas extranhas á caridosa associação, poderão passar os domingos e dias sanctificados completamente afastados do bulicio do centro da cidade, distrahindo-se innocentemente com bôas e proveitosas leituras religiosas, como sejam livros de instrucção religiosas, tão uteis na actualidade, biographias e estudos a respeito da vida dos Santos, jornaes e revistas catholicas, etc, etc<sup>99</sup>.

A Biblioteca Religiosa do Pão de Santo Antonio, a qual se dedicava exclusivamente a assuntos referentes à Igreja Católica, foi fundada com o intuito de “sanar os males causados pela má imprensa”<sup>100</sup>. Portanto, era frequentemente indicado que todas as pessoas deveriam frequentar a biblioteca em questão, na qual havia títulos que eram capazes de levar o indivíduo à edificação.

Consta-nos que em algumas bibliothecas fundadas em freguezias d’esta Diocese, ha livros que, por sua doutrina heterodoxa, não podem figurar entre livros que hão de ser manuseados pelo povo catholico. Chamamos, pois, a atenção dos Revms. Srs. Parochos para velarem com toda a solitudine de seu zelo pastoral, no sentido de não ser oferecida ao publico senão leitura sadia, isenta de todo o erro em matéria de Religião. Os inimigos da Egreja não dormem, dão-lhe assaltos de toda a parte, e de todo o modo imaginável. É preciso que os catholicos, mormente seus pastores, estejam sempre alerta. Na guerra, como na guerra; alerta<sup>101</sup>!

A Igreja se preocupava com o conteúdo das obras disponibilizadas nas bibliotecas de toda a Diocese, sendo de responsabilidade dos párocos zelar para que os católicos não tivessem contato com os livros que não oferecessem uma “leitura sadia, isenta de todo o erro em matéria de Religião”. Tãmanha era a importância que

<sup>98</sup> Bibliotheca Municipal. O Município, 05/04/1902, a.01 n.284, p.2.

<sup>99</sup> Bibliotheca Religiosa. A Estrella Polar, 20/02/1906, a.04 n.5, p.3.

<sup>100</sup> Bibliotheca. A Estrella Polar, 12/12/1906, a.04 n.33, p.4.

<sup>101</sup> Bibliothecas. A Estrella Polar, 20/04/1907, a.05 n.11, p.3.

se dava ao que era entendido por más leituras, que fora decretado guerra a tais obras, cabendo aos combatentes estarem sempre alertas ao que era visto como inimigo.

Havendo nesse período grande perseguição à igreja católica francesa, às edições da ESTRELLA POLAR, tem dedicado quase que exclusivamente, desde o ano de 1906 a reportar defesas a Igreja, a tentar educar a população diamantinense para esta religião, combater o espiritismo e demais manifestações que vão contra as suas doutrinas, e deste modo publicam e até transcrevem manifestações das demais capelas do bispado fora da cidade de Diamantina e também do país e do mundo. O jornal abre espaço para divulgação do comércio local, mas não autoriza a divulgação dos locais que vendem artigos que vão contra as determinações eclesiais (livros espiritas, por exemplo). Repudiam também quem assina jornais de dão espaços a outras religiões e seitas e manifestam-se contra as publicações de outros jornais<sup>102</sup>.

Dentre os jornais que mais publicaram notas referentes à literatura que se opunha aos ideais da Igreja está o *A Estrella Polar*, o qual era um periódico de propriedade da Arquidiocese. Como informado na nota, era necessário educar a população diamantinense para a religião e, com isso, combater qualquer manifestação que fosse em desencontro com a doutrina, como era o caso do espiritismo. De fato, o jornal deixa claro que não iria divulgar os estabelecimentos que comercializassem tais itens, chegando inclusive a repudiar os assinantes de jornais que tivessem abertura para esses assuntos.

"S. Congregação do Índice de Livros proibidos"

Por Decr. da Sagrada Congregação do Índice, de 3 de Junho p. findo, foram proscriptas e condemnadas as obras seguintes, em razão da doutrina erronea e subversiva que nellas se contêm, a saber:

CIRO ALVI, San Francesco d' Assis. Romance. Milão- Palermo -Napoles, 1903.

ALBERT HOUTIN, L' Americanisme - Paris, 1904.

ANTON VOGRINEC. Nostra maxima culpa! Die bedränge Lage der Katholischen Kirche deren Ursachen und Vorschläge zur Besserung. Leuzpig, 1904.

Perante a mesma S. Congregação, retratou-se dos erros commettidos em varias obras, e por ella condemnadas, os autores das mesmas, Carlos Diniz e Miguel Georget.

Vide Analect. Ecc., a. XII, fasc. VI, Junho de 1904<sup>103</sup>.

A desaprovação de livros por parte da Igreja é algo que a vem acompanhando desde muitos anos. Tem-se o primeiro registro da história de repreensão oficial acontecido durante o Concílio de Trento que sob o papado de Inocêncio VIII publicou, em 1487, a primeira constituição que estabeleceu a censura prévia (LIMA; BASTOS, 2010). A referida Sagrada Congregação da Inquisição surgiu a partir da ordenação do Papa Paulo IV, em 1559, em que fora criado um *index* de livros de leitura proibida

<sup>102</sup> Notas e Notícias. *A Estrella Polar*, 20/03/1907, a.05 n8, p.3.

<sup>103</sup> S. Congregação do Índice de Livros proibidos. *A Estrella Polar*, a.02, n.24, p.1

(denominado “*Index Librorum Prohibitorum*”), uma publicação do clero que relacionava todos os livros de produção, comercialização, circulação e leitura proibidos (SEMBLANO, 2017). Era comum o periódico *A Estrella Polar* publicar uma lista atualizada com os títulos que eram inseridos em tal *index*.

Dos prelos da Typographia Pustest, em Ratischena, acaba de sair impresso um livro de piedade, que proporciona aos que o lêem, uma serie de assumptos de sumo interesse espiritual. Tem por titulo O Sagrado Coração de Jesus, segundo S. Affonso de Ligorio. Comprehende um curso completo de meditações para o mez do Sagrado Coração, a hora de guarda, e primeira sexta feira do mez, orações para bem ouvir a Missa etc.

O excellente devocionario a que nos referimos, foi compillado em francez pelo Rvd. Padre Redemptorista, Saint Omer, e agora sae traduzido em nitida lingoagem portugueza, pelo Exm. Sr. Bispo Coadjutos desta Diocese, Dom Joaquim Silverio de Sousa.

Alem detsa, tem S. Ex. escripto e traduzido outras muitas, cujos titulos para conhecimentos de muitos de nossos leitores, julgamos aqui deixar lembrados. São as seguintes:

Sitios e personagens, o Lar Catholico, Vida de Santo Afonso de Ligorio (trad. Do italiano), Mez de Maria (idem), Novenas do Natal e da Immaculada Conceição, achando-se actualmente no prelo mais uma traducção do italiano, sob o título, - As mais bellas Orações de Santo Affonso de Ligorio.

Qualquer dos trabalhos acima relacionados muito abona a penna que os traçou ou verteu para a nossa lingua vernacula, e não menos põe em alto relevo entre os escriptores contemporaneos, o nome de S. Ex., como um dos homens que mais tem contribuido para o luzimento das boas letras sagradas e profanas em nosso paiz<sup>104</sup>.

Então, como havia listagens com proibições, era frequente também a divulgação de “livros úteis”, contendo sempre literatura religiosa com orações, biografias de santos e orientações para a vida pautada nos ensinamentos católicos. Como dito no anúncio, o Bispo Dom Joaquim era um grande promotor dessa vertente literária, não somente incentivando a leitura de livros religiosos, como traduzindo textos de outros idiomas, e até mesmo produzindo obras de sua própria autoria.

O melhor meio de preservar o espirito dos erros que pode leval-o a perder a crença religiosa, é fortalecel-o, de continuo, pela leitura sã e salvadora de tudo quanto deve a humanidade aos escriptores honestos e fiéis á doutrina de Jesus.

Nesses trabalhos, feitos com consciencia e baseados em uma ardente e sincera fé, purificam-se os costumes, têm as virtudes o culto merecido e o homem ascende é Divindade, que deve ser a suprema aspiração de seu querido ideal.

A má leitura corrompe o espirito e perverte o coração, tornando-se um veneno que mata a alma, arrastando-a a um abysmo, que a desgraça para sempre. Cumpre não esquecer que, do mesmo modo que um alimento suspeito e de má natureza vehicula a molestia o extingue a vida do corpo, assim tambem a leitura doa mãos livros corrompe e macula o espirito, desnaturando-o de modo a tornal-o capaz dos mais lamentaveis desvarios.

Lêde bons livros, de moral austera, cheios de pureza e virtude narrativas, e elles se tornarão os vossos melhores companheiros e amigos, nas horas

<sup>104</sup> Um Livro Útil. *A Estrella Polar*, 10/02/1904, a.2, n.11, p.2.

tranquillas do repouso. De todos necessitamos para o fim de rehavermos forças dispendidas nos arduos trabalhos que a vida exige<sup>105</sup>!

A boa leitura era difundida como um meio capaz de purificar o espírito do ser humano, contribuindo para que suas ações e costumes estivessem em consonância com as leis divinas. Por outro lado, a má leitura era um dos vetores de muitos males, responsável por fazer o indivíduo se afastar das virtudes. Não somente isso, mas também o incentivo às boas práticas deveria ser amplamente difundido em todas as esferas sociais, pois, como dito, “temos progredido nestes ultimos seculos em que a leitura se tem espalhado por todas as camadas sociaes”<sup>106</sup> e “que quase toda a gente lê, a leitura está bastante desenvolvida, comparada com os tempos que já lá vão”<sup>107</sup>.

Com essa difusão da leitura, o gênero mais recorrente era o romance, o qual, segundo Candido (1897), deveria, primordialmente, edificar, instruir e divertir. Nota-se que na tríade desse gênero literário apontada pelo autor em questão o divertir não poderia estar separado do edificar e instruir, nem tampouco vir em primeiro plano. Nas palavras de Huet: “o divertimento do leitor, que o romancista hábil parece ter por objetivo nada é além de uma finalidade subordinada à principal, que é a instrução do espírito e a correção dos costumes” (HUET, *apud* ABREU, 2003, p.306).

Mas, os livros que aparecem e são lidos com maior avidez, mais ou menos, subvertem os são principios da moral.

(...) Si descermos ao romance, qual é o que póde entrar no lar d'uma familia já christã, mas até honesta?

É nos romances, principalmente, que o impudôr e a pornographia mais descarada campeiam. É no romance que se vae beber, lentamente, o veneno, que mata as inspirações generosas, que anniquilla o sentimento da propria dignidade moral, nos precipita no abysmo de devassidão<sup>108</sup>.

Dessa forma, os romances não eram vistos com bons olhos pela Igreja, uma vez que, para a instituição, eles se enquadravam nas más leituras e, dessa forma, eram também responsáveis por corromper a dignidade moral, além de fazerem com que as pessoas desejassem transpor para a realidade os acontecimentos lidos.

«Uma jovem encantadora desposá-ra por amor um moço instruido, bom, intelligente. Fortuna regular, 4 filhos, alegres passarinhos de um ninho de tecidos de affeição e carinho. Felicidade, pois... Mas a felicidade passa depressa neste mundo. A moça adoeceu, passou mezes inteiros numa cadeira preguiçosa; leu... para se distrahir, porque o marido trabalhava muito

<sup>105</sup> A boa leitura. Pão de Santo Antonio, 03/11/1911, a.06, n.03, p.3.

<sup>106</sup> Más Leituras. Pão de Santo Antonio, 02/07/1933, a.27, n.39, p.01.

<sup>107</sup> Más Leituras. Pão de Santo Antonio, 02/07/1933, a.27, n.39, p.01.

<sup>108</sup> Más Leituras. Pão de Santo Antonio, 02/07/1933, a.27, n.39, p.1.

e os filhos iam para o collegio. Pouco a pouco, aos livros instructivos e moraes succederaam os chamados «romances bons», após estes vieram os outros. Para finalizar, ahi tens a conclusão tirada pela propria moça:  
 «Insensivelmente, as praticas religiosas não eram para mim senão uma simples recordação; insensivelmente meu coração desgostou-se de meu marido... que não era o heróe do romance. Então, vendo-me fria para si, tão pouco ciosa dos deveres domesticos como de si mesmo, deixou-se enfraquecer pelo pesar, e procurou no alcool o esquecimento... Minha indiferença transformou-se em aversão: separámo-nos... amigavelmente. Duas vidas perdidas! O futuro dos filhos comprometido... Póde contar isso, ás moças que lêem romances... Estes arrancam a fé e a felicidade<sup>109</sup>.

Percebe-se na história uma gradação entre os tipos de leitura, em que a jovem inicialmente se dedicava aos livros “insctrutivos e moraes”, provavelmente títulos aprovados pela Igreja católica. As coisas começam a mudar quando ela inicia a leitura dos “romances bons” que, apesar de aparentemente não serem tão condenados pela religião, eram toleráveis. Quando inicia a leitura dos “outros” romances, a personagem vai em direção ao que levará a “duas vidas perdidas”. Tem-se na história a representação da “ilusão de realidade da ficção como marca do que falta na vida. Vai-se da leitura à realidade, ou percebe-se a realidade sob forma do romance, com essa espécie de filtro que a leitura oferece” (PIGLIA, 2006, p. 136), fato que se agrava pela personagem ter deixado a sua vida religiosa de lado para se dedicar à prática da leitura, contrariando os deveres de um católico.

A mulher, em grande parte das vezes, esteve em primeiro plano quando o contexto eram os romances, seja no direcionamento de orientações, seja como personagem de histórias que ilustrassem o assunto: “as mocinhas, principalmente, são sempre victimas desses astuciosos demonios – os romances frivolos e máus que perturbam, em certas ocasiões, com um estylo attrahente, a sua imaginação”<sup>110</sup>. Como no conto publicado no jornal *Pão de Santo Antonio*, era sempre exaltada a necessidade feminina de se comparar com a história e se colocar no lugar da personagem principal, num misto entre o que era fato e ilusão, que nas palavras de Piglia (2006, p.136) “é o consolo diante de uma realidade em que o aparato de dominação masculina e patriarcal sobre seus corpos, sua sexualidade e seus desejos pudessem ser ultrapassados”.

Lucia era meiga e bôa mocinha.  
 Educada por sua mãe, logo desde os dois annos, começou a rezar as primeiras orações e a aprender os rudimentos do Catecismo, que ella lhe ia explicando, diariamente, por meio de comparações e imagens sagradas.

<sup>109</sup> Factos & Notas. Pão de Santo Antonio, 07/07/1918, a.12, n.14, p.2.

<sup>110</sup> Factos & Notas. Pão de Santo Antonio, 07/07/1918, a.12, n.14, p.2.



Aos sete annos, fez a sua primeira Comunhão, seguida de muitas outras, que recebeu com piedade verdadeiramente angelical.  
 Mas, por desgraça, a mãe adoeceu e morreu.  
 O pae era um indifferentão.  
 Tinha em casa máus livros, e em vez de ao menos os occultar, para que não chegassem ás mãos de seus filhos, deixava-os por cima das mesas, de modo que elles os devoravam.  
 O mesmo fez Lucia, e tanto se entusiasmou pela leitura que não fazia mais nada.  
 Tendo lido um livro em que grandemente se exaggeravam os males da vida, e o bem que ha no suicidio, tomou veneno e matou-se<sup>111</sup>.

O alerta acerca das más leituras era também direcionado aos pais, os quais deveriam observar o que seus filhos estivessem lendo, considerando os riscos que tal prática poderia fazer com seus descendentes. Neste sentido, Abreu (2003) aponta que mais grave parecia o fato de a leitura de romances ser feita sem supervisão, não contando com o intermédio de um padre ou de um ministro como ocorria com a leitura de escritos religiosos, tampouco com a mediação de um professor ou de uma tradição de interpretação como se passava com os textos beletrísticos.

Igualmente como havia esforços no combate, existia também o incentivo para a prática da “boa leitura”, como foi o caso da biblioteca religiosa apresentada anteriormente e a clubes literários que estivessem em consonância com suas regras.

#### Club Litterario Patriota

Alguns moços desta cidade, estudiosos e bem intencionados, acabam de fundar uma associação com o nome acima, tendo por fim «desenvolver o gosto pelas letras entre os seus associados», como se lê na participação com que nos honraram.

(...) É mais um tentamen em prol das Letras que aqui se inicia, o qual muito desejamos que vá por diante e prospere num meio onde há tantos talentos que ordinariamente se perdem no torvelinho dos negocios, quando, se fossem bem cultivados, muito podiam honrar o solo onde desabrocharam e, em geral a patria que bem poucos lograram dignificar e enaltecer como ella merece de seus filhos.

Agradecendo a obsequiosidade da comunicação, fazemos votos pela vida real e real desenvolvimento do novo Club<sup>112</sup>.

Apesar de não se ter indícios suficientes que permitam melhores esclarecimentos acerca do funcionamento dos clubes/ grêmios literários em Diamantina, é importante apontar esta prática aparentemente comum. Como se pode ver no anúncio da fundação do “Club Litterario Patriota”, a partir do seu intuito em “desenvolver o gosto pelas letras entre os seus associados” é possível vislumbrar que essas instituições de alguma forma contribuíram para a prática da leitura na cidade.

<sup>111</sup> Factos & Notas. Pão de Santo Antonio, 07/07/1918, a.12, n.14, p.2.

<sup>112</sup> Club Litterario Patriota. E Estrella Polar, 31/01/1904, a.02, n.04, p.3.

Como preito de administração ao nosso illustrado patrício, dr. Joaquim Felicio dos Santos de saudosa memoria, fundaram nesta cidade, no dia 25 do passado, um grêmio litterario com o seu nome, elegendo-se a seguinte Directoria: Presidente – João Augusto Neves, Vice-presidente – João Felicio dos Santos, 1º Secretario – Pedro Brant, 2º Secretario – Aldo Delfino, Thesoureiro – Arthur França.

Agradecendo a comunicação que nos mandaram, desejamos que essa sociedade tenha longa e prospera duração<sup>113</sup>.

O “Gremio Litterario Joaquim Felício dos Santos” também fez parte do cenário diamantinense, o qual contava inclusive com uma diretoria estabelecida. Aparentemente essa associação prosperou, ponderando que se tem a comprovação da sua existência por pelo menos um ano: “O Gremio Literario «Joaquim Felicio» comemorou com sessão extraordinária no dia 25 de abril, o primeiro aniversário da sua instalação”<sup>114</sup>. Têm-se indícios também da existência do Grêmio Literário José do Patrocínio, o qual contava com um gabinete de leitura e a Arcádia Literária que possuía encontros semanais no Palácio do Jury.

Alguns alunos mais adiantados da Escola Normal de Diamantina tinham undado um club literário, denominado “Aureliano Lessa”, em memória do malgrado poeta diamantinense, companheiro em São Paulo de Bernardo Guimarães, Alvares de Azevedo e Fagundes Varela. Esse grêmio realizava sessões aos domingos, numa sala da Escola Normal, cedida pelo respectivo diretor, Joaquim José Pesro Lessa, irmão do poeta.

Certo domingo do mês de setembro desse ano de 1895, realizou o club uma sessão solene, aberta ao meio dia, para a qual tinham sido convidadas, diversas famílias, comparecendo a banda de música do Côrinho<sup>115</sup>.

Neste relato, retirado de um manuscrito feio por Ciro Arno<sup>116</sup>, é possível se ter uma breve visão acerca da dinâmica do clube em questão, o qual tinha reuniões semanais em um local dedicado para tal fim. Ao longo do texto o autor relata a sessão solene realizada, em que diversas pessoas recitaram uma infinidade de poemas, quase todos de autores da cidade. Isto leva a crer que além da leitura, essas associações também estimulavam a produção literária.

Finda a benção, que foi assistida com o respeito que o nosso povo tributa a todos os actos da religião catholica, foi executado pela banda de musica «Corinho» o hymno *Pão de Santo Antonio*, excelente e bem inspirada composição do professor João Victor, especialmente escripto para ser cantado com a poesia que está sendo feita com aquelle titulo por um distincto poeta de nosso meio litterario(...).<sup>117</sup>

<sup>113</sup> Gremio Litterario. O Município, 26/05/1900, a.06, n.227, p.4.

<sup>114</sup> O Município, 03/05/1901, a.06, n.258, p.3.

<sup>115</sup> ARNO, Ciro. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952, p.77.

<sup>116</sup> O manuscrito em questão também foi publicado no jornal Pão de Santo Antonio no ano de 1935.

<sup>117</sup> Pia União do Pão de Santo Antonio. O Município, 04/06/1903, a.10, n.303, p.2.

Fato é que diversos nomes de diamantinenses se destacaram no ramo literário ao produzirem múltiplos livros que variam em múltiplos gêneros.<sup>118</sup> É possível perceber, também, uma referência ao “meio literário” da cidade, seja nos momentos em que se publica um texto nos jornais, ou mesmo quando se faz referência à declamação de poesia, ou leituras de textos em ocasiões solenes.

Por fim, entende-se que existia em Diamantina certa efervescência em torno da literatura, sendo este um relevante modo de divertimento das pessoas, o qual era permeado por vários conflitos e tensões. Apesar disso, e mesmo com a tentativa de controle pelo catolicismo, o que se entendia pelas más leituras fazia parte do cotidiano local, levando a entender que o discurso moralizador influenciava de alguma maneira a sociedade, mas não ao ponto de extinguir tais práticas.

## 2. Eu Ganho Esse Jogo, se Deus Quiser

Às nove horas da noite, quando o Grande Empório começava a cerrar as portas, passando por ali o Joãozinho Raimundo Mourão, convidou alguns rapazes para uma vispora em sua casa, ao que sucederia uma ceia. Seguiram em sua companhia seu sobrinho Sales Mourão, Laurindo Cesar, Antonio Joaquim da Paixão e Joãozinho Mota.

Ao chegarem à residência de Joãozinho Raimundo, à rua do Carmo, onde já se achavam diversas pessoas, organizou-se logo uma grande mesa de vispora, com os seguintes parceiros, além dos recém chegados: D. Josefina, senhora do dono da casa, e suas gentis filhas, entre quatorze e dezesseis anos, Dolores e Stela; o farmacêutico Genesco Aquiles Alves Pereira e sua esposa D. Luzia Guerra; Zezé Menezes e sua interessante filha Zenolia, de dezesseis anos; uma senhora de Datas com duas filhas, assanhadas e faladeiras; as duas graciosas irmãs Freitas e seu pai, português, empregado no comércio; João Avelino e sua simpática e engraçada filha Elgita; Vicente Torres, Antonio Mourão, Adriano Pitanga e sua senhora D. Belmira, e mais cinco ou seis moças.

O primeiro a cantar as pedras foi o Zezé Menezes, que repetia as pilhérias clássicas no jogo:

-Patinhos na lagôa (22) – 45 – 39 – 76 – Par de óculos (88)...

- Sacode essas pedras, Papai! Exclamou Zenolia. – Só saem números que não tenho...

- Vispere! Gritou o Genesco, ao ser cantado o número 44.

- É uma falta de elegância! Atalhou o Antônio Mourão. – Uma moça é que devia vispar em primeiro lugar e não um marmanjo...

(...) Com a continuação do jogo, visparam sucessivamente a velha de Datas e suas duas filhas assanhadas, e que fez alguns parceiros murmurarem.

Afinal, à meia noite serviu-se a ceia: peru com farofa, arroz de forno, tutu de feijão com linguiça, lombo de porco com batatas, leitão assado, vinhos e cerveja.

<sup>118</sup> Alguns destes nomes foram apontados no início deste trabalho quando apontado os livros de memorialistas também utilizados como fonte.

Quase a uma hora da noite, retiraram-se Adriano Pitanga e sua senhora, D. Belmira. Ao entrarem na rua das Mercês, o marido, até então silencioso, disse à esposa:

- Percebi perfeitamente você emprestar dois mil réis, àquela velha de Datas...
- Sim, meu amigo, respondeu timidamente D. Belmira. – Ela estava desprevenida e não podia ficar humilhada perante tanta gente...
- Se estava sem dinheiro, que não jogasse!... Aposto que não lhe pagou, apesar de terem ganho ela e as antipáticas das filhas...
- Pagará outro dia, coitada!
- Não pagará nunca!... É uma exploradora! Quer divertir-se, com as sirigaitas das filhas, à custa alheia<sup>119</sup>...

O jogo foi, sem dúvida, um divertimento muito presente em Diamantina. Variando nos mais diversos gêneros, ele se fazia presente nas reuniões sociais, casas de família, ruas, bares e envolvia familiares e amigos. Huizinga (2001), aponta que o jogo é uma atividade de ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente convertidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana. Nesse aspecto, a única obrigação de um jogador é a de cumprir com as regras predeterminadas para tal atividade, sendo livre sua participação. A partir do despertar de sentimentos destoantes (tensão e alegria), o jogador traz para o seu momento de divertimento emoções distintas da sua vida cotidiana.

Esses momentos de diversão eram marcados pelas disputas entre famílias, amigos e conhecidos, o que transpunha o jogar, considerando que a sociabilidade entre os participantes também se fazia presente. “Diversos homens e rapazes tomavam cerveja. O Claudio e outros parceiros, inclusive senhoras, jogavam víspera a uma mesa; alguns cavalheiros e senhoras, assentados ou às janelas, palavram sobre varios assumptos<sup>120</sup>”. Percebe-se que o jogar era sempre acompanhado pelas conversas, em especial nos jogos que não necessitavam um nível mais elevado de concentração como era a víspera, por exemplo. Essa sociabilidade também era permeada pelas refeições, o que deixava esses momentos anda mais atraentes.

A família inventou agora um jogo de trinta-e-um. Quando é na Chácara eu não perco porque as negras fazem sempre uma ceia muito boa para as nove horas e eu ainda volto pra casa a tempo de fazer meu exercício. Na casa de tio Geraldo só dão uma fatia de pão, fino que parece espelho. Na casa de Iaiá também eu não gosto de ir porque ela só dá biscoito de goma com café (MORLEY, p.61).

<sup>119</sup> ARNO, Ciro. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952, p.18-20

<sup>120</sup> ARNO, Ciro. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952, p.45.

Independente do *status* social ocupado, era tradição que os jogadores fossem recebidos com refeições, como era o caso das ceias servidas na chácara, ou mesmo uma simples fatia de pão fino como na residência do tio Geraldo. Ademais, como se pode perceber na descrição feita por Ciro Arno (Afinal, à meia noite serviu-se a ceia: Perú com farofa, arroz de forno, tutu de feijão com linguiça, lombo de porco com batatas, leitão assado, vinhos e cerveja), existia uma preocupação em oferecer uma refeição variada aos convidados, fato ressaltado em diversas outras passagens descritas pelo autor.

Uma das coisas melhores pra mim é a ceia na porta de Dona Juliana de noite. Raquel junta a comida que sobra do jantar numa panela, mexe com farinha e à noite sou sempre eu que tenho que subir para buscar a travessa de mexido para a porta da rua. Esse mexido a gente come sempre entre sete e oito horas. Quando eles inventam jogar víspora, que vai até depois de dez horas, Dona Juliana manda dar canjica ou leite com farinha de milho (MORLEY, 1999, p. 58).

Bem como o jogo era utilizado como um fim para reuniões, ele também era um meio para deixá-las mais lúdicas. O posicionamento de Huizinga (2001, p. 18) ao apontar o jogo como interrupção do habitual, destaca que “dentro do círculo do jogo, as leis e costumes da vida cotidiana perdem validade”. Além do mais, pode-se vislumbrar que as reuniões permeadas pelo jogo permitiam ao indivíduo certa fuga da rotina, de liberar-se do que é habitual.

Além desse caráter de diversão e sociabilidade dos jogos, ele também estava permeado pela possibilidade de ganhos monetários. O trecho destacado no início deste tópico nos dá pista de tal situação, quando Adriano Pitanga ao indagar a cessão de dinheiro feito à senhora moradora de Datas pela sua esposa Belmira – “Percebi perfeitamente você emprestar dois mil réis, àquela velha de Datas...” - nos mostra que para participar da víspora foi necessário aos participantes contribuir com alguma quantia, pois, se não fosse o empréstimo, ela não poderia jogar – “Ela estava desprevenida e não podia ficar humilhada perante tanta gente...”. Nessa situação, também que houve uma premiação aos ganhadores, provavelmente advinda do investimento inicial dos participantes, no qual mesmo após a senhora e suas filhas terem sido premiadas não saldaram a dívida com sua credora – “Se estava sem dinheiro, que não jogasse!... Aposto que não lhe pagou, apesar de terem ganho ela e as antipáticas das filhas...”.

Meu pai chegou da lavra e, como era sábado, ele disse: “Vamos todos ao trinta-e-um na casa de Henriqueta. Amanhã vocês estudam”. Fomos para a

casa de laiá e não sei por que apareceu lá Seu Paulino, que eu pensava que era homem direito.

Meu pai esteve conversando com mamãe que a ambição de todos no jogo é por ser com níqueis, que se fossem fichas não dariam tanta gana de ganhar, mas o monte de níqueis é que faz ambição. Eu sei que é, porque eu também quando vejo um bolo grande de níqueis fico até de aflição, de medo que os outros ganhem antes de meus pais.

Eu sempre fico sapeando de longe o jogo dos outros; não chego perto porque ninguém gosta. Hoje é que eu vi porque é. A mesa estava com um bolo que já era a terceira vez que crescia. Começou a animação e eu já aflita fui contando o jogo dos outros de longe. Mamãe ficou com trinta. Chegou em Seu Paulino eu olhei o jogo e contei baixinho: vinte; veio um ás, eu contei vinte e um; veio um quatro, eu contei vinte e cinco; quando veio um sete, eu contei alto: “trinta e dois!”. Ele vira pra mim e diz: “Um meninão desse tamanho e nem sabe contar!” e disse para a mesa “Trinta-e-um”. E jogou o ás de paus no chão.

Eu tomei um susto tão grande que pateteei. Nunca pensei que um homem vestido direito furtasse. Calei a boca e fui curtir minha tristeza na porta da rua, olhando o luar. Fiquei pensando e disse a Luisinha: “Quem sabe ele fez isso porque na casa dele passam fome”. Luisinha disse: “É mesmo. Você já notou como Heloísa é amarela?” (MORLEY, p.67).

Assim como a aflição de Helena Morley pelo medo de alguém vencer antes de seus pais, os jogadores também estão permeados pela tensão, dada a possibilidade de perder ou ganhar, que nesse caso implica em sair da mesa de jogo com mais ou menos dinheiro. Estas questões, onde se alternam fantasmas e heróis, maldições e preces, dores e prazeres, tragédias e delícias, fazem parte da marca registrada dos poderes e perigos do jogo (GASTALDO, ROCHA e BRAGA, 2016). Ademais, pode-se supor que todas essas questões apresentadas levaram o Seu Paulino a jogar o ás por debaixo da mesa, tornando-o vencedor da partida, reforçando a tese do pai de Helena de que “a ambição de todos no jogo é por ser com níqueis”.

Além da questão monetária, outros conflitos permearam os jogos. Nesse sentido, a Igreja em diversos momentos se posicionou contra tal atividade.

Jogas por distração; pois saibas que o jogo não distrae, mas, sim, o trabalho, a leitura dos bons livros.

Joga o ignorante, o vagabundo, o desocupado, mas não quem procura distrahir-se, pois que se um passeio no campo distrae, o jogo determina o mal estar, dificulta a digestão, embaraça a regular circulação da vida e em consequência priva a alegria, a satisfação e torna impossível a distração.

Do jogo nasce o tédio, o aborrecimento, a tibieza do animo, o relaxamento do caracter, a fraqueza da vida, a pobreza, enfim.

Nada temos a ganhar no jogo, e tudo a perder.

Quem ganha no jogo é ladrão, quem perde no jogo é ladrão: é pois ladrão quem joga.

Se ganharmos, nos servirá porque não seremos felizes nos utilizando do roubo, mas, só com o resultado do suor de nosso rosto no trabalho honesto e edificante.

O que tiramos das algibeiras de um desocupado, ou imbecil, falta a seus castigar a consorte honesta e bôa, quando por sua honra e virtude observar que o jogo é um crime e que vai faltando o trigo no forno, que o lume da casa vae se apagando.

Se ganharmos, roubamos o lar do irmão, se perdemos, roubamos o nosso próprio lar.  
 Quem escreve estas linhas já foi um jogador, é um lapidado nas misérias do mundo: é pois um sabio na arte da miséria.  
 Não jogue, meu irmão, senão o jogo do trabalho e dos livros, pois o trabalho dá distração, alegria e saúde, e o jogo tira tudo isso.  
 O livro e o trabalho educam e dão felicidade.  
 Quem ama o trabalho, os bons livros e lar, encontra as caricias dos filhos e as ideias de Deus<sup>121</sup>.

Aos que desejassem a distração, de acordo com a Igreja, não deveriam buscar o jogo, pois ele era o responsável por causar justamente o oposto, dele “nasce o tédio” e diversos outros problemas, ademais, essa era uma atividade praticada por pessoas ignorantes, vagabundas e desocupadas. Por falar em vagabundagem, esse era um termo frequentemente utilizado para se referir aos jogadores, uma vez que essa atividade ser oposta ao trabalho e comumente atrelada ao vício e uso de bebidas alcoólicas.

Antehontem uma malta de desordeiros ébrios, que fazem sempre ajuntamento em uma casa na travessa da rua do Carmo com uma jogatina infernal, invadiram á casa de uma respeitavel senhora para espancar um empregado da fabrica de cerveja de nome Francisco.  
 Estes vagabundos, sem o menor emprego, vivem dia e noite em bachanaes, impedindo o transito das famílias, que por ali já não passam por temerem o aprisco d’essa colméa de jogadores.  
 Perguntamos ao Sr. Delegado de policia, o que tem feito das ordens que tem de recrutamento? O jogo não é expressamente prohibido por lei?  
 S.S. queria ter a bondade de aplicar a hygiene policial, isto é, fazer o saneamento do becco do Motta, mandando postar ali uma patrulha de soldados para a salubridade do *estado sanitario* desta cidade, alterado pela vagabundagem infrene dos ociosos<sup>122</sup>.

Percebe-se no discurso o atrelamento da desordem causada pelos jogadores no Beco do Mota à ausência do trabalho, demonstrando a noção de jogo em oposição à seriedade, uma “vagabundagem infrene dos ociosos”. Durante a primeira metade do século XX, o conceito de vagabundagem era bastante difundido para enquadrar, a partir de uma lógica capitalista, vários indivíduos que não possuíam trabalho formal e produtivo na sociedade e que estavam constantemente sujeitos ao ócio e seus possíveis malefícios (FONTELES NETO, 2006). Dessa forma, foi atribuído às pessoas que invadiram a casa para fins de violência o estigma da vagabundagem, fator ampliado pelo fato de serem jogadores frequentes do Beco do Mota.

Para solução do problema em questão, foi solicitado o auxílio da força policial, de modo a garantir a vigilância de uma conduta civilizada, baseando-se em uma

<sup>121</sup> O Jogo. A Estrella Polar, 26/12/1915, a.12, n.52, p.1.

<sup>122</sup> A Justiça. Becco do Motta. Sete de Setembro, 06/01/1889, a.01 n.33, p.3.

sociedade que alocava o trabalho e a moral como regras para a cidadania, enfrentando como um ameaçador da ordem aqueles que não se colocavam em tal lugar. A necessidade em “aplicar a hygiene policial, isto é, fazer o saneamento do becco do Motta” poderia nos levar a pensar em uma melhoria na qualidade do ambiente como tratamento de esgotos e limpeza do lixo, por exemplo, entretanto, tais termos referem-se a uma hygiene social, uma assepsia das práticas ali desenvolvidas a partir de medidas disciplinares.

O fragmento retirado do jornal *A Estrella Polar* também nos dá indícios da existência de casas de jogos na cidade, ou minimamente ambientes destinados para tal fim, o que é comprovado pelo trecho publicado no *A Idéa Nova*: “da uma hora em diante, só há aparecia de vida nas casas de bebida e jogo, porque é medida que uma cidade vae agonizando na miséria, o vicio vai crescendo e se alastrando...”.<sup>123</sup> Com a publicação do Código Penal da recém-proclamada República no ano de 1890, o jogo se tornou uma contravenção descrita a partir do capítulo três que dispunha sobre o jogo e aposta em que era instituído no artigo 369:

ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reunam pessoas, embora não paguem entrada, para jogar jogos de azar, ou estabelecel-os em logar frequentado pelo publico: Penas - de prisão cellular por um a tres mezes; de perda para a fazenda publica de todos os aparelhos e instrumentos de jogo, dos utensilios, moveis e decoração da sala do jogo, e multa de 200\$ a 500\$000.<sup>124</sup>

Além deste, em outros artigos do código, eram determinadas punições para aqueles que mantivessem casas de jogos, entretanto, mesmo com tal proibição, existia uma aparente permissividade por parte da justiça com tais estabelecimentos, dada a comum existência e livre funcionamento deles ao longo de todo o período que compreende este trabalho.

Estamos sem rodeios de espécie alguma, agora, mais do que nunca, com os famosos jogos de azar. Muitas já são as casas de travolagem, que povoam a nossa “urbs”, e a affectam de uma maneira fabulosa. Não falando na Loteria e no “Jogo go Bicho”, tão enraizado na índole popular, surgem, aparecem e existem infinidade de jogos, nos quaes o individuo, além de gastar dinheiro e outras coisas, malbarata o tempo, gasta as noites, em noitadas malsinadas, emenda o dia com a noite, e perdendo, certamente, suas economias, arruína, assim, cada vez mais, o seu character e o nível de sua moral.

---

<sup>123</sup> *A Idéa Nova*, 15/11/1908, a.03, n.136, p.2.

<sup>124</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm). Acesso em 07/04/2020.



(...) Os jogos de azar, aqui, como em qualquer parte, não são praticados, simplesmente, por amadorismo. Aqui elle nada tem de amadorismo, mas, sim, de profissionalismo...

(...) Discretando, ainda, sobre o jogo, nota-se que, neste vae e vem das “quédas”, os proprietarios das tavolagens têm para si um lucrozinho, á parte, e que constitue o seu ganho, e denomina-se, “barato”.

É o seu «lucro e féria» nas constantes “paradas”, felizes ou infelizes, dos viciados, que se acotovelam ao redor da mesa verde.<sup>125</sup>

Mais uma vez, tem-se o indício de serem muitas as casas de tavolagem presentes na cidade, as quais eram mantidas por seus donos como meio de subsistência a partir de um lucro aparentemente baixo. Nestes locais era praticada uma diversidade de competições em que “destacam-se, entre outras espécies de jogos d’azar, os seguintes: “roleta”, “bacará”, “monte”, “pavuna”, “trinta e um”, e toda casta de jogos inventados pelos especuladores, para usufructo deles e da malandragem”<sup>126</sup>. Dentro de tais lugares, os “malandros” gastavam seu dinheiro numa jogatina que durava a noite toda, contribuindo para o sustento de vícios e a perda de economias, uma situação que “arruína, assim, cada vez mais, o seu caracter e o nível de sua moral”.

O Jogador é uma criatura desgraçada que padece essa enfermidade incurável chamada sede hydropica de ouro.

Desconhece a sensibilidade, a ternura, o carinho da família, só a vareza se retorce dentro do seu peito como uma cobra de fogo.

Uma mãe que ora, um filho que morre, um pae que agoniza inspiram-lhe menos interesses que a carta que espera, porque naquela carta está sua alma.

Quando a altas horas da noite sahe da casa de jogo, onde perdeu a sua ultima moeda, seria capaz, se podesse, de lançar fôgo ao universo e vender a alma ao diabo, se o encontrasse no seu caminho. Quando lhe falta ouro, para conseguir, não repara em obstáculos: a trapaça, a falsificação, o roubo... tudo aceita, porque o jogador, nestes momentos, não é outra causa senão uma alma abandonada de Deus e impelida pelo sopro do inferno<sup>127</sup>.

O texto em questão, assinado por H. P. Escrich<sup>128</sup> foi publicado em 1918 no jornal *A Estrella Polar e Pão de Santo Antonio* na mesma data, sendo repetida também no ano de 1933 no último periódico citado, o que indica que o posicionamento adotado perdurou ao longo dos anos. Ademais, foi possível encontrar essa passagem

<sup>125</sup> Jogos de Azar. Pão de Santo Antonio, 14/10/1934, a. 29, n.02, p.1.

<sup>126</sup> Jogos de Azar. Pão de Santo Antonio, 14/10/1934, a. 29, n.02, p.1.

<sup>127</sup> O Jogador. *A Estrella Polar*, 08/12/1918, a. 12, n.36. p.1 (também publicado no Pão de Santo Antonio de 08/12/1918, a. 12, n.36, p.1) (passagem repetida em 02/04/1933).

<sup>128</sup> Enrique Perez Escrich foi um escritor romancista e dramaturgo espanhol o qual publicava textos com enredos católicos. Para mais informações acerca do autor, ver: Sobre a leitura dos obras de Enrich Perez Eschich no Ceará, ver: PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a biblioteca provincial do Ceará na segunda metade do século XIX. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

publicada em periódicos de outras cidades mineiras, bem como em outros estados<sup>129</sup>, demonstrando uma visão generalizada no território nacional acerca dos jogadores, o que se amplia quando se considera o fato do texto ter sido escrito por um autor espanhol.

O jogador era tido como um indivíduo que tem como sentimento principal a avareza, o qual coloca o jogo à frente de assuntos primordiais como o trato com a família e que é capaz das atitudes mais sórdidas como trapacear, falsificar e roubar, fatores que os afastam de Deus os condenando ao inferno.

Vicio maldito, causador das ruinas e tantas fortunas, das misérias de inúmeros lares, da orfandade, do aviltamento da sociedade, eil-o de cerviz erguida, publicamente sancionado, invadindo tudo, assenhorando-se de tudo, por toda parte com seu cortejo de escândalos, de misérias e de baixes moral. Joga-se hoje de todo modo, em toda parte, em qualquer lugar, em presença de quem quer que seja, e a maldade é tal que até em presença das creanças, que assistem horas o desenrolar do jogo, bem activasinhas, lá juntinhas dos escandalosos públicos, e dahi, dentro em breve, eil-os, os meninos nas portas das egrejas, nos becos, nas praças, pondo em pratica o que naquela infelis hora aprenderam daqueles que tambem são paes, tem seus filhinhos, outros herdeiros, mais tarde, da triste sorte de um pae esbanjador de uma herança da honra e dignidade da família, corruptor da sociedade.

Entretanto, como lettra morta, deante dos olhos de todos ahi estam os arts. do código criminal, 337 «Jogar com menores de 21 annos ou ecital-os a jogar: penas de prisão cellutar por um a tres mezes e multa de 50\$ a 100\$.

Art. 374. Será julgado e punido como vadio todo aquelle que se sustentar do jogo, além de incorrer na pena do paragrapho único do art. 369<sup>130</sup>.

A preocupação da Igreja sobre os jogos também se estendia aos mais jovens, uma vez que os adultos, ao jogarem próximo das crianças, poderiam a partir do exemplo incentivá-los à prática, ademais, como apontado, também era previsto na legislação punição para aqueles que jogassem com menores de 21 anos. Apesar da orientação eclesiástica e constitucional, a prática do jogo era comum não somente com a presença das crianças e jovens, como também contava com a participação dos mesmos, como se pode comprovar a partir de exemplos já apresentados neste texto.

Em S. Paulo, o Juiz de Menores prohibiu a entrada de menores de 18 annos, nas casas de bilhares, depois das 22 horas.

Os proprietarios dos salões de bilhares que permitirem, nos mesmos, o ingresso de menores de 18 annos, depois das 22 horas, ficam sujeitos ás multas de 50\$ a 200\$, para cada menor naqueles salões encontrado.

<sup>129</sup> Em uma breve pesquisa nos periódicos disponibilizados no site da hemeroteca Digital Brasileira foi possível encontrar o texto nos seguintes periódicos de Minas Gerais: Monitor Mineiro, 15/06/1923, a. 12 n. 666, p.1 de de Guaranesia; A Bonança, 08/01/1911, a.04, n.10, Sacramento. Ademais, ele foi publicado também em municípios de outros estados: Revista da Semana, 28/09/1910, n.537, Rio de Janeiro; Diario da Tarde, 07/01/1904, a.06 n.1494, p.1, Curitiba; Gazeta do Comércio 08/07/1916, a.03 n.40, p.2, Santa Caratina.

<sup>130</sup> O Jogo. A Estrella Polar, 05/12/1915, a.13, n.49, p.1.

Em caso de reincidência, essas multas serão elevadas ao dobro e outras penas poderão ser aplicadas.

Em nosso meio, uma lei semelhante aplicada aos proprietários de casa de jogos, que consentem menores jogarem o Loto ou Vispôra e outros jogos, seria de um efeito extraordinário, a bem dos nossos menores já tão viciados<sup>131</sup>.

Além da referida presença de menores nos momentos de jogo dentro do ambiente doméstico, eles também frequentavam as casas de jogos, o que demonstra mais uma vez certa permissividade frente a proibições legais e orientações da Igreja. Entretanto, mesmo com leis em nível nacional, o jornal entendia que uma legislação municipal poderia contribuir ainda mais na solução da problemática, seguindo o exemplo da cidade de São Paulo.

Outra prática comum no cenário brasileiro era o jogo do bicho. Esse jogo tipicamente brasileiro surgiu no Rio de Janeiro no ano de 1892 quando um barão, com a finalidade de angariar fundos para o seu zoológico, passou a representar diversos bichos nos tíquetes de entrada e premiar com dinheiro os visitantes que estivessem com o animal, previamente sorteado, impresso no ingresso (CHAZKEL, 2007). Benatte (2002) destaca ainda o fato de a popularização alcançada por essa loteria ter preocupado as autoridades municipais daquela cidade que, baseados numa postura conservadora, ia contra valores importantes da época como a família e o trabalho.

Apesar de não se ter evidências suficientes que comprovem a existência de tal atividade em Diamantina, as notícias referentes a prisões feitas em outras cidades de agentes responsáveis pela organização do referido jogo era algo frequente nos periódicos, o que de alguma forma dá caminhos para supor a existência dele no local.

O delegado de polícia especial em Caxambú, alferes Francisco Teixeira da Silva prendeu em flagrante e processou a diversos agentes do jogo do bicho naquela cidade, os quaes, bem como os respectivos banqueiros foram julgados e condenados, pelo juiz de direito de Baependy, a tres mezes de prisão e 500\$ de multa<sup>132</sup>.

Se essa era uma forma de loteria popular, existia também a exploração de loterias pelo estado. As primeiras promoções e extrações lotéricas aconteceram na década de 1840 quando as loterias foram criadas pelo Tesouro Nacional visando aumentar as reservas financeiras e auxiliar o estabelecimento de fábricas no país (MAGALHÃES, 2005).

---

<sup>131</sup> Pão de Santo Antonio, 17/06/1934, a.28, n.37, p.2.

<sup>132</sup> Jogo do bicho. A Idea Nova, 23/12/1906, a01, n.37, p. 2.

Figura 12 - Anúncio de Loteria federal



Fonte: A Idea Nova, 23/05/1909, a.04, n.163, p.4.

O anúncio de loterias, federal e estadual, era algo comum de se encontrar nos periódicos diamantinos. Nele sempre eram contidos os valores das premiações, ou em alguns casos os preços dos bilhetes, bem como a indicação do estabelecimento que comercializava as apostas – “COMPREM bilhetes da Loteria de “Minas Geraes”, na agencia oficial, nesta cidade, á rua Th. Ottoni (antigo Macau do Meio), casa nº131 (Bilhares)”.<sup>133</sup>

Se por um lado a Igreja condenava os jogos, por outro ela assumia uma função promotora, dando a entender a existência de algum elemento que tornava o jogo lícito.

No ameno bairro do Rio Grande, espera-se realizar no proximo domingo (25), uma tómbola, surpreendente no genero, e nunca vista nesta cidade, sendo o producto da mesma destinado ás duas obras pias, do Pão de Santo Antonio e das Damas de Caridade. No salão vistosamente preparado para nelle se effectuar a festiva reunião, tocará uma das philarmonicas locaes, custando a entrada apenas a insignificante quantia de 500 reis, com direito a um premio. As pessoas que se dignarem offerecer objectos para o fim acima dito, deverão envia-los á Secretaria da Pia União, no mais breve praso que for possível.<sup>134</sup>

<sup>133</sup> Vargas ou Prestes? Pão de Santo Antonio, 24/11/1929 a.1 n.17, p.3.

<sup>134</sup> Tombola. Pão de Santo Antonio, 23/06/1916, a.09, n.46, p.2.

A tombola<sup>135</sup> que na ocasião fora anunciada como uma novidade para a cidade, se tornou prática comum em se tratando do arrecadamento de dinheiro para as instituições religiosas. De conformidade com a tombola, outros jogos eram promovidos como os leilões e os diversos outros gêneros que ocorriam durante as quermesses, todos sempre com um propósito de angariar fundos para algum fim.

É lícito jogar?

Sim, ou não, conforme os casos. Não se póde condenal-o enquanto permanece dentro dos limites dum divertimento honesto. Nelle não há mal agum, si nas horas livres, destinadas ao descanso, depois das fadigas do trabalho diurno, se joga uma partida de dama, de xadrez, de cartas, etc. O divertimento, neste caso, é licito, honesto, e até útil, de sorte que ninguem póde achar nelle coisa reprovável.

É mau, porém, quando o jogo se torna uma paixão; quando, por sua causa, o jogador se descuida de seus negócios e sérias ocupações, e falta ao próprio dever; quando se gastam no jogo as noites, isto é, as horas, que se deviam consagrar ao descanso, requerido para restituir pelo somno, ao corpo, as forças gastas no trabalho.

Quando, porém, se gastam no jogo avultadas sommas e se joga por cubiça de ganhar, o jogo se torna uma paixão odiosa e perniciosa, que desperdiça o dinheiro e arruína a família. Quantas pessoas, quantos paes de famílias, quantos jovens perderam no jogo toda a sua subsistência! Tinham casa, terras, gado, dinheiro, no banco, podiam viver como grandes senhores, e, agora, vêm se reduzidos a recorrer á caridade publica!<sup>136</sup>

Percebe-se a partir desse trecho, publicado em 1934, um discurso menos rígido por parte da Igreja quando comparado com os encontrados nos anos anteriores. Se em um momento foi dito que “do jogo nasce o tédio, o aborrecimento, a tibieza do animo, o relaxamento do caracter, a fraqueza da vida, a pobreza”.<sup>137</sup> agora ele é entendido como uma possibilidade para distração nas horas livres. Não se quer dizer com essa comparação que existe uma incoerência nas manifestações da Igreja, mas sim demonstrar que os textos, em geral, diferentes da flexibilidade encontrada no trecho em questão, eram muito mais rigorosos, os quais não faziam distinção do que se podia ou não jogar, cabendo ao discurso a censura generalizada do ato.

O trecho em questão representa de maneira mais clara o posicionamento da Igreja de Diamantina, em que, apesar da rigidez veiculada ao longo dos anos, entendia como relativo o ato de jogar e compreendia inclusive os benefícios de tal atividade quando desenvolvida de forma despretensiosa. Apesar de nem sempre haver essa relativização, percebe-se uma condenação à jogatina e não ao jogo em si, tanto que

<sup>135</sup> Atualmente esse jogo é mais conhecido como Bingo.

<sup>136</sup> É lícito jogar? Pão de Santo Antonio, 06/05/1934, a.28, n.31, p.2.

<sup>137</sup> O Jogo. A Estrella Polar, 26/12/1915, a.12, n.52, p.1.

a própria instituição era promotora de jogos e incentivava a participação dos fiéis nas atividades por ela desenvolvida.

### 3. Foliar e só depois jejuar

Sob a direcção e immediata inspecção do SR. Procopio Gomes Ribeiro, tivemos de apreciar este divertimento que tanto concorreo para distrahir-nos um pouco dos lobores da vida.

Desde que assistimos pela 1ª vez nesta cidade o carnaval, ainda não tivemos occasião de apreciar-o tão frequentado e bem dirigido, com tanto luxo, aceio, esmero e boa ordem.

Durante os tres dias de, isto é: domingo, segunda e terça feria, a sociedade diamantinense offereceu á carnavelesca o que em si havia de mais selecto; e pela madrugada do dia 20 toda a cidade foi despertada pela famosa companhia do ZÉ PEREIRA, que percorria suas ruas, cantando, tocando, dançando e annunciando o começo dos folguetos do Carnaval, o proximo apparecimento da aurora e a procissão que conduziria em triumpho o filho de Jupter e de Semele, princesa de Thabaida.

Com effecto, durante todo o dia, as ruas e praças estiverão repletas de espirituosos mascararas, que, á cada momento, excitavão o riso d'aquelles que os vião, já pelas figuras allegoricas que representavão e já pelos seus excellentes e chistosos ditos proferidos com delicadeza e á proposito.

Pelas 4 horas da tarde houve no Theatro de Santa Izabel, situado no Largo do Dr. Prado, a reunião de quasi todos os mascararas que pouco depois sahirão percorrendo as ruas principaes da cidade em alas, conduzindo em elegante e symbolico andôr que fechava o cortejo, Baccho, deus do vinho, representado por um moço alegre e risonho, coroadado de parras, tendo os pés sobre uma pipa, na mão direita cachos de uvas e uma garrafa, e na esquerda um thirso, imitando o que também trazia o encarnado na côxa de Vulcano. Logo após o andôr seguia-se a banda de musica desta cidade, denominada - Corinho, - a qual executava uma marcha enthusiastica e lindissima, indo em seguida o povo representado por umas mil pessôas de ambos os sexos, afóra um grande numero de curiosos que procedião o cortejo.

Assim passou-se o dia de domingo e os dous seguintes, que podemos dizer cheios, pois nada faltou para completar nossos desejos a respeito do carnaval; havendo tambem na segunda e terça feira grandes passeatas do bando de mascarras, apresentando differentes figuras allegoricas.

É de notar-se, com grande prazer nosso, que nada houve digno de censura nas tres noites de bailes de mascarados, onde houve tão grande concurrencia de mascararas e famílias que com difficuldade se podia dançar nos vastos salões do Theatro, principiamente na ultima noute.

Honra pois, a briosidade mocidade diamantinense pelo seu excellentes comportamento<sup>138</sup>.

O carnaval descrito no periódico *Sete de Setembro* do ano de 1887 demonstra as tradições vivenciadas na cidade. A partir da animação dos participantes, os dias de folia eram repletos de atividades que envolviam desde comemorações nas ruas até os bailes em lugares fechados. Entretanto, nos anos que compreende esse estudo,

<sup>138</sup> Carnaval. Sete de Setembro, 26/02/1887, a.02, n.25, p.2.

era variado o discurso acerca da animação das festividades, oscilando entre elogios – “os tres dias consagrados ao Deus Momo correram com alguma animação”<sup>139</sup> -, e reclamações – “passaram tristes e sem influencia os três clássicos dias dedicados ao carnaval”.<sup>140</sup>

Existia na cidade uma preocupação em fazer com que tal festividade acontecesse: “É necessario que se faça em Diamantina um Carnaval qualquer, mesmo modesto; o contrario seria um tremendo fiasco para Diamantina, para as commissões parciais e para esta folha!”.<sup>141</sup> Certo é que entre uma folia mais pomposa ou simples, ele aconteceu sistematicamente em todos os anos pesquisados. Essa variação entre uma folia desanimada e entusiasmada provavelmente se dava em função desta ser uma festa em que sua organização não estava à frente de uma instituição, cabendo aos populares a sua realização – “Estamos informados de que este anno não passará despercebido o carnaval. Tres cavalheiros vão tratar da promoção dos festejos nos três dias de folgança consagrados ao deus Momo”.<sup>142</sup>

Os preparativos para o carnaval eram frequentemente noticiados pelos jornais, apresentando sempre uma expectativa sobre as comemorações. A partir da iniciativa de populares, as organizações dos dias de folia também foram preparadas por comissões.

No domingo passado, alguns dos commerciantes convidados para a reunião na Camara Municipal alli compareceram e após algumas trocas de idéas construíram a seguinte comissão para se encarregar de organizar o programma do Carnaval: dr. Cicero Arpino Caldeira Brant, Arlindo Gabriel de Andrade, Theophilo Baptista de Mello Brandão, Francellino Horta e João Dias de Andrade.

Esta comissão já começou a trabalhar; entretanto só depois de apurada a subscrição geral que foi aberta e está sendo corrida na cidade, poderá ser organizado o programma que publicaremos nesta folha, provavelmente no dia 19 do corrente<sup>143</sup>.

Essa comissão foi a responsável pelo preparo do carnaval do ano de 1911, em que os comerciantes que a compunham ficaram responsáveis cada um pela organização de um coreto. No ano anterior, uma comissão também fora formada por comerciantes, os quais se empenharam em oferecer uma festividade, nas palavras do jornal, mais moderna e civilizada.

<sup>139</sup> O Carnaval. A Idea Nova, 05/03/1911, a.06, n.256, p.1.

<sup>140</sup> O Carnaval. A Idea Nova, 17/02/1907, a.02, n.45, p.1.

<sup>141</sup> Carnaval. A Idea Nova, 05/02/1911, a.06, n.252, p.2.

<sup>142</sup> Carnaval revigorado. O Município, 22/01/1903, a.09, n.297, p.2.

<sup>143</sup> Carnaval. A Idea Nova, 12/02/1911, a.06, n.253, p.2.

Nessas comissões procuramos contemplar os commerciantes localizados mais no centro da cidade; entretanto todo o commercio de Diamantina deve abraçar com entusiasmo um melhoramento tão importante nos nossos costumes como seja a substituição do perigoso Entrudo de água pelo moderno e civilizado Carnaval de confetis, serpentinas, lança-perfumes, etc. Alguns dias antes dos festejos, faremos um apelo aos habitantes das ruas centraes, desde a praça Affonso Penna (Bonfim) até a Macau do Meio, para que illuminem as suas casas nas quatro noites de sabbado, domingo, segunda e terça-feira.

Poderemos ter pela primeira vez em Diamantina um Carnaval de muito effeito, pois, como já dissemos, nenhuma outra cidade em Minas, a não ser Ouro Preto, dispõe de ruas centraes tão apropriadas a esses festejos.

Temos plena certeza que as comissões parciaes acima referidas saberão honrar a confiança que nellas deposita o publico diamantinense<sup>144</sup>.

Era habitual que as festividades acontecessem nas ruas do centro da cidade de sábado a terça-feira, dentre as quais “em toda parte o commercio põe-se a frente d’esse festejo, organisa clubs, carros, coretos, etc.”.<sup>145</sup> Essa participação do comércio se dava, muito provavelmente, porque era uma época que de alguma forma movimentava a economia da cidade, seja por meio da venda de adereços, materiais para confecções de fantasias, ou indumentárias já prontas – “Na casa comercial dos srs. José Motta & Comp., estão a venda diversos artigos apropriados ao carnaval<sup>146</sup>”.

A solicitação para que as pessoas iluminassem as suas casas nas quatro noites de folia demonstra a coparticipação que os populares, além de nos dar indícios de que as comemorações nas ruas aconteciam também durante a noite. A iluminação elétrica só chegou na cidade após a realização do carnaval de 1910, o que causou uma maior expectativa para o ano seguinte – “Com a illuminação electrica os festejos promettem ser deslumbrantes”.<sup>147</sup>

Esse anseio pelo carnaval do ano de 1911 foi assunto de diversas reportagens do jornal *A Idea Nova* - “já se pode esperar desde já que o carnaval de 1911 correrá muito animado em Diamantina, em vista do entusiasmo que se nota no povo e na classe comercial”<sup>148</sup>. Como já apontado anteriormente, a comissão dos commerciantes estava preparando um carnaval mais moderno, os quais, por meio de reuniões, discutiam meios para fazer com que as festividades acontecessem da forma como esperada – “Nessa reunião – à que deverão comparecer todos os commerciantes e

<sup>144</sup> O Carnaval em Diamantina. *A Idea Nova*, 20//11/1910, a.06, n.241, p.1.

<sup>145</sup> O Carnaval e o Commercial. *A Idea Nova*, 23/01/1910, a.05, n.198, p.1.

<sup>146</sup> Carnaval. *O Município*, 21/02/1903, a.09, n.299, p.1.

<sup>147</sup> O Carnaval. *A Idea Nova*, 27/11/1910, a.05, n.242, p.2.

<sup>148</sup> O Carnaval. *A Idea Nova*, 27/11/1910, a.05, n.242, p.2.



industriais que se interessam pelo progresso de Diamantina – vai-se modificar um pouco o plano primitivo dos coretos e tratar dos meios de construí-los<sup>149</sup>.

Os preparativos para os dias de folia se mostravam promissores, inclusive o comércio se preparava para o momento - “Naturalmente o commercio já mandou vir do Rio os apetrechos necessários: confetis, serpentinas, lança-perfumes, mascaras, etc.<sup>150</sup>”. Esperava-se inclusive a vinda de pessoas da região - “Sabemos por cartas particulares que virão muitas famílias dos districtos e varias cidades do Norte de Minas assistir em Diamantina os festejos carnavalesco de 1911, que prometem ser esplendidos e correr com uma animação extraordinária<sup>151</sup>”.

Como apontado anteriormente, estaria a cargo dos comerciantes a construção dos coretos que ficariam divididos entre as principais ruas da cidade, garantindo uma diversidade de atividades na cidade - Consta-nos que as commissões parciais do commercio vão combinar nova localização dos coretos do Carnaval d'este anno<sup>152</sup>.

Fracassou completamente o plano de introdução do Carnaval em Diamantina, pelo desanimo do commercio e do povo, os quaes em sua maioria não quiseram auxiliar a subscripção e as pessôas que assignariam concorreram com quantias muito modestas.

Não foi possível angariar nem duzentos mil reis, quando para um carnaval muito modesto precisava-se no mínimo de um conto de reis!

*Symptomas da época*<sup>153</sup>.

Apesar da animação veiculada pelos periódicos, o carnaval de 1911 frustrou àqueles que esperavam que os dias de folia fossem mais animados do que os dos anos passados. Por não terem conseguido angariar os fundos necessários, os coretos não foram construídos, fazendo com que houvesse um pequeno movimento nas ruas, concentrando as festividades a alguns bailes – “Os tres dias consagrados ao Deus Momo correram com alguma animação, havendo bailes no Bilhar-Club, no Hotel do Commercio e na chácara de D. Nazareth, sendo este último promovido pelos srs. Raymundo Aleixo de Aguiar e José Pires do Nascimento<sup>154</sup>”.

Essa busca na melhoria do carnaval da cidade era baseada em um discurso de uma parcela da sociedade que entendia que “(...) precisamos agora civilizar

<sup>149</sup> Carnaval. A Idea Nova, 05/02/1911, a.06, n.252, p.2.

<sup>150</sup> Carnaval. A Idea Nova. 22/01/1911, a.06, n.230, p.2.

<sup>151</sup> Carnaval em Diamantina. A Idea Nova, 3/11/1910. a.05, n.240, p.1.

<sup>152</sup> Os Coretos do Carnaval. A Idea Nova, 29/01/1911, a.06, n.251, p.2.

<sup>153</sup> Carnaval em Diamantina. A Idea Nova, 19/02/1911, a.06, n.254, p.1

<sup>154</sup> O Carnaval. A Idea Nova, 05/03/1911, a.06, n.256, p.1.

Diamantina na festa mais sociável do mundo inteiro – O CARNAVAL”.<sup>155</sup> Diante disso, tem-se um movimento de modernização do carnaval, em que era necessário a adaptação e correção de práticas habituais, deixando de lado tradições que iam contra a moral e civilidade. Essas festividades carnavalescas se caracterizam por ser um momento em que o ato de festejar é inspirado frequentemente pelas extravagâncias e excessos, ademais, possuem uma relação espacial com o tempo, ao que se demonstram momentos especiais, distintos do tempo cotidiano (ARAÚJO, 2008).

As extravagâncias e excessos iam em desencontro de um povo que desejava se mostrar civilizado e moderno, nesse sentido, o carnaval suscitava conflitos entre a sociedade “polida” que os homens de imprensa queriam ver, e as práticas tradicionais que a população queria viver (GODWIN JR., 2007).

O conselheiro Accacio estava furioso:

- O carnaval é um divertimento bárbaro, antihigienico: felizmente ele está morrendo em toda a parte e virá também desaparecer de Diamantina. É uma festa de selvagens...

- Não é tanto assim conselheiro.

- É uma diversão de loucos, de dementes, de desequilibrados. O governo devia proibil-a.

(...) Os ecos carnavalescos do dengo! dengo! dengo! ó neném! enfureciam o meu companheiro.

Na Praça Afonso Penna, Accacio já não se conteve e eu tive de aguentar-lhe a bília do inimigo do Carnaval:

- E a festa mais idiota que atravanca o anno de um pobre cidadão. É o domínio da população, triumpho irritante do cafajeste! Suor de ceroula e cheiro de heliotrópio barato – eis em summa o que representam estes três dias...

Do banco da frente, uma bisnaga respingou de ether a calva conselheira.

- É isto! Continuou ele. Além de estupidez, é um pneumonias, as gripes augmentam com este maldicto...

Um punhado de confettis encheu-lhe a boca, obrigado-o a engulir, cuspendo, os insultos que lhe pendiam dos lábios<sup>156</sup>.

Nessa crônica publicada pelo jornal *A Idea Nova*, a opinião do conselheiro Accacio representa o posicionamento de alguns populares acerca da visão do que era o carnaval, entendido como um divertimento atroz, que deveria ser extinto, ou minimamente combatido a partir de políticas públicas. A partir do rompimento da vida cotidiana, as comemorações carnavalescas traziam para os dias de folia o ócio e a boemia em dias permeados por excessos. Nesse período em que o trabalho e o trabalhador eram valorizados, estava em voga a coibição das figuras ou atividades que iam em desencontro do labor, considerando-se que a ociosidade era entendida

<sup>155</sup> O Carnaval e o Commercial. *A Idea Nova*, 23/01/1910, a.05, n.198, p.1.

<sup>156</sup> Carnaval. *A Ideal Nova*, 15/02/1915, a.05, n.16, p.02.

como uma depravação dos costumes orientados pelo modelo capitalista de produção, uma sociedade em que o ócio era “percebido como uma aberração, devendo ser reprimido e controlado para que não comprometa a ordem (CHALHOUB, 1896, p. 49).”

DaMatta (1983) destaca que o carnaval é essencialmente igualitário, o qual transpõe para o mundo da rua os ideais das relações espontâneas, afetivas e, fundamentalmente simétricas que são a contrapartida das paradas. O autor ainda complementa afirmando que no carnaval há uma inversão de valores, uma quebra de barreiras, o qual tem suas próprias regras e segue sua própria lógica em que as leis são mínimas. Nesse momento é como se tivesse criado um espaço especial, fora da casa e acima da rua, onde todos pudessem estar sem essas preocupações de relacionamentos ou filiação a seus grupos de nascimento, casamento e ocupação (DAMATTA, 1983).

O carnaval tem como marca registrada os excessos desde a sua gênese. Diniz (2008) aponta que tudo se inicia com a instituição por parte da Igreja para que os fiéis deixassem de lado por um período de quarenta dias as satisfações, a vida cotidiana de pecados e prazeres do corpo e se dedicassem ao enriquecimento do espírito, momento em que deveria ser feito o jejum e privações passadas por Jesus no deserto. A partir de uma perspectiva de ficar muitos dias sem ingerir carnes e gorduras, seguindo a instrução de se comer apenas peixe durante a quaresma, a sociedade católica passou a se organizar para aproveitar ao máximo os últimos dias de prazeres mundanos antes de dar o “adeus à carne” – ou, em italiano, o *carnevale*. Dessa forma, ao criar a quaresma, a Igreja Católica instituiu o carnaval (DINIZ, 2008).

De acordo com Silva (s.a.), a Igreja católica foi sempre tolerante para com o carnaval, chegando o papa Paulo II (séc. XV) a promover a animação da Via Lata, fronteira ao seu palácio e que permanecia silenciosa e deserta ao longo do ano, realizando ali um carnaval romano com corridas de cavalos, desfiles de carros, batalha de confetes, bailes mascarados e outras brincadeiras que se perpetuaram através dos séculos. Talvez isso justifique o fato de se ter encontrado poucas críticas ao carnaval nos periódicos católicos, quando comparado com outras formas de divertimento. Mesmo que de forma branda, houve algumas passagens em que o posicionamento da instituição se fez presente.

Lastimamos os perigosos folguedos, as loucuras até de christãos, nesses dias commettidas contra Nosso Senhor de Jesus Christo, convidamos aos

leitores para junto de Jesus Sacramento, como protesto, passar alguns momentos de oração<sup>157</sup>.

Como se pode ver, o tom crítico ao carnaval se mostra muito mais sutil quando comparado aos demais já apresentados ao longo deste trabalho. Nota-se um sentimento de que os dias de comemoração iam contra Jesus, cabendo àqueles que fossem católicos ficarem em oração como forma de protesto.

Passaram meio frios os três dias de carnaval; algum entrudo, poucos mascaradas. Felizmente não nos chegou ao conhecimento nenhum insulto a Religião, nem a nenhuma classe.

Durante as três noites houve bailes.

Nota desagradável, desagradabilíssima; triste, tristíssima: o baile da ultima noite se prolongou até ao raiar do dia seguinte, isto é, de quarta feira de Cinzas! E nesse folguedo se achavam famílias, talvez até senhoras que em outras ocasiões fazem questão de não transigir contra as tão bellas tradições catholicas da nossa terra<sup>158</sup>!

A nota publicada no principal jornal eclesiástico da cidade anuncia o fraco carnaval ocorrido no ano de 1911, o qual foi restrito a poucos momentos de diversão. Além da satisfação em não ter havido nada que pudesse insultar a religião, a problemática ficou em torno dos foliões que estenderam as comemorações até à manhã da Quarta-Feira de Cinzas, dia que marca o início da quaresma, momento em que todo católico deve se penitenciar dos pecados como já dito anteriormente.

Um divertimento que merece ser destacado durante os carnavais diamantinenses é o entrudo<sup>159</sup> que, durante muitos anos, foi “a forma mais difundida de se brincar durante os dias de carnaval em terras brasileiras (FERREIRA, 2004, p. 74)”.

Adriano saiu, desceu o beco da Tecla, subia a rua e entrou na venda do Rafael Seabra, onde tomou um cálice do afamado Parati que ali se vendia. Ao entrar no largo da Escola Normal, notou grande algazarra: grupos de rapazes agarravam os transeuntes para mergulhar-lhes no chafariz próximo; alguns mascarados cantavam ou tocavam instrumentos de música. Para evitar o banho forçado, retrocedeu e entrou na rua atrás da Sé, em direção ao Grande Empório do Norte, de Mota e Companhia.

Maltas de meninos percorriam as ruas, molhando as pessoas, com esguichos de seringa de bambú ou de folha de Flandres; rapazes atiravam limões às

<sup>157</sup> Carnaval. A Estrella Polar, 02/02/1913, a.11, n.5, p.1.

<sup>158</sup> Carnaval. A Estrella Polar. 09/02/1913, a.11, n.06, p.1.

<sup>159</sup> Pode-se entender o entrudo como o “costume de molhar-se e sujar uns aos outros com limões ou laranjinhas de cera recheados com água perfumada, com recurso a seringas, gamelas, bisnagas e até banheiras – e todo e qualquer recipiente que pudesse comportar água a ser arremessada. Incluía também, em determinadas situações, o uso de polvilho, ‘vermelhão’, tintas, farinhas, ovos e mesmo lama, piche e líquidos fétidos, entre os quais urina ou ‘águas servidas’ (CUNHA, 2001, p. 98)”.

moças, nas janelas, respondendo elas com outros limões ou baciadas dagua<sup>160</sup>.

Esse divertimento era visto a partir de sua essência agressiva, no qual “não havia música, nem dança, mas muita bebida e correrias, perseguições, sujeira e violência” (VALENÇA, 1996, p. 13). Essa brincadeira de molhar uns aos outros exigia certo preparo para que acontecesse, dada a necessidade da produção dos limões ou laranjas de cera, além das seringas de flandres ou bambu.

Fifina untou de sabão da terra diversas conservavam um pedaço do caule ou tinha um pauzinho fincado. Derreteu numa caçarola certa quantidade de cera, misturado com água. Depois, pegando sucessivamente nas laranjas pelo caule ou pelo pauzinho, mergulhava-as primeiro na cera derretida, depois numa vasilha com água fria e as colocava numa pequena mesa ao lado, sobre uma toalha.

Em seguida, com uma faca, fazia uma leve incisão, quase circular, nas laranjas, não cortando a parte inferior; aos poucos apertando com os dedos, iam destacando os dois hemisférios da cera, unidos apenas pela parte não cortada; com uma pena de galinha, embebida na cera fervente, ligava os dois hemisférios pelo orifício do local do caule enchia os limões com água perfumada, tampando o buraco com pingos de cera e os ia arrumando cuidadosamente em fileiras, num tabuleiro forrado com uma toalha branca.

Estes limões eram destinados à venda pelas ruas da cidade, na época do entrudo, que começava algumas semanas antes do carnaval. Fifina incumbia desse negócio um menino, a quem pagava uma comissão. Na quarta-feira de Cinzas ela esvaziava pacientemente os limões que tinham restado e os guardava vazios, para enche-los e vende-los no entrudo do ano seguinte. (p. 21 e 22 Os enteados)

Debret (1978), quando visitou o Brasil entre os anos de 1816 e 1831, destacou que no Rio de Janeiro, as fabricações dos limões-de-cheiro envolviam toda a família do pequeno capitalista, da viúva pobre, da negra livre que se reúne a duas a três amigas, os quais com dois meses de antecedência iniciavam as confecções. Tal qual acontecia em Diamantina que, a partir de uma produção familiar exigindo tempo e delicadeza no preparo, era comum a venda dos limões de cera na época do entrudo, o qual se mostrava como um meio temporário para obtenção de renda extra – “O entrudo este ano tem estado bastante animado, disse Fifina Seixas. – Já tenho vendido muitos limões...<sup>161</sup>”.

Góes (2002) aponta que o entrudo era a expressão do extravasamento de recalques, em que o tumulto dominava as ruas e cidades brasileiras. Entretanto,

<sup>160</sup> ARNO, Ciro. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952, p.37.

<sup>161</sup> ARNO, Ciro. Os Enteados (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952, p.24

mesmo com toda essa questão, aparentemente participavam pessoas de várias idades e gêneros.

Quando passa o carnaval, fico achando muito grosseiro o nosso brinquedo, pensando na sorte que a gente tem de não se machucar muito, e faço tenção de me corrigir. No ano seguinte sou das mais influentes e repito a mesma coisa. Poderá haver nada mais estúpido do que jogar um homem vestido no taque do chafariz? Deve ser horrível porque eles se machucam e as roupas encolhem. Por isso é que sempre saem brigas. Precisamos deixar brinquedos tão grosseiros. O limão de entrudo já é bem divertido e não devemos passar dele. A não ser para coisa mais civilizada (MORLEY, 1999, p. 227-228).

Mesmo com toda a grosseria dos divertimentos, Helena Morley, ainda criança, participava das brincadeiras, mesmo que sobre o eminente risco de se ferir. De acordo com a menina, as brincadeiras deveriam ser limitadas aos limões, devendo ser substituído o que fossem além disso por atividades mais civilizadas. Esse anseio por divertimentos mais civilizados também se mostrou frequente nos periódicos diamantinenses que retratavam o desejo de uma sociedade que almejava se mostrar moderna.

Desde que esteja organizado em Diamantina o Carnaval moderno, é necessário que morra o bárbaro e estúpido Entrudo de limões e de agua. A policia vai prohibido em “ilegível” de fazer os taes limões, cujo o uso constituirá em crime. Os rapazes que forem smarts e as moças que quiserem ser elegantes e civilizadas, como as de lá de fora, não poderão mais cultivar esses hábitos do tempo da onça<sup>162</sup>.

Um carnaval moderno não teria espaço para o entrudo, o qual era visto como um divertimento ultrapassado, brincadeira essa que não cabia às pessoas que quisessem se mostrar “*smarts*” e “*elegantes*”. Coutinho (2006) destaca que embora fossem tomadas medidas, desde o século XVII, objetivando debelar o renitente entrudo, o jogo era praticado por todas as classes, entretanto, com o avanço da vida urbana, ele passou a ser combatido pelas elites intelectuais por não se ajustar ao projeto modernizante e europeizante que tinham para o Brasil. Mesmo que no Código de Polícia Municipal de Diamantina houvesse um artigo em que se proibia o entrudo, o qual fora publicado no ano de 1900<sup>163</sup>, ele não se fazia cumprir, tendo em vista a

<sup>162</sup> Entrudo. A Idea Nova) 06/11/1910, a.05, n.200, p.1.

<sup>163</sup> Capítulo VI – Infracções contra a segurança e tranqüilidades publicas e contra as pessoas.

Art. 121. É prohibido o jogo de entrudo, sob qualquer forma, sob pena de multa de 10\$000 a cada jogador.

§ Único. Esta pena sera de 20\$, e 2 dias de prisão quando em vez de agua perfumada ou pura, se aplicar por insulto ou acidente ingredientes potridos, corrosivos ou qualquer projectil que cause dôr (O município. 23/06/1900, a.06, n,235, p.5.)

comum divulgação de tais divertimentos, bem como a corriqueira solicitação da ajuda policial para sua proibição.

Como apontado anteriormente, era desejo dos organizadores fazerem com que o carnaval de 1911 fosse realizado de forma moderna e civilizada, no qual não cabiam as atividades do entrudo. Logo, foi solicitado ao delegado de polícia que o coibisse, o qual atendeu prontamente ao pedido – “Mais uma vez chamamos a atenção dos nossos leitores para o edital do delegado especial Alferes Sebastião Antonio Pires, proibindo expressamente o Entrudo de limões, esguichos, caiações, etc.<sup>164</sup>”. Coube também ao jornal *A Idea Nova* informar àqueles que se dispunham a comercializar os limões que deixassem de fazê-los, pois, a proibição estava instituída – “Consta-nos que algumas pessoas que já tinham encomendado cera para os <<limões>> desistiram de fabricá-los, à vista do edital proibitivo do sr. Alferes Sebastião Antonio Pires, digno dellegado especial<sup>165</sup>”.

Como é sabido, diferente do planejado, o carnaval desse ano não ocorreu como esperado, considerando principalmente o fato de não se ter conseguido angariar fundos para a construção dos coretos. Nessa perspectiva, a sociedade solicitou à autoridade competente a revogação do edital que proibia o entrudo, o que seria uma alternativa para fazer com que o carnaval acontecesse – “Como não se organizaram os coretos nas ruas, parte do povo pediu ao delegado sr. Alferes Sebastião Antonio Pires que suspendesse a proibição do entrudo, nos tres últimos dias, pedido que aquella autoridade atendeu<sup>166</sup>”.

Outro divertimento comum no período carnavalesco foram os bailes que, nas palavras de Ferreira (2004), no Rio de Janeiro eram uma festa à francesa, em que a burguesia carioca procurou importar para aquela cidade com o objetivo de, inicialmente, combater a ‘praga’ do entrudo. Lazzari (2001) ao analisar o carnaval de Porto Alegre entre os anos de 1870 a 1915 discorre acerca da tentativa por parte da elite em controlar o carnaval popular e constata que na opinião predominante da imprensa porto-alegrense do início do século XX, não havia dúvida de que o carnaval era uma “festa popular por excelência”, só que o papel desejado para a participação da grande maioria da população não era mais que o de mera coadjuvante ou

---

<sup>164</sup> Entrudo. *A Idea Nova*, 22/01/1911, a.06, v.230, p.2.

<sup>165</sup> Entrudo. *A Idea Nova*, 05/02/1911, a.06, n.252, p.2.

<sup>166</sup> O Carnaval. *A Idea Nova*, 05/03/1911, a.06, n.256, p.1.

expectadora. Portanto, nota-se o empenho no controle popular pelas elites numa conjuntura de clara expansão urbana das cidades.

O tradicional festejo não merecia, desta vez, as honras de uma noticia, se não fossem os grandes bailes realizados nas tres noutes e que, na verdade, tornaram um aspecto deslumbrante.

O nosso teatro, que é bastante vasto, estava decorado com gosto e arte, illuminado á giorno e completamente repleto.

No momento em que, nos vastissimos salões, dansavam numerosos pares, que enchiam todos os logares, os camarotes estavam todos occupados por familias; do mesmo modo os corredores e saguão.

O programma das diversas dansas, muito bem organizado, achava-se impresso em parte do bilhete de entrada, e, destacado de outra parte que ficava entregue na portaria, era conservado pelos cavalheiros, de maneira que, todos o conhecendo, evitou-se o antigo costume do desacordo nos pedidos á musica e assim as dansas correram sem confusão, passando-se tudo em perfeita ordem.

Mas os bailes nada tiverão de carnavalescos, forão verdadeiros bailes familiares, concorridos pela elite da sociedade diamantinense: apenas vimos um par mascarado.

A musica só tocou peças novas e de gosto; coube a sua execução á banda dirigida pelo habilitado professor, snr. Antonio Ephigenio de Souza.

Foi o empresario dos bailes o snr. João da Matta Gomes Ribeiro Sobrinho.<sup>167</sup>.

Em Diamantina, os bailes carnavalescos não compactuavam com os excessos do entrudo, atitude que era elogiada, via de regra, a partir da ordem estabelecida nesses espaços. Eles também eram relatados a partir do apuro e elegância tendo como base os ideais com os quais a elite se identificava, ou ao menos buscava ostentar. Diferente dos bailes públicos mais comuns em períodos anteriores ao que compreende este trabalho, nos bailes em questão, a entrada só era permitida para aqueles que dispusessem de dinheiro para o pagamento dos ingressos, o que contribuía sobremaneira para a distinção do público frequente de um para o outro.

Da festa, o melhor e o mais deleitoso, era o baile publico, que se realisava no teatro.

Em salão reservado, o zé povinho dançava o maxixe, que se prolongava, animado, até a madrugada.

N'outros salões, vistosamente ordenados, dançavam as senhoras, moças, moços, velhos e velhas.

Há dois annos porem, que não se faz aqui passeata e nem tão pouco bailes públicos, em que tomaria parte quem quisesse. Decadência do carnaval<sup>168</sup>.

No Rio de Janeiro, ao final do século XIX, existia uma mistura social nos bailes públicos, a qual provocava um imenso desconforto e incômodo nos idealizadores do carnaval “veneziano”, o que fez com que a elite abandonasse os teatros para divertir-se apenas nos bailes fechados de suas próprias sedes (CUNHA, 2001). Semelhante

<sup>167</sup> Carnaval. O Jequitinhonha, 21/02/1904, a.01, n.05, p.2.

<sup>168</sup> Carnaval. O Município, 20/02/1902, a.08, n.281, p.2.



à capital carioca, algo análogo aconteceu em Diamantina, uma vez que o Teatro Santa Isabel era dividido entre um salão “vistosamente ordenado” e outro em que dançava o “zé povinho”. O adjetivo utilizado para se referir às pessoas que frequentavam os bailes onde se dançava o maxixe refere-se a um personagem<sup>169</sup> que representava um português do campo, analfabeto, apático e um tanto parvo (FERRARI, 2018), na qual, a imagem propagada era um tanto pejorativa com vistas ao perfil do público não estar relacionado ao delineamento civilizacional preterido. Já no outro salão o público foi referido como senhoras, moças, moços, velhos e velhas, demonstrando certa forma de respeito ao se aludir a essas pessoas, as quais frequentemente eram apontadas como elegantes, bem trajadas e de bom comportamento – “Por iniciativa do sr. José Netto Motta realizaram-se no Bilhar-Club, hoje, amanhã e depois, magníficos bailes carnavalescos, com uma sociedade bem escolhida”.<sup>170</sup>

Como se pode ver, os bailes eram realizados em variados ambientes da cidade por meio da iniciativa de diversos populares, os quais obtinham lucro a partir da venda de ingressos. Essas arrecadações em alguns momentos eram destinadas a instituições como as que ocorreram no ano de 1907 – “Os bailes no teatro Santa Isabel em benefício a Santa Casa de Caridade, foram pouco concorridos”<sup>171</sup>. Eles também eram comuns não somente na época do carnaval, mas também ao longo do ano, os quais eram permeados por diversos tensionamentos, assunto que será mais bem desenvolvido em outro tópico.

#### 4. Dançar e Cantar Para se Alegrar

Numa noite de janeiro do ano de 1900, oferecemos uma ceia de despedida ao Salles Mourão, o qual no dia seguinte tinha de regressar para Bello Horizonte.

(...) Tocava durante a ceia, uma orquestra de violinos, violões, flautas e bandolins, sobressaindo entre os músicos: Lulu Vidinha, Zeca Motta e Zeca Prado. Além d'estes, e de mim, João Edmundo e Leonidas, estiveram presentes a esta ceia: Salles Mourão (o homenageado), José Eurico de Azevedo, Antenor Horta, José Caldeira Brant (o Zeca), Aurelianhinho Caldeira,

<sup>169</sup> O personagem Zé Povinho foi criado pelo desenhista português Rafael Bordalo Pinheiro no ano de 1875 e veiculado no periódico *A Lanterna Mágica* de Portugal o qual era utilizado para criticar a excessiva cobrança de impostos da monarquia portuguesa. A figura foi causadora de diversas polêmicas, assim como uma rápida difusão nos meios culturais do país, sendo discutido e reproduzido por outros desenhistas e apropriado como símbolo de certa identidade nacional lusitana. Ele também foi representado por desenhistas brasileiros com Zé Povo nas revistas ilustradas da passagem do século XIX para o XX, e também figurou como personagem de peças teatrais e até mesmo de fantasias carnavalescas (FERRARI, 2018).

<sup>170</sup> Bailes Carnavalescos. *A Idea Nova*, 17/02/1907, a.02, n.45, p.2.

<sup>171</sup> O Carnaval. *A Idea Nova*, 17/02/1907, a.02, n.45, p.1.

Arthur França, Joaquim Elias Gomes Ribeiro, Aldo Delphino, Raymundo José Vieira e mais dois ou três outros, dos quais não me recordo (ARNO, 1949, p. 176).

Seja nos momentos de confraternização, eventos solenes, cultos religiosos, dentre outros, a música se fez presente no cotidiano de Diamantina. A esse respeito Fernandes e Conceição (2007), ao estudarem o lugar social do músico diamantinense, apontam que a música esteve presente na cidade desde seus primórdios em todo e qualquer acontecimento social. Os autores salientam que essa musicalidade da cidade está atrelada a questões religiosas, lucubrando que as irmandades, confrarias e ordens religiosas de leigos promoviam festejos dedicados aos seus santos de devoção, bem como ladainhas, novenas, trezenas, tríduos e missas cantadas, ocasiões nas quais era tradição contratar músicos para tocarem. A demanda por esse tipo de profissionais, fez com que houvesse uma ampla gama de pessoas que faziam dessa atividade sua fonte de renda, como foi o caso do organista, maestro, compositor e professor José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita<sup>172</sup>.

Entretanto, a partir da criação do Bispado em Diamantina no ano de 1864, como afirmado anteriormente, diversas ações foram tomadas tendo como base a romanização da Igreja, o que fez com que as irmandades fossem esvaziadas e, conseqüentemente houvesse a inviabilização da sua capacidade financeira de continuar contratando músicos profissionais, ocasionando entre esses um aumento significativo da competitividade e da concorrência (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2007). Ademais, se antes não existia um controle institucional a respeito das músicas tocadas nas solenidades, estando a cargo dos músicos ou irmandades a definição, a partir da criação do sínodo diocesano no ano de 1903 a música foi uma das temáticas abordadas, estando instituído em seu estatuto no capítulo III, no artigo 24 que:

Como por ocasião de certas festividades é costume antigo e geral haver danças com os nomes de marujada, catopé, caboclinhos, etc. etc., proibam energicamente os Parochos não só o ingresso dos dançantes na igreja com o fim de nella se exhibirem dançando ou cantando, como que semelhantes divertimentos continuem pelo tempo que durar a missa, e isto porque todo o povo a possa ouvir sossegadamente. Prohibam tambem nas suas igrejas as musicas de caracter teatral ou mundano, como valsas polkas, mazurcas, etc. etc., bem assim aquelles canticos que apezar de sua antiguidade, mereçam

---

<sup>172</sup> José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita nasceu em meados de 1700, filho de uma escrava e um português no então nominado Arraial do Tijuco. Considerado um dos principais nomes da música colonial brasileira, ele teve sua obra reconhecida no campo da música sacra. Seu trabalho no arraial esteve ligado principalmente às irmandades religiosas por aproximadamente 20 anos, quando se mudou para Villa Rica no ano de 1798 devido a uma decadência econômica que afetou também as ordens religiosas (MEDAGLIA, 2009).

ser prescriptos, ou não tenham sido aprovados pela autoridade competente, que é o Bispo<sup>173</sup>.

Dessa forma, ficou estabelecida a proibição de se tocar músicas profanas em momentos religiosos, visando uma uniformização das cerimônias. Ainda neste sentido, o então bispo coadjutor Dom Joaquim, atendendo a uma determinação do papa Pio X que previa a restauração da música sacra nas funções eclesiásticas, instituiu uma comissão encarregada de fiscalizar as músicas cantadas ou instrumentais. A esse respeito, no ano de 1916, o bispo ainda reiterou essa necessidade a partir de um código destinado aos seminaristas da cidade, o qual visava a consolidação do canto gregoriano nos seminários:

No fim do século XVIII a musica profana invadiu tudo. No seguinte havia quase por toda parte pessôas, que, lastimando o mal, faziam esforços para renovar o canto da egreja, o velho canto-chão, e eis que um ramo activo duma grande Ordem ia fazer em juventude toda essa antiga floração que se julgava fenecida. Solesmes foi em verdade um logar de ressurreição; graça aos religiosos beneditinos, através de todo o mundo christão foi restaurada a vida em nossos cantos da egreja. Aos esforços de Pio X, que, no *Motu próprio*, de 22 de nov. de 1903, mandou restaurar nas funções sagradas o canto gregoriano, e ordenou que fosse cultivado com grande deligencia e amor nos Seminarios e institutos eclesiásticos, e, onde fosse possível, se erigisse entre os clérigos a *schola cantorum* (SOUSA, 1917, p. 153).

Apesar de todo esse movimento de homogeneização dos cânticos nas atividades religiosas, a música continuou se fazendo sempre presente. Entretanto, todas essas instruções interferiram, direta ou indiretamente, na relação dos músicos com as irmandades desde meados do século XIX. A consequência imediata foi fazer com que, gradativamente, a atividade musical, até então amparada pelas irmandades, fosse se enfraquecendo, o que fez com que houvesse um aumento significativo da competitividade e da concorrência entre os músicos, situação que foi amenizada com o advento das bandas de música independentes, fazendo com que muitos passassem a ter as atividades musicais como um complemento de renda, e não como atividade principal (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2007).

Se por um lado esse movimento por parte da Igreja interferiu na relação dos músicos com as irmandades, por outro ele incentivou a criação de uma orquestra para a cidade. A *Orquestra Diamantina* foi “fundada recentemente nesta cidade pelo

---

<sup>173</sup> Primeiro Sínodo da Diocese de Diamantina. Diamantina: Typ. de Motta & Comp, 1903, p.95

inspirado maestro Joao Victor Foureaux, para cantar musicas sacras de accordo com as prescrições de Pio X<sup>174</sup>.

Ademais, as bandas de música exerceram papel significativo na musicalidade da cidade levando em conta que por lá havia diversas delas<sup>175</sup>, as quais tocavam nos mais variados momentos. Dentre elas, a *Banda de Música do 3º Batalhão da Polícia Militar*<sup>176</sup> se destaca, pois ela ocupou diversos espaços culturais, tornando-se uma referência musical da cidade durante o século XX (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2007). As retretas que eram frequentemente realizadas por essa banda, formavam um cenário importante para os divertimentos da cidade, em que se apresentava aos domingos no jardim municipal da cidade, e em outros dias da semana em distintos lugares como em frente ao Hotel do Comércio e no Largo Conselheiro Matta Machado.

Esse divertimento agradava aos redatores dos jornais, uma vez que na visão dos mesmos “em todas as cidades com a fama de civilizadas, as famílias, em um dia qualquer da semana, têm um ponto predilecto, onde se reúnem e passam divertidamente tres ou quatro horas em agradável palestra ouvindo musica, etc”.<sup>177</sup> Entretanto, essa “civilização” galgada para a cidade por meio dos concertos ocorridos nos lugares públicos, nem sempre agradava as pessoas a partir do comportamento do público que lá frequentava, ou mesmo a partir da sua não participação.

Aqui, em Diamantina, salvo raras excepções, parece que as senhoras detestam essas reuniões não sabendo que é nelas que uma moça se torna desembaraçada, capaz de sustentar uma prosa em qualquer assumpto, sem o acanhamento ridículo, que se nota muitas vezes quando estão num salão ou quando têm de tratar com pessoas de cerimonia.

Sendo entendido como um ambiente ideal para se divertir, havia recorrentes críticas às pessoas que não participavam desses momentos. Esses lugares se mostravam um ambiente ideal de encontro e socialização, o qual, na visão do

<sup>174</sup> Orchestra Diamantina. A Idea Nova, 07/10/1906, a.01, n.26, p.2.

<sup>175</sup> Durante a pesquisa, foi possível identificar diversas bandas de música, dentre as quais se destacam: Banda de Música Corinho (fundada em 1820 e pertencente ao Partido Liberal), Banda de Música Corão fundada em 1870 e pertencente ao Partido Conservador), Banda Amparo (fundada em 1900 sob direção do professor João Nepomuceno Ribeiro Ursini), Lyra Diamantinense (fundada em 1909 sob direção do musicista Antonio Ephygenio de Souza), Banda Euterpe Diamantinense (fundada em 1927 pelo músico militar Manoel José Nobis, Flor do Baile e Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz.

<sup>176</sup> Lotada no 3º Batalhão de Polícia de Minas Gerais (BPMMG), a Banda de Música do 3º BPMMG foi fundada em 1892 pelo maestro João Batista Teixeira, com músicos pertencentes às bandas Corinho e Corão. Sua atuação teve altos e baixos pelo fato de os músicos serem militares e, vez ou outra, serem chamados para funções extramusicais (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2007).

<sup>177</sup> Diversões e High Life. A Idea Nova, 02/10/1910, a.05, n.234, p.2.

periódico, era um ambiente oportuno para que as moças pudessem aproveitar para conversas, se libertando da timidez.

Enquanto ouvíamos uma das peças, executadas, prestávamos atenção, nos despreocupados rapazes, que volteando em torno dos canteiros, cruzavam com senhoritas, fozos olhares que exprimiam alguma cousa que não o prazer momentaneo de notações.

As senhoritas que não passeavam, ficavam se quedas, como nos ficamos, á sombra das arvores copadas que ornavam nosso parque.

De momento a momento passam os predilectos e um sorriso meio significativo transparece-lhes nos lábios, nada mais é preciso; amam se e ocultam seus sentimentos como se fossem thesouros; temem naturalmente uma violação de segredos que pode perfeitamente embargar-lhes os passos<sup>178</sup>.

Nota-se então a participação dos jovens, oscilando entre aqueles que permaneciam sentados e os que se deslocavam de um lado para o outro, os quais aproveitavam o distanciamento da vigilância familiar para flertar uns com os outros a partir de um jogo de olhares e sorrisos. Azevedo (1978) destaca que aquela troca de olhares, ainda antes da comunicação verbal e do contato físico, o *flirt* (flerte, em português), tanto pode ser o primeiro meio de comunicação, preparatório de encontros e contatos que firmarão o namoro, como pode ser um divertimento sem consequência. O autor ainda destaca que no Rio de Janeiro era habitual o *footing*, que é o passeio, o vai e vem pelas praças da cidade, em que as moças se ofereciam ao *flirt* e podiam de algum modo, também elas, escolher seus pares ou, ao menos, selecioná-los entre os que procuravam atraí-las.

A *Música no Parque* que ocorria no Jardim Municipal de Diamantina aconteceu ao longo de vários anos, com indícios da sua realização nos anos finais do século XIX<sup>179</sup>, permanecendo ao longo dos anos abarcados por esta pesquisa. Esse era um espaço que atraía “grande concurrencia de famílias, tornando-se muito aprazível e divertido aquelle local<sup>180</sup>”, o que levou inclusive à instalação de mais bancos por parte do poder público— “Para maior comodidade das famílias o sr. Agente Executivo, Coronel Augusto Caldeira, mandou construir para collocar naquelle jardim mais doze bancos, alguns dos quaes já se acham prontos”.<sup>181</sup> Entretanto, mesmo com mais

<sup>178</sup> Pelo Parque. A Voz do Norte, 27/07/1917, a.01, n.5, p.3.

<sup>179</sup> Apesar de não ter sido feita uma pesquisa mais ampla nos periódicos do século XIX, foi possível encontrar menção ao Música no Parque no jornal *O Tambor* na data de 07 de agosto de 1890. O trecho “Na tarde de domingo passado tivemos occasião de ouvir outra vez a banda de musica militar desta cidade. Melhor um pouco do que da primeira vez”, nos dá indícios de que o evento possa ter sua gênese nesse período.

<sup>180</sup> Musica no Parque. A Idea Nova, 30/08/1908, a.03, n.125, p.1.

<sup>181</sup> Musica no Parque. A Idea Nova, 27/08/1911, a.06, n.281, p.2.

acentos disponíveis, esse foi um assunto de tensão entre os frequentadores – “Tem-se estranhado muito o procedimento de certos rapazes que se installam nos bancos deixando de pé as famílias, sendo que foi justamente para estas que alli se collocaram os bancos<sup>182</sup>”. Como já apontado anteriormente, essas retretas contribuíam de certa forma para a imagem de uma cidade civilizada, entretanto a deselegância apontada não estava em conformidade com a aparência almejada pelas elites.

Outras atitudes também foram severamente criticadas, como era o caso das pessoas que destruíam os jardins durante os eventos, assunto que por diversas vezes foi alvo de reportagens nos periódicos – “Tantas vezes temos reclamado contra os estragos feitos no jardim publico e ... estamos clamando no deserto”.<sup>183</sup> A visão de que “este povo de Diamantina é incorrigível”<sup>184</sup> fez com que fosse solicitada a tomada de medidas mais enérgicas com o auxílio da força policial para conter o vandalismo – “Convem que o correcto delegado de policia mande todos os domingos, na hora de retreta, uns tres soldados que fiquem percorrendo o parque e chamando á ordem os meninos e as outras pessôas que se divertem em estragar as plantas e as flores”.<sup>185</sup> Entretanto, esperava-se mais por uma educação da sociedade, pois “essa providencia, inútil em cidades educadas, é necessaria em Diamantina”.<sup>186</sup>

As apresentações das bandas de música ocorriam também em ambientes privados como as *soirées* dançantes e os bailes<sup>187</sup>, muitas vezes utilizados pelos periódicos como sinônimos, os quais contribuíram significativamente para os divertimentos da cidade. Melo (2014) ao estudar os bailes no Rio de Janeiro do século XIX destaca que com a chegada da família real portuguesa, em 1808, houve grandes mudanças no cotidiano colonial, o que fez com que a vida social se tornasse mais agitada, e, nessa sociabilidade, os bailes, seguindo padrões europeus, tornaram-se mais comuns, os quais eram promovidos em teatros, nas residências das elites, nas festas da Coroa. Schwarcz (1998) complementa ao dizer que foi na então capital Rio de Janeiro, durante os anos de 1840 a 1860, que se cria uma febre dos bailes,

<sup>182</sup> Retreta no Parque. A Idea Nova, 08/10/1911, a.06, n.287, p.2.

<sup>183</sup> Parque Municipal. A Idea Nova, 17/09/1911, a.06, n.284, p.1.

<sup>184</sup> Parque Municipal. A Idea Nova, 17/09/1911, a.06, n.284, p.1.

<sup>185</sup> Parque Municipal. A Idea Nova, 17/09/1911, a.06, n.284, p.1.

<sup>186</sup> Parque Municipal. A Idea Nova, 17/09/1911, a.06, n.284, p.1.

<sup>187</sup> Del Priore (2016) destaca que a distinção de um para o outro se dá em detrimento da quantidade de pessoas, concebendo que quando se reunia pouca gente, e menos tumultuosa, os bailes eram chamados de *soirées*.

concertos, reuniões e festas em que a corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade. Tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses.

De tal modo como no Rio de Janeiro, os bailes de Diamantina eram realizados nos mais variados ambientes e a partir de distintos objetivos, seguindo em sua maioria o modelo europeu. Entretanto, cabe destacar aqui que seria um equívoco encará-los como uma cópia do que ocorria no velho continente pois, havia, sim, movimentos de reelaboração, a incorporação de peculiaridades do jovem país que ainda iniciava seu processo de construção identitária (MELO, 2014).

O cidadão Leport, presidente da Academia dos Mestres de Dausa, de Paris, acaba de publicar uma curiosa estatística a proposito dos bailes populares de 14 de julho.

Organizaram-se, e Pariz, 2.663 bailes publicos, dansando-se na terça feira, quarta e quinta, 19 horas, tempo médio. A razão de oito dansas, e, nos 2663 bailes, 122.766 contradansas.

Nesse tremenda choreographia popular, os pares deram a perna com a maior leveza a numerosas valsas, mazurkas, quadrilhas, etc.

O Ilustre homem, que percorreu todos esses bailaricos, diz, em uma nota á estatística que em Paris se está dansando muito bem, e que, especialmente em Menilmontaut, ha valsistas que, desbancam os mais reputados dansarinos dos salões aristocraticos<sup>188</sup>.

A partir do modelo europeu, em especial Paris tida na época como a “Cidade das Luzes”, os jornais noticiavam com certa frequência reportagens que faziam referência aos bailes ocorridos na capital francesa, tendo como princípio esse aparente ideal de civilidade a ser espelhado. A europeização da vida social impunha-se às elites brasileiras como condição para a manutenção do seu prestígio, uma nova sociabilidade – a das festas particulares, a dos salões do império – será dada à família brasileira, alterando-lhe profundamente a identidade, determinando-lhe um novo modelo de organização (MURICY, 1988).

Em Diamantina, as realizações dos bailes eram rotineiramente anunciadas, bem como a descrição das noites festivas – “Na segunda-feira passada, no Hotel do Comercio, de propriedade do dr. Trajano Gomes Ribeiro, realisou-se um esplendido e animado baile, tocando a orchestra Flor do Baile”.<sup>189</sup> Era comum também que estes anúncios viessem acompanhados com alguns nomes dos participantes, o que nos leva a crer que o comparecimento em tais eventos era também uma forma de distinção

<sup>188</sup> Estatística Curiosa. A Diamantina, 16/09/1909, a.01, n.8, p.2.

<sup>189</sup> Soirées Dançantes. A Idea Nova, 14/04/1912, a.07, n.314, p.2.

social, mostrando uma sociedade que buscava ver e ser vista, o que contribuía para uma ampliação da visibilidade dos citados.

No dia 18 do corrente, aniversário do major Francisco Pinheiro Costa, houve em sua casa um grande jantar e uma animada *soirée* para festejar esta data e também o batizado de sua neta Dulce, filha do sr. Teophilo Brandão e de D. Gabriella Costa, de quem foram padrinhos o sr. José Baptista Brandão e D. Theresinha Dayrell<sup>190</sup>.

Essa visibilidade também era adquirida quando alguém a promovia, como foi o caso da festa de aniversário e batizado da neta do major Francisco Pinheiro Costa. Não somente a partir dos anúncios dos jornais, o ato de receber os convidados era uma possibilidade para que pudessem ostentar a riqueza, assim como enunciar o bom gosto e refinamento – “Esta festa íntima deixou a mais agradável impressão em todos os convidados, pelo cavalheirismo e gentileza com que foram tratados”.<sup>191</sup> A esse respeito, Muricy (1988) destaca que nas festas particulares a elite se nivelava, nas aparências, à nobreza e à burguesia europeias e obtinha dessa nova sociabilidade os lucros do prestígio político que os salões passaram a oferecer aos anfitriões.

Os estilos de música tocada nesses ambientes também se assimilavam ao estilo europeu, como aponta Sampaio (2012) ao afirmar que as danças importadas da Europa tiveram no Brasil uma imediata aceitação dentre as quais se destacavam vários tipos de valsas, mazurcas, polcas, quadrilhas, galopes, cracovianas e outras, de acordo com a moda, sempre acatadas com entusiasmo e avidez. Igualmente como apresentado pelo autor, foi possível notar a presença de basicamente todos os estilos musicais nos bailes diamantinenses, excetuando apenas os dois últimos citados.

– Por que você não quer aceitar a companhia do Chico Costa e passar uns meses em Diamantina?  
 – Não posso ir lá, respondeu, porque não sei dançar. Nos primeiros dias, terei a desculpa de não frequentar os bailes, por estar doente... Mas depois que eu sarasse? Não teria desculpa nenhuma e seria uma vergonha e uma humilhação... Enquanto não aprender dançar, não voltarei a Diamantina (ARNO, 1949, p. 168).

Para que se pudesse desfrutar dos bailes em sua plenitude, se fazia necessário saber dançar. Melo (2014) complementa ao dizer que as elites, que no processo de construção da nação precisavam mesmo se reconhecer como tal, utilizavam os bailes como forma de identificação e diferenciação, ocasiões nas quais se minimizavam as tensões internas, celebravam-se alianças e acordos, estabeleciam-se distinções com

<sup>190</sup> Baile. A Idea Nova, 21/05/1911, a.06, n.267, p.2.

<sup>191</sup> Baile. A Idea Nova, 21/05/1911, a.06, n.267, p.2.



quem estava fora (e entre quem estava dentro). O autor ainda ressalta que nesse contexto saber dançar passou a ser uma necessidade, não valendo qualquer dança, mas estilos considerados civilizados, nada que se confundisse com as práticas populares, razão pela qual era necessário aprender a forma correta de bailar. Entretanto a dança, mesmo que seguindo os estilos civilizatórios esteve permeada por diversos conflitos e situações.

Ha um grande e elegante baile na casa do sr. X, por ocasião do aniversário da primogenita... Um joven palido, deixando o salão de dança, vem a uma salêta contigua, onde se acham conversando diversas senhoras de alguma idade e, acercando-se de uma dellas, diz-lhe, com voz algo alterada:

- Senhora, um cavalheiro desacata sua filha.

-Como! - eclama sobresaltada a dama.

- Sim, desacata-a, porque atreveu-se a tomar nas suas mãos as mãos della, e de as reter assim.

- De minha filha?...

Sim, senhora e... alguma cousa mais grave ainda.

- Como? possível? diz a mãe, levantando-se rapida.

- Cingiu a cintura e a conserva assim..

- Que dis o senhor! É impossível; minha filha jamais toleraria tamanho desacato.

- Oh! posso lh'o jurar, minha senhora, tão certo estou do que digo. E estas palavras foram ditas de tal maneira, que a pobre da mãe, quasi fora de si exclamou:

- Isso é uma infamia calumnia, que é mistar seja destruida... Queira acompanhar-me, senhor.

O baile estava como no apogeu, os pares volteavam celeres aos compassos da musica.

- Veja, minha senhora... disse o jovem em tom severo, veja!

- Ah! sim! está dansando... respondeu a bôa maratona, entre duvidosa e confundida.

- Sim, sim; ella deixa prender-se pelas mãos estreitar-se pela cintura, os corpos se confundem no voltear... Minha senhora, medite minhas palavras e diga-me si tenho razão e si é assim que um homem honrado deve contemplar a que deverá tornar-se sua esposa e a digna mãe de seus ternos filhinhos.

- A senhora baixou a cabeça; tinha comprehendido. - Não sei porém, si emendou-se.<sup>192</sup>

Os ritmos e os movimentos corpóreos eram motivo de atenção, em especial quando se dançava a dois, afinal, na visão do periódico católico *Pão de Santo Antonio*, “ninguem, absolutamente ninguém, pôde tocar, de leve, numa senhora, numa mocinha, estando em casa, na rua, no cinema, no theatro, em qualquer parte”.<sup>193</sup> Foi de acordo com esse pensamento que o jovem da crônica acima citada se viu na obrigação de avisar a mãe quando viu a sua filha de mãos dadas como um moço. Entretanto, o contato entre os pares era algo comum,

<sup>192</sup> O Baile. *Pão de Santo Antonio*, 18/07/1918, a.12, n.17, p.2.

<sup>193</sup> E Esta? *Pão de Santo Antonio*, 07/07/1918, a.12, n.14, p.1.

“ninguém estranha, ninguém se zanga, ninguém censura que, no volteio ou rodopio da valsa, ou como hoje, infelizmente se tornou costume nos requebros do tango licencioso, um casado ou um moço cinja, em forma de amplexo, a cintura de uma senhora, de uma senhorinha!”<sup>194</sup>

É a partir dessa aparente normalidade vista pela maioria que o periódico afirma que “falar dos perigos dos bailes a jovens é positivamente pregar no deserto”<sup>195</sup>, demonstrando que a cultura dos bailes já estava estabelecida entre as pessoas, em especial os mais novos. O jornal segue com uma hipótese acerca da temática - “será, talvez, porque elles tenham os bailes por divertimentos inocentes?”<sup>196</sup> A partir de uma própria reflexão, a pergunta vem seguida de uma resposta - “Não, porque toda moça ou moço, que se preza (não falamos dos libertinos), jamais faria diante de outras pessoas, em praça publica, ou em outra qualquer parte, o que faz num local de baile”.<sup>197</sup>

Dessa forma, percebe-se que, na visão do jornal, os jovens compreendiam que o que era feito nos bailes não deveria ser reproduzido em outros lugares, o que nos dá a entender que existia uma certa condescendência da moral nesses espaços, a qual permitia algumas atitudes distintas do cotidiano. Esse fato leva o *Pão de Santo Antonio*<sup>198</sup> à formulação de mais um questionamento - D'onde vem esse diluvio de vícios desconhecidos a nossos paes, que inundam hoje a sociedade e a solapam até em seus fundamentos?; o qual é seguido da resposta – “Da falta de religião”. Por conseguinte, eram atribuídos ao distanciamento do catolicismo os atos das pessoas que atentavam contra os princípios religiosos, sendo orientado que “o meio mais seguro de escapar do contagio é não fazer com elle sociedade intima, e depois não prestar atenção aos seus discursos impios: é o Santo Espirito mesmo que nol-o recomenda”.

«Toca o sino, convidando á missa dominical.

Ligeira chuva começa a cahir.

- Com esta chuvarada então irei á missa arriscando-me a estragar a minha roupa, exclama o pae de familia.

- E eu, disse a dona de casa, exporme-ei ao perigo de apanhar uma forte constipação?

- Oh mamãe! Adverte a filha, hoje é domingo, e na doutrina ouvi que temos obrigação de assistir á missa.

<sup>194</sup> E Esta? Pão de Santo Antonio, 07/07/1918, a.12, n.14, p.1.

<sup>195</sup> O Baile. Pão de Santo Antonio, 18/07/1918, a.12, n.17, p.2.

<sup>196</sup> O Baile. Pão de Santo Antonio, 18/07/1918, a.12, n.17, p.2.

<sup>197</sup> O Baile. Pão de Santo Antonio, 18/07/1918, a.12, n.17, p.2.

<sup>198</sup> E Esta? Pão de Santo Antonio, 07/07/1918, a.12, n.14, p.1.

Cala-te, queres por ventura ensinar a teus paes?  
 Chega a noute.  
 A chuva tem cahido durante todo o dia.  
 - Que pena, diz a mãe, chover justamente hoje, no dia do baile a que nos convidaram.  
 -Mas então, mamãe deixaremos de ir?  
 - Ora, minha filha, tu já estás na idade de casar, e não podes faltar ao divertimento de hoje.  
 É verdade, nota o pae, quantos sacrificios temos de fazer pelos nossos filhos! E lá vão elles...»  
 A chuvinha de manhã lhes serviu de pretexto para não assistirem á missa; a chuvarada da noite não foi capaz de retel-os d'um divertimento.  
 Serão catholicos de facto, ou só de nome?<sup>199</sup>

O distanciamento da religião, como anteriormente mencionado, fica nítida nessa passagem em que é apresentada a predileção pelos bailes em detrimento dos cultos. Se a ligeira chuva foi motivo suficiente para que a família não fosse à missa no domingo pela manhã, a chuva mais intensa da noite não os impediu de comparecer ao baile, demonstrando significativa importância do divertimento para aquelas pessoas. Ademais, o momento se mostrava oportuno para a jovem, que “na idade de casar” poderia encontrar um pretendente.

É certo que os bailes se mostravam oportunos para as paqueras, o que levava inclusive os jovens a promoverem a partir de sua própria iniciativa esse tipo de evento, como os que ocorreram no ano de 1910 em que um grupo de mulheres ofereceu um baile aos homens – “Consta-nos que haverá no proximo dia 7 do corrente, um grande baile, que o nosso Bello Sexo está promovendo há dias para offerecer aos rapazes”<sup>200</sup>, o qual foi retribuído poucos meses depois – “Consta-nos que alguns cavalheiros da nossa elite estão promovendo um grande baile para offerecer ao Bello Sexo diamantinense, no dia 20 do mez próximo”.<sup>201</sup> No baile organizado pelo sexo feminino

Às 11 horas, depois de algumas valsas e polkas, appareceram duas senhorinhas, muito gentis, trazendo, uma, lindos corações... feitos de papel vermelho, que ia distribuindo pelas suas companheiras, e a outra, um grande feixe de settas doiradas, destinadas aos *gentlemen*. Immediatamente vimos que todos os corações e settas tinham diversas inscripções: *Amor, Amizade, Felicidade, Amo-te, Constancia*, etc. Tratava-se de uma sorte para a quadrilha, que se ia dansar: o rapaz que tivesse uma setta com a inscripção *Amor* ou *Felicidade*, procurava a senhora que tinha no seu coração (artificial, bem entendido) a mesma inscripção e essa era o seu par. Todos encontravam *corações* para cravar a setta *symbolica*, porem é digno de nota a desventura de um cavalheiro nessa noite, a quem coube por sorte a setta

<sup>199</sup> É Domingo. Pão de Santo Antonio, 07/07/1918, a.12, n.14, p.2.

<sup>200</sup> Baile. A Idea Nova, 04/09/1910, a.05, n.230, p.2.

<sup>201</sup> Baile. A Idea Nova, 27/11/1910, a.05, n.242, p.2.

da *Constancia* que não foi possível ser encontrada no meio dos 20 ou 30 casos do amor ali espalhados.<sup>202</sup>

A estratégia de unir os pares para a dança da quadrilha a partir do encontro das flechas com os corações em comum foi um meio usado para que, por meio das danças, pudessem evoluir para um namoro. Nesse sentido, Rabello (1978, p. 53) no romance *O Hóspede* descreve o seu amigo Arnaldo, um rapaz galanteador que vivia no Rio de Janeiro, o qual “mesmo quando em alguma recepção se dispunha a dançar, não o fazia senão pelo prazer de apertar as mãos perfumadas das moças, cingindo-as pela cintura numa atitude apaixonada, enamorando-se voluntariamente”. Essa passagem deixa clara a importância que a dança tinha para aqueles que desejavam conquistar um par, mesmo que fosse algo momentâneo, como o personagem que “muitas vezes, nos bailes, tinha declarado amor a uma ou outra mocinha, por desfastio, ou então impulsionado por ansiedades momentâneas” (RABELLO, 1978, p. 53).

Essas danças, como já apontado, oriundas de países europeus, iam ao encontro do ideal modernizador das elites. Entretanto, nota-se em Diamantina, mesmo que em menor grau, o bailado de ritmos nacionais. Esses estilos musicais foram também permeados por alguns tensionamentos, em que as danças não europeias granjeavam olhares mediados por idealizações e preconceitos de uma parcela da sociedade que tinha o estrangeiro como um ideal de civilidade. O maxixe foi talvez o ritmo brasileiro que mais se destacou nos periódicos diamantinos, o qual, segundo Efege (1974), a sua dança, a execução coreográfica pudesse ser feita condicionada à polca, à habanera, à polca-lundu e, posteriormente ao tango brasileiro formou-se assimilando os elementos rítmicos e melódicos que já vinham proporcionando aos dançarinos condições capazes de conduzi-los nos volteios, requebros e algo de acrobacia compreendidos na desabusada dança.

O maxixe estava sob o olhar atento daqueles que zelavam pela moral, inclusive a mais alta autoridade do Exército brasileiro, o Ministro de Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, o banuiu das bandas militares no ano de 1907, não de modo formal, mas proibiu unicamente que ele fosse tocado em solenidades que exigiam certo respeito e onde a música saliente poderia destoar da imponência da cerimônia (EFEGÊ, 1974). Tinhorão (1974) também destaca que o próprio nome era usado para denominar tudo

---

<sup>202</sup> Baile. A Idea Nova, 18/09/1910, a.05, n.232, p.2.

que fosse coisa julgada de última categoria, talvez porque o maxixe enquanto fruto de uma planta rasteira, fosse comum nas chácaras de quintal dos antigos mangues da Cidade Nova, onde nasceu a dança e tivera por lá grande valor.

O ritmo tido como imoral e atentatório aos bons costumes sofreu sanção não somente de diversas autoridades policiais como também por uma parcela da população. Ademais, como era de se esperar, ele também teve sua sentença eclesiástica por meio da repressão da Igreja, feita através de recomendações, de avisos aos fiéis, de pastorais e outras medidas proibitivas endereçadas aos que professavam o catolicismo, o que fez com que ficasse consolidado não só a crença, mas a afirmativa de que a dança fora excomungada, afirmativa que passou a ser aceita (EFEGÊ, 1974).

Hoje ao olharmos nos nossos salões aquellas meninas com ar fatigado, os cabelos desgrenhados pelos volteios do «maxixe», que ellas dançam seguidamente não podemos esconder a mais triste das impressões. Os «thés-tango», tão em voga para as festas philanthopicas, poderiam mais legitimamente ser annunciados como as festas dos Fenianos e Democraticos: «Suculento maxixe!» «Estupendo forrobodó...» em favor de tal e tal sociedade. Acabemos com esse estado de cousas, ficando no tango, no «nesten» e, si a dança nacional não póde ser banida, que ela seja dançada com maior contenção de maneiras!<sup>203</sup>

A contraposição entre o tango e o maxixe fica latente no discurso do periódico uma vez que, numa época que vai de fins do século XIX até as três primeiras do XX, o maxixe era avaliado como vulgar e imoral – dois poderosos sinais de sua atribuída baixa extração – pelas elites de orientação europeia, para quem a palavra tango era aceitável na medida em que buscava constituir um gênero musical nacional dialogante como exterior (BASTOS, 2007). A condenação do maxixe por parte da Igreja esteve certamente atrelado à forma com que o mesmo era dançado, considerando os seus passos ousados e sensuais em que os corpos se aproximavam a partir de um requebrado próprio, o qual era visto como uma “dança de coreografia despida de elegância nos seus passos e figuras plásticas” (EFEGÊ, 1974, p. 162).

Mesmo que condenado e anatemizado como música e dança, o maxixe viveu sob uma guerra constante. Entretanto, ele resistiu a todos os seus inimigos e, se não encontrou guarida nos centros familiares, havia sempre onde prosseguir vitoriosamente escandalizando uns, empolgando outros (EFEGÊ, 1974). Com base nos ideais da elite, não era de bom tom que as pessoas estivessem associadas aos

<sup>203</sup> Do Tango ao Maxixe. Pão de Santo Antonio, 15/08/1918, a.12, n.21, p.1.

lugares onde era tocado e dançado o maxixe. Enfim, supõe-se que esse estilo musical, do mesmo modo como em sua gênese no Rio de Janeiro, era apropriado pelas camadas mais populares da cidade de Diamantina – “Em salão reservado, o zé povinho dançava o maxixe, que se prolongava, animado, até a madrugada”.<sup>204</sup>

O Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do século XX, foi marcado por um fenômeno denominado como ‘febre dançante’, o que fez com que surgissem inúmeros clubes destinados à dança em toda cidade em que os trabalhadores de origens diversas aproveitavam para passar o tempo livre (PEREIRA, 2010). Tal como na capital carioca, em Diamantina no ano de 1907 existia uma associação dedicada à dança – “Realisa-se no dia 31 do corrente a partdia do Gremio Dançante Diamantinense, em casa do major Edmundo Horta”<sup>205</sup> – a qual realizava *soirées* dançantes nas casas de seus participantes. Essa era uma agremiação composta por pessoas da elite da cidade – “A concorrência da elite diamantinense nas duas partidas, firmou de vez o nome dessa sociedade”<sup>206</sup> – a qual via nesse tipo de atividade uma oportunidade de se apresentar a partir de seus ideais, considerando que, nas palavras do periódico *A Idea Nova*, seria “indispensável em um centro culto como é o nosso”.<sup>207</sup>

As músicas em Diamantina ocupavam também as ruas por meio das serestas, serenatas<sup>208</sup> e coretos<sup>209</sup>, que a partir “do hábito de cantar em volta da mesa, é fácil deduzir que deve ter surgido o costume de sair cantando pelas ruas tortuosas da cidade, quando faz noite de lua (MEIRA, 1983, p. 173)”.

De repente, alguém recorda: “Fulano faz anos hoje...” E o pessoal vai “bater um castelo”, à janela da casa acolhedora. Abre-se logo, seja a hora que for. Prosseguem as modinhas. Fazem-se saúdes, cantam-se coretos, entre mais demonstrações de amizade. No fim de tudo, conforme o ritual é o momento de cantar.

(...) Dispersa-se o grupo. Cada fragmento leva o seu violão. Ninguém pensa em recolher-se, principalmente se é sexta-feira ou sábado. (...) Cruzam-se no caminho, para se confraternizarem, ou continuarem, unidos dentro da noite, cada qual do seu lado, outros bandos de cantores (MACHADO FILHO, 1972).

<sup>204</sup> Carnaval. O Município, 20/02/1902, a.08, n.281, p.2.

<sup>205</sup> Dia Social. A Idea Nova, 29/12/1907, a.02, n.90, p.2.

<sup>206</sup> Club Dançante. A idea Nova, 08/12/1907, a.02, n.87, p.2.

<sup>207</sup> Club Dançante. A idea Nova, 08/12/1907, a.02, n.87, p.2.

<sup>208</sup> Tinhorão aponta que o hábito de cantar à noite pelas ruas, constituiu-se desde o fim da Idade Média em que para dar nome a essas cantorias solitárias ou em grupo, os espanhóis criaram a palavra *serenada* e os portugueses o substantivo serenata, derivando ambos do latim *serenus*, que tanto podia querer dizer céu sem nuvens, quanto calma e tranquilidade.

<sup>209</sup> “Coreto é um vocábulo formado com sufixo de origem Italiana, analogamente ao dueto, outro termo de música. Coreto é o mesmo que corito, diminutivo de coro. Em Diamantina o coreto consiste numa reunião para beber cantando” (MEIRA, 1983, p. 173).

Esses cantores e tocadores de rua faziam com que o silêncio das noites diamantinenses fosse quebrado pelas vozes melódicas e sons dos instrumentos. Tinhorão (1998) aponta que no Brasil, como consequência da eruditização da modinha e do próprio lundu, levou, a partir do século XIX, há uma curiosa modificação: a modinha e o lundu das partituras escritas por músicos de escola se tornaram peças de canto para salas burguesas, e as das violas populares – e logo dos violões de rua – transformando-se em canções de seresta (a modinha) e em cançoneta brejeira do teatro musicado e do repertório dos palhaços de circo (o lundu). A esse respeito, Martins (MARTINS, 2001) destaca que em Diamantina as serestas, os saraus e as trovas contribuíram para a alcunha de “Athenas do Norte” que as elites deram à sua cidade, a qual é um indício revelador da atenção devotada à alta cultura nessa porção do Vale do Jequitinhonha, tendo em vista essas manifestações tão portuguesas na sua origem.

Compreende-se que a modinha era o principal estilo tocado pelos músicos de rua de Diamantina – “Naquele tempo, quando não havia televisão, e o rádio ainda não havia penetrados nos lares, as modinhas eram cantadas com frequência, acompanhadas a violão e cavaquinho (FERNANDES, 2002, p. 33)”. Machado Filho (1972) ao retratar suas lembranças de Diamantina fez diversas referências à musicalidade das ruas da cidade, em que alguns lugares eram marcados como pontos de encontro daqueles que se divertiam a partir das músicas, como as escadarias da igreja de São Francisco e o beco da Tecla que, nas suas palavras, “fervilha de gente cantando no botequim do Jaime (MACHADO FILHO, 1972, p. 8)”.

De certo o beco da Tecla foi um importante ponto de encontro para os amantes da música, considerando as diversas referências apontando as inúmeras atividades musicais ali desenvolvidas. Não somente a partir dos instrumentos, a música no local também se desenvolveu com um gramofone ali instalado o qual tocava diversos gêneros que variavam da música sacra às modinhas brasileiras – “Graças ao meu cuidado em apanhar e reproduzir no gramofone o variado espectáculo da rua Santos Dumont, antigo Becco Da Tecla, vê o publico que a coisa alli é deivertida”.<sup>210</sup> Entretanto, percebe-se um incentivo na elitização desse divertimento a partir da notícia publicada no jornal *A Idea Nova* em que fora sugerido a instalação de uma

---

<sup>210</sup> Gramophone. *A Idea Nova*, 13/05/1906, a.01, n.05, p.3.

catraca para a cobrança de ingressos - “colloquem-se duas cancellas nas extremidades, convertam-se a rua em Polytheama Concerto, faça-se a bilheiteria, disponham bancos e cadeiras numeradas e cobre a Camara os impostos, que o negocio é rendoso”<sup>211</sup> – fato que aparentemente não ocorreu.

Na Rua Santos Dumont, antigo becco da Tecla, mal cae a noute, abre-se logo um extranho concerto musical, que só termina quando os gallos soam no clarim as glorias da alvorada.

Ouvm-se gritos aguardentados, o arrular de flautas, o som plangente dos violões, decomposturas do arrieiro, o mastigar fanhoso da sanfona, modas, lundus, cantigas de Reis, e ais doloridos de quem não sente muito acatada a sua integridade physica.

Seria bom que o sr. Capm. Gasparino mandasse para lá um regente, que, com a sua batuta, moderasse os ardores dessa infernal orchestra.

É a reclamação dos que, embora amando a musica, suppoem não errar, affirmando que a noute foi feita para se dormir<sup>212</sup>.

A música nas ruas da cidade também foi motivo de queixas e reclamações, como o rotineiro concerto musical que ocorria na Rua Santos Dumont. Os sons oriundos dos instrumentos, bem como as vozes em tons musicais provenientes do divertimento que acontecia até o amanhecer causavam incômodo nas pessoas que moravam por ali, as quais, apesar de se definirem como amantes da música, se incomodavam com o barulho causado pelas melodias descompassadas.

Tal como nas ruas da cidade, as serestas também eram utilizadas como forma para de cortejar os pretendentes por meio de uma serenata romântica, em que os músicos, sozinhos ou acompanhados, iam até às janelas dos homenageados e tocavam melodias românticas – “E no silêncio da noite, abençoadas pelo poeta-santo, padroeiro das serenatas, vozes apaixonadas de cantores derramam a suavidade do luar que esplende e canta, no rendido coração das namoradas” (MACHADO FILHO, 1972, p. 21).

Toda essa musicalidade popular demonstra que na cidade era comum haver pessoas que se dedicavam, profissionalmente ou por divertimento, à música. Esses músicos vinham representar o papel de artistas aos quais a evolução social urbana encarregava de dar voz à alma musical do povo, numa época em que – pela inexistência dos meios de produção sonora, só possíveis com o advento do disco – a profissão de cantor ainda não existia e, portanto, a divulgação de canções dependia, da iniciativa e do talento de humildes e menestréis (TINHORÃO, 2005). Essas

<sup>211</sup> Gramophone. A Idea Nova, 13/05/1906, a.01, n.05, p.3.

<sup>212</sup> Queixas e Reclamações ao Sr. Delegado de Polícia. A Idea Nova, 29/05/1906, a.01, n.02, p.2.



peessoas que dedicavam seu tempo à música ganharam destaque também a partir de apresentações e concertos que por lá eram realizados.

Realisa-se hoje, as 8 horas da noite, em um salão da Camara Municipal, um concerto de flauta e piano que será executado pelo exímio flautista Salathiel José do Carmo e seu auxiliar o menino João Gabriel que pela primeira vez vae apresentar ao publico diamantinense seu grande talento de piano.<sup>213</sup>

Essas apresentações eram regulares, as quais serviam como palco para apresentações de diversas pessoas da cidade e contribuía também para a dinamização dos divertimentos locais. Esse tipo de atividade estava ligada diretamente à elite, que contribuía para a imagem de requinte galgada, o que fez inclusive com que fossem contratadas pessoas de renome nacional para se apresentarem – “Acha-se nesta cidade a Doutora Giuliêtta Dionesi, especialista em violino, formada em musica pelo Conservatorio de Milão. Brevemente a distincta artista dará um concerto musical”.<sup>214</sup> Têm-se indícios de que a violinista de renome nacional, a qual chegou a se apresentar para o Imperador Pedro II,<sup>215</sup> fizera duas apresentações no salão da União Operária, os quais, segundo os periódicos “foram esplendidamente executados, agradando muito aos assistentes”.<sup>216</sup>

De certo a música está enraizada na cultura diamantinense desde os seus primórdios, se fazendo presente nos mais distintos momentos da vida cotidiana. Essa efervescência musical ao longo dos anos fez com que a cidade fosse palco dos mais variados divertimentos permeados pela música. Certamente faltaram divertimentos a serem citados nesse texto dada a vasta gama de momentos que poderiam ser permeados por momentos musicais, o que levou à eleição dos que se julgaram mais latentes daquela sociedade, bem como a partir de maior recorrência nas fontes, sobretudo os jornais que retratavam em sua maioria a sociabilidade da elite diamantinense. Entretanto, aparecerão outros apontamentos a respeito da música nos tópicos que seguem.

---

<sup>213</sup> Concerto Musical. A Idea Nova, 28/05/1911, a.06, n.268, p.2.

<sup>214</sup> Concerto Musical. A Idea Nova, 12/02/1911, a.06, n.253, p.2.

<sup>215</sup> A apresentação ocorreu no dia 15 de julho de 1889, data em que ficou conhecida na historiografia como *O Atentado de Julho* em que o então imperador do Brasil sofreu um atentado após sair do concerto da violinista Giulietta Dionesi.

<sup>216</sup> Concerto Musical. A Idea Nova, 19/02/1911, a.06, n.254, p.2.

## 5. Ao Teatro

Tia Aurélia ontem mandou convidar a família para ir lá jantar. Fomos. Era aniversário dela e as filhas quiseram festejar com um teatro. Fizeram um palco de verdade e elas e os irmãos representaram como se fossem atores. Representaram muito bem e com muita graça. Tio Conrado ficou como um peru de inchado com o teatrinho dos meninos. Eu tive pena foi de tia Agostinha que tinha feito também na semana passada uma ceia para o teatrinho de Lucas e ficou desapontada vendo a diferença dele para os dos filhos de tio Conrado. Ontem eles decoraram uma peça e representaram tudo como se fosse dentro de uma casa. João Afonso era o marido, Beatriz a mulher, Sérgio era o hóspede e Hortênsia a criada. Leontino era o cavalo de judeu que mudava a mesa e tirava as flores.

No teatro de Lucas ele pôs um lençol no escuro e pregou uma porção de bonecos. Vinha depois com uma vela e fazia os bonecos dançarem. Depois Nico virou cambotas no palco. No fim ele chamou Emídio e perguntou se queríamos ver um negro virar branco, e virou farinha de trigo na cara de Emídio. Depois ele ainda fez uma coisa que aprendeu com o palhaço, quebrou um ovo na cabeça de Emídio.

O teatro de Lucas foi só dessas bobagens, e tia Agostinha estava achando muito engraçado. Ontem ela viu que o dos outros primos era muito mais importante e ficou com inveja. Tia Aurélia vive fazendo inveja às outras (MORLEY, 1999, p. 61-62).

A partir do trecho destacado é que se inicia mais este tópico afirmando que assim como os outros temas abordados ao longo deste trabalho, o teatro também se demonstrou um importante espaço divertimento dos moradores de Diamantina, uma vez que, como apontado por Veneziano (1991, p. 15), ele foi “o mais expressivo e fervilhante gênero nas primeiras décadas desse nosso ruidoso século XX”. Seja nos momentos de informalidade com as representações familiares, como o ocorrido na casa da “Tia Aurélia”, até a ida de companhias teatrais para se apresentarem na cidade, as referências às dramatizações foram sem dúvida um dos tópicos mais recorrentes ao longo da pesquisa.

As apresentações realizadas pelos filhos de Aurélia com as de Agostinha são capazes de demonstrar que momentos como esses eram um método comum para animar as sociabilidades nas casas das famílias de Diamantina. O contraponto existente entre as encenações demonstra que essas poderiam ocorrer de modo mais informal, como aparentemente foram aquelas realizadas por Lucas, em que o tom humorístico era a atração principal. Ou mesmo mais elaboradas como a história representada por João Afonso, Beatriz, Sérgio e Leontino em que houve inclusive a preocupação na montagem de um palco, bem como a de determinar uma pessoa para ser o responsável pelas mudanças dos cenários.

Momentos como esses se estendiam inclusive para o cotidiano das crianças, que a partir do improvisado davam asas à imaginação e criavam histórias durante suas brincadeiras: “nós fizemos no fundo da horta, uma casinha de capim para servir de teatrinho de bonecos. Cada um fez um boneco e saíram tão mal feitos que nós rimos a perder, de vê-los representar (MORLEY, 1999, p. 32)”. Mesmo que a casinha que serviu de cenário fosse feita de capim, e os bonecos estivessem sido mal feitos, percebe-se nas crianças certo ímpeto em fazer com que a brincadeira acontecesse de forma semelhante às que aconteciam nos teatros profissionais. Inclusive a comercialização da brincadeira esteve em pauta, uma vez que “Nico disse que se ele saísse para a rua anunciando, poderiam aparecer os meninos da cidade (MORLEY, 1999, p. 32)”, o que só não foi feito porque “ele sabe que vovó e as tias não consentiriam em amontoar gente no quintal, passando por dentro de casa (MORLEY, 1999, p. 32)”.

Tal impedimento fez com que as crianças se limitassem a apresentar o teatro dos bonecos apenas para as pessoas da família, o que de alguma forma rendeu algum lucro para eles, tendo em vista que mediante o pagamento da entrada de cem réis, eles conseguiram arrecadar um total de mil e seiscentos. Essa arrecadação nos leva a crer que momentos como esses eram incentivados pelos adultos, os quais podiam inclusive se divertir, como se pode perceber a partir da descrição feita por Helena do comportamento do seu tio Conrado que ficou até vermelho de tanto gargalhar durante a encenação ocorrida na festa de aniversário de Aurélia.

As crianças não eram as únicas que se propunham a encenar nos divertimentos domésticos, como foi o caso descrito por Helena ao ser convidada para ir até a casa do senhor Benfica para assistir ao teatro de fantoches realizado por ele. Na situação ela descreve como foi a noite: “Que noite boa! Nunca vi coisa mais engraçada que a dança daqueles bonecos. Parece gente. Então os dois, Briguela e Maricota, são impagáveis. A gente fica até duvidando que sejam bonecos”. O ato de reunir pessoas para a apresentação dos fantoches era algo comum na casa do Benfica, considerando que esta já seria a segunda vez que Helena pôde participar., Salieta-se o desejo da menina de poder ir sempre: “Era bem bom se eu pudesse ir todos os dias. Seu Benfica me perguntou se eu gostei e respondi: ‘Demais!’. Ele então prometeu que vai me levar mais algumas noites. Gostei de ele dizer “algumas”. Podia ter dito ‘mais uma’ (MORLEY, 1999, p. 27-28)”.

As reuniões para apresentações teatrais amadoras aconteciam de forma até mesmo mais elaborada como um espetáculo organizado pela professora Edésia Corrêa Rabello na casa de Catão Junior que fora noticiado no jornal *A Idea Nova*. Na ocasião, os alunos da docente, previamente ensaiadas por ela, apresentaram “representações de comédia, monólogos, canções, etc”.<sup>217</sup> Na descrição do evento, ocorrido na sala de visitas, foi demonstrada a preocupação em organizar o ambiente para receber os convidados. O recinto estava ornado com “flores em abundância notável esparsas aos ramalhetes em todo canto que formavam um conjunto chic”<sup>218</sup>, e “ao fundo erguia-se um bem arranjado palco, que com o pano descia as cortinas e fitas pendentes”.<sup>219</sup> Mesmo com as 78 cadeiras espalhadas pelo ambiente, foi descrito que ainda assim algumas pessoas ficaram de pé, demonstrando a ampla concorrência de espectadores.

Esses movimentos em torno do teatro no cotidiano das pessoas certamente contribuíram para que grupos buscassem maior profissionalização dos seus espetáculos, pois havia na cidade diversas companhias de teatro amador, as quais frequentemente se apresentavam nos mais variados espaços. Sobre o teatro amador, Prado (2001, p. 38) destaca que essa era uma prática comum nesse período:

A ação renovadora do amadorismo não é fato incomum na história do teatro. Assim aconteceu na França, com Antonie, e na Rússia, com Stanislavski, para que o naturalismo pudesse brotar e florescer. Assim aconteceu nos Estados Unidos, com os *Provincetown Players*, para que Eugene O'Neill reformulasse a dramaturgia americana. O ciclo em linhas gerais se repete: um teatro excessivamente comercializado; grupo de vanguarda que não encontram saída a não ser à margem dos palcos oficiais, tendo sobre estes a vantagem de não necessitar tanto da bilheteria para sobreviver; a formação de um público jovem que, correspondendo melhor às aspirações ainda mal definidas do futuro, acaba por prevalecer, e o ressurgimento triunfal do profissionalismo, proposto já agora em bases diversas, não só artísticas mas às vezes até mesmo econômicas e sociais.

Em conformidade com outros lugares do mundo, as companhias amadoras de Diamantina, como apontado por Oliveira (2016), exerceram papel fundamental na cidade, no sentido de oferecer certa continuidade na oferta de espetáculos, principalmente entre o período de saída de uma companhia ambulante até a chegada de outra. Nesse sentido, essas companhias chegaram a ser incentivadas pelo poder público ao ser promulgada uma lei no dia 16 de julho de 1896 que visava a sua

---

<sup>217</sup> Festa Infantil. *A Idea Nova*, 18/11/1906, a.01, n.32, p.03.

<sup>218</sup> Festa Infantil. *A Idea Nova*, 18/11/1906, a.01, n.32, p.03.

<sup>219</sup> Festa Infantil. *A Idea Nova*, 18/11/1906, a.01, n.32, p.03.

contribuição com a quantia de seiscentos mil réis “a qualquer companhia dramática que se crear nesta cidade e que levar á scena uma serie de doze espetáculos públicos, no decurso de um anno”.<sup>220</sup>

No domingo passado estreou no Theatro Santa Isabel a Companhia Diamantinense de Amadores, sob a direcção dos srs. Assis Moreira e Cosme do Couto.

Representaram com grande êxito o drama **Um erro judiciário** e a hilariante comedia **As duas gatas**, uma verdadeira fabrica de gargalhadas.

Os dous directores foram incasaveis para o bom exito do espectaculo e conseguiram proporcionar ao nosso publico horas muito agradaveis.

Hontem houve repetição, a pedido de diversas famílias.<sup>221</sup>

Tomando como base a referência da solicitação por uma nova apresentação, pode-se inferir que tais divertimentos agradavam ao público expectador. Ademais, não era incomum encontrar nos jornais notas que teciam diversos elogios tanto para as apresentações no geral, como para os atores e directores – “Não desfazendo nos demais amadores, que de nós, so merecem os maiores encômios, não podemos omitir os nomes do Cosme, Assis, Laport, d. Sinhá e senhorita Maria de Aguillar, que mais uma vez, souberão tão bem interpretar o difficil papel que lhe foi confiado”.<sup>222</sup>

Como na nota acima destacada, era comum a citação de mulheres compondo o corpo de atores nos espetáculos, demonstrando essa ser uma prática habitual para ambos os sexos. Sobre a presença das mulheres nos palcos, no geral, essa não era uma atividade bem vista pela sociedade da época. Como apontado por Andrade e Bulhões (2008) em razão do forte preconceito que rondava a profissão de atriz (considerada até mesmo, em determinados casos, uma variante do exercício da prostituição), existia a compreensão de que essa era uma atividade permitida somente para as mulheres que já faziam parte daquele mundo. Entretanto, aparentemente, essa visão não estava de acordo com o posicionamento dos moradores de Diamantina, tendo por base os frequentes elogios às atrizes, fossem elas solteiras, quando referidas como senhoritas, ou mesmo casadas, quando utilizado o pronome senhora.

Os jornais, com certa frequência noticiavam a presença de mulheres atuando nas peças teatrais amadoras, entretanto, quase que na totalidade os directores citados eram homens, salvo em apresentações que visavam fins de caridade – “Um grupo de distinctas senhoritas diamantinenses pretende levar a efeito, brevemente, nesta

<sup>220</sup> Theatro. O município, 06/08/1896, a.01, n.79, p.1.

<sup>221</sup> Theatro. A Idea Nova, 21/06/1908, a.03, n.115, p.1.

<sup>222</sup> Theatro Santa Isabel. O Município, 18/11/1903, a.10, n.308, p.03.

cidade, a representação de um magnífico drama sacro, em favor das obras da capella de Santo Antonio dos Pobres”.<sup>223</sup> A realização de espetáculos para fins de caridade era algo bastante comum no cotidiano local, era hábito inclusive que as companhias vindas de outras cidades também destinassem ao menos um dia de bilheteria a alguma organização da cidade:

“Para prova de sua gratidão, estimulado pelo amor ao bem, e pelo pedido da benemérita comissão que rem sobre seus hombros a gloriosa empresa da fundação de um Asylo de Invalidos nesta cidade, resolveu o nobre artista trabalhar no ultimo espetáculo, consagrando o fructo do mesmo em beneficio do Asylo”.<sup>224</sup>

Em se tratando de caridade, é preciso ressaltar que o principal espaço reservado para tal fim foi construído a partir da iniciativa dos gestores da Santa Casa de Caridade, então gerida pela Irmandade de Santa Isabel, um grupo católico formado por pessoas que contribuía periodicamente com donativos previamente estipulados. Por consequência, foi fundado no ano de 1841 o teatro Santa Isabel no Largo do Rosário.

**Figura 13 - Teatro Santa Isabel**



Fonte: <http://santacasadediamantina.com.br/index.php/home/fatos-historicos.html>

De início foi construído um prédio simples, mas que com o aumento da demanda de espectadores o mesmo passou por diversas reformas como o aumento

<sup>223</sup> Drama Sacro. A Idea Nova, 13/03/1910, a05, n.205, p.01.

<sup>224</sup> Antonio Coimbra. O Município, 02/10/1899, a.02, n.212, p.01.

do número de assentos, a construção de camarotes e sua ampliação a fim de melhor atender ao público ficando da forma como se pode ver na imagem acima. Mesmo que nesse espaço houvesse uma regular assiduidade de apresentações (as quais eram noticiadas quase sempre ressaltando a ampla frequência de pessoas) o teatro ali funcionou até o ano de 1912 quando a partir de um acordo entre o Governo do Estado de Minas, a Câmara Municipal de Diamantina e sua irmandade gestora o prédio foi demolido a fim de dar lugar a uma cadeia pública e o mesmo transferido para um prédio recém construído para tal fim localizado na rua Direita da cidade, como se pode ver na imagem que segue:

**Figura 14 - Teatro Santa Isabel na Rua Direita**



Fonte: <http://santacasadediamantina.com.br/index.php/home/fatos-historicos.html>

O novo teatro, inaugurado em fevereiro de 1914, foi então arrendado pela empresa Ramos, Couto Guerra e Companhia e passou a ser nomeado como Cinema Teatro, momento em que o espaço passou a ser dividido entre apresentações nos mais variados gêneros e exibição de filmes como já apontado no tópico que versa sobre o cinema na cidade. Do mesmo modo o espaço se manteve até o ano de 1928 quando foi vendido para particulares.

Acerca dos estilos que mais frequentemente eram representados nos teatros brasileiros dessa época, Braga (2008) nos esclarece que o drama, comédias e melodramas eram os mais frequentes. A autora ainda nos esclarece que nos dramas foram abordados os conflitos vivenciados pela sociedade naquele momento, ao passo

que a comédia preservava a tradição da crítica debochada dos costumes iniciados nos primórdios do Império, além de terem assimilado novos padrões da graça cotidiana, ao passo que o melodrama trazia à tona o gosto popular pela emoção servida às escâncaras. Além dos estilos citados, ocorriam nos palcos da cidade apresentações destinadas às crianças, como o teatro de fantoches, a exemplo da companhia dirigida por Henrique Fornero que esteve em temporada em Diamantina no ano de 1915, que segundo o *A Estrella Polar* “tem fornecido ao publico boas noitadas, fazendo o impagável Briguella as delicias da meninada que não cessa de aplaudir as suas diabruras”.<sup>225</sup>

Assim como encenações teatrais nos moldes em que conhecemos atualmente, os palcos da época traziam uma multiplicidade de espetáculos com variados números artísticos, os quais não havia atores representando um texto. Esse gênero comumente chamado de variedades possuía também os elementos tradicionais do teatro com palcos, o teatro enquanto espaço físico e a apresentação de um artista, que não era necessariamente um ator, atentando ao fato de que as apresentações se baseavam nas suas habilidades como o contorcionismo, números de mágica, dentre outros – “é esperado, brevemente, nesta cidade, o celebre Clemente Page, que, com variados trabalho de prestidigitação, ilusão physica, optica, magnetismo, ventriloquia e magia, tem alcançado grande sucesso nos theatros da Europa e da America”.<sup>226</sup>

Como se pode ver, os palcos eram ocupados tanto por companhias locais como por aquelas de vindas de outras cidades, as quais eram quase sempre elogiadas a partir da atuação, bem como a partir da beleza dos cenários e indumentárias, como noticiado pelo jornal *O Município* ao se referir às apresentações realizadas pelo artista John Bridges: “O scenario montado com luxo e capricho e os seus ricos vestuarios deram-lhe grande realce”.<sup>227</sup> Essas companhias de certa forma levavam a algumas pessoas uma sensação de civilização e progresso, haja vista que as companhias ou seus espetáculos faziam referência a apresentações realizadas em outras cidades ou fazem referência à encenação de peças semelhantes em outros lugares.

A peça, que finalisa com lindissima apotheose e teve grande acceitação em Pariz, no teatro Olympo, foi arranjada para transformações pelo hábil artista. Nós que temos conhecido vários e notáveis artistas no genero, com franqueza, dizemos, a nenhum delles podemos igualar o Sr. Bridges, que na

<sup>225</sup> Fantoches. *A Estrella Polar*, 26/12/1915, a.12, n.52, p.02.

<sup>226</sup> Illusionista. *Pão de Santo Antonio*, 03/06/1917, a.09, n.09, p.03.

<sup>227</sup> *Theatro Santa Isabel*. *O Município*, 21/02/1903, a.02, n.299, p.02.



nossa humilde opinião, os excede, no original trabalho de transformismo, não só pela sua incrível rapidez, como pela perícia com que representa sosinho comédias, dramas, melodramas, scenas-comicas, cantando tenor, barytono, meio-soprano e contralto.

O publico diamantinense, applaudindo-o com desusado entusiasmo, nada mais fez jus ao mérito e nós nada mais que o juízo sobre elle feito pela imprensa carioca, rio-grandense, bahiana, paulista e mineira.<sup>228</sup>

Entretanto, a ideia de civilização nem sempre era bem vista por todos, em especial pela Igreja, a qual regularmente publicava notas por meio dos periódicos católicos tecendo críticas a algumas características do enredo que por ela eram considerados ofensivos à religião.

A companhia Alzira Leão vai continuando a sua tarefa de proporcionar momentos agradáveis aos frequentadores do Theatro.

A *Mentira* celebre episodio dramático em que a atriz Alzira Leão teve ums de suas mais notáveis creações, esteve esplendido, arrebatando a plateia e provocando calorosos applausos, mas... na hilariante comedia *Alegrias do Lar*, notamos laivos pronographico, não obstante setrem velado, que não devem ser reproduzidos para não desmentirem o conceito que temos feito da companhia.<sup>229</sup>

No espetáculo em questão, apesar dos elogios realizados por meio do periódico institucional da Igreja da cidade, não deixaram de tecer críticas à uma comédia, a qual, segundo eles, traziam traços pornográficos, o que fez com que o trecho em questão fosse adaptado ou mesmo retirado do espetáculo, tendo em vista que na semana seguinte o mesmo periódico tece um elogio pela forma com que a companhia conduziu as apresentações: “Louvamos o judicioso critério da companhia cerceando as partes inconvenientes e exhibindo somente o que podia ser assistido por uma plateia que presa a moral e as suas crenças”.<sup>230</sup>

Essa tentativa em se adequar aos desejos do clero levou inclusive a companhia a espalhar boletins pela cidade se comprometendo “com promessas formaes de não querer ofender, nas suas representações, a crença, a fé e a moralidade de quem quer que seja, muito menos desta Cidade”.<sup>231</sup> Entretanto, havia uma aparente dificuldade em identificar aquilo que era lícito, considerando que uma semana após o elogio pela tentativa de adequação, o periódico em questão volta a apresentar uma crítica à companhia, desta vez por terem ofendido diretamente ao clero pelo fato de haver um personagem vestido com roupas de um sacristão. Nesse sentido, o jornal que até então demonstrava apoio à companhia “enquanto nos limites do respeito às crenças

<sup>228</sup> Theatro Santa Isabel. O Município, 21/02/1903, a.02, n.299, p.02.

<sup>229</sup> Theatro. A Estrella Polar, 01/08/1915, a.13, n.31, p.03.

<sup>230</sup> Theatro. A Estrella Polar, 08/08/1915, a.13, n.32, p.02.

<sup>231</sup> Theatro. A Estrella Polar, 15/08/1915, a.13, n.33, p.02.

se portava”, afirma que os mesmos não mais mereciam a sua confiança, e vão além nas recomendações: “não só não aconselhamos mais a frequência às suas representações mas com toda energia deixamos aqui o nosso protesto contra a injúria que injustamente acaba de receber o clero”.<sup>232</sup>

O jornal *Pão de Santo Antonio* que também divulgou notas semelhantes ao *A Estrella Polar* acerca da companhia em questão segue com suas reclamações em relação ao espetáculo na semana seguinte. O periódico que enviou um representante ao teatro uma semana após o ocorrido com o ator vestido de clérigo, noticia que “numerosos foram os espectadores que applaudiram os forasteiros actores da companhia, que ainda se acha nesta cidade”<sup>233</sup>, o que de certa forma demonstra que a população da cidade em geral não atendeu às determinações da Igreja. Nesse dia em questão, fora representado um drama sacro denominado *Milagres de N. S. d’Apparecida*, o que reforça a tentativa da companhia em se adequar às imposições eclesiásticas, entretanto, ainda assim o jornal continua a criticar as representações pautado no histórico de sua passagem pela cidade.

Emilio Faguet, ao considerar como nos theatros os diálogos impudicos se fazem sem protesto dos espectadores, disse: o pudor publico foi-se...  
 Pois ainda ha coisa pior.  
 Promove-se o culto da beleza, a arte nova, personificada nas scenas teatrais pela nudez total dos actores...  
 Em Pariz, Berlin e Petesburgo existem associações para isto.  
 São fructos da moral leiga.<sup>234</sup>

De acordo com o discurso frequentemente veiculado, em especial pelo periódico *A Estrella Polar*, percebe-se uma variedade de questões advindas do teatro, as quais iam desde a temática abordada pelos espetáculos como os referidos “diálogos impudicos”, a sua forma de vestimenta (como citado caso em que um ator vestia roupas de um clérigo) ou até mesmo a ausência delas. Tal situação, “fructo da moral leiga”, demonstra que a ausência ou distanciamento da religião é que eram os responsáveis por fazer com que esses atos acontecessem, os quais possuíam o aval daqueles que frequentavam esses lugares pois, tudo ocorria “sem o protesto dos espectadores”.

Dessa forma, essas ofensas à religião não se restringiam apenas aos promotores das diversões, como também se estendiam ao público que as

<sup>232</sup> Teatro. *A Estrella Polar*, 15/08/1915, a.13, n.33, p.02.

<sup>233</sup> Cinema Teatro. *Pão de Santo Antonio*, 22/08/1915, a. 09, n.18, p.02.

<sup>234</sup> Immoralidade. *A Estrella Polar* 01/07/1909, a.047, n.26, p.02.

frequentavam, seja a partir de críticas àqueles que insistiam em frequentar os espetáculos censurados, ou mesmo pela forma de se portar nestes ambientes: “quantas vezes em frente ao teatro onde se dança, se folga, e muito frequentemente se ofende a Deus, geme na miséria, padece fome, derrama lagrimas”.<sup>235</sup>

Essas formas de se portar nesses lugares incomodavam inclusive uma parcela da sociedade que não fazia necessariamente parte do catolicismo institucional, mas que, de acordo com seus ideais, primavam por uma sociedade moderna e civilizada. Dessa forma, era esperado que as pessoas se comportassem a partir de regras sociais preestabelecidas esperando que soubessem desde a hora de manifestar o contentamento a partir de aplausos, até manter o silêncio durante os intervalos dos espetáculos.

Acerca desse assunto, têm-se um trecho retirado do livro *Os Enteados* em que o autor narra um dia que se achava em Diamantina a Companhia Coimbra<sup>236</sup>, uma trupe de dramas e operetas do Rio de Janeiro, no qual o personagem Lúcio, ao saber da novidade, comprou ingressos para ele e para a família da sua noiva. A respeito da companhia em questão, o jornal *O Município* noticiou que “o maior elogio que se pode fazer á companhia Coimbra é constatar a concurrencia numerosa que as sua recitas teem tido, mercê do bom grupo de artistas de que ella se compõe e de seu excellente e inesgotável repertorio”.<sup>237</sup>

Retomando a história, Júlio e a família da noiva, já acomodados no camarote, assistiam ao espetáculo quando de repente “á porta que dava entrada para a plateia, houve um pequeno tumulto. Dois rapazes se esmurravam. Apareceram alguns soldados, restabeleceu-se a ordem”.<sup>238</sup> Esse momento de desordem que aparentemente havia sido logo contido pelos policiais abriu brecha para que alguns jovens que por lá estavam começassem a interferir na apresentação teatral: “

Lá das torrinhas, uma voz trocista gritou: “Fabiana, sogra do diabo! Deixa tua nóra em paz!” Estalaram gargalhadas. Num camarote, quase fronteiro ao dos Guimarães, três rapazes fitavam o Lúcio, rindo de sua petulante pose. Na platéia, parte da orquestra, um sujeito gritou para o ponto:  
- Sr. Ponto, leia mais baixo! Assim é intolerável!  
Ergueu-se cambaleando. Dois vizinhos deram-lhe o braço e saíram com ele.

<sup>235</sup> Evocações. *A Estrella Polar*, 10/08/1906, a.04, n.21, p.02.

<sup>236</sup> Da mesma forma como relatado no livro em questão, a Companhia Coimbra esteve presente em Diamantina no mesmo ano (1899) em que se passa a narrativa com espetáculos apresentados entre os meses de janeiro a dezembro como comprovado a partir das menções feitas no periódico *O Município*.

<sup>237</sup> *Theatro*. *O Município*, 04/09/1899, a.05, n.04, p.03.

<sup>238</sup> ARNO, Ciro. *Os Enteados* (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952. p.130.

Um sujeito das torrinhas berrou para a orquestra em baixo:  
 \_Maestro Paraguai! Oh Maestro Paraguai! Mande tocar “Saudades do Rio Vermelho”... É uma beleza!  
 O Paraguai (Antonio Efigenio de Souza) deu o sinal e a orquestra executou a valsa pedida.<sup>239</sup>

Como se pode ver a partir da narrativa, o comportamento dos jovens não estava de acordo com as regras estabelecidas pela Igreja, nem tampouco com aqueles que desejavam projetar a Diamantina da época como uma cidade civilizada. A interferência dos jovens no que era representado pelos atores demonstra que era habitual alguns espectadores expressarem seus posicionamentos frente ao que assistiam, situações comumente relatadas inclusive em diversas passagens dos jornais pesquisados.

Aproveitamos a ocasião para chamar a atenção do sr Delegado de Policia para a falta de respeito de alguns indivíduos que, esquecidos dos mais comensuráveis deveres de educação se divertem a dar a artes grosseiras e a dirigir pilherias pesadas aos actores e aos espectadores das cadeiras. Numa diversão publica, onde comparecem distinctas famílias, é necessário haver um pouco mais de ordem e de respeito.<sup>240</sup>

Bem como a interferência das pessoas nas encenações, era comum que as palavras fossem dirigidas aos espectadores em forma de ofensas como se pode ver em outra passagem narrada por Ciro Arno: “na parte superior do teatro, o poleiro ou torrinas, alguns rapazes trocistas e endiabrados debicavam diversas pessoas que entravam”.<sup>241</sup> Tais faltas de respeito, segundo o *A Idea Nova*, deveriam ser reprimidas por força policial, haja vista que em um ambiente familiar deveria prevalecer a ordem e o respeito. A atuação da força policial foi narrada no livro *Os Enteados*: “notando-se lá em cima um começo de tumulto, o delegado de polícia, Pedro Pereira de Andrade, subiu com sua ordenança, restabelecendo-se a ordem e cessando as troças dos rapazes”.<sup>242</sup>

Acerca dessa tentativa dos jornais em educar as pessoas, Pallares-Burke (1995) destaca que eles possuíam o “poder de corrigir o modo de pensar e de agir viciosos, faltosos ou inapropriados e de redirigi-los para os caminhos da razão e da civilidade”. Dessa forma os textos em forma de crítica à postura dessas pessoas visavam direcionar os comportamentos de acordo com o esperado - “(...) alguns

<sup>239</sup> ARNO, Ciro. *Os Enteados* (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952. p.130.

<sup>240</sup> *Theatro. A Idea Nova*, 12/05/1907, a.02, n.57, p.03.

<sup>241</sup> ARNO, Ciro. *Os Enteados* (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952. p. 72-73.

<sup>242</sup> ARNO, Ciro. *Os Enteados* (manuscrito não publicado). Diamantina: Biblioteca Antonio Torres, 1952. p. 73.

espectadores começaram a dar apartes das torrinhas e a dizer pilherias de mau gosto, o que dispõe um tanto contra a nossa civilização".<sup>243</sup>

Mesmo com as diversas menções aos fatos indesejados, seja pelos jornais católicos, ou mesmo por aqueles que não possuíam um vínculo direto com tal instituição, percebe-se que, ao longo dos anos, as reclamações com condutas se fizeram contínuas, nos dando indícios de que essas publicações foram pouco eficientes. Ademais, os conteúdos considerados impróprios também perduraram ao longo dos anos pesquisados, não sendo possível identificar alguma redução no público expectador, o que leva a crer que mesmo com as proibições eclesiais, uma parcela significativa da população mantinha assistindo aquilo que fosse do seu interesse, por mais que fosse claro uma tentativa das companhias, atores e diretores de teatro em se adequar às imposições sempre presentes.

## **6. Projeções modernas e civilizatórias: o cinema em Diamantina**

Na nossa cidade não havia nenhuma diversão popular. Nem cinemas nem clubes. Muitos jovens, nosso gênio alegre fazia-nos inventar as diversões e executá-las. Havia dias em que íamos ver o sol nascer em um local bem longe da cidade. Levantávamos bem cedo, antes das cinco horas da manhã, e caminhávamos para o local escolhido (RABELLO, 1964, p. 147-148).

Na passagem em questão, pode-se ter um pouco da dimensão do que eram os divertimentos dos mais jovens em Diamantina antes da chegada do cinema. Esse novo divertimento certamente trouxe consigo uma nova forma de lidar com o tempo livre. Os aparelhos que projetavam figuras em movimento surgiram entre as várias invenções no final do século XIX, os quais eram exibidos como novidade em demonstrações nos círculos de cientistas, em palestras ilustradas e nas exposições universais, ou misturados a outras formas de diversão popular, tais como circos, parques de diversões, gabinetes de curiosidades e espetáculos de variedades (COSTA, 2006).

---

<sup>243</sup> Theatro. A Idea Nova, 24/05/1908, a.03, n.111, p.01.

Em Diamantina, essas exposições iniciaram a partir de projeções feitas por meio do cinematógrafo,<sup>244</sup> em que empresas itinerantes iam até a cidade para exposições temporárias de filmes. Esse aparelho é considerado como um aperfeiçoamento feito, no ano de 1894, pelos irmãos Auguste e Louis Lumière do cinetoscópio de Thomas Edison. Foi um invento que se tornou afamado em diversos países, um momento que para Compacci (2012) foi um marco inicial para a história do cinema. A primeira demonstração pública do aparelho foi feita numa sala chamada *Eden* em La Ciotat, no sudeste da França, a 28 de setembro de 1895, e mais tarde, em 28 de dezembro do mesmo ano, foi também apresentado no *Grand Café* de Paris, sendo essa a primeira apresentação comercial do cinematógrafo (COMPACCI, 2012).

Foi encontrado dentre as fontes utilizadas para análises da temática em questão, a referência de que a primeira exposição de filmes realizada na cidade, de acordo com Pereira (2007), aconteceu no mês de agosto de 1902 no Teatro Santa Isabel, em que os empresários Vitor Lages e Germiniasse passaram fitas de cinema, a qual foi acompanhada pela música da Banda do Corinho.

Posterior a esse período, foi somente a partir do ano de 1906 que os jornais começaram a divulgar com maior regularidade a ida dos cinematógrafos até a cidade, os quais eram difundidos como “uma das maiores invenções da actualidade, pelo aperfeiçoamento de suas vistas moveis e falantes”.<sup>245</sup> Essas apresentações do cinematógrafo como um invento tecnológico, veiculadas pouco mais de 10 anos após a sua primeira exposição em Paris, ia ao encontro do ideal modernizador almejado pelas elites, aspiração essa já demonstrada em diversas passagens deste trabalho. Essa percepção de modernização por meio da projeção de imagens acontecia também, nesse mesmo período, em outras localidades. Garay e Salcedo (2009) ao estudarem sobre o cinema em Sincelejo na Colômbia, apontam que a chegada do cinematógrafo despertou naquela sociedade um sentimento de progresso e desenvolvimento, o qual permitia conectar a vida local com o resto da nação e do mundo.

---

<sup>244</sup> O cinematógrafo podia funcionar como câmera ou projetor, e ainda fazer cópias a partir dos negativos, além disso o seu mecanismo não utilizava luz elétrica, sendo acionado por manivela. Por seu pouco peso, ele podia ser transportado facilmente e assim filmar assuntos mais interessantes que os de estúdio, encontrado nas paisagens urbanas e rurais, ao ar livre ou em locais de acesso complicado. Além disso, os operadores do cinematógrafo Lumière atuavam também como cinegrafistas e multiplicavam as imagens de vários lugares do mundo para fazê-las figurar em seus catálogos (COSTA, 2006).

<sup>245</sup> Cynemathografo. A idea Nova, 17/03/1907, a.02, n.49, p.4.

Figura 15 - Cinematógrafo



Fonte: O Jequitinhonha, 31/03/1906, a.02, n.104, p.4.

Em Diamantina houve uma ampla divulgação entre os meses de março a setembro do ano de 1906 feita pelo periódico *O Jequitinhonha*, a qual anunciava a chegada do cinematógrafo do empresário José Felipe de Almeida, indicando que essa seria “uma novidade nunca vista, á excepção de tel-o sido no Rio de Janeiro”.<sup>246</sup> Entretanto, no mês de junho, o dono do aparelho enviou, por meio do jornal, uma mensagem à população informando ainda não ter sido possível a atração anunciada, pelo fato de estar se dedicando a fotografar diversas cidades para composição de um livro de fotografias, e anunciava que ele “espera, porem, achar-se nessa cidade por todo o mez de agosto, e nessa ocasião proporsionará á Diamantina uma das mais agradáveis diversões no genero fantasmagórico”.<sup>247</sup>

Mesmo com a expectativa criada, foi somente um ano após o primeiro anúncio que o jornal informava sobre a chegada do empresário à cidade, o qual levava consigo uma “riquissima colleção de assumptos variados e de vastas fitas estrangeiras e nacionaes, de homens celebres, altas autoridades civis, militares e politicas do Brasil”.<sup>248</sup> A primeira exibição ocorreu no dia 29 de março, em que os espectadores puderam assistir ao filme *A paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo*, o qual, segundo o jornal, era um “sensacional quadro que tem recebido o applauso e admiração em todos os lugares onde já foi exposto”.<sup>249</sup> Oliveira (2016) aponta que diversas outras

<sup>246</sup> Cynematographo. O Jequitinhonha, 22/04/1906, a.03, n.105, p.4.

<sup>247</sup> Cynematographo. O Jequitinhonha, 17/06/1906, a.03, n.111, p.04.

<sup>248</sup> Cynematographo. O Jequitinhonha, 17/03/1906, a.02, n.49, p.04.

<sup>249</sup> Cynematographo. O Jequitinhonha, 17/03/1906, a.02, n.49, p.04.

apresentações ocorreram no Teatro Santa Isabel (sempre aos domingos, com exceção da primeira na sexta-feira em decorrência da semana santa), com a participação da Orquestra Diamantina as quais contavam com a boa participação de espectadores.

Algumas outras empresas fizeram exhibições na cidade por meio dos cinematógrafos. Entretanto, essas foram pouco divulgadas, ou somente relatadas a partir de uma breve nota nos periódicos, restritas aos anos de 1907 e 1908. É provável que essa diminuição nas exhibições esteja atrelada ao fato da inauguração do primeiro cinema da cidade no ano de 1909, o que tornou a exhibição dos filmes por meio do cinematógrafo algo que fizesse parte do cotidiano da cidade, com local fixo e a partir de um calendário estipulado, desestimulando a ida de companhias de fora do local.

Com isso, instalou-se o Cinema Pathé na Rua Campos Carvalho a partir da iniciativa de Ramos Guerra Araújo e Anselmo Pereira Andrade.<sup>250</sup> Sua inauguração ocorreu em 14 de janeiro de 1909 na qual, nas palavras do periódico *O Norte*, fora “caprichosamente preparado o recinto onde se colocaram as bancadas, bem feita a instalação da luz electrica e nitidas as projeções das fitas que representam scenas interessantes”.<sup>251</sup> A reportagem ainda complementa dizendo que com isso, “fica Diamantina dotada com um genero de diversão que está hoje espalhado por toda parte, substituindo o teatro convenientemente”.<sup>252</sup> De fato, no período em questão, a começar no ano de 1907, diversas cidades brasileiras possuíam cinemas como no Rio de Janeiro e São Paulo. Com a facilidade em obter energia elétrica a partir da inauguração da usina de Ribeirão das Lages, ocorreu a abertura de mais de uma dezena de salas de exhibição em ambas as cidades (FOGUEL, 2018).

Vale destacar também o indicativo feito no jornal de que o cinema poderia substituir o teatro, o que leva a perceber uma visão segundo a qual os espetáculos encenados retratariam certo atraso quando comparado com os projetados. Dessa forma, bem como o sentimento de modernidade levado a algumas pessoas com a chegada do cinematógrafo, a abertura do cinema também manifestou o mesmo anseio

---

<sup>250</sup> De acordo com Oliveira (2016), o empresário Ramos Guerra de Araújo era dono da firma Guerra Araujo & Companhia, a qual possuía um armazém de secos e molhados na região central da cidade, local em que foi feito um anexo para a instalação do cinema a partir de uma sociedade com Anselmo Andrade.

<sup>251</sup> Cinema Pathé. *O Norte*, 16/01/1909, a.01, n.03, p.03.

<sup>252</sup> Cinema Pathé. *O Norte*, 16/01/1909, a.01, n.03, p.03.



que, na visão do redator do jornal *O Norte*, fez com que houvesse “indícios seguros de que a cidade prospera e se civiliza”.<sup>253</sup> Dessa forma, a partir desse progresso, ficaria a cargo do público “auxiliar aquelles que com esforços de bôa vontade tentam nos trazer os costumes das cidades adiantadas”<sup>254</sup>, esperando, portanto, “que os espectadores acostumados a se esmerar pela distincção de sua conducta, mantenham as regras estabelecidas pelos empresários, necessárias para a ordem e commodidade de todos”.<sup>255</sup>

Com a inauguração do Cinema Pathé, as sessões ocorriam diariamente das 18 às 22 horas com sessões de hora em hora, seguindo uma programação sempre divulgada previamente nos periódicos da cidade. A respeito do valor do ingresso “pela insignificante importância ao alcance de todos de \$500<sup>256</sup>”, Goodwin Jr. (2007) demonstra a efeito de comparação que o preço do jornal avulso *A Idéa Nova* estava em 200 réis, e uma dúzia de cervejas custava 6\$000, valor esse que aparentemente estava em conformidade para o público que lá frequentava, atentando para o fato de frequentemente ter sido anunciado a grande frequência de expectadores nas exhibições realizadas, o que trouxe uma nova dinâmica ao local como noticiado pelo jornal *O Norte*: “nota-se a rua do Commercio constantemente repleta e a animação do povo, que já encontra um local de divertimentos”.<sup>257</sup>

**Figura 16 - Jornal Cinema Pathé**



Fonte: Cinema Pathé, 1909, s/n., p.1

<sup>253</sup> Cinema Pathé. *O Norte*, 16/01/1909, a.01, n.03, p.03.

<sup>254</sup> Cinema Pathé. *O Norte*, 16/01/1909, a.01, n.03, p.03.

<sup>255</sup> Cinema Pathé. *O Norte*, 16/01/1909, a.01, n.03, p.03.

<sup>256</sup> Cinema Pathé. *O Norte*, 18/08/1909, a.01, n.31, p.03.

<sup>257</sup> Cinema Pathé. *O Norte*, 30/01/1909, a.01, n.05, p.02.

O estabelecimento contava inclusive com um jornal próprio, o qual trazia em suas páginas além de informes acerca do cinema, sinopses dos filmes que por lá eram exibidos sob o qual o próprio periódico informava que para

orientar melhor os frequentadores do nosso salão, resolvemos dar este programma em formato de um jornal, a fim de que os espectadores, ao entrarem no salão, já tenham mais ou menos formado no seu espirito o enredo dos dramas extraordinários a que vão assistir.<sup>258</sup>

Algumas semanas após sua inauguração, os seus proprietários anunciavam a construção de um anexo ao cinema denominado *Jardim High-Life*, o qual fora construído de forma a “satisfazer os mais exigentes”<sup>259</sup> com “um jardim á moderna, profusamente iluminado”<sup>260</sup> em que os clientes podem “entrar, instalar-se commodamente a uma mesinha elegante (...), tudo isso ao som de afinada e harmoniosa orchestra, que lá se achará todas as noites”.<sup>261</sup> Nesse período o termo *high-life* era comumente utilizado para nomear ambientes em que as pessoas com significativo recurso financeiro e a partir de uma aparente boa educação pautada nos ideais da época se encontravam para a socialização, em que além das amenidades proporcionadas por estes espaços era permitido inclusive aos seus frequentadores exibirem-se aos seus pares, além de certa forma de distinção social daqueles que não possuíam o mesmo capital econômico e social.

O jardim High Life promette ser o centro mais chic e smart de Diamantina, tão bem arranjado está ele, offerecendo todas as commodidades, para os habitués que quizerem se refrescar com bebidas frescas, ou matar o apleen, contemplando as estrellas per amica silentia uma<sup>262</sup>.

Os anúncios do espaço aludido faziam questão de ressaltar o apuro e elegância. Assim, as frases escritas eram sempre acompanhadas de palavras estrangeiras, o que de certa forma contribuía para oferecer ao local um *status* de requinte como os encontrados em países estrangeiros. Oliveira (2016) ainda destaca que a valorização da cultura internacional se estendia inclusive aos filmes estrangeiros, em especial para as fitas americanas, além das propagandas do cinema sempre estarem acompanhados de termos como o *smart*, *great attraction*, além da substituição da palavra *fita* por *film*, o que ia ao encontro da forma de educação dada

<sup>258</sup> Cinema Pathé. Cinema Paté, [Março?] 1909, s/d., p.1.

<sup>259</sup> Cinema Pathé. Cinema Paté, [Março?] 1909, s/d., p.1.

<sup>260</sup> Cinema Pathé. Cinema Paté, [Março?] 1909, s/d., p.1.

<sup>261</sup> Cinema Pathé. Cinema Paté, [Março?] 1909, s/d., p.1.

<sup>262</sup> Cinema Pathé. A Idea Nova, 08/03/909. a.03, n.155, p.01.

às pessoas, tendo em conta que a Escola Normal da cidade mantinha disciplinas que propunham o ensino do latim, francês e inglês.

Essa distinção do ambiente se estendia inclusive aos seus frequentadores pois, como noticiado no *A Idea Nova* no ano de 1910, “continuam a ser os pontos da elite das famílias diamantinenses o cinematographo dos srs. Ramos, Guerra, Araujo e Comp. e o jardim Hig Life contiguo a esta casa de diversão”.<sup>263</sup>.

Os investimentos feitos pelos donos do estabelecimento eram frequentemente anunciados nos periódicos, ressaltando sempre o uso da tecnologia mais moderna, bem como a aquisição de novas fitas, como foi o caso “de uma esplendida fita de 100 metros, representando todos os passos principaes da vida de N. S. Jesus Christo”<sup>264</sup>, a qual, segundo eles, era “uma fita nitida, clara, colorida, animada, que representa quasi ao vivo”.<sup>265</sup> O investimento para aquisição dessa fita foi alto, custando a quantia de dois contos de réis, “razão pela qual fomos obrigados a elevar o preço de entrada a 1\$000”.<sup>266</sup> Sobre este valor era argumentado de que “não é caro: é o preço ordinário de entradas no Rio e em outras cidades cultas”.<sup>267</sup> Entretanto, mesmo que esse fosse o único estabelecimento do ramo na cidade, a duplicação do valor da entrada parece não ter agradado aos frequentadores pois, no mês seguinte elas retornaram ao valor de quinhentos réis.

Esse monopólio estava prestes a acabar quando em setembro de 1911, o jornal *A Idea Nova* anunciou que Nestor Vieira e João José Dias viajaram para o Rio de Janeiro a fim de adquirir um aparelho cinematográfico, com o intuito de inaugurar um novo cinema anexo à sua casa comercial situada na rua direita da cidade. A partir de então era frequente o anúncio da abertura desse novo o estabelecimento o que aconteceu no ano seguinte no dia 02 de abril.

No dia 2 do corrente, na rua Direita, em um vasto e luxuoso salão inaugurou-se o Cinema Ideal, dos srs. João José Dias & Companhia, com a presença da banda militar do 3º Batalhão.

Ao meio-dia compareceu o exmo. Revmo. Sr. D. Joaquim Silveira de Souza, Arcebispo-bispo da Diocese, acompanhado de alguns sacerdotes, assistindo os films FILHO PRODIGO, MARGEM DO GANGES JOAQUIM MURAT.

<sup>263</sup> Vida Social. *A Idea Nova*, 11/09/1910, a.05, n.251, p.02.

<sup>264</sup> Cinema Pathé. Cinema Paté, [Março?] 1909, s/d., p.1.

<sup>265</sup> Cinema Pathé. Cinema Paté, [Março?] 1909, s/d., p.1.

<sup>266</sup> Cinema Pathé. Cinema Paté, [Março?] 1909, s/d., p.1.

<sup>267</sup> Cinema Pathé. Cinema Paté, [Março?] 1909, s/d., p.1.

Depois, a entrada foi franqueada gratuitamente ao público até as 6 horas da tarde, exibindo-se numero a fitas de muito gosto.<sup>268</sup>

O novo espaço possuía “um vasto salão para esse fim especialmente adaptado, revestido de todas as comodidades e obedecendo as regras modernas de hygiene e bom gosto”.<sup>269</sup> Ademais ele contava com “uma excellente mobília e ventiladores electricos”<sup>270</sup>, o que o tornava distinto do seu concorrente, além do fato do mesmo “funcionar por elctricidade, produzida por um excellente motor”.<sup>271</sup>

Apesar da nova concorrência não foi possível identificar alguma alteração no público frequente em ambos, mesmo que os dois fossem divulgados a partir dos ideais almejados pela elite da cidade. Certo é que os periódicos continuaram a divulgar a ampla concorrência que havia em ambos, sempre exaltando as pessoas que frequentavam o local. Entretanto, outro aspecto antes quase inexistente tomou lugar nas discussões acerca dos cinemas, os quais estavam pautados nos filmes que eram exibidos.

Com temática variada, os gêneros iam desde a exibição de fatos corriqueiros da vida, como a exibição de funerais de pessoas conhecidas, até dramas e comédias. Dessa forma, o que era reproduzido nas telas ora agradava determinado segmento e desagradava outros, o que fez com que houvesse significativa veiculação de posicionamentos frente aos filmes. Pode-se dizer então que como desenvolvimento do cinema no mundo, os filmes de diversas temáticas, além das religiosas já tão populares, foram ampliando tornando as salas de projeção espaços cada vez mais comercial, ganhando casa vez mais o gosto dos expectadores. Assim, como a preocupação em regular os mais variados aspectos da vida social, a Igreja não deixaria de tentar orientar e controlar o consumo dessa prática que se difundia cada vez mais.

As críticas mais enfáticas partiram, sem dúvidas, da Igreja Católica que por meio do seu periódico *A Estrela Polar* publicou diversos textos que repudiavam alguns filmes exibidos. Se a inauguração do Cinema Ideal foi prestigiada inclusive pelo arcebispo da arquidiocese da cidade e alguns membros do clero, semanas mais tarde o jornal fundado pelo religioso proferia uma severa crítica ao estabelecimento recém-

---

<sup>268</sup> Cinematographos. *A Idea Nova*, 07/04/1912, a.07, n.313, p.02

<sup>269</sup> Cinema Ideal. *A Idea Nova*, 31/03/1912, a.04, n.312, p.02.

<sup>270</sup> Cinema Ideal. *A Idea Nova*, 31/03/1912, a.04, n.312, p.02.

<sup>271</sup> Cinema Ideal. *A Idea Nova*, 31/03/1912, a.04, n.312, p.02.

inaugurado, o qual segundo eles estavam reproduzindo cenas “cynicas e anti-religiosas”, o que ia em desencontro com o que fora firmado entre o dono do estabelecimento com o clero local.

Segundo a nota publicada, “longe, pois de merecer o *Cinema Ideal* confiança, o que bem merece é o abandono completo das famílias e de todas as pessoas que se presam de serias”.<sup>272</sup> A crítica girava entorno fundamentalmente do filme “Notre Dame de Paris” baseado da obra de Victor Hugo, a qual aparentemente desagradou o redator do jornal e aparentemente algumas pessoas que lá estavam, considerando que o texto do jornal enaltece alguns expectadores que se retiraram do local – “E dignas de louvores foram as famílias que daquelle salão se retiraram, em nobre gesto em atitude de reprovação, apenas o cynismo e a calúnia se revelaram na tela”.<sup>273</sup>

Ao contrário do que acontecia com o Cinema Ideal, as relações do clero com o seu concorrente, o Cinema Pathé, aparentava ser mais amigável, tendo em vista que é possível encontrar no mesmo jornal em questão notas elogiosas ao empreendimento:

Os nossos melhores votos são pela prosperidade do popularíssimo Cinema a que não tem faltado escrúpulo bastante na escolha dos *films* exibidos. Continuem os seus proprietários presidindo a escolha das fitas, com critério bastante e caprichosa moral; não permitam descambar o acreditado Cinema para o abysmo da pornografia, e terão sempre a concurrencia e a apreciação que lhe têm sido dispensadas até agora.<sup>274</sup>

De conformidade como *A Estrella Polar*, o *Pão de Santo Antônio*, outro jornal católico, também ressaltava com frequência o decoro nas fitas exibidas no cinema em questão: “as nove fitas exibidas, com excepção de uma comica, inconveniente, agradaram geralmente aos expectadores que encheram á cunha na quinta-feira e no domingo ultimo, o salão dessa casa de diversão diamantinense<sup>275</sup>”. Como se pode perceber, acompanhado do elogio existe também uma leve crítica aos chamarem atenção para uma comédia exibida, a qual segundo eles, “não sómente são detestaveis e inconvenientes, como são nocivas á moral, por isso, não devem ser exibidas, num cinema tão acreditado e familiar com é o Pathé”.<sup>276</sup>

<sup>272</sup> Cinema Ideal, *A Estrella Polar*, 02/06/1912, a.02, n.22, p.01.

<sup>273</sup> Cinema Ideal, *A Estrella Polar*, 02/06/1912, a.02, n.22, p.01.

<sup>274</sup> Cinema Pathé. *A Estrella Polar*, 20/01/1910, a.01, n.03, p.03

<sup>275</sup> Cinema Pathé. *Pão de Santo Antonio*, 31/08/1911, a.05, n.12, p.02.

<sup>276</sup> Cinema Pathé. *Pão de Santo Antonio*, 31/08/1911, a.05, n.12, p.02.

Da mesma forma que jornal *Pão de Santo Antonio, A Estrella Polar* também fazia ressalvas aos filmes que julgasse impertinentes: “Apesar da bôa vontade que teem tido os empregarios deste cinema na escolha de fitas cinematográficas, foi exhibida uma que não prima pela moral”.<sup>277</sup> Entretanto, fica nítida a preocupação do cinema em estar em consonância com a moral cristã, atentando-se ao número seguinte do jornal em questão, no qual fora noticiado que “tendo-nos referido no numero passado desta folha, a uma fita inconveniente que fora exhibida neste cinema, cumpre-nos registrar que a fita em questão foi retirada logo no dia seguinte ao dia de sua primeira exhibição”.<sup>278</sup>

Diferente deste posicionamento, o *Cinema Ideal* aparentemente não se importava com as críticas pois continuaram a reproduzir fitas que frequentemente eram recriminadas pelos representantes da Igreja. Tal fato levou inclusive a uma organização religiosa denominada Legião da Luz a espalhar um boletim pela cidade:

Todo mundo reconhece a influência que exerce o cinematographo sobre o animo de seus assistentes e a impressão que produzem as scenas por elle reveladas.

É um perigo, portanto, para a nossa cidade, para a família e para a sociedade, a exhibição de fitas, revelando scenas immorales, impudicas, livres e corruptoras dos bons costumes.

Ora, a sociedade diamantinense, prima pela sua moralidade, e a exhibição de taes fitas em nosso meio, é uma affronta aos nossos sentimentos de nobreza.

A Legião da Luz protesta, portanto, contra a exhibição que esta fazendo o Cinema Ideal – de uma dessas fitas e aconselha aos catholicos e as famílias diamantinenses abstenção que devem ter de frequentar essa casa de diversão, enquanto não derem os espectaculos com programma antecipadamente publicado e julgado bom.<sup>279</sup>

A nota também chamava atenção das autoridades policiais do local para o fato de que os jornais chegados de São Paulo noticiavam que o secretário da justiça e da segurança pública do lugar acabara de nomear um delegado para fiscalizar as fitas cinematográficas que seriam exibidas na capital. Era solicitado a Sampaio Vidal que propusesse medida semelhante na cidade.

Outra medida a esse respeito foi tomada com a criação da *Liga Antipornográfica* a exemplo da que fora fundada no Rio de Janeiro, em que um grupo de católicos liderado por José Augusto Neves e secretariada pelos padres Antonio Santos e José Pedro Lessa em que ficara determinado que “uma das obrigações dos

<sup>277</sup> Chronica Local. A Estrella Polar, 24/11/1912, a10, n.46, p.02.

<sup>278</sup> Chronica Local. A Estrella Polar, 01/12/1912, a10, n.47, p.02.

<sup>279</sup> Cinema Ideal. A Estrella Polar, 02/06/1912, a.10, n.22, p.01.

membros da Liga era repelir a todo o transe as más leituras, como o *Malho*, a *Lanterna*, as ruins peças theatraes, as fitas cinematográficas péssimas, quaes estavam exhibindo o «*Cinema Ideal*» desta cidade”.<sup>280</sup> Dessa forma, os que assinassem o livro estavam se declarando à *Liga Antipornographica*<sup>281</sup> do Rio de Janeiro e estavam obrigados a não mais frequentarem o cinema em questão enquanto ele não deixasse de exhibir os filmes considerados indecorosos, ficando o documento à disposição na redação do jornal *A Estrella Polar* para aqueles que de alguma forma se interessassem a fazer parte daquele movimento.

Oliveira (2016) destaca que a partir de então os elogios oriundos do periódico *A Estrella Polar* direcionados ao *Cine Pathé* se intensificaram, bem como as críticas ao *Cinema Ideal* também se tornaram mais frequentes. A autora ainda destaca que os elogios se estendiam a todos os estabelecimentos comandados pela empresa Guerra Araújo e Companhia ressaltando os seus anos de instrução, de ensinamento da moral e das lições divinas à população diamantinense.

Ademais, neste mesmo período, a partir da preocupação das proporções que o cinema tomava ao redor do mundo, a Igreja, a partir da liderança do Papa Pio X, publicou em julho de 1912 um ato que versava sobre a exibição de filmes dentro das igrejas em que ficara determinado que:

- I – as cadeiras destinadas às mulheres ficarão separadas das dos homens;
- II – a igreja ficará profusamente iluminada, salvo no momento das projeções em que ficará em semi-obscuridade;
- III – o vigário será obrigado a assistir todas as sessões, exercendo a maior vigilância;
- IV – só haverá exibição de filmes religiosos e morais (SILVEIRA, 1978, p. 29).

Essa publicação fora noticiada pelo periódico *A Idea Nova* o que afirma que esse ato causara surpresa em todo o mundo católico. Em seguida é apresentada a justificativa da Igreja para tal, afirmando que a mesma “não é inimiga da ciência(...), o que a igreja há sempre condenado são os exagegeros dos pseudo-scientistas”.<sup>282</sup> Eles ainda complementam afirmando ser o cinematógrafo “uma invenção de utilidade – inquestionável – e é impossível negar que a sua eficácia póde ser grande como meio

<sup>280</sup> Liga Antipornographica. *A Estrella Polar*, 09/06/1912, a.10, n.23, p.02.

<sup>281</sup> Não somente no Rio de Janeiro e Diamantina como citado no texto, era bastante comum a união de pessoas, em especial os católicos para a busca disciplinarização e censura cinematográfica, como foi o caso da *Legião da Decência*, a qual fora fundada em 1933 por bispos norte americanos

<sup>282</sup> O Cinema na Igreja. *A Idea Nova*, 09/06/1912, a.07, n.321, p.01.

de educação moral e religiosa”.<sup>283</sup> Percebe-se então o posicionamento da Igreja frente ao cinema, demonstrando que esta não era contrária às suas práticas, desde que elas fossem utilizadas de forma a educar e edificar as pessoas em conformidade com os pressupostos por ela estabelecidos.

Entretanto essa permissividade não durou muito tempo pois a Igreja foi mais severa meses mais tarde, quando em dezembro de 1912 publicou um decreto proibindo as projeções nos templos religiosos com a justificativa de que “dado que muitos se dirigiam aos responsáveis pelos cultos junto ao Centro Apostólico para saber se uma prática do tipo podia ser tolerada ou proibida” (ALMEIDA, 2002, p. 37), o que levou aos padres analisarem a situação e determinar que:

os edifícios consagrados a Deus, onde se celebram os mistérios divinos e onde os fiéis são elevados às coisas celestes e sobrenaturais, não devem ser desviados para outros usos, particularmente representações, mesmo aquelas honestas e piedosas, os Eminentíssimos Padres avaliaram que as projeções fixas e representações cinematográficas, quaisquer que sejam elas, devem ser absolutamente proibidas nas igrejas (ALMEIDA, 2002, p. 37).

Os elogios e críticas não ficaram somente a cargo dos periódicos religiosos, uma vez que, mesmo de forma indireta, alguns se posicionavam contra ou a favor do que era exibido, como foi a nota publicada no jornal *Diamantina*, a qual, mesmo sem citar um estabelecimento específico tecia críticas ao cinema:

Acontece, porém, que os cinemas por toda a parte, têm abusado, exibindo fitas indecorosas, que são verdadeiros escândalos e incitamento ao vício. Assim, essa sublime invenção vae se transformando numa verdadeira escola de crimes e de devassidões de toda espécie. (...) Ora, até mesmo aqui em Diamantina, os cinemas têm exibido fitas simplesmente indecorosas? Umas ensinando a seduzir, a furtar, outras a matar, afora as pornográficas.<sup>284</sup>

Era possível também encontrar notas elogiosas ao *Cinema Ideal*, como a veiculada pelo jornal *A Idea Nova*:

Segunda-feira passada, fomos surpreendidos no Cinema Ideal, pela excellencia absoluta das fitas que nos foram dadas apreciar. Dizemos que fomos surpreendidos, por termos ficado parados á porta d’aquelle cinema, contemplando o grande quadro inanimado que lá se encontrava, e por não ter este revelado absolutamente, com o nome simples das fitas, a excellencia e perfeição do enredo n’ellas contidos. Si não fosse uma mera roda do accaso, teriamos nos afastado d’aquelle cinema, afugentados pelos títulos das peças, que escondiam alias, uma verdadeira victoria em cinematografia. É nescessario que os activos proprietarios dos cinemas locaes, cuidem do desenvolvimento propagador das fitas que devem ser exhibidas, fazendo

<sup>283</sup> O Cinema na Igreja. A Idea Nova, 09/06/1912, a.07, n.321, p.01.

<sup>284</sup> O Cinema. Diamantina, 29/11/1913, a.01, n.01, p.02.



espalhar programas, conrendo sempre a descrição mais ou menos detalhada das peças dadas á contemplação do publico.

Será este um meio seguro de attrahir grande numero de espectadores, que, si não houver propaganda, ficarão em suas casas a espera do ruído alcançado por uma fita para, então, ir pachorrentamente apreciar-a.

As fitas que assistimos, repetimos, foi, uma agradável surpresa que tivemos, e vieram mostrar o cuidado que têm os proprietarios do Cinema Ideal, na escolha das peças que apresentam ás vistas curiosas de um publico numeroso.<sup>285</sup>

Não foi possível identificar em até que medida esses pontos de vista afetaram a frequência do público no cinema considerado indecoroso. O que se percebe é que o jornal em questão seguiu informando aos leitores que a concorrência de público no local seguia grande. Entretanto presume-se que após estes ataques o estabelecimento em questão deixou de existir dada a ausência de referências ao mesmo a partir do ano de 1913.

Em contrapartida, o *Cine Pathé* seguiu atuante na cidade ao longo dos anos, o qual manteve o seu funcionamento mesmo após ser acometido por um incêndio em 17 de agosto de 1912, fazendo com que ele fosse fechado para reforma, sendo reaberto menos de três meses após o ocorrido. O seu funcionamento se manteve no local até o ano de 1914, quando seus donos arremataram o novo *Teatro Santa Isabel* construído por iniciativa da Santa Casa de Caridade transferindo o seu funcionamento para esse prédio. Mesmo mantendo o seu foco principal com o cinema, o espaço passou a dividir espaço com apresentações teatrais e outros eventos, passando a ser chamado de *Cinema Teatro*.

Mesmo que aparentemente a partir deste momento este fosse o único cinema da cidade, aliado ao fato de seus donos estarem em consonância com as determinações religiosas, as críticas ao cinema, dessa vez de forma mais generalizada, permaneceram. Inclusive foi nomeado a partir da iniciativa da União Popular uma comissão composta pelos padres Gabriel Amador, Majores Sebastião Andrade e Pedro Brant “para propor aos empresários uma outra comissão da referida união para o exame e censura dos *films* que devem ser exibidos”<sup>286</sup>, o que foi prontamente aceito pelos empresários.

<sup>285</sup> Propaganda dos Cinemas. A Idea Nova, 19/05/1912, a.07, n.318.

<sup>286</sup> Cinema Theatro. A Estrella Polar, 13/06/1915, a.13, n.24, p.01.

Tal qual esses periódicos Diamantinenses, outros periódicos católicos brasileiros<sup>287</sup> também se dedicavam ao combate à concorrência que o cinema fazia às questões religiosas. A ideia que se pregava era a de que o cinema contribuía para que as pessoas se habituassem a uma vida de pecados, tendo em consideração que ele era tido como “a degeneração dos costumes, a incontidência viva, a escola muda, mas flagrante, do crime e da prostituição”.<sup>288</sup> Apesar disso, reconhecia-se o potencial que o cinema teria se fosse utilizado corretamente, pois ele “poderia ser um estímulo magnífico para a propaganda dos bons princípios, dos exemplos edificantes”<sup>289</sup>, entretanto contrário a essa potencial educação, o cinema era visto como “o mestre mudo de como se furtam beijos, de como se ludibriam moças, de como se desfazem capellas virginaes, de como se mata e de como se engana a policia”.<sup>290</sup>

Críticas e posicionamentos como o apresentado acima foram comuns em todo o período que compreende este estudo, entretanto a atividade cinematográfica se manteve presente e atuante no cenário local, chegando inclusive a ser ampliada na medida em que o cinematógrafo se popularizava, como foi o caso do empresário João Candido Ribeiro que no ano de 1925 anexou à sua agência de loterias um estabelecimento que possuía os equipamentos necessários para levar o cinema até a casa das pessoas mediante o pagamento da quantia de 20\$000. Esse empreendimento oferecia aos seus clientes filmes comprados e até mesmo os produzidos por eles mesmo, como a projeção da lavra do Mendanha de propriedade de Roberto e Spangler, ressaltando sempre que estas estavam em conformidade com os ditames da Igreja. Não foi possível identificar exatamente como aconteciam as atividades deste empreendimento, levando em conta que as informações sobre o mesmo apareciam apenas nos pequenos anúncios feitos nas últimas páginas do periódico *Pão de Santo Antonio*.

Por fim, compreende-se que no período estudado o movimento de orientação da moral católica interferiu significativamente nas projeções cinematográficas da cidade, considerando que a instituição estimulou a frequência nos estabelecimentos que julgassem adequados, bem como na maioria das vezes conseguiram articular

---

<sup>287</sup> Pode-se citar as revistas Vozes de Petrópolis (1907), A Tela (1919), e A Ordem (1921) e o jornal A União (1916) (GUSMÃO e SANTOS, 2015).

<sup>288</sup> O Cinema. Pão de Santo Antonio, 28/12/1924, a. 17, n.28, p.02.

<sup>289</sup> O Cinema. Pão de Santo Antonio, 28/12/1924, a. 17, n.28, p.02.

<sup>290</sup> O Cinema. Pão de Santo Antonio, 28/12/1924, a. 17, n.28, p.02.

para que os filmes projetados estivessem em consonância com os seus ideais. Dada a necessidade de se dispor de quantias significativas para que se pudesse fundar e manter uma sala de projeção, a cidade contava com limitados estabelecimentos do gênero, o que contribuía para que essa forma de se divertir estivesse mais atrelada àquelas pessoas que pudessem pagar pela entrada, o que deixava de lado uma camada da população com menor poder aquisitivo. Dessa forma, diferente dos diversos divertimentos estudados, pode-se dizer que a censura católica conseguiu se fazer presente nesse tipo de atividade graças ao apoio e submissão da maior parte dos donos desses estabelecimentos.

Assim, compreende-se que os divertimentos apontados nesta parte representam uma estrutura comum para a sociedade diamantinense da época em que os fazeres sempre estiveram permeados pela lógica religiosa católica. A Igreja, na tentativa de fazer com que as pessoas se adequassem aos parâmetros por ela considerados ideais, utilizou-se dos jornais para veiculação de discursos ora ameaçadores e firmes, ora compreensivos e fluidos. Percebe-se então a existência de certa permissividade dentre as práticas, o que será mais bem desenvolvido a seguir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de tecer as últimas páginas deste trabalho, têm-se a sensação de que muito ainda havia para ser dito. Ao contrário do intuito de esgotar o assunto aqui abordado, acredita-se que suscitar reflexões e apresentar panoramas para possíveis outros estudos é muito mais válido, considerando principalmente que em estudos como este, o assunto só se encerra quando o prazo termina.

A utilização da religião como norteadora, bem como a utilização de jornais como fonte de pesquisa se apresentaram como um panorama amplo e complexo, o qual permite que futuras pesquisas possam complementar os elementos abordados acerca dos divertimentos eleitos, bem como apontamentos para outras possíveis práticas desenvolvidas na cidade. A escolha da cidade de Diamantina como palco para as análises, certamente são um pequeno, porém significativo, complemento para a história local, a qual há muitos anos tem sido objeto de outros pesquisadores, o que reforça ainda mais a sua importância na construção da historiografia do Brasil. Ademais, a possibilidade em se realizar trabalhos similares abordando outras localidades se mostra promissora, em especial quando se tem o foco voltado para o interior dos estados, regiões ainda pouco exploradas nos âmbitos de pesquisas acadêmicas, o que permitiria um contraponto entre similaridades e diferenciações de um mesmo fenômeno cultural.

A própria discussão entre a relação da Igreja com as práticas de divertimento poderia ser analisada por outros prismas, que não os de uma elite letrada, idealizadora da imprensa, o que permite inclusive que se possa descobrir outras formas de divertimento que as fontes pesquisadas pouco, ou nada, puderam dar indícios. Outras fontes, como os disponíveis na Arquidiocese de Diamantina, documentos cartoriais, registros históricos, ou até mesmo relatos orais seriam capazes de validar, complementar ou até mesmo refutar o que aqui foi concluído, pois é sabido que os resultados de uma pesquisa histórica não devem ter a pretensão de ser algo determinista, o que pode ser melhorado, ou até mesmo analisado de outras maneiras à medida em que o conhecimento acerca de determinado assunto avança.

Os anos a serem abordados podem inclusive retroceder, ou avançar, uma vez que o recorte temporal aqui estabelecido de trinta anos, faz referência a uma pequena

parcela de tempo, o qual que está inserido em centenas de anos, desde a fundação do Arraial do Tijuco até os dias atuais. Desta forma, vislumbra-se que as temáticas abordadas sirvam de indícios para que futuras pesquisas possam ser desenvolvidas, projetando que um dos principais objetivos, mesmo que não mencionado anteriormente, tenha sido o de suscitar investigações de pesquisadores que se proponham a refletir sobre assuntos como este.

Na obrigatoriedade que se tem em concluir este trabalho, é importante relembrar os pontos centrais até aqui abordados. As análises feitas abordaram as tentativas da Igreja Católica em influenciar no divertimento das pessoas, seja a partir dos discursos nos jornais religiosos, ou mesmo aqueles que não tinham esse caráter institucional, por meio da manifestação de pessoas que professavam aquela fé. Desse modo, muito foi dito acerca do modo de se divertir que essas pessoas gostariam de ver, seja por meio de direcionamentos do comportamento individual com orientações e instruções, seja a partir das críticas direcionadas principalmente a fatos ocorridos no cotidiano daquela época.

Os representantes da religião católica exerciam papel significativo em basicamente todos os setores sociais da época, os quais assumindo cargos de poder, tinham por meio da imprensa um dos principais amplificadores de suas vozes, o que a fez ecoar entre as mais distintas pessoas os seus ideais e proposições. Muito além das camadas letradas da população, essas intenções atingiam até mesmo àqueles que não se utilizavam dos jornais como meio informativo, pois os modos de se portar, agir e até mesmo de ser se desenvolviam a partir de uma série de outros símbolos sociais.

Esses discursos eram pautados no objetivo de tornar, ou até mesmo manter, Diamantina, aos olhos de quem os proferiam, uma cidade civilizada, conservadora dos bons hábitos e costumes. Esse anseio de uma cidade moralizada atrelada aos preceitos religiosos, na maioria das vezes estavam em consonância com o que era almejado pela elite local, a partir das propostas de melhorias do espaço urbano, valores e regras de convívio, modo de vestir e se apresentar perante a sociedade. Esses ideais religiosos e burgueses iam ao encontro do controle dos espaços públicos em especial, buscando sempre com que se fizesse firmar os instrumentos para uma convivência harmônica, estética e pudorosa.

A cidade a partir do seu desenvolvimento tecnológico, como a chegada da luz elétrica, a abertura de cinemas, construção da linha férrea, dentre outros, agradou a uma parcela da população que almejava o progresso, e ao mesmo tempo trouxe um sentimento dúbio para os mais conservadores, faz-se referência aqui inclusive aos religiosos, que ora se mostravam satisfeitos com o progresso que se via na cidade, mas que ao mesmo tempo se mostravam reticentes com o que esse desenvolvimento poderia causar a partir das transformações daquilo que acreditavam que deveria ser conservado.

Essa modernidade, acompanhada do processo de europeização galgado por parte da população, trouxe consigo uma série de questões a serem enfrentadas, levando em conta que os novos hábitos eram difundidos cada vez mais entre as pessoas. Daí têm-se o forte apelo religioso em fazer com que a população não assumisse as transformações advindas junto a tal fenômeno, elementos estes que pela sua simples existência apresentavam ter uma capacidade de aproximar as pessoas de uma realidade mais profana.

Ao longo do trabalho foram apresentados diversos argumentos utilizados por aqueles que desejavam manter os ideais católicos: o combate a tudo aquilo que acreditava-se que pudesse afastar o indivíduo de Deus, bem como a conservação dos ideais que de alguma forma os purificassem. A partir das análises destes discursos, foram abordados diversos exemplos desses sinais do que se demonstrava ser a realidade esperada – o próprio espaço urbano era tido como um ambiente propício para a construção de uma população mais contida, tanto na forma com que se relacionavam, como no ato de se portar, vestir, ou até mesmo a partir de indicações de lugares que poderiam ou não frequentar.

O advento da chegada do cinema foi um dos mais fortes exemplos do que se quer dizer aqui, pois a partir dele foi possível observar o questionamento da frequência do público em um ambiente em que dado momento era tido como o ideal, versus outro estabelecimento do mesmo setor que fora severamente criticado por não cumprir com os preceitos estabelecidos pela religião da época. Como nos filmes, os espetáculos de teatro também apresentavam a mesma dualidade, bem como os livros lidos e os ritmos dançados nos bailes. As representações sagradas sempre deveriam fazer parte dos divertimentos, e quando tal situação não fosse possível, os atos deveriam estar

pautados numa imaculada ordem, sempre obedecendo os preceitos bíblicos, frequentemente vigiado e orientado a partir dos jornais.

As atividades “escandalosas” eram frequentemente traduzidas em repressão àqueles que não se moldavam à aspiração religiosa: muitos jogos foram combatidos, leituras condenadas, danças proibidas.... A religião era o norte de vida para o indivíduo, por isso os jornais exaltavam as figuras religiosas, incentivavam a participação das missas, o ato de guardar os domingos e principalmente na forma de se conduzir a existência.

Faz-se necessário destacar que a Igreja via de regra não condenava as atividades em si. Os livros se demonstraram como um importante aliado na educação religiosa das pessoas, desde que fossem utilizados aqueles indicados pela instituição. Os anúncios de filmes se mostraram constantes nos periódicos católicos, mas somente aqueles que retratassem momentos religiosos. Os jogos foram promovidos, desde que tivessem como fim a arrecadação de fundos para fins beneficentes. Dessa forma, os ataques eram quase sempre pautados em como aquelas atividades deveriam ser desenvolvidas, as quais obrigatoriamente necessitariam cumprir o seu papel instrutivo ou caritativo.

Mesmo frente à frequente censura religiosa, os divertimentos tidos como impuros continuaram a acontecer, pois em todo período pesquisado sempre houve nos jornais notas que repudiassem as atividades das pessoas. Diferente dos objetivos eclesiásticos, os divertimentos profanos não só deixaram de se desenvolver, como vias de regra se ampliaram, o que demonstra que as pessoas, em especial com o passar dos anos, cada vez menos estiveram em consonância com as imposições clericais. Tal fato demonstra inclusive que a Igreja, apesar do seu tom moralizador, muitas vezes foi tolerante com as práticas por ela condenadas, haja vista que inclusive as festividades religiosas traziam consigo diversos elementos que não estavam de acordo com o que por ela era determinado.

Dessa forma, conclui-se que os divertimentos da cidade tiveram significativas influências da Igreja católica, tendo em vista que os preceitos da moral cristã, orientada desde a mais tenra infância, era visceral nos indivíduos. Assim, dentro de suas limitações, o catolicismo foi combativo com relação às práticas por ele julgadas impróprias. Por consequência, até mesmo as pessoas que não professavam tal fé, se

viam influenciados por esses códigos religiosos, o que, em certa medida, fez com que todos tivessem que se adequar às normas estabelecidas. Em contrapartida, vale ressaltar que até mesmo os fiéis, muitas vezes não se adequavam aos preceitos estabelecidos, o quais se permitiam vivenciar momentos que fugissem das orientações religiosas.

Assim, pode-se dizer que o catolicismo lá desenvolvido foi conservador nas suas palavras, mas muitas vezes transigente em sua essência. Por fim, afirma-se que a sociedade diamantinense da época era diversa e, a partir dos seus múltiplos olhares, convivia com regras estabelecidas em um limiar fluido que oscilava entre a intolerância e a tolerância, o que fazia com que naquele cotidiano a ilegalidade fosse desenvolvida, e às vezes promovidas até mesmo pelos intransigentes, bem como a legalidade solicitada e concebidas pelos complacentes.



## BIBLIOGRAFIA

### FONTES DOCUMENTAIS

#### Jornais

- A Diamantina. 1909 – 1910
- A Estrella Polar. 1903 – 1926
- A Idéa Nova. 1906 – 1918
- A Voz do Norte. 1917 – 1918
- Diamantina. 1913 – 1929
- O Itambé. 1903 – 1905
- O Jequitinhonha. 1904 – 1906
- O Município. 1900 – 1903
- O Norte. 1906 – 1909
- Pão de Santo Antonio. – 1906 – 1930

#### Outros Documentos

- Fundo José Teixeira Neves. Diversas Caixas. Biblioteca Antonio Torres. IPHAN – Diamantina, MG.
- Arquidiocese de Diamantina. Cúria – Diamantina, MG

#### Memorialistas

- ARNO, Ciro. Memórias de um estudante. Belo Horizonte, 1949.
- ARNO, Ciro. Os Jatobás. Rio de Janeiro, 1951.
- ARNO, Ciro. Os enteados (manuscrito nunca publicado), 1952.
- BARRETO, Abílio. A noiva do tropeiro. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Difusão cultural, 1942.
- MORLEY, Helena. Minha vida de menina. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RABELLO, A. O Hóspede. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1978.

RABELLO, Edésia Correia. Lá em casa era assim. Com prefácio de Aires da Mata Machado Filho. Edição Siderosiana, Belo Horizonte, 1964.

SANTOS, Luís Gonzaga dos. Memórias de um carpinteiro. Belo Horizonte: Bernardo Alvares, 1963.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. D. **Os Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil, 2003.

ADÃO, K. D. S. Diversões e Devoções em São João Del Reu: um estudo sobre as festas de Bom Jesus do matosinhos, 1884-1924. **Tese de doutorado**, Campinas, 2001.

ALMEIDA, C. A. Meios de Comunicação Católicos na Construção de uma Ordem Autoritária: 1907/1937 - Tese de Doutorado. **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2002.

ALVES, J. R. M. A história da EAD no Brasil. In: LITTI, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education no Brasil, 2009.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANDRADE, A. L. V. D.; BULHÕES, A. M. D. **A Mulher e o Teatro Brasileiro do século XX**. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2008.

ANÍSIA DE PAULO FIGUEIREDO, A. C. F. W. J. D. C. **A Terra, O Pão, A Justiça Social**. Belo Horizonte: Fumarc, 2010.

ARAGÃO, M. L. Memórias Literárias na Modernidade. **Revista do Programa de Pós Graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 3, jan/jun. 1992.

ARAUJO, P. V. L. D. **Folganças Populares**: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Annablume, 2008.

ARETIO, L. G. Educación a distancia hoy. In: GUAREZI, R. C. M.; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpex, 2009.

ARNO, C. **Memórias de um Estudante**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Olympica, 1949.

ARNT, H. **A Influência da Literatura no Jornalismo**: o folhetim e a crônica. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

AZEVEDO, T. D. Fazer a corte, no Brasil: o namoro e a paquera. **Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, n. 30, p. 117-126, 1978.

- BAKHTIN, M. **A Cultura Popular da Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BALANDIER, G. **O Contorno: poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1985.
- BASTOS, R. J. D. M. **As Contribuições da Música Popular Brasileira às Músicas Populares do Mundo: diálogos transatlânticos Brasil/Europa/África (primeira parte). Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, Janeiro 2007.
- BENATTE, A. P. **Dos Jogos que Especulam com o Acaso: contribuição à história do "jogo de azar" no Brasil (1890-1950)**. Campinas: Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História Social/ UNICAMP, 2002.
- BOSCHI, C. C. **Os Leigos e o Poder: irmandades e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996.
- BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. D. M.; AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 182-191.
- BRAGA, F. F. O Tempo dos Pioneiros: cinematografia no século XIX (tese de doutorado). **Doutorado em História/ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**, 2008.
- CALOGERAS, J. P. **As Minas do Brasil e sua Legislação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.
- CANDIDO, A. Timidez do Romance. In: CANDIDO, A. **A Educação Pela Noite**. São Paulo: Ática, 1897.
- CARATO, J. F. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- CASCUDO, F. L. D. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª. ed. São Paulo : Global Editora, 2001.
- CASSIRER, E. **Antropologia Filosófica Ensaio Sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Mesre Jou, 1977.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, Lae e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1896.
- CHARTIER, R. **Por uma Sociologia Histórica das Práticas Culturais**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHAZKEL, A. Beyond Law and Order: the origins of the jogo do bicho in Republican Rio de Janeiro. **Journal of Latin American Studies**, v. 39, p. 535-565, 2007. ISSN 4.

- COMPACCI, C. **Século XIX, o Século que Mudou a Humanidade**. Joinville: Clube de Autores, 2012.
- COROLINI, K. Dança e Identidade Nacional na Imprensa Carioca do Início do Século XX: diálogos culturais e relações étnicas e de gênero. **Estudos Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, v. 44, p. 365-179, Maio-Agosto 2018. ISSN 2.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- COSTA, D. J. P. **Vanguardeiros**. Diamantina: Epil, 1933.
- COSTA, F. C. Primeiro Cinema. In: MASCARELLO, F. **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papyrus, 2006. p. 17-54.
- COUTINHO, E. G. **Os Cronistas de Momo: imprensa e carnaval na primeira república**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2006.
- CUNHA, M. C. P. D. **Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DALLABRIDA, N. Das Escolas Paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 77-86.
- DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1983.
- DEBRET, J.-B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- DEIROS, P. A. **História Global do Cristianismo: o processo de globalização da fé cristã desde sua origem até o século XXI**. Tradução de Pablo A. Deiros. São Paulo: Editora Vidas, 2020.
- DEMO, P. **pesquisa e Construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DIAS, C. Mercantilização do Lazer no Brasil. **Licere**, 2018. 364-403.
- DINIZ, A. **Almanaque do Carnaval**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DISTRICTO Diamantino. **O Jequitinhonha**, Diamantina, 29 jan. 1861. 4.
- EFEGÊ, J. **Maxixe: a dança excomungada**. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.
- ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FEILTNER, B. **Nas Malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil**. São Paulo: Phoebus, 2007.
- FELICITAS. **Danças do Brasil**. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica S.A., 1968.

- FERNANDES, A. C. **O Turíbulo e a Chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade 1864-1917.** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG - Dissertação de Mestrado, 2008.
- FERNANDES, A. C.; CONCEIÇÃO, W. **La Mezza Notte: o lugar do músico Diamantinense e as origens da vesperata.** 2ª. ed. Diamantina: UFVJM, 2007.
- FERNANDES, D. K. **Diamantina, Uma Saudade.** 2ª. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2002.
- FERNANDES, N. D. N. Capitalismo e Morfologia Urbana na Longa Duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales,** Barcelona, agosto 2008.
- FERRARI, D. W. Bordalo Pinheiro e o Zé Povinho no Jornal "O Besouro". **Anais do III Seminário Internacional Brasil no Século XIX,** Natal, 2018. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=414](https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=414)>.
- FERREIRA, F. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FERREIRA, F. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FIGUEIREDO, A. D. P.; FERNANDES, A. C.; CONCEIÇÃO, W. J. D. **A Terra, o Pão, a Justiça Social.** Belo Horizonte: Fumarc, 2010.
- FILHO, P. R. **A Romanização como Cultura Religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas 1908-1920.** Campinas: Dissertação de Mestrado, 2006.
- FOGUEL, I. **A Magia da Sétima Arte.** 2ª. ed. São Paulo: Clube de Autores, 2018.
- FONTELES NETO, F. L. A violência nos registros policiais: uma perspectiva histórica. **Revista do Arquivo Público do Ceará,** Fortaleza, v. 1, 2006.
- FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; SAMPAIO, A. C. J. D. **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, Séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reivindicação de um corpus documental.** Rio de Janeiro : Mauad X, 2014.
- FRANÇA, J. M. C. **Mulheres Videntes no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- FURTADO, J. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FURTADO, J. **Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FURTADO, J. F. **O Livro da Capa Verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração.** São Paulo: Annablume, 1996.
- FURTADO, J. F. Quem Nasce, quem Chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tijuco. In: LIBBY, D. C.; (ORGS.), J. F. F. **Trabalho**

**Livre, Trabalho Escravo:** Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 223-250.

GARAY, A. T.; SALCEDO, D. M. Cine y Sociedad en el Caribe colombiano: el discurso modernizador en el Sincelejo de las dos primeras décadas del siglo XX. **Búsqueda**, Sincelejo, n. 11, p. 47-61, Julho - Dezembro 2009.

GASTALDO, É.; ROCHA, E.; BRAGA, A. Jogos, sociabilidades e conflito no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 52, p. 417-424, set/dez 2016. ISSN 3.

GODWIN JR., J. W. Jornal Como Fontes Documentais para a História Econômica Regional. **Cronos Revista de História**, Pedro Leopoldo, 2001.

GODWIN JR., J. W. As Cidades de Papel: Imprensa e Tradição, Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914) - tese de doutorado, São Paulo, 2007.

GODWIN JR., J. W. Melhoramentos Urbanos e Política Local: o jornal "A Idea Nova", Diamantina, MG, 1906-1910. **Associação Nacional de História - ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007.

GÓES, F. **Imagens do Carnaval Brasileiro:** do entrudo aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GUSMÃO, M. D. C. S.; SANTOS, R. C. Cinema e Católicos no Brasil: entre a ação pastoral-religiosa e a ação cultural educacional. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 146-167, jan/jun 2015. ISSN 30.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HUNT, L. **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAZZARI, A. **Coisas para o povo não fazer**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LODOÑO, F. T. Sob a Autoridade do Pastor e a Sujeição da Escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. **História: questões & debates**, Curitiba, v. 36, p. 161-188, 2002.

LUSTOSA, O. D. F. **A Presença da Igreja no Brasil:** história e problemas 1500-1968. São Paulo: Editora Giro, 1977.

MACHADO FILHO, A. D. M. **Dias e Noites em Diamantina**. Belo Horizonte: Editora Gráfica Maciel LTDA, 1972.

MAGALHÃES, F. **Ganhou, Leva, só Vale o que Está Escrito:** experiências de bicheiros na cidade do Rio de Janeiro: 1890-1960. Rio de Janeiro : Tese de Doutorado, programa de Pós Graduação em História/ UFRJ, 2005.

MAGNANI, M. C. A. O. **Hospício da Diamantina:** a loucura na cidade moderna. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2008.

MAGNANI, M. C. A. O. **CULTURA PICTÓRICA E PERCURSO DA QUADRATURA NO ARRAIAL DO TIJUCO NO SÉCULO XVIII:** entre o decorativo e a persuasão

(tese de doutorado). Belo Horizonte: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

MARCIA H. T. DE FIGUEREDO LIMA, M. J. M. B. Efeitos de 64: procurando os livros censurados em bibliotecas cariocas e fluminense. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, p. s.p., 2010.

MARTINS, M. L. A Presença da Fábrica no "Grande Epório do Norte": surto Industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. **Anais do IX Seminário Sobre Economia Mineira.**, Belo Horizonte, p. 281-304, 2000.

MARTINS, M. L. A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. **IX Seminário sobre a Economia Mineira.**, Diamantina, 2000.

MARTINS, M. L. A 'fraqueza da terra' e do rio e a força do moinho de moer gente: as transformações sociais no Vale do Jequitinhonha nas últimas três décadas. **Revista Cronos**, Pedro Leopoldo, 2001. ISSN 3.

MARTINS, M. L. Olhares sobre o "Mar de Minas": percepções dos moradores de Alfenas e Fama relativas ao lago de Furnas (1963-1999). **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, p. 347-363, 2010.

MARTINS, M. L. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARTINS, M. L. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARZANO, A.; MELO, V. A. D. **Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MEDAGLIA, J. **Música Impopular**. 2ª. ed. São Paulo: Global, 2009.

MEIRA, J. A. Diamantina, Terra dos Diamantes e das Serenatas. In: CULTURA, I. D. **Sesquicentenário da Vila Diamantina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983. p. 155-176.

MELO, V. A. D. Educação do Corpo - Bailes no Rio de Janeiro do Século XIX: o olhar de Paranhos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, jul./set. 2014. 751-766.

MENEZES, L. G. A. B. Da Distância da Educação à Distância: ensaio crítico sobre uma nova geografia do ensino. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 1, p. 47-62, 2011. ISSN 1.

MEYER, M. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MONTE-MÓR, R. L. D. M. **Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora**. Belo Horizonte: Texto para Ciscussão, 2001.

MORLEY, H. **Minha Vida de Menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MURICY, K. **A Razão cética: Machado de Assis as questões de seu tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEEDELL, J. D. **Belle Époque Tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUÊZ, G. S. S., 2012. Disponível em:  
<<http://www.slideshare.net/gracisantos/ead-ensino-adistancia>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

OLIVEIRA, M. F. D. Cultura de consumo e indústria na São Paulo da belle époque (1890-1915). **História Econômica & História de Empresas**, 17, 2014. 177-208.

OLIVEIRA, R. C. S. D. As Diversões em Diamantina: uma história registrada pela imprensa (1888-1915) (dissertação de mestrado). **Mestrado em Estudos Do Lazer**, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, 2016.

PALLARES-BURKE, M. L. G. **"The Spectator", O teatro das luzes**: diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

PEREIRA, C. H. A. **Efemérides - do Arraial do Tejuco a Diamantina**. Belo Horizonte: Edições C.L.A., 2007.

PEREIRA, L. A. M. O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República. In: MARZANO, A.; MELO, V. A. D. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro(1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PEREZ, L. F. **Festa, Religião e Cidade**: corpo e alma do Brasil. Porto Alegre: Medianis, 2011.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESTANA, T. Diamantina. In: NETO, M. A.; AL., E. **Brasil**: patrimônio natural e cultural. Barcelona: Laia Livros, 2002. p. 154-179.

PIGLIA, R. **O Último Leitor**. Tradução de Heloísa Jahn. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

PIMENTA, P. S. G. **Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso**. Mariana: Typografia Archiepiscopal, 1920.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO, D. D. A. **O Teatro Brasileiro Moderno**. São Paulo : Perspectiva, 2001.

PRIMEIRO Synodo da Diocese de Diamantina. Diamantina: Typ. de Motta & Comp., 1903.

PRIORE, M. D. "Em Casa Fazendo Graça": domesticidade, família e lazer entre a Colônia e o Império. In: MARZANO, A.; MELO, V. A. D. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PRIORE, M. D. **Histórias da Gente Brasileira**. São Paulo: LeYa, 2016.



- RABELLO, A. **O Hóspede**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1978.
- RABELLO, A. **O Hóspede**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1978.
- RABELLO, E. C. **Lá em casa era assim**. Belo Horizonte: Edição Siderosiana, 1964.
- RABELO, A. **O Hóspede**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1999.
- RIBEIRO, L. C. D. Q. Cidade, Nação e Mercado: gênese e evolução da questão urbana no Brasil. In: SACHAS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 132-161.
- RIBEIRO, L. C. D. Q. **A Metrópole em Questão: desafios da transição urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3ª. ed. São Paulo : Studio Nobel, 1997.
- ROMEIRO, A. **Paulistas e Emboabas no Coração de Minas. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- SAINT-HILAIRE, A. D. **Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1941.
- SALLES, F. T. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SALLES, F. T. D. **Dianice - Diamantina**. Belo Horizonte: Vega, 1980.
- SAMPAIO, S. B. **Música: velhos temas, novas literaturas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2012.
- SANTOS, F. D. C. **Um História do Conceito de Divertimento na São Paulo do Século XIX (1828-1889)**. Belo Horizonte: Tese de Doutorado. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/ Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- SANTOS, J. F. D. **Memória do Distrito Diamantino**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SARAIVA, E. Introdução à Teoria das Políticas Públicas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 1996.
- SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEMBLANO, M. L. **A Reforma Protestante como Propulsora da Liberdade de Imprensa**. Rio de Janeiro: Scriptura, 2017.
- SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**. São Paulo: Companhia das Letras, 20013.

SILVA, F. O. D. O Concílio Plenário Latino-Americano: primeiras aplicações na Diocese de Diamantina. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 16, p. 109-125, julho - setembro 2008.

SILVA, F. O. D. O Concílio Plenário Latino-Americano: primeiras aplicações na Diocese de Diamantina. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 16, p. 109-125, julho - setembro 2008.

SILVA, K.; SILVA, V. M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, L. D. **Carnaval do Recife**. 2ª. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, s.a.

SILVA, L. P. D. **Em Nome da Modernidade**: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926) - Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SILVEIRA, W. D. **A História do Cinema Vista da Província**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

SOUSA, D. J. S. D. **Aos Meus Seminaristas**. Diamantina: Typographia d'a Estrella Polar, 1917.

SOUZA, E. M. Saberes Narrativos. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, p. 55-66, 2004.

SOUZA, J. M. **Cidade**: Momentos e Processos - Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: ANPOCS - Editora Marco Zero, 1993.

SOUZA, J. S. D. Carta Pastoral "Do que devem fazer os paes para bem dos filhos e do que devem evitar". In: PIMENTA, S. G.; SOUZA, D. J. S. D. **Cartas Pastoraes**. Petrópolis: Centro da Boa Imprensa, 1922. p. 15-75.

TERRA, C. G. O Prazer no Jardim. In: MARZANO, A.; MELO, V. A. D. **Vida Divertida**: história do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

TINHORÃO, J. R. **Pequena História da Música Popular**: da modinha à canção de protesto. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

TINHORÃO, J. R. **História Social da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

TINHORÃO, J. R. **Os Sons que Vêm da Rua**. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

TSCHUDI, J. J. V. **Viagens Através da América do Sul**. Tradução de Friedich E. Renger e Fábio Alves Junior. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 2, 2006.

VALENÇA, R. **Carnaval**: pra tudo se acabar na quarta-feira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

VENEZIANO, N. **O Teatro de Revista no Brasil**: dramaturgia e convenções. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

VIANA, A. L. **Visitações Episcopais**: Processos de Devassa ocorridos no Arraial do Tijuco, Capitania de Minas Gerais, 1750 (dissertação de mestrado). Diamantina: Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (UFVJM) - Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas, 2017.

VILHENA, K. N. Entre "Sãos Expansões do Espírito" e "Sarrilhos dos Diabos": lazer, divertimento e dadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895-1922) - Dissertação de Mestrado. **Faculdade de Educação / UFMG**, Belo Horizonte, 2008.

WANG, Y.; YUE, Y. Belief of Leisure: the evolution of Misofeng Mountain Temple Festival in the last century. **Cambridge Journal of China Studies**, 11, 2016. 27.